

Revista ALPHA

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

UNIPAM | Centro Universitário de Patos de Minas

Reitor do UNIPAM
Raul Scher

Pró-reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão
Fagner Oliveira de Deus

Pró-reitor de Planejamento, Administração e Finanças
Milton Roberto de Castro Teixeira

Coordenadora de Extensão
Adriana de Lanna Malta Tredezini

Coordenador do Núcleo de Editoria e Publicações
Luís André Nepomuceno

A Revista ALPHA é uma publicação anual dos cursos de História, Pedagogia e Letras, do Centro Universitário de Patos de Minas. Coordenador dos cursos de Pedagogia e História: Marcos Antônio Caixeta Rassi. Coordenadora do curso de Letras: Mônica Soares de Araújo Guimarães.

Impressão e acabamento
Grafipres: (34) 3811-1166

Capa
Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. Década de 1930. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP - Museu da Cidade de Patos de Minas.

Revista ALPHA. ano 12, n. 12, nov.
2011. Patos de Minas: Centro
Universitário de Patos de Minas,
2011.

Anual

ISSN 1518-6792

1. Cultura, Periódicos. I. Centro Uni-
versitário de Patos de Minas.

CDD: 056.9

Catálogo
Bibliotecária: Dione Candido Aquino - CRB 1720

Centro Universitário de Patos de Minas
Rua Major Gote, 808 - Caiçaras
38702-054 Patos de Minas-MG Brasil
Telefax: (34) 3823-0300 web: www.unipam.edu.br

NEP | Núcleo de Editoria e Publicações

Revista ALPHA

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

ISSN 1518-6792

ano 12 – n.º 12 – novembro de 2011

Patos de Minas: Revista ALPHA, UNIPAM, (12):1-218, 2011



Centro Universitário de Patos de Minas

Revista ALPHA

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas
www.unipam.edu.br/alpha
e-mail: revistaalpha@unipam.edu.br

Editor

Luís André Nepomuceno

Conselho Editorial

Agenor Gonzaga dos Santos
Helânia Cunha de Sousa Cardoso
Luís André Nepomuceno
Maria Terezinha de Brito

Conselho Consultivo

Alckmar Luiz dos Santos (UFSC)
Ana Margarida Dias Martins (University of Cambridge)
Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (UFU)
Carlos Henrique de Carvalho (UFU)
Dermeval Saviani (UNICAMP)
Divino José da Silva (UNESP/ Presidente Prudente)
Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (USP)
Hugo Mari (PUC/ Minas)
Jorge Megid Neto (UNICAMP)
Jorge Ruedas de la Serna (Universidad Nacional Autónoma de México)
Juliana Alves Assis (PUC/ Minas)
Justino Pereira de Magalhães (Universidade de Lisboa, Portugal)
Lorenzo Teixeira Vitral (UFMG)
Luciano Marcos Curi (UniAraxá)
Manuel Cadafaz de Matos (CEHLE, Portugal)
Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)
Maria Violante Carraço F. C. Pereira Magalhães (Universidade de Lisboa, Portugal)
Perciliana Pena (UNIP)
Rita Marnoto (Universidade de Coimbra)
Rosa Maria Ferreira (Patrimônio Histórico, Prefeitura de Patos de Minas)
Selva Fonseca Guimarães (UFU)
Sueli Maria Coelho (UFMG)
Walquiria Wey (Universidad Nacional Autónoma de México)
Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)

Assessoria *ad hoc* para este número

Márcia Cristina Correa (UFMS)
Sílvia Rodrigues Vieira (UFRJ)

Revisão

Lívio Soares de Medeiros

Bibliotecária responsável

Dione Cândido Aquino (UNIPAM)

Sumário

- 7 Apresentação

Dossiê: A cultura em Minas Gerais: História, Educação, Língua e Literatura

- 13 Minas Gerais no poeta “de sete faces”
Andréa Portolomeos
- 20 Altino Caixeta de Castro: a rebelião solitária de um poeta plural
Carlos Roberto da Silva
- 30 A dialética do amor: uma leitura de “Destruição”, de Carlos Drummond de Andrade
Edson Santos de Oliveira
- 38 A doutrina do mando e da obediência
Eduardo de Araújo Teixeira
- 54 De Ouro Preto a Belo Horizonte: seguindo os passos da história para compreender a formação do falar belo-horizontino
Elizete Maria de Souza
Elaine Chaves
- 68 “A imagem da saudade retratada”: as epístolas de Cláudio Manuel da Costa
Luís André Nepomuceno
- 81 Educação e imprensa em palcos republicanos: análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889–1930)
Márcia Helena Rodrigues de Matos
Humberto Aparecido de Oliveira Guido
- 98 Entre Borges e Maciéis: aspectos do processo de construção da cidade republicana no interior de Minas Gerais. Cidade de Patos, 1870-1933
Rosa Maria Ferreira da Silva
- 112 Colocação pronominal nas Minas setecentistas
Sueli Maria Coelho
Thaís Franco de Paula

Varia

- 131 Considerações sobre a *memória* em Machado de Assis
Fabiana Ferreira dos Santos
Paula da Silva Lisbôa

- 145 A relação entre criança/língua/escrita: uma leitura numa perspectiva interacionista
Helena Maria Ferreira
- 165 La fama y “La casita”: historia de un plagio popular brasileño
Jorge Ruedas de la Serna
- 177 Interpretações semânticas do Pretérito Perfeito: Pretérito ou Presente?
Juliana Bertucci Barbosa
- 184 Do IV centenário da edição do tratado *De Anima*, de 1611, a outros estudos (e disputas) sobre Aristóteles, pelo jesuíta castelhano Antonio Rubio
Manuel Cadafaz de Matos
- 191 Por uma Teoria da Leitura: as contribuições da Análise do Discurso
Patrícia de Brito Rocha

Resenhas

- 203 Ludwik Fleck: um olhar crítico sobre a(s) ciência(s)
Luciano Marcos Curi
Roberto Carlos dos Santos
- 219 Tecnociência, tecnologia social e adequação sociotécnica: cabe discussão no âmbito da sociedade e da política?
Vicente Galileu Ferreira Guedes

Apresentação

LUÍS ANDRÉ NEPOMUCENO

Editor da Revista Alpha, e Coordenador do Núcleo de Editoria e Publicações (UNIPAM)

É com entusiasmo e alegria que chegamos a este 12.º número da *Revista Alpha*, propondo discutir a cultura de Minas Gerais, nos seus mais diversos aspectos: na esfera da identidade, da literatura, da história, da linguagem e da educação, em atendimento às áreas temáticas que servem de aporte interdisciplinar e que caracterizam as tendências do periódico. Mas não se pensou necessariamente no tema da mineiridade, e especialmente nos desdobramentos de seu mito histórico e sociológico, a exemplo dos diversos ensaios e livros que têm sido escritos no último século sobre uma identidade de Minas, em geral identificada como modelo político e social de natureza tradicionalista e conservadora, palco de importantes acontecimentos históricos do país, a partir o século XVIII. Desde os ensaios *Voz de Minas* (1944), de Alceu Amoroso Lima, *Mineiridade: ensaio de caracterização*, de Sylvio de Vasconcelos (1968), ou o mais recente *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil* (1989), de Maria Arminda do Nascimento Arruda, para ficarmos em alguns poucos estudos sobre a questão, tem-se tentado buscar a gênese do fenômeno mítico da mineiridade, em conjunto com a construção de uma identidade histórica e social de Minas. Mas ao mesmo tempo, a difícil tarefa dos estudos culturais, hoje, é justamente compreender as particularidades de cada pensamento mineiro e sua possível identificação com o suposto mito histórico (e os mitos serão sempre mitos), sustentado pela concepção, por vezes equivocada, do sonho da tradição e do conservadorismo político, em geral movido pela sacralização, pela memória, ou pela fugidia lembrança da terra.

A proposta deste número não tem apoio em tal pensamento. Buscou-se, ao contrário, fazer um rápido painel cultural e histórico de Minas, a partir de suas diversidades, das vozes múltiplas, até mesmo das divergências, e não a partir da suposta identidade mítica. O dossiê proposto para este número – “Minas Gerais: história, educação, língua e literatura” – é, a bem dizer, um retrato da multiplicidade, um foco de argumentações interdisciplinares, atuantes em campos os mais diversos das ciências humanas. Em seu princípio, era intenção propor, por exemplo, um estudo da avaliação histórica e um quadro geral dos processos educacionais em Minas Gerais, buscando-se o modelo jesuítico, as mudanças pedagógicas e a Escola Nova em Minas, bem como a própria História da Educação. No campo da historiografia, as Minas do séc. XVIII aos dias atuais, incluindo-se aí as Minas setecentistas, a corrida do ouro, a capitania de Minas Gerais, a Inconfidência Mineira, a industrialização e a modernização. Por fim, no campo da linguagem, a literatura mineira, desde seus primórdios (com o neoclassicismo e o romantismo.), até os escritores mineiros modernos, tendo-se em vista o espaço da urbanidade, das minas e do sertão, bem como a velha discussão do regionalismo e da identidade. Num plano mais vasto, estimulou-se a uma pesquisa geral sobre a história, a sociologia e a antropologia da cultura mineira em seus múltiplos diálogos.

Portanto, na primeira parte deste número, em que constam as contribuições do referido dossiê, Andréa Portolomeos, da Universidade de Lavras, e Edson Santos de Oliveira, do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais, propõem estudos sobre a obra de Carlos Drummond de Andrade, a primeira considerando as relações conflituosas entre tradição e modernidade, e o segundo, a partir de uma reflexão filosófica sobre o amor no soneto “Destruição”, do poeta mineiro. Também na linha das contradições e convergências entre tradição e modernidade, Carlos Roberto da Silva, do Centro Universitário de Patos de Minas, analisa a obra de Altino Caixeta de Castro, poeta patense com vasta obra inédita, a partir do pressuposto de que o escritor resiste a classificações de escola literária. Ainda nos estudos literários de Minas, Eduardo de Araújo Teixeira, pós-doutorando no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisa a obra de Guimarães Rosa, partindo do conto “Nada e a nossa condição”, de *Primeira estórias*, mostrando as temáticas universais do medo, da vida, do amor e da morte, numa intertextualidade com o *Rei Lear*, de Shakespeare. E Luís André Nepomuceno, do Centro Universitário de Patos de Minas, investiga as epístolas de Cláudio Manuel da Costa como espaço marcante em sua poesia, para se pensar a convergência entre o sentimento de exílio ali contido e as cartas de Ovídio, poeta clássico do período de Augusto.

No campo dos estudos históricos e pedagógicos, Márcia Helena Rodrigues de Mattos e Humberto Aparecido de Oliveira Guido, da Universidade Federal de Uberlândia, mostram, pela análise de jornais que circularam em Patos de Minas entre 1889 e 1930, como a imprensa da cidade veiculou ideais republicanos e progressistas. Completando esse trabalho, Rosa Maria Ferreira da Silva, doutoranda em História e Cultura pela Universidade Federal de Uberlândia, também analisa a história de Patos de Minas, em curioso artigo sobre os conflitos políticos entre Borges e Maciéis, as duas famílias de grande prestígio na transição entre os séculos XIX e XX, na cidade de Patos.

Na investigação sobre estudos linguísticos, Sueli Maria Coelho, da UFMG, e Thaís Franco de Paula, do Colégio Alfa Educacional de Divinópolis, avaliam documentos escritos no séc. XVIII na região de Ouro Preto, para analisar a sintaxe da colocação pronominal. Concluindo o quadro de estudos da cultura mineira, e na linha das investigações linguísticas, Elizete Maria de Souza, Elaine Chaves e Jânia Martins Ramos, pesquisadoras da UFMG, analisam o “dialeto” de Belo Horizonte (“uma zona de confluência dos diversos falares predominantes no Estado de Minas”), considerando a formação histórica da capital de Minas, quando de sua projeção no final do século XIX.

Este número da Revista Alpha também apresenta trabalhos de natureza diversa, atendendo igualmente aos temas interdisciplinares propostos pelo periódico. Nesse sentido, Fabiana Ferreira dos Santos, mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia, e Paula da Silva Lisbôa, especialista em Teoria Literária pelo Centro Universitário de Patos de Minas, buscam compreender o sentido da memória na obra de Machado de Assis, tendo como ponto de partida o seu conto “O lapso”, de 1884. Helena Maria Ferreira, da Universidade Federal de Lavras, propõe análise da linguagem escrita da criança, numa perspectiva sociointeracionista. Jorge Ruedas de la Serna, da Universidad Nacional Autónoma de México, e conselheiro desta revista, analisa o poema “En el desierto. Idilio salvaje”, do poeta mexicano Manuel José Othón, a partir de curiosos diálogos com canções populares, inclusive do repertório de modinhas brasileiras. Juliana Bertucci Bar-

bosa, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, numa linha de estudos sintáticos, oferece um estudo sobre o significado e o uso do Perfeito Simples e do Perfeito Composto do modo Indicativo no português brasileiro. Manuel Cadafaz de Matos, diretor de Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, e membro da Academia Portuguesa de História, importante pesquisador português e também conselheiro da *Revista Alpha*, faz uma curiosa investigação sobre os 400 anos da edição do tratado aristotélico *De anima*, feita pelo jesuíta castelhano Antonio Rubio. Por fim, Patrícia de Brito Rocha, doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia, apresenta uma visão panorâmica sobre o processo de leitura pela vertente da Análise do Discurso de linha francesa.

Este número ainda apresenta duas resenhas: Luciano Curi, do Centro Universitário de Araxá, e Roberto Carlos dos Santos, do Centro Universitário de Patos de Minas, expõem considerações sobre o livro *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, de Ludwik Fleck, um lançamento da editora Fabrefactum, de Belo Horizonte. E Vicente Galileu Ferreira Guedes, doutorando do Instituto de Geociências da UNICAMP, faz reflexões sobre o livro *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*, da Editora Komedi, de Campinas.



DOSSIÊ:
**A cultura em Minas Gerais: História,
Educação, Língua e Literatura**

Minas Gerais no poeta “de sete faces”

ANDRÉA PORTOLOMEOS

*Professora Adjunta de Teoria Literária e Literatura Brasileira da
Universidade Federal de Lavras (UFLA)*

Resumo: Este trabalho pretende pensar a presença de Minas Gerais na obra do poeta modernista Carlos Drummond de Andrade. Entendemos que a produção poética de Drummond deve ser observada sob dois pontos diferentes, mas necessariamente complementares. De um ângulo, considera-se a atuação do poeta como aglutinador de um movimento modernista mineiro, que dialogava com outras expressões regionais ou internacionais desse movimento estético. De outro ângulo, nota-se o exposto conteúdo memorialista dessa produção entranhado numa forma particular de abordagem dos assuntos em poesia. Assim, grande parte dos pesquisadores avalia a memória como elemento explorado sistematicamente, e de diferentes modos, pelo poeta ao longo de sua obra. É sabido que o poeta não precisaria referir-se a Minas ou Itabira para expressão de uma poética mineira. Machado de Assis, no seu famoso ensaio “Instinto de nacionalidade”, nos explica que a temática só se justifica como matéria de poesia pelo fato de trazer as condições do belo ao leitor. E assim o é com Drummond que, elidindo sujeito e objeto, interior e exterior, ultrapassa um referencial memorialista, tornado, inclusive, matéria de reflexão sobre o próprio ato de fazer poesia.

Palavras-chave: memória; Minas Gerais; movimento modernista

Abstract: The purpose of the current work is to reflect upon the presence of Minas Gerais in the work of Carlos Drummond de Andrade, a Brazilian modernist poet. We consider that Drummond’s poetic production should be comprehended under two different points of view, though necessarily complementary to each other. From one perspective, the poet’s performance is viewed as one who aggregates the modernist movement of Minas Gerais, since he has dialogued with other regional or even international expressions of this esthetic movement. From another perspective, one may notice the explicit reminiscent content of this production deeply embedded in a quite particular approach of topics related to poetry. Thereby, great part of researchers considers memory as an element explored both systematically and in different forms by the poet throughout his work. It is widely known that the poet would not need to refer to Minas or Itabira in order to express a “mineira” poetics. Machado de Assis, in his remarkable essay “Instinto de nacionalidade”, explains that the theme can only be justified as subject of poetry by the fact that it may proportion the conditions of beauty to the reader. And that is what Drummond does, eliding subject and object, interior and exterior: he goes further than a reminiscent referential, becoming also matter of reflection on the act of making poetry itself.

Keywords: memory; Minas Gerais; modernist movement

A presença de Minas Gerais na obra de Carlos Drummond de Andrade pode ser analisada sob dois pontos diferentes, mas necessariamente complementares. Primeiramente interessa observar a atuação do poeta como aglutinador de um movimento modernista mineiro, que dialogava com outras expressões regionais ou internacionais desse movimento estético. O outro elemento refere-se ao exposto con-

teúdo memorialista de sua poesia entranhado nessa forma particular de abordagem dos assuntos em poesia.

Carlos Drummond de Andrade, nascido em Itabira em 1902, foi uma das maiores expressões poéticas do nosso modernismo brasileiro. Nos anos de 1920, na então nascente capital Belo Horizonte, dava sua contribuição como jovem poeta para o *Diário de Minas*, jornal sabidamente conservador, mas que terminou por congregar jovens mineiros – Drummond, Aníbal Machado, Emílio Moura e Milton Campos, entre outros – interessados em literatura e no diálogo com as novas propostas estéticas vindas de outras regiões do Brasil e fora dela. As obras inaugurais de Drummond, *Alguma Poesia* (1930) e *Brejo das Almas* (1934), mostram-nos que esse grupo mineiro – mais bem articulado posteriormente em torno de *A Revista*, fundada em 1925 pelo poeta – era receptivo a uma frutificação original das ideias vanguardistas, delineando o que hoje se conhece por “modernismo mineiro”. Nesse sentido, cabe esclarecer sobre pesquisas realizadas no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) que avaliam a presença concomitante de vários modernismos em nosso país, com suas particularidades em relação ao que se produzia no Rio e em São Paulo.

A renovação estética encontrava condições histórico-político-sociais muito peculiares em Belo Horizonte, como nos mostra Maria Zilda Ferreira Cury em seu livro *Horizontes modernistas*. A temática do nacionalismo, caracterizadora do modernismo em geral, revestia-se de “mineiridade” na produção jornalística desses jovens. Sua poesia carregava o peso da tradição de Ouro Preto que a recém-inaugurada capital mineira – com seu dirigismo político hegemônico e seus ares provincianos – não havia conseguido abalar. Além disso, ao lado do caráter renovador presente na produção desses jovens escritores mineiros do *Diário de Minas*, havia grande respeito à tradição literária representada, sobretudo, por Alphonsus de Guimarães. Ou seja, os arroubos formais encontrados no eixo Rio-São Paulo não seduziam os modernistas mineiros. Essa mineiridade – traduzida na forma e no conteúdo pelos sons de igreja, pela rusticidade do campo, pela cidadezinha pacata, pela montanha, nas cores vivas e no aspecto sólido e calmo das casas – acompanharia a obra poética de Drummond, fortemente marcada por um memorialismo.

Grande parte dos críticos canônicos de Carlos Drummond de Andrade avalia a memória como elemento explorado sistematicamente, e de diferentes modos, pelo poeta ao longo de sua obra. Lembre-se nesse sentido de Antonio Candido, em seu clássico texto “Inquietudes na poesia de Drummond”, que fala de uma “subjetividade tirânica” invasora dos textos, à revelia do poeta, e, talvez por isso mesmo, sistematicamente pensada por Drummond. Nesse sentido, leia-se um fragmento de “Verso à boca da noite”, de *Rosa do Povo* (1945):

(...) Mas vêm o tempo e a idéia de passado
Visitar-te na curva de um jardim.
Vem a recordação e te penetra
Dentro de um cinema, subitamente.

E as memórias escorrem do pescoço,
Do paletó, da guerra, do arco-íris;

Enroscam-se no sono e te perseguem,
à busca de pupila que as reflita (...) (1964, p. 189).

Note-se que o poeta se indaga em que medida essa subjetividade, carregada de experiências pessoais, é matéria de poesia. Alcides Villaça escreve o texto “Poética da memória”, no qual reitera esse remorso de Drummond, no que diz respeito ao peso da memória pessoal em sua poesia, e ao mesmo tempo observa uma mudança de dicção sobre matéria memorialística em *Lição de Coisas* (1962), livro a partir do qual o poeta vai se transformando num narrador sem culpa, estimulado por seres e fatos do passado. Lê-se em “Memória”:

Terras
Serro Verde Serro Azul
As duas fazendas de meu pai
Aonde nunca fui
Miragens tão próximas
Pronunciar os nomes
era tocá-las.

Aqui, assim como no livro posterior *Boitempo*, Drummond parece mais interessado em recompor fatos na construção de uma nova percepção da realidade que gera, em última análise, uma nova percepção de si mesmo. Afonso Romano de Sant’Anna é mais contundente ao ler a poética de Drummond como esforço de preservação, ou como “memória organicamente estruturada”, num mundo desintegrado de “homens partidos”. É claro que não se trata simplesmente de uma recuperação e reposição de imagens antigas, mas de um exercício de reconstrução ou libertação de si mesmo em relação ao “mundo caduco”, feito de homens “enrodilhados sobre si mesmos”, sozinhos e desligados do que lhes é essencial. Nesse sentido, lembre-se de “Um boi vê os homens”, em *Claro Enigma* (1954).

Tão delicados (mais que um arbusto) e correm
e correm de um para o outro lado, sempre esquecidos
de alguma coisa. Certamente falta-lhes
não sei que atributo essencial, posto se apresentem nobres e graves, por vezes. Ah,
espantosamente graves, até sinistros.
Coitados, dir-se-ia que não escutam
nem o canto do ar nem os segredos do feno,
como também parecem não enxergar o que é visível
e comum a cada um de nós, no espaço. E ficam tristes
e no rasto da tristeza chegam à crueldade.
Toda a expressão deles mora nos olhos – e perde-se
a um simples baixar de cílios, a uma sombra.
Nada nos pêlos, nos extremos de inconcebível fragilidade,
e como neles há pouca montanha,
e que secura e que reentrâncias e que
impossibilidade de se organizarem em formas calmas,

permanentes e necessárias. Têm, talvez,
certa graça melancólica (um minuto) e com isto se fazem
perdoar a agitação incômoda e o translúcido
vazio interior que os torna tão pobres e carecidos
de emitir sons absurdos e agônicos: desejo, amor, ciúme
(que sabemos nós), sons que se despedaçam e tombam no campo
como pedras aflitas e queimam a erva e a água,
e difícil, depois disto, é ruminarmos nossa verdade (1964, p. 238).

A inversão da relação olhar (boi) e ser olhado (o homem) encontrada no título já antecipa a tragédia do homem do mundo presente perdido de si mesmo e da vida na sua plenitude. Enxergam cada vez menos, escutam cada vez menos e desumanizam-se cada vez mais. Chegam à crueldade e à esterilidade de sentimentos vitais – como o amor, o ciúme e o desejo – o que os faz menos natural que o boi contemplativo.

Mesmo em textos críticos cuja temática não prioriza a memória, como é o caso de “O princípio-corrosão na poesia de Carlos Drummond de Drummond”, de Luiz Costa Lima, a matéria não deixa de estar presente. Para o crítico, o “princípio-corrosão”, medular na poesia de Drummond, liga-se à compreensão do poeta sobre o tempo histórico vivido por ele; um tempo que desgasta, corrói seres e coisas e conduz a um sentimento de desgosto e angústia diante da vida. Nesse sentido, a poesia de Drummond converte-se num esforço de resistência a esse desgaste geral – que passa pelo desgaste de si mesmo – por meio da restauração, repetição e imaginação da experiência vivida. Leia-se em *Brejo das Almas*, “Não se mate”:

Carlos, sossegue, o amor
é isso que você está vendo:
hoje beija, amanhã não beija,
depois de amanhã é domingo
e segunda-feira ninguém sabe
o que será.

Inútil você resistir
ou mesmo suicidar-se
Não se mate, oh não se mate,
reserve-se todo para
as bodas que ninguém sabe
quando virão
se é que virão.

O amor, Carlos, você telúrico,
a noite passou em você,
e os recalques se sublimando.
Lá dentro, um barulho inefável,
rezas,
vitrolas,
santos que se persignam,
anúncios do melhor sabão

barulho que ninguém sabe
de quê, praquê.

Entretanto você caminha
melancólico e vertical
Você é a palmeira, você é o grito
que ninguém ouviu no teatro
e as luzes todas se apagam.
O amor no escuro, não, no claro,
é sempre triste, meu filho, Carlos,
mas não diga nada a ninguém,
ninguém sabe, nem saberá (1964, p. 93).

Importa ressaltar que a imaginação e a fantasia são imperativas para a poesia lírica que, segundo Susanne Langer, em *Sentimento e forma*, despreza as cronologias ordinárias – presente, passado e futuro – e as tentativas racionais de sistematização do pensamento. Nesse sentido, a busca poética pela verdade dos acontecimentos nada tem a ver com busca pela verdade objetiva sobre a qual a vida se organiza. Ao contrário, por meio da poesia, tenta-se libertar o pensamento de estruturas pré-concebidas que diluem nossas experiências subjetivas do mundo. Segundo Afonso Romano de Sant’Anna, em *Carlos Drummond de Andrade: análise da obra*, a poesia de Drummond se adensa na proporção que as barreiras do tempo são eliminadas em prol de um tempo contínuo interior (*dureé*, segundo Bergson). Ao mesmo tempo, essa poesia se torna mais lírica quanto mais elididos estão o sujeito e o objeto, o exterior e o interior.

Wolfgang Kayser, em *Análise e interpretação da obra literária*, ratifica que a essência do lírico está nessa passagem de toda objetividade à interioridade. “Procura da poesia”, assim como a maioria dos poemas de Drummond a partir dos anos de 1940, é exemplo de uma tentativa de superação do abismo criado pela Razão Instrumental entre sujeito e objeto. A advertência do poeta para que não se faça versos sobre acontecimentos, corpo, cidade, sentimento, memória etc indica sua aceção de poesia para além de algo que *fale sobre* qualquer assunto. No seu entender, trata-se de uma forma que é, ela mesma, aquilo sobre a qual versa.

Tal elisão entre sujeito e objeto, interior e exterior, pode ser bem compreendida por meio da imagem de “objetos que se abrem” na poesia-memória de Drummond, como bem observou Sant’Anna. De fato, são muitas referências a baús, urnas, cofres, malas e gavetas. Por exemplo, lembre-se, em *A Rosa do Povo*, de “Viagem na Família”, “Retrato de família”, “Como um presente”. Esses objetos têm um lugar no espaço exterior, mas, quando abertos, “desvendam um espaço-tempo interior”.

Em “Cemitérios”, de *Fazendeiro do ar*, no cemitério “Errante”, vemos o mesmo processo de fusão interior/exterior estendido para o estático e o dinâmico, a vida e a morte. “As coisas aparentemente mortas do passado continuam transitando em sua vida, estão latentes em sua memória e presentificadas em sua poesia” (1980, p. 83):

URNA
que minha tia carregou pelo Brasil

com as cinzas se deu amor tornado incorruptível
misturado ao vestido preto, à saia-branca, à boca morena
urna de cristal urna se silhão urna praieira urna morena
urna molhada de lágrimas grossas e de chuva na estrada
urna bruta esculpida em paixão de Andrade sem paz e sem remissão
vinte anos viajeira
urna urna urna
como um grito na pele da noite um lamento de bicho
talvez entretanto azul e com florinhas
urna a que me recolho para dormir enrodilhado
urna eu mesmo de minhas cinzas particulares (1964, p. 282).

É certo que o modernismo, de modo geral, questionava a hipertrofia da personalidade no poema, tão flagrante na produção romântica de Casimiro de Abreu, por exemplo. Nesse sentido, importa acrescentar que o grupo mineiro de *A Revista* ao mesmo tempo em que sofria influência do grupo de São Paulo, organizador da Semana de 22, também “exportava” seu modo peculiar no tratamento da questão. O jornal carioca *A noite*, em 1924, contava com a colaboração de Mário de Andrade, que então elegia Drummond e Martins de Almeida como representantes mineiros das novas tendências modernistas. Basta comparar a obra poética de Drummond e Mário para perceber que, de fato, problemas do modernismo geral – como a hipertrofia da personalidade – têm tratamento diferenciado em cada autor, evidenciando o peso das experiências pessoais e culturais de cada um. *A Pauliceia Desvairada* (1922), de Mário, com seu “Prefácio interessantíssimo” fundando o desvairismo na poesia e conclamando insultos ao burguês, tem dicção bastante diferente do primeiro livro de Drummond, *Alguma Poesia* (1925). Embora dedicado ao poeta paulista, esse livro afronta a sociedade burguesa por meio de humor pontiagudo e melancólico (“Sociedade”, “Romaria”); a poesia sentimental, por meio de uma autocensura (“Poema de sete faces”) e a tradição na modernidade com certa nostalgia de quem carrega o peso da tradição das cidades mineiras (“Lanterna mágica”, “A rua diferente”).

Por fim, resta lembrar a viagem a Minas empreendida por Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, dentre outros, quando da visita do poeta suíço-francês, Blaise Cendrars, ao Brasil, em 1924. Tal viagem é bastante representativa de uma “mineiridade” que ia se espalhando pelos meios literários do país. As cidadezinhas mineiras tornaram-se relevantes dentro do projeto modernista geral de apreensão do brasileiro e do elemento popular. Segundo Maria Zilda Cury, Oswald de Andrade, em entrevista concedida ao *Diário de Minas* na época, diz que, na sua procura pelo brasileiro, tinha encontrado em Minas as cores vivas e o aspecto sólido e calmo das casas do lugar.

Tal fato mostra bem a extensão das atividades do Drummond, como líder do grupo modernista mineiro, na difusão de uma proposta estética própria, baseada nas condições de seu meio. É sabido que o poeta não precisaria referir-se a Minas ou Itabira para expressão de uma poética mineira. Pensar assim seria retroceder ao determinismo científico de Sílvio Romero no século XIX, que acorrentava escritor ou poeta a um sistema de nexos causais e determinantes inelutáveis. Em sentido contrário, Machado de

Assis, no seu famoso ensaio “Instinto de nacionalidade”, nos explica que a temática só se justifica como matéria de poesia pelo fato de trazer as condições do belo ao leitor. Ou seja, na literatura o tema deve ser trabalhado pela forma, transformando-o em um novo elemento, passível de ser redescoberto na experiência estética. E assim o é com Drummond que, elidindo sujeito e objeto, interior e exterior, ultrapassa um referencial memorialista, tornado, inclusive, matéria de reflexão sobre o próprio ato de fazer poesia.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

ANDRADE, Mário de. *Obra Completa*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade, in: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

ARRIGUCCI Jr., Davi. Humor e sentimento, in: *Coração Partido*. uma análise da poesia reflexiva. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CANDIDO, Antonio. Inquietudes na poesia de Drummond, in: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Horizontes modernistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária*. São Paulo: Armênio Amado, 1985.

LIMA, Luiz Costa. O Princípio-Corrosão na Poesia de Carlos Drummond de Andrade, in: *Lira e Antilira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Carlos Drummond de Andrade: análise da obra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SUSANNE, Langer. *Sentimento e forma*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

VILLAÇA, Alcides. Poética da memória, in: *Passos de Drummond*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Altino Caixeta de Castro: a rebelião solitária de um poeta plural*

CARLOS ROBERTO DA SILVA

*Professor no Centro Universitário de Patos de Minas.
Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas.*

*E é quando assumo o que sou e o que não sou.
Altino Caixeta de Castro*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo a análise de alguns aspectos da obra poética de Altino Caixeta de Castro a partir das teorias que abordam as relações entre tradição e modernidade e suas relações com o local e o universal. Pretende-se mostrar como o poeta de Patos de Minas entrelaça em sua obra elementos destas forças sem se filiar a nenhuma, criando, assim, uma poética múltipla e multiforme que ultrapassa as fronteiras estabelecidas pela historiografia literária e subvertendo qualquer possibilidade de classificação.

Palavras-chave: Altino Caixeta; poesia contemporânea; tradição; modernidade.

Abstract: This work aims at analyzing some aspects of the poetry of Altino Caixeta de Castro, according to theories that approach the relations between traditions and modernity and their relations between the local and the universal. We intend to show how the poet from Patos de Minas, Brazil, interweaves in his work the elements of these forces, without affiliating to none of them, creating this way a multiple and multiform poetics which goes beyond the frontiers established by the literary historiography, and subverting any possibility of classification.

Keywords: Altino Caixeta; contemporaneous poetry; tradition; modernity.

Altino Caixeta de Castro, que se autointitulou Leão de Formosa, nasceu na Fazenda Campo da Onça, hoje município de Lagoa Formosa, em 4 de agosto de 1916. Filho de Leão Theotônio de Castro e Júlia Fernandes Caixeta. Do pai, herdou o nome Leão para o pseudônimo, e da mãe, o gosto pelas rosas e a temática da cabra. Nascido de sete meses, o primeiro dos 14 filhos do casal Leão e Júlia tinha saúde frágil, recebeu todos os cuidados da mãe e distanciou-se dos trabalhos da fazenda reservados ao primogênito por tradição. A família, desde os avós, exercia duas profissões – fazendeiros e farmacêuticos. Por razões históricas, Altino dedicou-se aos estudos ainda na fazenda. Na década de 1930, estudou como interno no Colégio D. Lustosa, em Patrocínio. Ali dirigiu o jornal estudantil *O ideal*, e nele publicou seus primeiros poemas de feições parnasiano-simbolistas. Em 1937, matriculou-se como aluno do curso de Farmácia da Escola de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais. Cin-

* Este artigo é parte integrante de minha dissertação de Mestrado, defendido na PUC Minas, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Esther Maciel de Oliveira Borges

co anos mais tarde, farmacêutico bioquímico, diplomado, retornou a Patos de Minas, onde exerceu o comércio de drogas farmacêuticas, sem muito sucesso, dado seu fascínio pela poesia. Gostava de afirmar o poeta que, à feição de Drummond, ficou drogado pelas palavras.

A poética altiniana, que se ancora na diversidade temática e na pluralidade de estilos, se mostra múltipla, pois que floresce a partir da consciência lírica de um poeta mineiro que canta de sua aldeia e, por seu canto, eleva sua voz poética ao nível da grande e, por vezes, dissonante sinfonia da poesia universal. Em se tratando de Altino Caixeta de Castro, essa inserção no contexto da literatura universal se torna um paradoxo, pois sua poesia “tem sido uma rebelião solitária, subversão no subsolo da linguagem ou da história” (PAZ, 1993, p. 87). Rebelião porque Altino se alça ao universo da poesia por meio de sua própria experiência de leitura e de seu insistente exercício como poeta, o que constitui sua “altinidade”. Este neologismo, criado pelo poeta como título de um poema, guarda afinidades, sugere um diálogo com o conceito de *otredad*, de Octavio Paz, e ainda esclarece questões acerca da alteridade e da referencialidade da poesia altiniana. Para facilitar a compreensão, eis o poema, um belo exercício de poesia-crítica:

ALTINIDADE

Alço a sumidade de ser
dentro do soma de ser.

A minha altinidade:
outra altinidade.

Eu me consumo em alteridade.

A minha rosa é o meu soma
somado ao sumo do soma
assumo o pathos do poema (1980, p. 272).

Ao dialogar com os teóricos de seu tempo, Altino delineia sua individualidade na releitura do universo alheio, para conjugar com a urdidura das coisas de sua aldeia o olhar da universalidade – consciência de quem se consumiu em leituras de todos os campos do saber. Transformar o local em universal pelo exercício da linguagem, inscrever-se como sujeito lírico de sua escritura e assumir “o *pathos* do poema” é aceitar-se como matéria a ser moldada poeticamente. Assim, o *pathos* da poesia altiniana se declina (cf. CASTRO, 1980, p. 164) no espanto da paixão pela leitura, na perplexidade do olhar baudelairiano lançado sobre sua aldeia, no pastoreio da palavra e no exercício erotizante da escritura.

Na leitura e releitura do (uni)verso alheio, Altino “escava o palimpsesto” para decantar seu próprio “lixo lírico” (cf. CASTRO, 1980, p. 31). Dialoga com poetas e críticos de todos os tempos para que seu poema possa se elevar ao nível dos clássicos. Se essa atitude permite ao poeta a ousadia de visitar a tradição, também concede-lhe os lou-

ros da modernidade. Pois que nesse trânsito arriscado de quem aparentemente não se define, o poeta sequestra, parafraseia, parodia, saqueia e rastreia (cf. CASTRO, 1980, p. 253) os versos dos outros, inclusive os seus. Essa relação ultrapassa os limites da poesia e se transforma num jogo criativo de homenagem e negação a poéticas de outros tempos. Dessa forma, o diálogo que Altino trava com a tradição não é a partir de uma visão dogmática ou de engessamento, mas de renovação. Isso se torna um viés de mão dupla, pois no uso dos valores da tradição, o poeta se mostra moderno, e na sua modernidade, vê-se a tradição. Se vista em seu conjunto, a poesia altiniana se revela heterogênea, pois que retoma modelos da tradição e, ao mesmo tempo, nega-os. Altino constrói sua poesia também na desconstrução de formas rígidas do passado – inclusive modelos cultuados pelo autor em outros momentos –, mesmo que para isso seja necessário negar a sua própria poesia. E dessa maneira, a poesia altiniana é sempre outra nela mesma. A isso, Octavio Paz chamou de tradição da ruptura. O poema abaixo é um bom exemplo de ruptura com a forma da poesia tradicional:

DECLINAÇÃO DA FISSÃO DA FLOR

Feição dá flor	Fruição da flor
Faisão da flor	Fluição dá flor
Frezão dá flor	Fé (ação) da flor
Frição da flor	Fiação da flor
Ficção da flor	Fixão dá flor

FISSÃO
DA
FLOR

(CASTRO, 1980, p. 253)

A tensão gerada pela conjugação do local com o universal, do velho com o novo, da tradição com a modernidade, do eterno com o efêmero provoca essa explosão da “flor final”. Altino não foi vanguardista, nem mesmo um passadista, porém conseguiu aliar num mesmo projeto poético esse tipo de construção mais experimental com o modelo de soneto camoniano, sem apresentar uma fissura que estrangulasse a sua proposta poética. A habilidade em não se fixar fez do poeta da rosa um autor que se insere na modernidade e, por isso, se equipara a seus contemporâneos. Sabia, como Borges, que “a poesia é uma experiência nova a cada vez” (BORGES, 2000, p. 15).

Baudelaire, ao falar de Constantin Guys, o pintor da vida moderna, atribui-lhe três imagens que se complementam: o *flâneur*, o *homem do mundo* e a *criança*. E para ele, o *flâneur* é o observador apaixonado, “um caleidoscópio dotado de consciência, que, a cada um de seus movimentos, representa a vida múltipla e o encanto cambiante de todos os elementos da vida” (idem, p. 21). O *homem do mundo*, para o poeta e crítico francês, é “o homem do mundo inteiro, homem que compreende o mundo e as razões misteriosas e legítimas de todos os seus costumes” (idem, p. 16). E a *criança*, imagem da

sensibilidade da *infância redescoberta*, “é a curiosidade profunda e alegre que se deve atribuir o olhar fixo e animalmente estático das crianças diante do *novo*, seja o que for, rosto ou paisagem, luz, brilhos, cores, tecidos cintilantes, fascínio da beleza realçada pelo traje” (BAUDELAIRE, 1996, p. 19).

Altino Caixeta incorpora, por um viés diferente, essas imagens em vários momentos de sua poesia. É preciso salientar que o *flâneur* baudelairiano é uma figura urbana, que fixa “residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito” da metrópole (BAUDELAIRE, 1996, p. 20), enquanto que Altino se fez observador de sua aldeia e de sua gente para pintá-las em palavras. Bem escreveu a esse respeito o Professor Roberto Carlos dos Santos:

A cidade fundada pelos modernos invoca a fuga ao monolítico, ao padronizado e ao homogêneo, talvez, esse ponto tenha servido para que Altino re-fundasse a sua aldeia, espaço-tempo que lembra o tempo medieval com a sua Cocanha pela fartura de beleza para saciar a fome de todos que dela precisam. A aldeia que existia na infância ainda permanece, mas em eterna recomposição. A aldeia é reconhecida por Altino, a priori, como infinitamente possível de declinação gradativamente ampliada em sua beleza. Em sua aldeia, socializada prodigamente com todos nós, há até mesmo o destempo, onde é possível e real os ponteiros rodarem “para trás”. Na realidade de sua aldeia os sacos de luz que enchem o carro de bois podem-se perder pelas estradas porque há o suficiente para ser repartido. Altino concebe a aldeia como “templo”, onde o seu cavalo pasta os vastos vitrais verdes e ainda ruma rimas.¹

Desde as moças-musas até as personalidades mais importantes de sua cidade, como professores, médicos, políticos, amigos estão expostos no painel de seus poemas. Se o *flâneur* baudelairiano admira a “beleza e a espantosa harmonia da vida nas capitais” (idem, p. 22), Altino decanta o lirismo de seus descampos advindo dos carneiros de seu pai, das rosas de sua mãe, da fartura do milho, mas também cede lugar à beleza do efêmero e do contingencial. A loucura de seu irmão Arnaldo, as rosas de seu amigo Pico, a história inusitada de Chantecler – seu cavalo comedor de dentifrício –, a experimentação em torno da abóbora madura, a chegada da primeira bicicleta são temas captados na busca da relativização da beleza e dos valores burgueses uniformizadores de uma sociedade. Desta maneira, o olhar altiniano desloca a antipoesia para a poesia. Se sua poética se move em direção a um cânone para o deslocar e depois se instalar nos seus intervalos, também ela se desarranja para permitir a poeticidade dos anônimos que, como o poeta, circulam no meio de sua gente.

Não bastasse a eternização por celebrar a sua aldeia, quis ser o *homem do mundo* nos poemas “Na manhã dos mortos” (1980, p. 207), “Das duas violências” (idem, p. 229), “Safra” (idem, p. 220), em que o poeta se mostra consciente do momento histórico mundial. Ou mesmo em:

¹ SANTOS, Roberto Carlos dos. *Altino Caixeta de Castro, Leão de Formosa: entre o universo da aldeia e a universalidade da poesia*. Trabalho apresentado no Seminário de Literatura, “Altino Caixeta de Castro: Uma eterna escritura”, Patos de Minas, 2002. Não publicado.

BIAFRA

Os celeiros de Deus
ainda comportam
mais
mortos de Biafra?

O Senhor dos Exércitos
não precisa Segar
mais papoulas este ano:

Basta
a safra
dos mortos de Biafra. (1980, p. 208)

Projetar o local no universal parece um projeto poético audacioso, mas para Altino a poesia é sempre um não-lugar que permite as combinações e recombinações. O não-lugar onde o poeta é o “pastor das palavras” (cf. CASTRO, 1980, p. 167) e, por isso, pode criar e recriar seu mundo e a visão que se tem dele.

A poesia altiniana nasce do espanto e da perplexidade de quem está diante do novo. A cada olhar, a realidade se mostra – não como ela mesma, mas como possibilidade de ser transformada em poesia. A cada página branca, o surgimento de uma nova possibilidade poética. Em “O Cântico do beabá”, o poeta patense fala de sua relação com a página branca:

(...) Prestígio caprichado de letra redonda. O mundo plano sem limites. Minha mãe sempre rezando certas rezas e apontando as estrelas. Minha mãe na roca. Minha mãe anilando a lã. O menino anilando o papel. Dois modos de tecer: as colchas azuis de minha mãe. As letras azuladas do menino azul. Agora no papel do tempo o gango azul da Saudade (o violáceo trissílabo). Agora esta predisposição para findar o inédito. Quando menino valeu a pena tingir o branco de papel almaço paralelo de linhas. A gente sentia emoção da pena enchendo a leira de palavras ilegíveis, mas claras. Agora adulto ou adulterado só me resta o desencanto da “parolle” [sic] ou da “langue” mas principalmente aquela ausência do cheiro da página, papiro angelizado de brancura, pejudas de devir. Ilétrado, intranquilo, agora e aqui ainda me assalta aquele temor de tomar o papel do pudor de feri-lo. Papel, “meu deus pequenino”, me perdoa te manchar de lágrimas, agora eu sei também que infinita a tua face não é fácil... (1989, p. 17).

O papel, “mundo plano sem limites” para a poesia, é esse lugar da *infância redescoberta*, “a infância agora dotada, para expressar-se, de órgãos viris e do espírito analítico que lhe permitirem ordenar a soma de materiais involuntariamente acumulados” (BAUDELAIRE, 1996, p. 18-19). A sensibilidade que domina o poeta Altino Caixeta de Castro é provocada pela perplexidade quase infantil de um poeta que se deleita com a possibilidade de (re)fazer, pelas palavras, o seu mundo.

Não se trata da palavra simplesmente. Mas da palavra deslocada de seu contexto e de sua significação pelo exercício consciente do fazer poético e que, por isso, se torna capaz de também deslocar a habitualidade do mundo. O poeta português António Ramos Rosa legitima essa ideia ao discutir o uso da palavra poeticamente a partir de sua capacidade de desestruturar, subverter e adulterar o mundo. Leia:

A palavra (poética) subverte, instaura. Um mundo em que se formula uma palavra nova é um mundo que perde as suas articulações habituais. (...) A palavra poética cria a perspectiva absolutamente aberta de uma possibilidade, e de modo algum constitui um mundo fechado e já feito. Esta possibilidade faz vacilar a estrutura discursiva da linguagem, não para a aniquilar, mas para lhe dar a verdadeira raiz: o silêncio, que faz da palavra uma falha aberta ao real. Assim se explica a natureza sacrificial da palavra, concentração e descentração perpétua em torno de um centro que não é centro mas o extremo limite de um ser (ROSA, 1991, p. 31).

Como quer Octavio Paz (1982, p. 191), Altino fez da palavra o núcleo da experiência poética. Pastorejou-as uma a uma até se tornar um “ser em sintagmas” (CASTRO, 1980, p. 157) ou “em lexema” que “obra ou lavra o poema/ dá pauladas/ nas palavras/ esconde a cobra” (idem, p. 160). Com elas, diz o indizível e o interdito, tanto na tensão do significado, quanto na intenção sonora. Diz pela voz que canta e pelo silêncio que se instala nos interstícios. Extraí delas toda a possibilidade arquitetural da linguagem para que a tessitura da forma seja fruto do trabalho e da consciência lírica. Matematicamente tece a sua poesia para tecer ou destecer modelos.

Por esse prisma, a relação da poética altiniana com duas “linhas de força” da história da literatura – a tradição e a modernidade – é a do ultrapassamento de regras preestabelecidas e da *jouissance* diante da possibilidade do poema, veículo da desconstrução e da reconstrução. Movido por uma *libido scribendi*, o poeta escrevia/reescrevia incessantemente, como se estivesse em estado de gozo. A relação erotizada de Altino com a poesia não está na realidade criada pela palavra, mas na relação com a palavra mesma. Isso pode ser explicitado no que disse Leila Perrone-Moisés:

Não uma realidade desejada e representada pelas palavras, mas a realidade processual do desejo, inscrita e ocultada nas palavras e em seus interstícios, desejo tornado letra; não a arqueologia desse desejo (na história pessoal do escritor), mas o aqui e agora de sua inscrição no discurso (PERRONE-MOISÉS, 1990, p. 112).

O poeta-pastor tem, enfim, uma volúpia pelas palavras que o impele a viver intensamente a poesia e dedicar a ela uma vida inteira.

A relação de Altino Caixeta com a poesia da modernidade também se dá pelo viés da imagem do poeta, construída por ele e pela sociedade. De acordo com Octavio Paz, “nenhum dos poetas que inauguraram a modernidade procurou a aprovação da maioria; todos, ao contrário, escolheram ‘de modo deliberado escrever contra o gosto público’” (PAZ, 1983, p. 87). Essa postura conduz o poeta moderno ao título de maldito, como acontece com os franceses Baudelaire, Rimbaud e Verlaine, ou com os brasileiros

Cruz e Souza e Augusto dos Anjos. Altino tece sua obra à margem de todo o processo literário brasileiro. Não se filia a nenhum grupo ou corrente, mas, por outro lado, também não se afasta de nenhuma preferência estética. Suas leituras permitem uma sintonia, mesmo que por outro viés, com os contemporâneos. Daí a “rebelião solitária” do poeta Leão de Formosa. Ergue uma bandeira, solitário, em defesa de uma única causa: a poesia. Uma poesia incomum que “veio a colocar-se em oposição a uma sociedade preocupada com a segurança econômica da vida” (FRIEDRICH, 1991, p. 20).

Dentro dessa perspectiva, o artista menor se torna o maior, assume sua condição de maldito, e produz a arte de que a modernidade necessita. Nega o belo e nega a sociedade que o cultua por meio da figura do artista. Altino não é um consagrado, mas um desconhecido; se pertenceu à aristocracia rural do século XX, negou-a: “Meus irmãos ficaram / com as escrituras das fazendas. / Eu fiquei com as escrituras / de meus versos” (1980, p. 249). Negou-a para pertencer a um outro mundo: o universo da poesia, para captá-lo e, no esforço de sua solidão, como um Midas, transformar tudo em arte.

Outra discussão pertinente na poesia altiniana é a sua consciência do conceito de beleza. Foi Baudelaire, ao valorizar o efêmero, o provisório e o contingente como constituinte da arte e, principalmente, ao atribuir à moda a responsabilidade de representar o moderno, que primeiro relativizou a imagem do belo clássico, para ensejar uma nova maneira de a arte se relacionar com essa ideia. Altino, ao permitir novos valores estéticos, não rompe diretamente com a tradição, mas mantém com ela uma relação criativa. A própria discussão crítica de Altino acerca dos conceitos de beleza conduz ao relativismo proposto por Baudelaire. No poema “Metáfora da beleza no tempo”, a beleza se instala no embate proposto pela significação sonora do poema, mais evidente nos últimos versos: “A beleza é lógica e louca e lírica e lúdica. / A beleza embate o bronze no busto das amadas” (1980, p. 69), em que a exploração de sons líquidos se contrapõe à repetição de sons oclusivos.

Ainda na tensão do jogo paradoxal se instala um relativizado conceito de beleza: “A beleza demora não demora sobre os mármorees. / A beleza é dura frágil sobre os gessos” (1980, p. 69). Nesse caso, o belo, que desde os clássicos foi visto como divino, torna-se também humano. O seu valor absoluto pode estar no contingente, no cotidiano, à altura do artista. Se é eterno, também é efêmero.

Dessa forma, Altino não concebe a modernidade absolutamente sem modelos, nem mesmo aquela que cria seus parâmetros unicamente a partir de suas próprias cições. Antes legítima, por sua obra, uma modernidade que rompe, mas que também sobrevive da herança de outros valores. Daí uma poética do ultrapassamento de seus modernos-contemporâneos.

Se esses aspectos fizeram de Altino Caixeta, ainda que tardiamente, um poeta da modernidade, outros revelam seu respeito pela tradição. Nem sempre em momentos distintos. Ele consegue, ao mesmo tempo, dialogar com todas as possibilidades poéticas sem se filiar a nenhuma, mas sem excluí-las. Altino é como uma grande antena telescópica que capta todas as possibilidades de realização da poesia. Nem mesmo os títulos de poeta plural, múltiplo ou polivalente rotulam Altino Caixeta de Castro. A sua obra, pela consciência do fazer poético, pelo jogo intertextual, pelo exercício crítico

e pela relação com posturas diversas da poesia universal, ultrapassa conceitos, valores e classificações para ser, simplesmente, poesia.

Referência bibliográfica

BARTHES, Roland. *Le plaisir du texte*. Paris: Seuil, 1973.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *As Flores do mal*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Carlos Barbosa e Hemerson Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental: Os livros e a escola do tempo*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1995.

BORGES, Jorge Luis. *Esse ofício do verso*. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Obras completas de Jorge Luis Borges*. Vários Tradutores. São Paulo: Globo, 1999.

BORNHEIN, Gerd A. et al. *Tradição e contradição*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CAMPOS, Geir. *Coroa de sonetos*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

CASTRO, Altino Caixeta de. *Cidadela da rosa: com fissão da flor*. Brasília: Horizonte, 1980.

_____. *Diário da Rosa Errância e Prosoemas*. Brasília: Escopo, 1989.

_____. Do espanto da palavra e outras perplexidades: Conversa com Altino Caixeta de Castro, *Revista Alpha*, Patos de Minas, ano 3, número 3, p. 11-21, nov. 2002. Entrevista concedida a Maria Esther Maciel.

_____. *Sementes de Sol*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da Teoria*. Trad. de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Diálogos na poesia de Altino Caixeta*. 2002. Trabalho apresentado no Seminário de literatura "Altino Caixeta de Castro: uma eterna escritura". Patos de Minas, 2002. Não Publicado.

CURTIUS, Robert Ernst. *Literatura européia e Idade Média latina*. Trad. de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec, 1996.

FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna*. Trad. Marise Curione. São Paulo: Duas

Cidades, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEGEL, G. W. F. *Estética: poesia*. Trad. Álvaro Ribeiro. Lisboa: Guimarães & C., 1980.

_____. *Curso de Estética: o belo na arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JAKOBSON, R. Linguística e poética, in: *Linguística e comunicação*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultix, 1992, p. 118-162.

LEFÈBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Tradução de Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MACIEL, Maria Esther. *Vô Transverso: poesia, modernidade e fim de século XX*. Belo Horizonte: Sette Letras/ FALE/ UFMG, 1999.

_____. Itinerários da Modernidade: sobre os conceitos de tradição e ruptura na obra de Octávio Paz. *Cadernos de pesquisa*, n. 24. Belo Horizonte: UFMG, abril de 1995.

_____. *Vertigens da lucidez: Poesia e crítica em Octavio Paz*. São Paulo: Experimento, 1995.

PAZ, Octávio. *A outra voz*. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1993.

_____. *O arco e a lira*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *Los hijos del limo*. México: Seix Barral, 1989, pp. 63-87.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Flores da escrivainha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PONGE, Francis. *Le parti pris des choses*. Paris: Gallimard, 1977.

POUND, Ezra. *O ABC da literatura*. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1998.

READ, Herbert. *As origens da forma na arte*. Sem dados.

ROSA, Antônio Ramos. *A parede azul*. Lisboa: Caminho, 1991.

SCHLEGEL, F. *Conversa sobre poesia*. Trad. Victor Pierre Stinirmann. São Paulo: Iluminuras, 1994.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Trad. Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

STEINER, George. O poeta e o silêncio, in: *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 55-74.

UNGARETTI, Giuseppe. *Razões de uma poesia*. São Paulo: EDUSP, 1994.

A dialética do amor: uma leitura de “Destruição”, de Carlos Drummond de Andrade

EDSON SANTOS DE OLIVEIRA

*Doutor em Letras: Estudos Literários, pela UFMG.
Professor do Centro Pedagógico da UFMG (Coltec).*

Resumo: Este artigo pretende fazer uma leitura do soneto “Destruição”, de Carlos Drummond de Andrade. Partindo de categorias como amor e ódio, pulsão de vida e pulsão de morte, tentaremos mostrar que há uma relação dialética entre esses polos, que são recriados poeticamente pelo escritor mineiro, tanto no plano da macro como da microestrutura do soneto. As camadas fônicas e morfossintáticas do texto mimetizam o movimento de fusão e destruição dos amantes. Nesse movimento, Drummond nos leva a perceber que o amor tem algo de perda e que esta dialoga com a falta e com a pulsão de morte, apontando para a negação (traço fundamental da linguagem) e para a constituição do sujeito.

Palavras-chave: Destruição; Drummond; pulsão; amor; ódio.

Abstract: The present article aims at presenting a reading of Carlos Drummond de Andrade’s sonnet “Destruição”. Starting from the categories of love and hatred, pulse of life and pulse of death, this work will show that there is a dialectic relationship among these poles, which are poetically recreated by the writer from Minas Gerais, both in the macro and micro structure plans of the sonnet. The phonic and morphosyntactic layers of the text mimic the fusion and destruction movement of the lovers. In this movement, Drummond leads us to the understanding that love has some kind of loss, which dialogs with the lack and the pulse of death, pointing to the denial, a fundamental language trace.

Keywords: Destruction; Drummond; pulse; love; hatred

O soneto a ser lido traz como título – “Destruição” – uma palavra que, à primeira vista, parece não ter ligação com o sentimento amoroso. Trata-se de um poema que pertence a *Lição de Coisas*, publicado em 1962. Nessa obra, Drummond quer construir o texto poético como “objeto de palavras”, explorando elementos como o aspecto visual, a fragmentação sintática, montando e desmontando vocábulos, tentando produzir uma linguagem subtrativa, enfim, criando uma poética que, no entender de Haroldo de Campos, valoriza mais a palavra e o espaço em branco do que o verso (CAMPOS, 1970, p. 43), o que confirmaria as propostas do *Plano Piloto para Poesia Concreta*, assinado pelos irmãos Campos e Décio Pignatari.

Indo na contramão do programa estético criado por Décio, Haroldo e Augusto de Campos, o poema “Destruição” não traz uma fragmentação da forma no plano visual. Drummond opta por uma espécie literária, o soneto, fartamente utilizado pela tradição literária desde a poesia lírica de Camões, com o seu conhecido “Amor é fogo

que arde sem se ver”, até poetas do modernismo brasileiro, como Vinícius de Moraes e outros. Leiamos o poema:

Destruição

Os amantes se amam cruelmente
e com se amarem tanto não se veem.
Um se beija no outro, refletido.
Dois amantes que são ? Dois inimigos.

Amantes são meninos estragados
pelo mimo de amar: e não percebem
quanto se pulverizam no enlaçar-se,
e como o que era mundo volve a nada.

Nada, ninguém. Amor, puro fantasma
que os passeia de leve, assim a cobra
se imprime na lembrança de seu trilho.

E eles quedam mordidos para sempre.
Deixaram de existir, mas o existido
continua a doer eternamente.

No notável poema de Camões, do qual foi retirado o primeiro verso destacado anteriormente, o poeta português é pródigo no uso de paradoxos, recurso utilizado por vários artistas da palavra para definir o amor. Drummond, ao optar pelo soneto e ao explorar elementos paradoxais nesse poema, está, pois, sintonizado com uma tradição literária que vem de longe, passando por Camões e vários outros poetas, chegando, na literatura portuguesa, a Fernando Pessoa, com seus famosos oxímoros. No entanto, o poeta mineiro traz uma inovação ao mostrar um outro ângulo do amor, a destruição. Como veremos, o processo de construção desse soneto (ritmo, métrica, uso do verso branco, presença dos *enjambements*, pausas, marcações fônicas, semânticas e morfossintáticas, além de outros recursos) acompanha, no plano da linguagem, a integração e desintegração dos amantes no ato amoroso. Assim, a camada significante do texto drummondiano é plasmada num movimento de sístole e diástole, fazendo eco ao tema do soneto, a saber, a tensão entre amor e morte. Pode-se dizer que, juntamente com a camada fônica e morfológica, o estrato sintático do poema segue esse movimento de oscilações entre versos curtos, fechados e longos. Sintaticamente, o processo de subordinação se manifesta principalmente na frequência de *enjambements*, como veremos posteriormente.

No poema de Drummond, o amor é tematizado em uma espécie literária que tende ao “racional”, o soneto, que apresenta certa coerência na apresentação do assunto: a primeira estrofe funcionando como uma introdução, a segunda e a terceira correspondendo ao desenvolvimento, e a última, como conclusão, arrematando o texto. Essa espécie foi muito cara à poesia clássica, que tinha como programa estético conciliar

emoção com razão. De outro lado, vamos perceber que a “racionalidade”, inerente a esse processo de construção equilibrado que caracteriza o soneto, recebe um toque de corrosão¹ por parte do poeta mineiro na medida em que o amor, companheiro inseparável da emoção, é enfocado como sentimento de destruição. É exatamente aí que está a riqueza do poema.

Com relação ainda à opção pelo soneto em *Lição de Coisas*, convém assinalar que não se trata de uma “esporádica recaída” do poeta itabirano no modelo clássico, como afirma Haroldo de Campos (CAMPOS, 1970, p. 43)². Essa “recaída” a que o crítico paulista se refere não deve ser entendida como um defeito. Pelo contrário, insistimos, a construção do soneto (uma espécie literária que tende a uma construção racional), conjugada com a temática da destruição, no sentimento amoroso, enriquece esse poema drummondiano ao mostrar de modo magistral a tensão entre amor e ódio que perpassa por todos os quatorze versos do texto.

O jogo de oposições explorado por Drummond não se prende à relação de palavras de sentido contrário. A macroestrutura do poema - construído em forma de soneto, sugerindo a imagem de uma *construção* poética equilibrada e proporcional – é dissolvida na microestrutura pelo enfoque do sentimento amoroso ligado ao campo semântico de *destruição* por meio de vocábulos que apontam para a negatividade tais como “fantasma”, “nada”, “ninguém”, e de outros recursos fônicos e morfossintáticos, como será demonstrado ao longo desta leitura. Releiamos o poema.

Estamos diante de um soneto construído em versos decassílabos brancos. Se se trata de amor, por que o vocábulo “destruição” no título do poema? Se à primeira vista o amor tende à construção, o que leva o poeta de Itabira a vê-lo pelo ângulo da destruição? Percebe-se assim que elementos dialéticos, na camada do significante e do significado, vão percorrer todo o soneto pelo processo de integração e desintegração.

No primeiro verso do poema (“Os amantes se amam cruelmente”), o advérbio “cruelmente” dialoga com o título, apontando o amor como um sentimento destruidor. Por outro lado, há uma imagem de reciprocidade desse sentimento, sugerida pelo pronome “se”, que antecipa as formas verbais “amam” e “amarem”, essa última no se-

¹ Essa ideia de corrosão foi proposta por Luiz Costa Lima ao estudar a obra de Drummond (LIMA, Luiz Costa. “O princípio-Corrosão em Carlos Drummond de Andrade”, in: *Lira e anti-lira*: Mário, Drummond, Cabral. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 174). Esse princípio de corrosão, em nosso entender, parece ter relação com a ironia na medida em que Drummond cria em seus versos um distanciamento em relação ao que escreve. No soneto em questão, não há essa ironia, mas a corrosão pode ser percebida, de modo mais amplo, na apresentação do amor num processo de construção/destruição. Assim, no plano da macroestrutura, a *construção do soneto* tende à racionalidade e, no plano do conteúdo, a apresentação do amor como fusão dos amantes, é corroída pelo tema do amor como sentimento de destruição.

² A expressão “recaída no soneto” está no seguinte trecho: “(...) Várias coisas não contam e podem ser descartadas: certa poesia comemorativa e/ou memorial (*inclusive uma esporádica recaída no soneto*); certos poemas “padrescos” que se salvam pelo fio fino do humor; alguma insistência no “discurso maior”. Mas o que conta, além de numeroso, é, principalmente fundamental: CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem*.: ensaios de teoria e crítica literária. Petrópolis: Vozes, 1970 [grifo nosso].

gundo verso (“e com *se* amarem tanto não *se* veem”) [grifo nosso]. Juntamente com a imagem da reciprocidade, encontramos no segundo verso outro pronome “se”, antecipando a forma verbal “veem”, acenando para um traço típico do amor, o narcisismo. Em outros termos, a intensidade do amor, marcada pelo advérbio “tanto”, é diretamente proporcional à cegueira desse mesmo sentimento: “não se veem”. Os dois amantes, centrados no ato de amar, isolam-se do mundo em sua autocontemplação. Dois tentando em vão formar o um, magistralmente caracterizado pela presença do singular no adjetivo “refletido”, no terceiro verso da primeira estrofe: “Um se beija no outro, *refletido*” [grifo nosso].

Essa imagem de fusão em que o um é o outro, conotada pelo vocábulo “refletido”, nos remete ao mito de Narciso. De tanto amar e olhar sua imagem nas águas, o personagem da mitologia acaba mergulhando na morte. Os amantes do poema, cegos pelo amor, perdem a visão e, como Narciso, de tanto se verem acabam se destruindo. Por outro lado, o reflexo no ato de olhar/amar aponta também para o duplo: na intensidade do amor e da contemplação mútua, os amantes são um outro e um mesmo. Todo reflexo remete a uma identidade confirmada e a uma identidade roubada (GENETTE, 2006, p. 24). Os amantes se refletem e se confirmam no reflexo; no entanto, como veremos, essa identidade é também neutralizada à medida que avança o poema. Observe-mos, no plano morfológico, como algumas imagens do soneto reafirmam o jogo de roubo e confirmação de identidade. Enquanto vocábulos como “amantes”, “meninos” e “mundo” confirmam a integração amorosa, palavras como “inimigos”, “cruelmente” e “nada” rompem com essa tendência à completude.

A palavra “inimigos” do último verso da primeira estrofe (“Dois amantes que são? Dois inimigos”) retoma a imagem do amor como crueldade, presente no primeiro verso do soneto – “Os amantes se amam cruelmente”. A primeira estrofe se fecha com a imagem do amor como inimizade, dando sequência, na segunda, a uma intensidade do processo amoroso que se constrói-desconstruindo, presente na metáfora “meninos estragados” (“Amantes são meninos estragados”), ampliada no paradoxo do terceiro verso (“quando se pulverizam no enlaçar-se”), e na antítese sugerida pelos vocábulos “mundo” e “nada” do quarto verso: “e como o que era mundo volve a nada”.

Ainda na segunda estrofe, a aliteração, presente na repetição do fonema /m/, no primeiro e segundo verso – “Amantes são *meninos* estragados/ pelo *mimo* de amar e não percebem” – reflete, na camada fônica, a imagem da fusão narcísica dos amantes, como se pode constatar na primeira estrofe. Assim, o beijo apaixonado dos amantes é mimetizado pelo fonema /m/, conjunção bilabial (acenando para o movimento dos lábios no beijo), ampliando a imagem da união tão intensa dos namorados, que não percebem o processo de pulverização a que chegam, pulverização que também, fonicamente, se insinua no encontro consonantal *tr*, no fonema velar sonoro /g/ (guê) do vocábulo “*estragados*”, na vogal /u/, prolongada pela consoante líquida “l” da forma verbal *pulverizam*, juntamente com a consoante labiodental sonora /v/ e a vibrante /r/ da mesma palavra. Como podemos notar, a fusão e a destruição amorosa são projetadas não só no plano morfossintático mas também na camada fonológica do poema.

A desintegração do amor se acentua na terceira estrofe por meio de vocábulos como “nada” e “ninguém”, seguidos da palavra “fantasma”, como se pode notar na gradação já apontada no primeiro verso: “Nada, ninguém. Amor puro fantasma”. Vale

ressaltar que a destruição do amor já é anunciada na estrofe anterior com a presença da anadiplose, pela palavra “nada”, no final da segunda estrofe juntamente com o seu retorno no começo da terceira.

O vocábulo “fantasma” é ambíguo, sugerindo não apenas algo irreal, mas também a fantasia criada pelos amantes no ato amoroso, insinuado no vocábulo “cobra” (que evoca não só a sexualidade, mas também a imagem da serpente tentadora do paraíso) e novamente dissolvido na expressão “lembrança de seu trilha”. Como a fantasia que sempre retorna, o desejo também volta pela lembrança, numa circularidade paradoxal, na eterna satisfação que nunca se satisfaz.

Se observarmos atentamente a pontuação do poema, poderemos perceber que ela dá as coordenadas do ritmo de avanço e recuo dos namorados no ato amoroso. Na primeira estrofe, o narcisismo dos amantes, cegos diante do amor, começa a esboçar-se com ênfase na imagem da paixão, acrescida de um toque de agressividade, presente nas palavras “cruelmente” e “inimigos”: “Os amantes se amam cruelmente/ e com se amarem tanto não se veem”. A cegueira e o isolamento narcísico dos apaixonados são sintaticamente marcados pelos três pontos finais dessa primeira estrofe. Em outros termos, os versos se fecham sintaticamente da mesma forma que os amantes se isolam no amor, alheios ao olhar de quem quer que seja.

O amor dos amantes tem um ritmo intensificado na segunda estrofe, com apenas um ponto final. Na verdade, esse ritmo já começa a se encorpar nos dois primeiros versos da primeira estrofe, por meio da repetição das formas verbais “amam/amarem”, da presença da aditiva “e”, juntamente com o ponto, que surge apenas no final do segundo verso: “Os amantes se amam cruelmente/ e com se amarem tanto não se veem”. O primeiro verso da segunda estrofe se apoia abruptamente no início do segundo por meio do *enjambement* ou cavalgamento (“Amantes são meninos *estragados/pelo mimo* de amar: e não percebem”). Entre o final do segundo e o início do terceiro verso, há novo “cavalgamento”: “e não *percebem/quanto* se pulverizam no enlaçar-se”. A fusão dos namorados, sugerida pelo cavalgamento, juntamente com a fusão de classes gramaticais, presente no verbo substantivado “enlaçar-se”, novamente são desconstruídas pela expressão “volve a nada”. A forma verbal “volve” aponta para a circularidade do desejo, sempre se unindo e se dissociando, lembrando o eterno embate entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Assim, a intensidade do amor, tecida pela pontuação agalopante nos três primeiros versos da segunda estrofe, recebe uma leve pausa na vírgula do terceiro verso (“Quando se pulverizam no enlaçar-se,”) anunciando que o amor caminha para o nada e para a morte: “e como o que era mundo volve a nada”. Os vocábulos “mundo” e “nada” desse quarto verso da segunda estrofe retomam a metáfora do primeiro, da mesma estrofe (“Amantes são meninos estragados”) por meio do substantivo “meninos”, que conota juventude, vigor, vida e do adjetivo “estragados”, que acena para a pulverização e para a morte.

Na metade do primeiro verso da terceira estrofe (“Nada, ninguém...”), o amor dos amantes tende a um ritmo lento. No entanto, na segunda metade desse mesmo primeiro verso (“Amor puro fantasma...”), o ritmo acelerado do amor, via pontuação, renasce e continua em toda a estrofe, mas é corroído pelo plano da fantasia e da lembrança. Os versos da terceira estrofe são cortados pela presença de três vírgulas e dois pontos finais, preparando já a serenidade do ato amoroso, que persiste na quarta estro-

fe, também marcada por cortes na pontuação. Todavia, a tensão entre amor e morte não se resolve no final do poema.

Na última estrofe, o ritmo diminui ainda mais, sendo acentuado pela imagem da destruição, presente no adjetivo “mordidos”, que por sua vez, resgata a imagem dos amantes como inimigos, anunciada no quarto verso da primeira estrofe, “Dois amantes que são? Dois inimigos”. Formas verbais como “quedam”, “doer” e “deixaram de existir” trazem ainda uma conotação do amor como uma espécie de pequena morte. No entanto, essa expressão é neutralizada pela conjunção adversativa “mas”, marcando o contraste da morte, a vida, novamente reativada no uso do cavalgamento entre o final do penúltimo e último verso (“... mas *o existido/ continua* a doer eternamente”). A forma verbal “continua” da expressão “continua a doer” remete à persistência do amor, lembrando-nos a pulsão de vida, fundida à pulsão de morte, conotada pelo vocábulo “doer”. O último vocábulo do soneto, o advérbio “eternamente”, arremata de modo magistral o poema, enfatizando a dialética do desejo na existência humana: um eterno círculo de enlace e desenlace.

Com relação à dinâmica pulsão de vida e pulsão de morte, seria interessante fazer aqui ligeiras reflexões. Se por um lado, segundo Freud, as pulsões de vida (constituídas de pulsões sexuais e instintos de autoconservação) caminham no sentido da aglutinação, diríamos, da construção, por outro lado a pulsão destrutiva se dirige à desintegração. Essas duas pulsões, todavia, trabalham dialeticamente num processo de fusão e separação. Drummond vai assim ilustrando brilhantemente nesse soneto a dialética do amor, ao descrever os amantes se amando e ao mesmo tempo se destruindo. Essa destruição amorosa pode ser vista em dois aspectos. Por um lado, a pulsão de morte, sendo desintegradora, acena para o que não se escreve no amor. Em outros termos, o enigma do amar não pode ser representado pela palavra, e exatamente por isso, deságua na morte. Por outro lado, a pulsão de morte não deve ser enfocada como mera destruição. Não nos esqueçamos de que ela é a pulsão por excelência.

Em *Pulsão e seus destinos*, Freud mostra que um dos destinos dela é a “reversão ao seu oposto”. O amor pode assim virar ódio, uma vez que existe uma transformação da atividade em passividade. Freud foi mais longe ainda ao mostrar que o ódio antecede o amor e é constitutivo do sujeito: “Não se pode negar que o odiar, originalmente, caracterizou a relação entre o eu e o mundo externo alheio com os estímulos que introduz. [...] Logo no começo, ao que parece, o mundo externo, os objetos e o que é odiado são idênticos” (FREUD, 1980, p. 158).

A partir dessas reflexões, pode-se deduzir que há sempre uma deficiência no Outro ao “completar” a demanda que o sujeito lhe propõe. O amor, não completando a falta que está no sujeito, possibilita a emergência da destruição.

Flanzer, em seu artigo *Sobre o ódio*, retomando Freud e Lacan, afirma que o desejo se compõe de algo destrutivo. Ele surge de uma defasagem do sujeito em relação ao Outro e isso é estrutural (FLANZER, 2006, p. 220). No *Seminário 20*, Lacan afirma que o verdadeiro amor tem uma estreita relação com o ódio: “É aí que a análise nos incita a esse lembrete de que não se conhece nenhum amor sem ódio” (LACAN, 1985, p. 122), criando o vocábulo “amódio”, que ressalta a importância da pulsão de morte na constituição do amor.

O poema inteiro de Drummond caminha nesse jogo dialético do amor e do ó-

dio. Na primeira estrofe, o narcisismo dos amantes solicita a ilusória fusão do um, tendendo à integração, mas a crueldade dissolve essa união. A pulverização e o entrelaçamento dos apaixonados continuam na segunda estrofe, mas recebe um arrefecimento na terceira, finalizando, na quarta, com a fusão entre os opostos: "... mas o existido continua a doer eternamente".

Dessa forma, a macroestrutura do soneto já é dialética: as duas estrofes do centro (segunda e terceira) mostram os amantes num ritmo intenso de fusão amorosa, e as duas estrofes da extremidade (primeira e quarta) tendem a um ritmo menor. Prova disso é que os *enjambements* são mais frequentes nas estrofes do centro, a segunda e a terceira.

No plano da microestrutura, como já apontamos, o jogo dialético do amor é também acentuado, sendo marcado por pares antitéticos (amigos/inimigos, carinho/crueldade, amor /morte) e oxímoros. O ritmo se acentua com os cavalgamentos e as pausas, numa eterna construção/destruição, fazendo eco à integração e desintegração amorosa. Assim, esses dois opostos que se fundem, na estrutura do soneto, parecem nos ensinar que no amor há perdas e ganhos, presença e falta, vazios e ilusórias completudes.

O poema "Destruição", como já afirmamos no início, pertence a *Lição de coisas*. A palavra "lição" nos leva a pensar no ato de aprender e de ensinar. O vocábulo "coisa" poderia aqui ser substituído pela palavra real, no sentido lacaniano. O poeta itabirano nos mostra, por esse soneto, que as coisas nos ensinam. Elas são opacas como o Outro. A lição a aprender é que podemos olhar para elas sem as certezas da racionalidade. O soneto de Drummond rompe assim com o lugar comum que se tem do amor, mostrando-nos que amar é também perder: "E eles ficam mordidos para sempre".

Essa dialética de amor e morte está presente não só neste poema, mas em outros textos de Drummond. Sant'anna afirma que a temática amorosa drummondiana é marcada por antíteses, voltadas para dualismos como construção/destruição, ganho-perda, instante-eternidade. Segundo o crítico mineiro, a vida é mostrada "como um gesto de amor diante do tempo destruidor" em que Eros luta contra Tântalos (SANT'ANNA, 1977, p. 139). Assim, é possível perceber essa dialética amorosa em outros poemas do poeta de Itabira, como no conhecido *Campo de Flores* ("Eis que eu mesmo me torno o mito mais radioso/ e talhado em penumbra sou e não sou mas sou") e em alguns outros. Dessa forma, o amor, se apresentando por meio do processo de construção e destruição, é uma tônica na poesia de Drummond. Se por um lado esse sentimento é marcado pela instabilidade, como o tempo que também é destruidor, por outro, o poeta o vê como fonte de vida, mas num constante estar a morrer. E no amor do "... existido que continua a doer eternamente" humildemente aprendemos essa lição de coisas. Affonso Romano, no entanto, enfoca a destruição amorosa pela categoria do tempo, mas é possível entendê-la em outro ângulo.

Merquior ressalta em *Lição de Coisas* a importância da linguagem. Ele afirma que nessa obra o tema da *natureza fugidia das palavras*, já presente em poemas anteriores como "O lutador" e "Procura de poesia", volta ao primeiro plano (MERQUIOR, 1972, p. 202) [grifo nosso].

Ao enfocar o amor como algo fugidio, que dialoga com a morte, Drummond nos aponta para um projeto bem mais amplo de sua poesia. Desse modo, o lirismo filo-

sófico de *Lição de Coisas* traz, na dialética amorosa, um problema maior, sintonizado com a natureza da linguagem que, juntamente com o desejo, tem na negação a sua marca: as palavras, como o amor, são fugidias, constroem e destroem sentidos e afetos. A falta está tanto na palavra quanto no amor. É impossível formar um, como afirma Lacan:

O gozo – o gozo do corpo do Outro – resta, ele, uma questão, porque a resposta que ele pode constituir não é necessária. Isso vai mesmo mais longe. Não é nem mesmo uma resposta suficiente, porque o amor demanda o amor.

Ele não deixa de demandar. Ele demanda... *mais...ainda. Mais, ainda*, é o nome próprio dessa falha de onde, no outro, parte a demanda do amor (LACAN, 1972-73, p. 12-13).

Eis a lição de coisas do poeta itabirano que poderia ser assinada por Lacan: “Amar é dar o que não se tem”. Da mesma forma, fazer poesia, para Drummond, é bordejar e recriar “o que não cessa de não se inscrever.”

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Lição de Coisas*, in: *A paixão medida*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem: ensaios de teoria e crítica literária*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

FREUD, S. Pulsão e seus destinos, in: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, vol. XIV.

FLANZER, Sandra Niskier. *Sobre o ódio*. *Interações*, vol. XII, n. 22, p. 215-229, jul./dez. 2006.

GENETTE, Gérard. *Figuras*. São Paulo: Perspectiva, 1966.

LACAN, Jacques. (1972-73). *O Seminário, Livro 20: mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MERQUIOR, José Guilherme. *Verso e universo em Drummond*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Carlos Drummond de Andrade: análise da obra*. Rio de Janeiro: Documentário, 1977.

A doutrina do mando e da obediência

EDUARDO DE ARAÚJO TEIXEIRA

*Pós-doutorando no Programa Avançado de Cultura Contemporânea – PACC/UFRJ.
Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa/ USP,
com tese sobre o sagrado em Guimarães Rosa*

Resumo: Apoiando-se na dialética da colonização, nas relações de mando e obediência no sertão e outros aspectos da cultura de Minas Gerais, o autor analisa o conto "Nada e a nossa condição", de João Guimarães Rosa, observando sua intertextualidade com a tragédia *Rei Lear*, de William Shakespeare.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; Shakespeare; colonização; sociologia; Minas Gerais; sagrado.

Abstract: Relying on the dialectics of colonization, on relations of command and obedience in hinterland and other cultural aspects of Minas Gerais, the author analyzes the short story "Nada e a nossa condição," by João Guimarães Rosa, noting its intertextuality with the tragedy *King Lear*, by William Shakespeare.

Keywords: Guimarães Rosa; Shakespeare; colonization; sociology; Minas Gerais; sacred

Narrado em primeira pessoa à maneira reverente de uma narrativa exemplar, "Nada e a nossa condição", décimo segundo conto de *Primeiras Estórias*, de João Guimarães Rosa, centra-se na figura de um velho fazendeiro chamado Tio Man'Antônio; este, após a morte da esposa e da partida das três filhas recém-casadas, decide despojar-se dos bens materiais, dividindo a sua grande fazenda entre seus vários empregados.

O conto traz uma complexa reflexão sobre a *condição humana* e o *nada*, sugerida desde o tom conceitual do título – "Nada e a nossa condição" –, no qual se observa a ausência de oposição entre o *nada*, "sem propósito da existência", e a vida, fração efêmera da História, limitada na grandeza do Tempo.

O conto, mais do que tematizar o curso estéril do homem para a morte (o "Nada" na concepção do homem não-religioso), perfaz a trajetória humana para a eternidade, para a reintegração com o absoluto. Em *Primeiras Estórias*, é a narrativa sobre o "aprendizado da morte", sobre o curso existencial do homem na Terra. Trata-se, portanto, de uma investigação filosófica do trânsito temporal vida-morte e de sua metafísica.

A narrativa "Nada e a nossa condição" pode ser dividida em quatro partes: 1) inventário da vida e dos bens de Tio Man'Antônio; 2) a perda da esposa e a partida das três filhas; 3) despojamento: doação da fazenda aos "servos"; e 4) culpa resultante da ingratidão, somada ao temor religioso.

1. Inventário

Na primeira parte, o narrador apresenta o protagonista do conto, Tio Man'Antônio, e seu modo de estar no mundo. Em seguida, elabora o inventário dos bens materiais do fazendeiro com o retrato detalhado do universo patriarcal a partir da descrição da casa-grande (espaço de domínio), passando à apresentação dos demais personagens, de papéis sociais facilmente reconhecíveis: a esposa submissa, as três filhas amorosas; e os empregados: gente mestiça subserviente, por isso, sem voz e sem nome:

À que – assombrada, alicerçada fundo, de tetos altos, longa, e com quantos sem uso corredores e quartos, cheirando a fruta, flor, couro, madeiras, fubá fresco e excremento de vaca – fazia face para o norte, entre o quintal de limoeiros e os currais, que eram um ornato; e, à frente, escada de pau de quarenta degraus em dois lanços, levava ao espaço da varanda, onde, de um caibro, a um canto, pendia ainda a corda do sino de outrora comandar os escravos assenzalados (p. 73)¹.

Construção sólida e antiga, a casa-grande espelha a grandeza de um modelo senhorial² ainda em vigor, porque fértil (“fruta”, “flor”, “excremento de vaca”) e produtiva (“couro”, “fubá fresco”), mas marcada por quartos e corredores sem uso. A senzala não é descrita, pois pertencente a um outro tempo; sua existência, contudo, é demarcada pela indicação da corda do sino “de outrora comandar os escravos assenzalados.”

Apesar de não ostentar sua condição de dono (“e tão apartado em si se conduzia ele, individido e esquivo; na conversa, que jamais quase a referisse pelo nome, mas, raro e apenas, sobremaneira: — “...Lá em casa... Vou para casa...”), o altaneiro senhor da fazenda de gado do Torto-Alto está ligado, indissociavelmente, à propriedade, cuja aquisição é imprecisamente descrita (“Essa fazenda, Tio Man'Antônio tivera-a menos por herança que por compra”), sugerindo um direito natural que se constituirá a questão maior do conto: o pátrio-poder, e num nível mais profundo, o direito divino de Tio Man'Antônio à terra.

A acentuada ligação entre Man'Antônio e a natureza determina a ênfase do tratamento dado por Rosa ao “cenário.” A paisagem, detalhadamente descrita desde a abertura, excede o real, não só pela ambiguidade e imprecisão morfossintática dos termos usados na descrição de seu amplo aspecto, como também pelo excessivo jogo anti-

¹ Posto que toda citação relativa ao conto em análise refere-se à edição de 1985 (citada na bibliografia no fim do trabalho), limitar-nos-emos à referência ao número de página para efeito de concisão.

² Ainda que questionável, parece corresponder à visão de tal modelo apresentado no conto a definição de Eliade Rugai Bastos: “A casa-grande figura no sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, [...] opera como centro de coesão social, representa todo um sistema econômico, social e político e age como ponto de apoio para a organização social. Mais que isso, é o modo pelo qual se realiza o caráter estável da colonização portuguesa de marca agrária, sedentária, plástica e harmônica” (BASTOS, 1999, p. 220).

tético altura/abismo. Destaca-se igualmente o contraste entre claridade fulgurante e extensão infinita diversas vezes reiterado no conto.

[...] dobrava-se na montanha, em muito erguido ponto e de onde o ar num máximo raio se afinava translúcido: ali as manhãs dando de plano e, de tarde, os tintos roxo e rosa do poente não dizendo de bom nem mau tempo [...] (p. 73) [grifos nossos]

Só se de longe. Senão vinha constante, serra acima, a retornar viagem, galgando caminhos fragosos, à beira de despenhadeiros e crevassas — grotas em tremenda altura. Da varanda, dado o dia diáfano, já ainda a distância de tanto e légua, avistavam-no, pontuando o claro ar em sequer seqüente [...] (p. 74) [grifos nossos]

[...] Passou a paisagem pela vista, só a segmentos, serial, como dantes e ainda antes. De roda, na vislumbração, o que dos vales e serros vem é o que o horizonte é — tudo em tudo. (...): as sombras das grotas e a montanha prodigiosa, a vanecer-se, sobre asas [...] (p. 75) [grifos nossos]

Tio Man'Antônio é constantemente descrito em curso, entrecruzando a paisagem, em prolongado estado de graça, num silêncio contemplativo de quem extrai da natureza uma lição sobre ritmo e harmonia da vida.

[...] pontuando o claro do ar, em certas voltas de estrada, a aproximar-se e desaproximar-se, sequer seqüente. Insistindo, à cavalsa no burro forçoso e manso, aos poucos avançava, Tio Man'Antônio, em rigoroso traje, ainda que a ordinária roupa de brim cor de barro, pois que sempre em grau de reles libré; e sem polainas nem botas, quiçá nem esporas. [...], propenso a tudo, afetando um cochilo. Nem olhasse mais a paisagem? (p. 74).

Não há, portanto, conflito entre homem/ natureza. Tio Man'Antônio não está com a natureza, ou na natureza, para além do real, ele a apreendeu e a leva como parte intrínseca (“apartado em si se conduzia”, “individido”, “de tão dentro de si”, “por detrás de si mesmo”, “pondo-se de parte”, “em ambíguos âmbitos”, “dentro em sua mente”, “separativo”, “no se é o que é que é”).

Se ele carrega a ciência da passagem, a sapiência fornecida pelo tempo “do nada-humano” experimenta o peso deste saber como um fardo. O centro irradiador parece ser a própria casa-grande (reflexo de seu corpo e de sua mente), pois ainda que representasse, em aparência, “bom abrigo”, ela equivale ao aprisionamento e à perturbação de seu espírito: “[...] Mas, ele, de cada vez, se curvava, de um jeito, para entrar, como se a elevada porta fosse acanhada e alheia, convidadamente, aos bons abrigos. Vivia, feito tensão. Assim, a respeito dele, muita real coisa ninguém sabia” (p. 74).

O excesso de vírgulas da narrativa, como pode ser bem observado no fragmento anterior, determina uma outra cadência de leitura, mais lenta e mais detida. O pronome pessoal “ele” se aparta do conjunto entre vírgulas (assim se apresenta, diversas vezes na narrativa), indicando a solidão do protagonista, seu “ensimesmar-se”. O hábi-

to de curvar-se sugere o gradativo envelhecimento, a diminuição do corpo, a fazer com que a porta parecesse mais elevada (embora acanhada/alheia), ainda que sempre a mesma para todos. Ao se decompor o advérbio construído “*con – vida – da – mente*”, obtêm-se significados distintos de “convitativa” ou de “aberta ao aconchego”; porque a casa/porta passa a equivaler ao arcaíbouço da memória, registro daqueles que a cruzaram. Considerando a casa como uma alegoria de Man’Antônio, a porta corresponderia à passagem para o “estar em si.” A tensão sentida por Man’Antônio decorre do conflito entre exterior (a plenitude da natureza) e o interior, mundo das convenções, já que casa é uma construção artificial e humana. Cabe destacar que a casa é centro de controle da propriedade, de onde ele desempenha o mando.

A casa espelha Tio Man’Antônio, sua memória, sua enraizada origem, funcionalidade, fecundidade – a imagem com que se apresenta à vista do mundo. A relação entre altos e baixos do mundo (recompensas e perdas) e a posição da alta casa (estável e antiga no centro do vale) transmite a impressão de perenidade:

Sim, se os cimos – onde a montanha abre asas — e as infernas grotas, abismáticas, profundíssimas. Tanto contemplava-as, feito se, a elas, algo, algum modo, de si, votivo, o melhor, ofertasse: esperança e expiação, sacrifícios, esforços – à flor [...] (p. 74).

As reiteradas antíteses (cimo/infernaís grotas) parecem traduzir a ideia de que o fazendeiro transita entre dois planos: o terreno e o celestial. Essa passagem é reveladora de uma concepção cristã que contrapõe simbolicamente céu (Paraíso) e abismo (Inferno). A “terceira via” não seria o purgatório, mas a provisória e efêmera vida terrena, um “curso” de provações: “esperança, expiação, sacrifícios, esforços e beleza (à flor)”. No ocaso da vida, caberia ao homem “prestar contas” Àquele que habita ambos os espaços, Deus: “(...) Seria, por isso, um dia topasse, ao favorável, pelo tributo grato, o Reidos-Montes ou o Rei-das-Grotas — que de tudo há e tudo a gente encontra [...]; só estamos vivendo os futuros antanhos [...]”³ (p. 74).

Por estar imerso nesta verdade profunda, Tio Man’Antônio se torna introspectivo, calado (bastante semelhante ao pai de “A terceira margem do rio”), e por essa razão é visto pela comunidade local e parentes, alternadamente, como “iluminado” e “alucinado.” Sua sabedoria é produto da contemplação dos espaços vastos, da leitura da natureza,⁴ resultando dessa experiência seu outro olhar sobre a existência, uma outra maneira de entender vida e morte: “[...] *Olhava, com a seu nem ciente amor, distantemente, fundos e cumes. Seduzível conheceu-se, ele, de encarar sempre o tudo? [...]*” (p. 74).

³ Na máxima: “só estamos vivendo os futuros antanhos”, Guimarães Rosa insinua que a vida do homem é “predestinada”, pois o curso que deve seguir ao longo da existência (os futuros são *antanhos*, antigos, já definidos), estaria marcado/escrito pela mão divina.

⁴ É inevitável uma aproximação deste pensamento com a estética simbolista: a visão da natureza como “floresta de símbolos” a ser “lida” em toda sua pluralidade sensorial, como poetizado por Charles Baudelaire no poema “Correspondances”, reelaboração dos conceitos místico-religiosos do protestante Emanuel Swendenborg.

Tio Man' Antônio se divide entre o mundo objetivo: das decisões e do mando, e o plano "excelso": das alturas, do elevado "espírito." Há uma linha bem demarcada entre as duas figuras (o do que "ordena" e o do que "contempla/medita") que irão se fundir no desfecho do conto.

A chegada de Tio Man' Antônio (do costumeiro transcurso montanha—vale) será o ponto de partida para apresentação dos personagens secundários. Como se tudo demandasse de sua nobre figura, há um rápido "povoamento" dos espaços apresentados na:

[...] esperava-o lá a mulher, Tia Liduína, de árdua e imemorial cordura, certa para o nunca e sempre. E rodeavam-no as filhas, singelas, sérias, cuidadosas, como supridamente sentiam que o amavam. Salvavam-no, com invariável *sus'* Jesus, desde bem antes da primeira cancela, diversidade de servos, gente indígena, que por alhures e além estanciavam.[...] (p. 74) [grifos nossos].

Seguindo o seu ideal de "essência e acentuação", Guimarães Rosa não só *filtra* a "realidade sertaneja", como concentra os aspectos mais marcantes da arcaica sociedade patriarcal mineira no curto parágrafo. Tia Liduína reduz-se ao papel de esposa, entre a *lida* da casa e a *ruína* dos dias; submissa (como foram as esposas desde imemorial data), vive restrita ao espaço do lar, à reza e à criação das filhas. Essas, três sinhazinhas, reproduzem o modelo da mãe e são definidas por seus predicados: delicadeza, honra, labor, respeito ao pai. Semelhantes à mãe, elas circulam em órbita do patriarca.

Fora dos limites da casa-grande estão os empregados do fazendeiro, gente atada a ele pela servidão em suas terras; seres sem nome, sem individualidade, que lhe prestam verdadeira reverência religiosa.

Mais do que uma relação patriarcal, a relação do fazendeiro e seus empregados remete o leitor à concepção feudal de servidão, vigente na Europa da Idade Média, cujo sistema de valores e crenças muito se aproxima do painel apresentado em "Nada e a nossa condição." Tal aproximação será menos absurda, considerados os fortes indícios que aproximam a figura de Tio Man' Antônio aos senhores feudais, sugeridos desde a abertura do conto:

Na minha família, em minha terra, ninguém conheceu uma vez um homem, de mais excelência que presença, que poderia ter sido o velho rei ou o príncipe mais moço, das futuras estórias de fadas. Era fazendeiro e chama-se Tio Man' Antonio. (p. 73) [grifos nossos].

Parece, portanto, pertinente e enriquecedora a aproximação de "Nada e a nossa condição" ao mundo feudal, não pela via etérea dos contos de fada (pelas reconhecíveis marcas do gênero),⁵ mas pela similaridade do exercício de poder do fazendeiro com a dos antigos reis medievais.

⁵ O parentesco desta narrativa com contos de fada, notadamente sugerido por meio das expressões "minha terra, uma vez, velho rei, príncipe mais moço, futuras estórias de fada", tem contribuído

2. “Falimento” e renovação

Tio Man’Antônio experimenta largamente a existência; mas não “excede” em feitos e ações, não força mudanças, não deseja em demasia. Vive em perfeito estado de equilíbrio entre a montanha e o vale, até que sobrevém a morte repentina da esposa. Essa morte mudará o modo de agir do fazendeiro, por confirmar a fragilidade da existência humana.

Ao contrário do marido, a esposa Liduína era um “ser da casa”, estática, domesticada pelo temor, e ávida por preservar o conquistado. Ela traduz com perfeição o cristianismo mais dogmático, o entendimento da vida como percurso de dor e sofrimento

Sua mulher, Tia Liduína, então morreu, quase de repente, no entrecorte de um suspiro sem ai e uma ave-maria interrupta [...] (p. 74) [grifos nossos]

Tia Liduína, que durante anos de amor tinham-na visto todavia sorrir sobre sofrer – só de ser, vexar-se e viver, como, ora, dá-se – formava dolorida falta ao uso de afeto de todos. Tia Liduína, que já fina música e imagem (p. 76) [grifos nossos].

Contrariando o recrudescimento natural da viuvez, o recolhimento respeitoso e o luto, Tio Man’Antônio age de modo inverso: “[...] com nenhum titubeio, mandou abrir, par a par, portas e janelas, a longa, a longa casa [...]” (p. 75). Depois de rever cômodos vazios, passa a contemplar pela janela a natureza, e mais especificamente, a montanha “prodigiosa, a vanecer-se, sobre asas.” Sempre destacada na paisagem,⁶ por ser intermediária entre a terra e o céu, “montanha” possui óbvia confluência sonora: “Man’Antônio, intermediário entre o humano (“man”) presente e o antanho.⁷

Suas ações não condizem com a de um viúvo saudoso, pois, ao abrir a casa, ele aceita a inevitabilidade da morte, mostrando-se, assim, preparado para sua chegada. Sereno, ele reconhece a morte como fator natural a tudo que vive. Sua aceitação é bastante diferente da atitude das filhas, que não o compreendem: “Enfim, tornou para

para que diversos estudos se pautem por esses indícios, não só a aproximando do gênero, como reduzindo a sua significação às teorias freudianas, comumente aplicadas às narrativas infantis. No entanto, não apenas o ambiente e o tom melancólico de “Nada e a nossa condição”— ainda que bastante comum em Hans Christian Andersen, — como também sua estrutura narrativa, anulam sua vinculação mais profunda com o conto de fada. Numa leitura mais atenta, observa-se na história do fazendeiro a ausência de elementos essenciais do conto de fada: a redução maniqueísta do universo em dois polos bem/mal, certo/errado; a ênfase na ação, no conflito; o indefectível e necessário final feliz do herói com superação do obstáculo imposto; de uma solução mágica.

⁶ Impossível a não-alusão a “O recado do morro”, uma das novelas de *Corpo de Baile*, em que a relação homem-montanha mais se estreita; ou mesmo *A montanha mágica*, singular romance de Thomas Mann.

⁷ Antanho: do latim *ante* + *annum*: – *s.m.* tempo antigo; *adv.* (ant.) nos tempos idos. (Cf. HOUAISS, 2001, v. “antanho”)

junto delas, de sua Liduína — imovelmente — ao século, como a quisessem: num amontôo de flores. Suspensas, as filhas, de todo a o não entender, mas adivinhar, dele a crédito vago esperasse, para o comum da dor, qualquer socorro [...]” (p. 75).

As filhas, não educadas para a morte, para a perda, estão ainda demasiadamente apegadas à unidade (núcleo familiar) e à matéria. Vindas de um mundo cujas leis asseguram a estabilidade da ordem social, elas aspiram ao equilíbrio, tempo de felicidade permanente. A descoberta da morte as retira da letargia em que viviam. A ausência da mãe, contudo, levam-nas a adotar o seu modelo, por isso, elas excedem em prantos e buscam no pai o conforto:

[...] Felícia, apenas a mais jovem, clamou, falando ao pai: — “Pai, a vida é feita só de traçoicos altos-e-baixos? Não haverá, para a gente, algum tempo de felicidade, de verdadeira segurança?” E ele, com muito caso, no devagar da resposta, suave a voz: — “Faz de conta, minha filha... Faz de conta...” Entrentendidos, mais não esperaram. Cabisbaixara-se, Tio Man’Antônio, no dizer essas palavras, que daí seriam as suas dele, sempre. Sobre o que, leve, beijou a mulher. Então, as filhas e ele choraram; mas com o poder de uma liberdade, que fosse qual mais forte e destemida esperança (p. 75).

A enigmática resposta de Tio Man’Antônio sobre o sentido da vida (“Faz de conta...”, ou seja, “a se completar” nas reticências) ameniza-lhes a angústia da grande perda e restaura um equilíbrio momentâneo. “Faz de conta...”⁸ pode tanto se referir à ideia de mundo como reflexo de uma realidade superior (sendo ilusão, desnecessário é sofrer); como atribuir à imaginação o poder de completar os vazios da alma, povoar a ausência. Assim, por meio da criação (e da ação), o homem venceria as amarras do real, preparando-se para a eternidade.

A morte da mulher desencadeia, assim, uma mudança bastante significativa na maneira de ser de Tio Man’Antônio. Ele se torna mais ativo, como se tivesse um destino “urgente” a cumprir; como se a morte da esposa o alertasse para a brevidade da vida. Exercendo o poder de soberano sobre seus empregados, inicia uma mudança na paisagem da fazenda, e determina a alteração das formas do terreno, revolvendo a terra, sacrificando árvores, redimensionando seus limites de ação e de mando.

Seus diversos homens, gama de trabalhadores prestativos às ordens do patrão, cumprem subservientes sua lei, como se fosse palavra sagrada, orgulhosos por servi-lo:

Seus pés-no-chão muitos camaradas, luzindo a solsim foices, enxadas, facões, obedeciam-lhe, sequacíssimos, no que com talento de traços executavam, leigos, ledos, lépidos. Mas ele guiava-os, muito cometido, pelos sabidos melhores meios e fins, engenheiro e fazedor, varão de tantas partes; associava com eles, dava coragem. — Faz de conta, minha gente... Faz de conta...” – em seu bom sussurro, lábios de entressorriso, mas severo,

⁸ “Faz de conta”, enigmática expressão de etimologia desconhecida, é citada dez vezes no conto, sempre assumindo diferentes conotações. Tradicional bordão dos jogos infantis e das estórias de fada, seu significado varia entre “imagine”, “suponha.” Trata-se, portanto, de outra referência ao universo a-histórico dos contos de fada e das narrativas populares. Lugar-comum deslocado e revitalizado no contexto da estória.

de si inflexível, que [...], nem percebessem ali sujeição e senhoria [...] (p. 76) [grifos nossos].

Sua ordem confunde-se com o *fiat lux* bíblico, luz da criação, da invenção: – “Faça-se de conta!” – ordenou, em hora, mansozinho. Um projeto, de se crer e obrar, ele levantava. Um que começaram” (p. 76).

Tio Man’Antônio, pelo direito divino que lhe confere a posse da terra, não necessita impor sua ordem, ela é cumprida por todos porque seu direito é natural. Ao dominar a natureza, ele organiza e ordena o mundo, restabelece novo equilíbrio entre o alto e o baixo. Remodelando a paisagem, conservada até então imutável pela esposa, ele rompe com o passado, e “regiamente” começa a alterar o curso de sua existência, até então “antanha”.

No entanto, as filhas entenderão a reorganização do espaço como desrespeito à memória da mãe, como “profanação” de um local considerado por elas inviolável:

[...] Com que idéia ingrata e estranhável – pretendia ele de desmanchar o aspecto do lugar, que desde a antiguidade, a fisionomia daquelas rampas de serras, que a Mãe vira e quisera? [...]. A ponto disto foi, de interpelá-lo a filha diletta, Francisquinha, aflita meigamente. Se não seria aquilo arrefecido sentimento, pecar contra a saudade? [...] Outras, outras. Mas, não mais, no qual lugar, que aquelas que Tia Liduína em vida preferira amar – seus bens de alegria! (p. 77) [grifos nossos].

Mantenedoras da ordem do lugar, a situar o homem na terra, gerar filhos e conferir estabilidade e continuidade, as filhas reproduzem o modelo materno. No “pecar contra a saudade” reiteram-se os medos e valores da mãe: temor de religioso e culto à saudade e à tristeza, opondo-se à dinâmica atitude do pai, que já não reconhecem:

[...] Surpreenderam-se, as filhas, ampliaram assaz os olhos. Falava-se muito em pouco; só se lágrimas. Realmente, reto Tio Man’Antônio se semelhasse, agora, de ter sido e vir a ser. E de existir – principalmente – vestido de funesto e intimado de venturoso (p. 77).

Não “imaginavam” as filhas que ao ampliar os espaços (“limpo, livre, se estendia, em quadro largo, sem sombrios, aberta a paisagem”) o pai preparava a terra para a prosperidade. Tanto que em seguida, com o aumento de preço da carne bovina, os campos acabam por se tornar mais necessários — portanto, mais rendosos —, trazendo grande riqueza à Torto-Alto. O sucesso/lucro muda a opinião daqueles que viam na ação de Tio Man’Antônio “desconcernência, ar na cachimonia, tolice quase, a impura perfunctura.” Ele passa a ser visto como administrador previdente e pragmático, quando na verdade, agira em grande parte movido pela intuição: “Nada leva a não crer, por aí, que ele não se movesse, prático, como os mais; mas, conforme a si mesmo: de transparência em transparência. Avançava, assim, com honesta astúcia, se viu, no que quis e fez?” (p. 78).

A preparação da terra encobre, contudo, outro propósito. Valendo-se da prosperidade e do aniversário de um ano da morte da esposa, ele propõe às filhas a organi-

zação de uma festa, a fim de “enganar os fados”, ou seja, afastar a tristeza/destino humano. As filhas aceitam. Nesta festa comparecerão moços e primos (“esses tinham belas imaginações”), futuros maridos que, em curtíssimo tempo, se casarão com as moças deixando o velho fazendeiro definitivamente sozinho.

Do conforto do lar paterno, as moças se deixarão arrebatadas por rapazes parecidos com o pai (de “belas imaginações”), alguns possuindo mesmo laços consanguíneos (primos). Assim, da tutela do pai, elas passam para a do marido, e preservam as posses dentro de um mesmo núcleo familiar:

Três, as filhas, que por amor de anos ele tinha visto renovarem a descoberta de alegria e alma — só de ser, viver e crescer, como, ora, se dá — formavam sentida falta ao seu querer de ternura experiente? *Suas filhas, que já indivisas partes de uma canção* (p. 78) [grifos nossos].

A “fina música e imagem” de Tia Liduína são herdadas pelas filhas, representantes da continuidade do modelo familiar, apontando assim um novo ciclo de renovação (já simbolizado pela natureza vicejante) propiciado pelo revolver da terra – para surgimento de novos afetos e sementes, agora levadas com as filhas.

3. O despojar-se

O vigoroso fazendeiro (a “seminar-se”), como se renovado pela prosperidade, passa a dedicar-se com redobrada disposição ao trato da terra, aos afazeres da Torto Alto:

Sozinho, sim, não triste. Tio Man’ Antônio respeitava, no tangimento, a movida e muda matéria; mesmo em seu mais costumeiro gesto — que era o de como se largasse tudo de suas mãos, qualquer objeto. Distraído, porém, acarinhando-as, redimia-as, de outro modo, às coisas comezinhas? [...] (p. 78) [grifos nossos].

Seu desejo de ordenar, de organizar e pôr justiça no mundo se estende aos empregados, dos quais se aproxima e passa a reconhecer como semelhantes. Sua atitude, inesperada e inexplicável para o narrador, é dividir as terras e doá-las aos servos, cuidando antes de documentar a transferência, para que mais tarde eles não fossem tomados por invasores ou ladrões:

[...] então Tio Man’ Antônio doou e distribuiu suas terras. Sim, tudo procedido à quieta, sob espécie, com o industrioso de silêncios [...]. E ele mesmo, de seu dinheiro ganho, fingia estar vendendo as terras, cabidamente; dinheiro que mandava, pontual, às filhas e genros, sendo-lhes levado recado, para crer. Ainda bem que genros e filhas nada querendo mais ter com a aquela a-pique difícil fazenda, do Torto Alto [...] (p. 79).

Preocupa-se Tio Man'Antônio com a ganância, mesmo dos familiares, por isso o cuidado, o silêncio com que se desfazia da terra. O fazendeiro, que começa a sentir a passagem do tempo, os primeiros cansaços e a proximidade da morte, deseja se libertar de todos os vínculos materiais. Preserva somente a casa-grande⁹, como já se disse, representação de seu corpo, seu estar no mundo:

De seu, nada conservara, a não ser a antiga, forte e enorme casa, naquela eminência arejada, edifício de prospecto decoroso espaçoso: e de onde o tamanho do mundo se fazia maior, translucido, sempre com um fundo de engano, em seus ocultos fundamentos. Nada. Talvez não. Fazia de conta nada ter; fazia-se, a si mesmo, de conta. Aos outros – amasse-os – não os compreendesse (p. 80) [grifos nosso].

No entanto, o ex-patrão, insolitamente, passa a ser odiado e recebe a ingratidão daqueles a quem doou as terras. Os empregados, embora o sirvam, desejam que ele parta, porque se sentem em dívida e temem que, arrependido, ele retire a terra espontaneamente dada: “Não o compreendiam. Não o amavam, seguramente, já que sempre teriam de temer sua oculta pessoa [...]. Por que, então não se ia embora então, de toda vez, o caduco maluco estafermo, espantalho? [...] o odiavam” (p. 81).

Esta é outra faceta do “homem-humano” retratado por Guimarães Rosa, suas frequentes contradições, sua costumeira insatisfação material. A ação dos servos é espelho e negação da vida “ordenada” (organização/ordem) de Tio Man'Antônio, conduzida em equilíbrio e simplicidade. No conto, não há nenhuma referência a qualquer reação do fazendeiro aos antigos servos. Ao aumentar conhecimento, ele se aprofunda em silêncio, em si mesmo. No despojamento absoluto do menor quarto da casa, por fim, morre solitário.

Em meio ao que, àquilo, deu-se. Deu — o indeciso passo, o que não se pode seguir em idéia. Morreu, como se por um furo de agulha um fio. Morreu; fez de conta. Neste ponto, acharam-no, na rede, no quarto menor, sozinho de amigo ou amor – transitoriador – príncipe e só, criatura do mundo (p. 81).

Guimarães Rosa atesta, por meio da linguagem, a presença divina (“deu-se/Deu o indeciso passo”) no instante de morte/transição de Man'Antônio. A morte, experiência sempre individual, é intensificada no conto pela extrema solidão do personagem, cujo nome só volta a ser citado uma única vez, no desfecho do conto, de modo simplificado. Esse “Tio” final, reforçando a ideia de fusão com o divino, como corruptela de *Theo*, *Teo*: *Deus*. O narrador destaca também a impossibilidade de “compreensão” do destino humano para além da vida, marcada na expressão “indeciso passo”.

⁹ A casa passa a ser representação alegórica da perfeição da alma, da plenitude do homem, porque encerra valores apreciáveis ao gênero humano: grandeza, solidez, tradição, beleza, vivacidade, memória, amplidão, iluminação e mistério, ou seja, uma totalidade em si (“Nada. Talvez não”), por sua perfeita integração com a paisagem, a Natureza.

Outro aspecto a se ressaltar em sua morte é seu despojamento extremo. Tio Man'Antônio morre suspenso numa rede, no menor quarto, semelhante aos mais humildes. O provérbio: "Mais fácil um camelo passar no buraco de uma agulha, que um rico entrar no Reino dos Céus", é engenhosamente alterado/invertido ("como se por um fuoro de agulha um fio"); porque, apesar de rico, seu destino é o paraíso. Neste mesmo trecho, "fez de conta" (definitivo em seu duplo "ponto" final) sugere a fugacidade da vida, sua parca materialidade, seu esvanecer definitivo dentro da história. Já "– transitoriador –", palavra escrita entre dois travessões (uma sequência sem princípio e sem fim), sinaliza a *travessia* efetuada por Tio Man'Antônio ao longo da estória: – *transitório* – *transitoriante* – *transitoriador*, três termos atribuídos a ele. "Trans" (prefixo latino que indica passagem, mudança), aponta para o sentido que se completa no último parágrafo da história: "Ele – que como que no Destinado se convertera – Man'Antônio, meu Tio".

O "Destinado" (original em maiúscula) é Deus, destino da "criatura do mundo" (conforme o pensamento do homem religioso), destino final indicado pelo trânsito do homem na terra, integração ao "silêncio" absoluto, epifânico: "o estar em Deus".

4. *Sebestos*:¹⁰ o temor religioso

A morte do protagonista não culmina com o desfecho do conto que se segue, indicando o efeito de seu "passamento", aproximando a estória da "narrativa de exemplo". Após a descoberta da morte de Tio Man'Antônio, os antigos empregados organizam seu velório e mandam chamar parentes e vizinhos distantes:

Acenderam-se em quadro as grandes velas, ele [...], colocado longo na mesa, na maior sala da Casa, já requiescante. E tinham ainda de expedir positivos e recados, para que mais gente viesse, toda, parentes e ausentes, os possíveis, avizinados e distantes. Chorou-se também, na varanda. Tocou-se o sino (p. 81).

Misteriosamente — e o mistério é uma das constantes de *Primeiras Estórias* — a casa arde em chamas durante a noite, e o fogo se propaga em um enorme incêndio que se prolonga por muitos dias, atingindo a totalidade da fazenda e da paisagem sempre contemplada por Tio Man'Antônio. Os servos, temerosos pelo que julgam ser punição divina, devido ao modo ingrato com que se portaram em relação ao falecido senhor, assistem ao espetáculo horrorizados: "Ante e perante, à distância, em roda, mulheres se

¹⁰ Sobre o neologismo enigmático "sebestos", Paulo Rónai escreveu: "O leitor fica intrigado com o adjetivo não dicionarizado sebesto. Deverá ligá-lo a *sebesta* (nome de árvore), ou a sebo (especialmente das locuções "metido a sebo", "ora, sebo!"), tomá-lo por uma corruptela de sebento ou considerá-lo uma amálgama audacioso de sebo + besta ou de se (pronome) + besta? Guimarães Rosa assim revela o seu exato sentido, em carta para o seu tradutor alemão: "*Sebestos*, do grego *sebomai* (é um de seus tempos). Curioso empastar (do grego como veneração, temor respeitoso ou supersticioso) com gíria: "Cê besta!" (MEYER-CLASON, 2003, p. 169).

ajoelhavam, e homens que pulando gritavam, sebestos, diabruros, aos miasmas, indivíduos [...]” (p. 82).

A prática da caridade, a ascese extrema e a ingratidão suportada abnegadamente são fatores que permitiram o acesso de Tio Man’Antônio à Totalidade, assim como seu caráter. Tio Man’Antônio concilia domínio e generosidade, é o mediador do esforço dos homens no trabalho a conduzi-los, por merecimento, à fartura. Tio Man’Antônio transita ao logo do conto por duas vertentes (o baixo/terreno e o alto/celestial) que resultam num equilíbrio conciliatório:

O primeiro Tio <u>Man’Antônio</u>	O segundo Tio <u>Man’Antônio</u>
senhor de terras poderoso	“homem-humano” frágil
emprego dinâmico da força	recolhimento e contenção
mundo concreto — casa-grande	mundo transcendente — natureza
laços patriarcais (históricos)	laços espirituais (atemporais)
<u>mando/condução</u>	<u>favor/aceitação</u>
ocupa-se de projetos	aceita o fado
<u>esquadrinhar/cálculo</u>	<u>ensimesmar-se/meditação</u>
mundo real	mundo anímico
a matéria	o espírito
<u>riqueza/majestade</u>	<u>pobreza/humildade</u>
razão	loucura
mobilidade (na montanha)	recolhimento (na casa)
a ação coletiva	a experiência individual

A narrativa “Nada e a nossa condição” sintetiza o pensamento religioso do homem arcaico popular: “na existência humana, o homem deve buscar a plenitude, não só com a natureza, mas também com seu semelhante. A vaidade é um caminho em desacordo com as misteriosas leis que regem a vida humana, sua prática resulta em punição, aumento da aspereza da vida (para posterior *catarse*). A ingratidão afasta a ‘graça’ (*gratia*), aparta o homem do espírito”. Por isso, no desfecho da narrativa, a destruição da paisagem representa uma punição aos servos, para reconhecimento da falta e aquisição (pela dor) da sabedoria. A ingratidão é, por excelência, expressão do desequilíbrio; por isso, condenada desde os imemoriáveis tempos, comprovada na expressão lapidar extraída da Bíblia: “Quanto àquele que paga o bem com o mal, não se apartará o mal da sua casa” (*Provérbios* 17: 13), outro modo de dizer que “o bem se paga com o bem.”

5. Conclusão: Em nome do Tio, o narrador às avessas

A ingratidão – do latim *in + gratia*, ausência de beleza, de graça – ao final de “Nada e a nossa condição” é punida violentamente. Tal desfecho, de tamanha intensidade trágica, assemelha-se, no texto bíblico, à cólera divina que calcinou as cidades de Sodoma e Gomorra e que converteu a mulher de Lot numa estátua de sal. Não é por acaso que Lot, outro velho patriarca, única alma não corrompida, se salva da fúria do Senhor constituindo, de forma menos gloriosa, uma outra nação com suas filhas. Mas, aos servos de Tio Man’Antônio é imposto o “nada”, a desolação, a terra devastada. A leitura efetuada até aqui da “parábola” de Guimarães Rosa, permite o esboço de uma “moral da história” – fundamentalmente calcada numa ética/moralidade cristã: “Deve-se buscar a plenitude do viver por meio do trabalho, da alegria e da aceitação do destino humano, que é a morte. Cumpre também libertar-se de toda vaidade; ser justo e bom para com os semelhantes e jamais lastimar a existência. Sair da vida como nela entrou, possuir não mais que o mínimo necessário. Extrair da natureza não só o alimento, conhecê-la profundamente; amá-la, mas com desprendimento. Finalmente, saber que a justiça divina premia os bons e pune severamente aqueles que não retribuem o bem recebido com igual bondade.”

O conto “Nada e a nossa condição” parece corresponder com exatidão à alegoria da moralidade cristã. Segundo Georg Lukács, a alegoria tem sua origem nos objetos mágicos, nos símbolos místicos de poder “mediadores entre forças transcendentais representadas e homens que crêem nelas” (LUKÁCS, 1967, p. 428). Na Idade Média, a alegoria se firmou como o principal instrumento de conversão ideológica, difundindo-se na pintura, na escultura e no conjunto arquitetônico. Tanto no teatro como no próprio texto bíblico, ela estava sempre ligada à transcendência.

Contraopondo tragédia clássica e parábola bíblica, o filósofo Kierkegaard – conforme o cita Georg Lukács – ressalta a peculiaridade do sentido alegórico da segunda: “o homem pode chegar a ser *herói trágico* por sua própria força, mas não *cavaleiro da fé*.” Enquanto o herói trágico enfrenta um conflito ético, na parábola, o “cavaleiro da fé leva a cabo uma empresa puramente privada, sua virtude é puramente pessoal, pois a fé é o paradoxo pelo qual o indivíduo se encontra acima do universal” (LUKÁCS, 1967, p. 333).

Em “Nada e a nossa condição” não ocorre um embate trágico do protagonista com a morte. Toda a narrativa encobre uma simbologia de viés místico-religioso, de transcendência. A virtude de Tio Man’Antônio é pessoal e, portanto, passível de estender-se, na exemplaridade de seus atos, a todos os homens de fé.

Walnice Nogueira Galvão destaca ser comum o apontamento, por parte de historiadores e literatos de estreitos vínculos de equivalência entre Idade Média e o sertão brasileiro — os quais podemos facilmente identificar neste conto de João Guimarães Rosa, como bem observa a pesquisadora:

Nas narrativas sertanejas populares, “as camadas cronológicas se misturam, e o mais recente dos eventos se desenrola com toda a naturalidade em paralelo com aquele de outrora. Com a mesma profundidade histórica, acotovelam-se Roldão, Getúlio Vargas, Lampião, o presidente Kennedy, o padre Cícero, o Diabo, Genoveva de Babante e outros” (GALVÃO, 2000, p. 38).

Esta representação medieval do sertão, presente no sofisticado texto rosiano, é reconhecível também na tradição popular, “na oralidade dos *causos* e das cantorias”, assim como “na leitura de cordel”. Alfredo Bosi escreve em *Céu, Inferno*:

Aproximando Guimarães Rosa do seu mundo mineiro está a mediação da religiosidade popular, nele “o que o cinge à cultura popular é um fio unido de crenças: não só um conteúdo formado de imagens e afetos, mas principalmente, um modo de ver os homens e o destino”; seus “contos não correm sobre os trilhos de uma história de necessidade, mas relatam como, através de processos de suplência afetiva e simbólicas essas mesmas criaturas conheceram a passagem para o reino da liberdade (Cf. BOSI, 1988, p. 22).

Alfredo Bosi pontua os personagens que padecem de privações: insanos, cegos e miseráveis. Apesar da velhice e da aproximação da morte, Tio Man’Antônio não se adapta perfeitamente ao conjunto, não pela ausência da mediação religiosa, que de fato se dá na história, mas por sua condição de rico senhor de terras. Por mais que a penúria lhe sobrevenha ao final do conto, ela é antes autoimposta, um cumprimento de seu desejo e necessária para simbologia que se constrói em torno de tal personagem.

No mundo figurado por Guimarães Rosa, Tio Man’Antonio não só é alegoria do pátrio-poder, como é uma representação de Deus, pelos atributos que garantem a ordem, a criação, o divino dom de organizar o caos. Portador da luz — daí os fartos índices indicativos de “luminosidade” no conto, – como um sol, ele possibilita o crescimento da planta, da flor, das sementes; preenche o espaço, a amplitude. Como iluminado, é intermediário entre o alto celestial e o baixo mundano, cuja verticalidade aparece reiteradamente em todo o texto.

A descrição inicial panorâmica, à distância, privilegiada por termos que evocavam a claridade fulgurante de um reino todo de luz (de sonho/ de conto de fadas) encontra seu contraponto no incêndio da casa-grande e da paisagem: última expressão da “luz divina” a lançar os eternos servos de Tio Man’Antônio nas trevas.

Essa mesma gente sertaneja, pobre e fervorosa, que largamente protagoniza as narrativas de *Primeiras Estórias*, desempenha neste conto um papel marcadamente negativo. Guimarães Rosa dá um tratamento incomum a esses personagens, determinado pelo foco que elege para abordar a narrativa. Ao compor sua parábola cristã, escolhe um narrador parcial (sobrinho/apadrinhado) que privilegia o direito do “senhor de terras”, e que portanto “entende” como natural as relações de mando e obediência na sociedade patriarcal.

Há na realidade brasileira, ilhas arcaicas, espaços fechados que, como já extensivamente foi pontado na análise, ainda preservam fortes características feudais.¹¹ A

¹¹ Tratamos aqui de relações ligadas ao imaginário feudal. Trata-se de um erro conceitual — embora bastante comum — considerar de estrutura feudal o sistema de colonização implantada no Brasil pelos portugueses, que é patriarcal. Algumas determinantes, fornecidas por Jacob Gorender, ajudam a dissipar tal equívoco: Feudalismo é auto-suficiente, autocentrado, tudo se produz e se constrói no próprio feudo (modelo francês) e a base do regime é garantida pela posse da propriedade

cultura arcaizante de Guimarães Rosa testemunha, de certo modo, a existência deste no Brasil profundo, por ele denominado *sertão*. Ciência e tristeza estão fortemente presentes no discurso do narrador de “Nada e a nossa condição”, discurso construído em excessivos cortes determinados por vasto uso de vírgulas, um esquadriñar metódico abaixo do sol – portanto, foco parcial e humano – da vida exemplar do fazendeiro Man’ Antônio.

Alfredo Bosi escreve em *Dialética da colonização*:

A obra é tanto mais rica e densa e duradoura quanto mais intensamente o criador participar da dialética que está vivendo a sua própria cultura, também ela dilacerada entre instâncias *altas*, internacionalizantes e instâncias populares. Obras-primas como *Macunaíma* de Mário de Andrade, *Vidas secas* de Graciliano Ramos, *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa e *Morte e vida severina* de João Cabral de Melo Neto nunca poderiam ter-se produzido sem que seus autores tivessem atravessado longa e penosamente as barreiras ideológicas e psicológicas que os separam do cotidiano ou do imaginário popular (Cf. BOSI, 1992, p. 343).

Por sob a mensagem edificante do relato, profundas raízes ideológicas se evidenciam, todas muito facilmente identificáveis na sociedade brasileira: paternalismo, conflitantes relações de mando e obediência, atavismos históricos, desigualdade social, e escamoteadas tensões étnicas e raciais. João Guimarães Rosa, comumente tido como um autor alheio às mazelas sociais, revela de forma poética, numa visada religiosa/filosófica questões prementes na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

BASTOS, Elide Rugai. “Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre”, in: *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *Dialética da colonização*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ INL, 1991 (Coleção “Fortuna Crítica”, vol. 6).

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Folha explica: Guimarães Rosa*. São Paulo: Publifolha, 2000.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

HOUAISS. Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Desenvolvido por, FL Gama Design Ltda Editora Objetiva. 2001 (versão 1.0).

de terra. A produção do Brasil sempre foi destinada a circulação, ou seja, voltada para exploração mercantil (Cf. GORENDER, 1978).

LUKÁCS, Georg. “Alegoría y símbolo”, in *Estética*, IV. Barcelona: Grijalbo, 1967.

MEYER-CLASON, Curt. *Guimarães Rosa: Correspondência com seu tradutor alemão*. Org. Maria Bussolotti, Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Nova Fronteira/ Academia Brasileira de Letras/ Editora UFMG, 2003.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. 14 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

De Ouro Preto a Belo Horizonte: seguindo os passos da história para compreender a formação do falar belo-horizontino

ELIZETE MARIA DE SOUZA

*Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFMG/CNPQ.
Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. e-mail: leesouza@yahoo.com.*

ELAINE CHAVES

*Doutoranda em Estudos Linguísticos-UFMG/CNPQ.
Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. e-mail: elainechav@hotmail.com.*

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar como se deu a transferência da antiga capital da Província, Ouro Preto, para Belo Horizonte, mostrando o quanto importante é conhecer o processo de construção da nova capital mineira para compreender a constituição do falar belo-horizontino. Com isso, pretendemos mostrar a importância dos aspectos sócio-históricos, políticos e demográficos para detalhar o modo de falar de um povo. Investigar o falar belo-horizontino, portanto, remete-nos a questões que dizem respeito à construção de Belo Horizonte, que, devido à sua característica iminente de cidade constituída a partir de fortes correntes migratórias, sofreu diferentes influências dialetais, podendo ser considerada “uma zona de confluência dos diversos falares predominantes no Estado de Minas” (ZÁGARI, 1998).

Palavras-chave: Formação do falar belo-horizontino; dialeto mineiro; aspectos sócio-históricos, políticos e demográficos.

Abstract: The aim of this article is to investigate the transference of the old capital, Ouro Preto, to Belo Horizonte, showing how important it is to know the process of construction of the new capital to understand the constitution of the speech from Belo Horizonte. In this perspective, we intend to show the importance of the socio-historical, political, economical and demographical aspects so as to detail the way of speaking of a people. To investigate the speech from Belo Horizonte, therefore, leads us to matters that are related to the building of this capital, which, because of its characteristics of a city built from strong migratory fluxes, suffered different dialectal influences, being able to be considered “a zone of confluence of the many predominant speeches in the state of Minas” (ZÁGARI, 1998).

Keywords: Formation of the speech from Belo Horizonte; dialect from Minas Gerais; socio-historical, political and demographical aspects

1. Introdução

Por trás do modo de falar de um povo estão os aspectos que inegavelmente revelam como aquela comunidade se organiza, quais são os seus costumes, os valores sociais, a dinâmica do dia a dia, enfim, a Língua revela boa parte da história

de um povo, assim como a história desse povo também revela aspectos importantes sobre a história da língua. É pensando nesta dinâmica que o presente artigo se organiza, sendo nosso interesse investigar: (i) como se deu o processo de transferência da antiga capital da Província, Ouro Preto, para Belo Horizonte; (ii) como foi o processo de construção e povoamento da nova capital; (iii) de que modo os diferentes movimentos migratórios que atuaram na construção da nova capital teriam contribuído para a formação do falar belo-horizontino.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na seção 1, apresentamos uma retrospectiva dos fatos históricos que marcaram a transferência da capital da Província, Ouro Preto, para Belo Horizonte, pontuando alguns aspectos sócio-históricos, políticos e econômicos que revelam os interesses envolvidos na mudança da capital mineira. Na seção 2, oferecemos um breve panorama sobre a formação sociodemográfica da capital mineira. Na seção 3, fazemos uma descrição das formas de organização do espaço físico de Belo Horizonte, mostrando como se deu o povoamento da cidade, a formação dos bairros e a distribuição populacional na nova capital. Por fim, na seção 4, apresentamos e discutimos alguns aspectos linguísticos que podem ser tomados como marcas dos diferentes falares encontrados em Minas Gerais e, por conseguinte, também se mostram presentes no falar belo-horizontino.

2. Surge um Belo Horizonte: os bastidores da transferência da capital da Província, Ouro Preto, para o Arraial do Curral Del Rei

De acordo com a literatura historiográfica, Minas Gerais vivia, ao final do século XIX, sob o estigma do atraso em relação aos áureos tempos da exploração mineral. E esse estigma a colocava em posição desfavorável em relação ao crescimento de outras regiões do país. Isso se deve ao fato de Minas ter vivido um longo período de acomodação evolutiva¹ de seu arranjo econômico no século XIX, acompanhado de um crescimento irregular e moderado entre 1889 e 1937 (DULCI, 1999, p. 39).

Com o arrefecimento da produção aurífera no século XVIII, a província se viu limitada à produção agrícola, bastante desenvolvida no sul e na Zona da Mata, e à produção pecuária no norte. Já no caso da região central a produção agrícola era bastante incipiente, comparada à de outras regiões da província. A região central tinha uma lavoura que, embora já existisse, juntamente com a produção do ouro, era basicamente de subsistência.² Minas tinha, portanto, uma produção setorizada, de acordo com Dulci (1999), uma vez que a era constituído de um vasto território com povoados esparsos e pouco interligados devido à precariedade das vias de transporte e de comunicação. A capital da província, Ouro Preto, por sua vez, não estava interligada aos seus municípios, nem ao menos aos de maior desenvolvimento político-econômico. Tal fato suscitou a necessidade de ser constituída uma nova capital. Ouro Preto, por-

¹ Questões referentes à aplicabilidade da expressão “acomodação evolutiva”, ver Chaves (1999) e Libby (1996).

² Discussões mais atuais sobre historiografia e economia em Minas Gerais, no século XIX, ver Almeida (2001).

tanto, antes considerada símbolo da riqueza e prosperidade, deixava de ser vista como local adequado de sede capital da Província.

Para agravar a situação, Ouro Preto sofria com o quase abandono das atividades de exploração do ouro, o que provocou um movimento emigratório de seus habitantes em busca de melhores condições de vida. Com isso a cidade tornou-se pouco povoada. Outros problemas eram também visíveis, como a dificuldade de escoamento da produção, problemas de comunicação, atividade agropecuária incipiente, precariedade de urbanismo, entre outros. Até mesmo as ruas estreitas e ladeiras íngremes começaram a ser vistas como um empecilho para a sede da capital mineira. Entretanto, é necessário relativizar essa decadência ouropretana já que, segundo alguns autores, a cidade tinha vida política bastante ativa, uma vez que contava com a estrutura sólida de formação de engenheiros pela Escola de Minas e com as atividades administrativas e burocráticas do funcionalismo público.

Por outro lado, a Zona da Mata e a Região Sul apresentavam um desenvolvimento promissor. As duas regiões passaram a se destacar pelo seu fortalecimento político e crescimento econômico e populacional. A ascensão da Região Sul e da Zona da Mata fizeram com que o centro político-administrativo, que estava em Ouro Preto, se distanciasse dos polos econômicos da província, pois as atividades socioeconômicas encontravam-se mais desenvolvidas nestas duas regiões. É nesse contexto que surge a ideia da mudança da capital, que passaria a ser a sede de um estado revigorado pelo sistema federal, conforme observa Carvalho (2005, p. 64). Surgiam, então, os interesses de diferentes grupos. De um lado havia os interessados em ter a capital em um desses polos já consolidados (Região Sul e Zona da Mata); de outro havia aqueles que achavam que deveria ser construída uma nova capital dentro de moldes inovadores preestabelecidos e que servisse plenamente aos interesses político-administrativos de uma capital moderna e progressista, moldada de acordo com as perspectivas republicanas. Esses dois grupos eram os chamados mudancistas. Havia também os não-mudancistas, que queriam que a capital permanecesse em Ouro Preto.

Com base no discurso de atraso e da inexpressividade econômica de Ouro Preto é que o nível de desenvolvimento econômico foi tratado como prerrogativa para interesses próprios. A economia da capital podia até mesmo ser menos desenvolvida que a de outras regiões, mas é fato que Ouro Preto congregava a maior parte dos recursos públicos e reunia boa parte da elite política regional, bem como sua burocracia. Não foi despropositadamente que boa parte dos lotes da nova capital foi destinada à burocracia do poder público regional que tinha força e prestígio político, o que demonstra a importância de Ouro Preto no cenário político-econômico de Minas Gerais.

A mudança da capital nasceu, portanto, de um gesto político, e foi uma iniciativa das elites políticas que queriam essa nova capital num local estratégico. Assim, a nova capital nem foi para as regiões de maior desenvolvimento econômico nem se afastou da tradição, símbolo incontestável da capital Ouro Preto; o que houve foi um equilíbrio entre a “tradição e a modernidade” (DULCI, 1999, p. 40).

Essa mudança, entretanto, não se deu repentinamente. Ela só aconteceu após um processo de longa maturação do desejo de reorganizar o espaço socioeconômico e político da capital mineira. Portanto, é somente na última década do século XIX que a mudança da capital adquire características de uma real exigência para o desenvolvi-

mento do Estado, que já se projetava no contexto nacional e mesmo regional desde meados do século XIX. Mas faltava escolher um local para sediar a nova capital, o qual atendesse ao interesse de todo o Estado.

2.1. Os reflexos da Proclamação da República na escolha do local para a nova capital

Cabe ressaltar que é justamente no final do século XIX que se tem a Proclamação da República, e este marco histórico-político também interferiu no processo de transferência da capital por dois motivos: primeiramente, porque a nova capital deveria ser concebida como uma cidade moderna, como se fosse uma capital para a república. A capital mineira seria, na verdade, a primeira cidade efetivamente republicana do país a se constituir após o Império; em segundo lugar, foi por meio da república que as elites regionais, até então fragmentadas, puderam se unir e formaram o PRM (Partido Republicano Mineiro), consolidando o desejo político de construir uma capital moderna.

É neste cenário que o Arraial do Curral Del Rei surge como um local adequado para sediar a nova capital. Nesta localidade, o projeto poderia ser executado sob medida para as necessidades vigentes no Estado. Ali se daria a construção do centro urbano tão imprescindível a Minas Gerais. Esse era o progresso que as elites mineiras almejavam obter dentro da visão de progresso das elites brasileiras do final do século XIX. Esperava-se que a nova capital funcionasse como centro de integração econômica do Estado, como centro político privilegiado e, sobretudo, como espaço simbólico da República que acabava de se formar.

De 12 de dezembro de 1897 até o final do mês de junho de 1901, a cidade recebeu o nome de Cidade de Minas, como uma tentativa de unir as várias regiões do Estado. E no dia 1º de julho de 1901, a Cidade de Minas recebia seu nome definitivo – Belo Horizonte, que, segundo João Pinheiro, presidente do Estado em 1890, deveria antes representar a mudança econômica e não o domínio rural. Assim, Belo Horizonte se tornaria símbolo da modernidade, uma cidade estruturada, com ruas largas e amplas avenidas, pois que a Cidade de Minas já tinha se tornado símbolo da modernidade.

3. A formação sociodemográfica de Belo Horizonte

A formação sociodemográfica de Belo Horizonte é marcada pela transferência da antiga capital do Estado de Minas, Ouro Preto, para Belo Horizonte, inaugurada em 1897.

Essa transferência se deu de forma planejada e bastante eficiente. O então presidente do Estado, Afonso Pena, instituiu uma Comissão Construtora e criou leis para direcionar os trabalhos desempenhados por essa Comissão. Foi estipulado um prazo de quatro anos para a construção da nova capital. Em 1894, os trabalhos da Comissão Construtora começaram a ser efetuados.

Para a construção da nova capital houve mudanças fundamentais no então Arraial Curral Del Rei, mudanças essas que interferiram profundamente nas relações sociais da população que ali morava. O Arraial primeiramente deveria tornar-se inde-

pendente de Sabará, tanto política quanto economicamente. A primeira necessidade estabelecida pela Comissão Construtora, representada pelo engenheiro-chefe Aarão Reis, era fazer o ramal ferroviário que ligaria a nova capital à Rede Ferroviária Central do Brasil, cujo ramal mais próximo era Sabará. Seria necessária também a instalação de meios de comunicação, como o telégrafo, não só para uso imediato da Comissão Construtora como também para fins administrativos quando a capital estivesse pronta. E ainda seria necessária toda uma reorganização estrutural do Arraial para que a planta da nova capital pudesse ser executada.

Por ser um projeto arrojado, com um espaço de tempo curto para o seu cumprimento, havia uma necessidade iminente de mão de obra para trabalhos de toda ordem. As equipes administrativas e técnicas da Comissão Construtora foram montadas assim que a Comissão foi instituída. Agora, cabia a ela trazer mão-de-obra capaz de realizar as funções necessárias para a construção da capital, no tempo delimitado.

De acordo com o texto elaborado pelo Plambel³ (1979),

Na perspectiva de organização da mudança de Capital, necessário se fazia a presença de um operariado qualificado, destinado aos futuros trabalhos de construção civil, sem o qual não se poderia concretizar a mudança. Esses trabalhadores não se distinguem – a não ser pela profissão – dos migrantes rurais já encontrados. Foram instalados nas áreas próximas da zona urbana, apesar de serem consideradas então como rurais (FERREIRA, 2001, p. 72).

Foi, então, a partir dessa necessidade de mão-de-obra para a construção da nova capital que se deu a vinda de operários de várias partes do interior do estado e também de mão-de-obra estrangeira, formando um contingente de pessoas que consequentemente passariam a fazer parte da população de Belo Horizonte, ainda que temporariamente.

4. A organização do espaço físico de Belo Horizonte

Para Belo Horizonte vieram muitos trabalhadores de todo o Estado e de outras regiões do Brasil, motivados pela perspectiva encantadora de crescimento econômico rápido. Com isso, a população local cresceu muito. Em números, podemos perceber que tão logo foram iniciados os trabalhos, a população, que em março de 1894 era de 2.600 pessoas, passou a 3.500 pessoas em dezembro de 1894. Em 1895, a população contava com 5.000 pessoas e, em 1896, a população ultrapassou a marca de 6.000 pessoas.

A distribuição da população no espaço físico da nova capital foi planejada de forma a ocupar uma área que era limitada por uma avenida que circundava todo o perímetro urbano da cidade. Nesse perímetro estaria a sede político-administrativa da capital e do Estado, bem como os seus funcionários e outros moradores mais abastados. De acordo com o trecho do relatório escrito por Aarão, engenheiro-chefe da Co-

³ Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte.

missão Construtora da Nova Capital, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto 817 de 15 de abril de 1895,

foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120 m x 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação, o tráfego dos carros e trabalhos da colocação e reparação das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população.

Ainda de acordo com o trecho do relatório escrito por Aarão Reis, a pouco mencionado, “a zona suburbana, de 24.930,803 m² – em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia tendo apenas 14 de largura –, circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros [...]”.

Assim, a área externa a essa avenida, denominada Avenida do Contorno, constituía o perímetro suburbano, que seria povoado por pessoas de estrato social mais baixo.

Para além dessa área suburbana ficariam as terras destinadas à construção de pequenos sítios de produção agrícola, conforme consta no livro *Cenas de um Belo Horizonte*.⁴

Dessa maneira, Belo Horizonte se estruturou de forma a ter um centro demograficamente populoso, bem equipado, com infraestrutura urbana, onde residiriam as classes mais ricas e se localizariam os melhores serviços. Já os limites que ultrapassavam a área interna à Avenida do Contorno seriam ocupados por uma população de baixa renda, com tratamento urbanístico e infraestrutura diferenciado aos dispostos na zona urbana.

Consequentemente, essa organização física da cidade acabou interferindo no modo de vida das pessoas, na formação cultural e educacional de seus indivíduos. Vamos encontrar em Belo Horizonte diferentes estratos sociais que revelam esse aspecto da formação da capital mineira.

Quando a construção da nova capital atingiu estágio mais avançado tornou-se necessário um número ainda maior de mão-de-obra, sendo autorizada pelo Sr. Francisco de Souza Bicalho⁵, então engenheiro-chefe da Comissão Construtora, a vinda de imigrantes, a maioria italianos⁶, para suprir essa necessidade emergencial. Naquela

⁴ *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PBH, 1994.

⁵ Francisco de Souza Bicalho assumiu o cargo de engenheiro-chefe da Comissão Construtora a partir do momento em que o engenheiro designado por Afonso Pena, Aarão Reis, tarefa pediu exoneração dessa tarefa por motivos de saúde.

⁶ De acordo com Anastásia (1990), entre 1894 e 1901 chegaram a Belo Horizonte 52.582 imigrantes; desse total, 47.096 eram italianos. Em 1894 chegaram 4.410 italianos de um total de 4.554 imigrantes. Em 1895 chegaram 5.507 italianos de um total de 5.569 imigrantes. Em 1896 che-

ocasião, o governo expediu um decreto que autorizava a vinda de trabalhadores imigrantes para a nova capital. O engenheiro-chefe comunicou que deveria ser construída uma hospedaria para abrigar esses imigrantes que seriam tutelados pelo Estado. Essa hospedaria foi erguida próximo à linha férrea, longe do centro construído, com lugar para duzentas pessoas e acomodações distintas para solteiros e para famílias. Havia uma preferência da Comissão Construtora que fossem enviados trabalhadores solteiros. Porém esta estratégia trouxe alguns problemas para a administração local, pois vieram para Belo Horizonte

italianos turbulentos de reputação duvidosa, que iam improvisando cafuas e barracões para as suas moradias, sendo que alguns vadios ficavam mesmo perambulando pelas ruas, dormindo ao relento, dada a impossibilidade absoluta de encontrarem abrigo. (BARRETO, 1996).

Houve com isso um inchaço populacional, ocasionando o aumento de cortiços na área externa à Avenida do Contorno. Esse aumento da população desencadeou uma série de problemas de ordem pública, que iam desde problemas relativos à segurança até problemas de ordem social (inclusive problemas de hospedagem).

4.1. A organização dos bairros

Na área urbana os lotes sorteados estavam distribuídos entre as seções 1^a a 14^a. Refletindo sobre a atual divisão por bairros temos: seções 1^a, 2^a, 3^a e 14^a formando o Centro da cidade; seção 4^a compondo o Centro e bairro Funcionários; seções 5^a, 7^a e 9^a pertencentes ao bairro Funcionários; seção 6^a, bairro São Lucas; seção 8^a, bairro Barro Preto; seções 10^a e 11^a, bairro Lourdes; seção 12^a, bairros Lourdes e Santo Agostinho e, por fim, seção 13^a compondo o bairro Santa Efigênia. Os lotes destinados aos funcionários vindos de Ouro Preto, em sua maioria, se localizavam nas seções 5^a, 6^a e 7^a (Funcionários e São Lucas). Na área suburbana, os lotes estavam distribuídos entre as seções 1^a e 8^a, que correspondem atualmente aos seguintes bairros: seção 1^a, bairro Cruzeiro; seção 2^a, bairros Santo Agostinho e São Pedro; seção 3^a, bairros Cidade Jardim e Santo Antonio; seção 4^a, bairro Gutierrez; seção 5^a, bairro Prado; seção 6^a, bairros Bonfim e Carlos Prates; seção 7^a, bairros Floresta e Lagoinha e seção 8^a, bairro Santa Tereza.

A maioria dos lotes distribuídos entre ex-moradores de Belo Horizonte e os lotes para venda localizava-se nas seções 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a. As seções 7^a e 8^a, onde estava alojada toda a estrutura material e pessoal para a construção da capital, tiveram seus lotes vendidos posteriormente.⁷

garam 17.441 italianos de um total de 22.327 imigrantes. E em 1897 chegaram 17.153 italianos de um total de 17.432 imigrantes.

⁷ Em Barreto (1996, p. 52) encontra-se um mapa de Belo Horizonte dividido por seções. Optamos por não inseri-lo no texto devido à escala do mapa, que é muito pequena e não favorece a visualização de cada seção.

Somente após a distribuição dos lotes, Belo Horizonte passou a ter condições reais de receber as primeiras famílias ouropretanas que vieram se instalar na capital. A mudança, entretanto, não foi festejada por muitos, principalmente por aqueles que estavam acostumados à vida na antiga Villa Rica, conforme se percebe num trecho do jornal *Folha de Minas*, publicado em 1938.

Foi o arraial de Belo Horizonte, arraial metido a sebo, com este nome pretencioso, que tirou a sorte grande. Não havia remédio para a topografia de Villa Rica, fadada a ser monumento nacional, mas não a Capital do Estado. Ao passo que Belo Horizonte (afirmavam os entusiastas) era uma planície interminável (JORNAL FOLHA DE MINAS, publicado em 1938).

4.2. A distribuição populacional na nova capital

Para que Belo Horizonte fosse construída seguindo o planejamento feito pela Comissão Construtora, era necessário que as propriedades já existentes no Arraial Curral Del Rei fossem desapropriadas e demolidas para dar lugar às novas construções. Foram desapropriadas 428 propriedades, e o reembolso aos proprietários se deu de três formas: através de indenizações pagas em espécie, por meio da permuta por lotes na nova capital, em sua maioria na área suburbana, e também por meio de pagamento de indenização e de permuta.

No que se refere à vinda dos funcionários públicos, ex-proprietários de imóveis em Ouro Preto, a grande maioria recebeu casas no bairro que foi chamado Funcionários, e em algumas áreas suburbanas, e todas as suas despesas foram custeadas pelo Estado. Também foram beneficiados os herdeiros de funcionários públicos que tivessem interesse em residir na nova capital. As casas, em muitos casos, foram doadas ou financiadas em pequenas prestações descontadas diretamente no pagamento dos funcionários.

A distribuição dos terrenos se deu por sorteio e venda. Do total de 3.639 lotes, inicialmente foram reservados 417 lotes que seriam vendidos somente após 10 anos de construção da capital. O restante foi distribuído da seguinte forma: 353 lotes foram destinados a funcionários públicos do Estado, 597 a funcionários públicos de Ouro Preto que eram ex-proprietários de imóveis na antiga capital, 114 para ex-proprietários de imóveis em Belo Horizonte e 2.158 lotes foram destinados à venda.

Com isso temos uma breve descrição da organização do espaço físico de Belo Horizonte. Passemos, agora, aos primeiros apontamentos sobre a importância de compreender essa dinâmica de construção da nova capital para então compreender a dinâmica de formação do falar belo-horizontino.

5. A dinâmica de constituição do falar belo-horizontino

Os tópicos anteriores nos apresentam um quadro sócio-histórico e político bastante interessante para compreendermos as relações existentes entre a construção de

Belo Horizonte e a formação do falar belo-horizontino. Como afirma Spencer (1983),

línguas são parte da história das pessoas que as usam, se são intimamente ligadas a mudanças de padrões das sociedades que as usam, e se de década a década, geração a geração, a língua responde às novas necessidades e demandas, recebendo marcas quando há contato com imigrantes de outras regiões do país e do estrangeiro, refletindo, desse modo, a experiência de exposição da comunidade a outras línguas e cultura.

Assim, podemos afirmar que foi a partir do movimento das gentes que aqui chegaram que se deu a constituição do falar belo-horizontino. O contato linguístico entre pessoas de diferentes partes do interior do Estado e também de países estrangeiros que trabalharam no setor da construção civil e também na formação de colônias agrícolas permitiu que o falar belo-horizontino recebesse influências de vários dialetos. Desse modo, este falar pode ser entendido como resultado de uma interação de pelo menos três falares encontrados no Estado: um falar baiano, um falar paulista e um falar mineiro, conforme explicita a carta nº.1 do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (ZÁGARI, 1998).

De acordo com Zágari (1998), o dialeto mineiro é formado por um dialeto baiano, típico das cidades localizados mais ao norte de Minas, comumente caracterizado pela predominância de vogais pretônicas baixas e pela presença da africada [ts] antecedendo a vogal alta [i], além do [t] e [d] como coronais e de nasalidade ocorrente fora da sílaba tônica; no aspecto lexical ocorrem itens comuns, porém com significados ignorados em outras regiões, tais como, neve (= cerração), chuva-de-flor (= granizo), zelação (= estrela cadente), china (= bola-de-gude), etc.; no nível prosódico este falar é marcado por um ritmo mais arrastado.

Outro falar característico do Estado é o falar paulista, presente em toda a região do Triângulo Mineiro e a região sul do Estado. A principal característica deste falar é a marca inconfundível do [r] retroflexo. No nível prosódico, este falar é marcado por um ritmo de fala mais veloz, e no nível lexical podem ser verificadas certas preferências como ramona (= grampo), rabicó (= animal sem rabo), cachopa ou caixote (= colmeia) e também chuva-de-rosa (= granizo).

Por fim, temos um falar mineiro (utilizando a nomenclatura de Antenor Nascentes, 1958), que pode ser visto como preso entre duas áreas que, não tendo nenhuma das características dos falares anteriormente mencionados, desfaz constantemente os ditongos [aj], [ej] e [ow], quando finais e fazem surgir outros quando finais antecidos de sibilantes.

Considerando as peculiaridades encontradas em cada região, percebem-se as preferências lexicais distintas, os ritmos de fala e os aspectos fonético-fonológicos de cada um dos três falares encontrados no Estado. É com base nestes aspectos que pretendemos apontar algumas características do dialeto mineiro e do falar belo-horizontino. Em princípio vamos considerar que os traços do dialeto mineiro estão presentes no falar belo-horizontino à medida que este falar pode ser visto como resultado da confluência dos diversos falares encontrados em Minas Gerais, que, por sua vez, estiveram em contato desde a época da construção de Belo Horizonte. Assim sendo,

podemos afirmar, com base nas palavras de Câmara Jr. (1968) e Zágari (1998), conforme explicita Souza (2007), que

a fala belo-orientina pode até ser tratada como uma língua comum, que não se distingue dos diversos falares predominantes no Estado a não ser por oposições superficiais dentro do sistema geral de oposições fundamentais que reúne todas as particularidades de uma língua (SOUZA, 2007, p. 58).

Vejamos, na próxima seção, algumas características do dialeto mineiro que podem ser identificadas no falar belo-orientino.

5.1. Características do dialeto mineiro e do falar belo-orientino

Para apresentar as características do dialeto mineiro e do falar belo-orientino, buscamos subsídios no “Projeto Mineirês”. Este projeto está ligado ao Núcleo de Pesquisa em Variação Linguística (NuPeVar), coordenado pela Prof.^a Jânia Martins Ramos, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O “Projeto Mineirês” buscou descrever e explicar o que é o dialeto mineiro. Para tanto identificou características dos falares que compõem esse dialeto, apoiando-se parcialmente na divisão geolinguística apresentada em Zágari (1998). Não foi pretensão do projeto ser uma continuação do “Esboço do Atlas linguístico de Minas Gerais” (EALMG), mas, sim, mostrar que é possível descrever características do dialeto mineiro por meio de um tratamento sócio-histórico e sociolinguístico.

Os produtos gerados por estes projetos contribuem fortemente para a identificação do dialeto mineiro. Identificação esta que dialoga diretamente com o falar belo-orientino, já que este último reúne grande quantidade de características de outros três falares do dialeto mineiro, como foi dito anteriormente, o baiano, o paulista e o mineiro. Dessa maneira, identificar o dialeto mineiro também é identificar o falar belo-orientino.

No âmbito do “Projeto Mineirês”, primeiramente foi desenvolvida uma pesquisa sobre o que o falante identifica como marca do dialeto mineiro. Foram feitos vários levantamentos sobre as características desse dialeto. A partir desses levantamentos foram selecionados dez fenômenos, oito fonético-fonológicos e dois sintáticos, que representam fidedignamente esse dialeto, a saber:

1) redução de segmentos átonos: e (conectivo) > i - ; que > k - apagamento de segmentos átonos; para > pr - apagamento de segmentos átonos; que > 0 - apagamento de segmentos átonos; não > n - apagamento de segmentos que se tornaram átonos; de > d - apagamento de segmentos átonos;

2) apagamento da sílaba átona final: mês (mesmo); ó (olhe); quei (queijo); on (onde); pó (pode); confor (conforme); nigucim (negocinho); piquininim (pequeninho); lugarzim (lugarzinho);

3) apagamento da consoante final: guaraná (guaraná); pô (por); fô (for); mai (mas);

- dimai (demais); rapai (rapaz), redá (arredar); rastá (arrastar); sô (senhor);
- 4) apagamento de segmentos pós-tônicos não finais: oi (olhe); ons (ônibus); es (eles);
- 5) apagamento da vogal átona final: belez (beleza); iss (isso), jud (ajude a); es (esse);
- 6) apagamento de segmentos iniciais átonos: estou > tô; você > cê; arredar > redá; arrastar > rastá; ajude a > juda; você > oceis;
- 7) apagamento de segmentos pré-tônicos não iniciais: senhor > sô;
- 8) ditongação: mas > mais; nós > nós; bom > bô; rapaz > rapai; vocês > oceis;
- 9) monotongação: eu > ô; estou > tô; vou > vô; não > num;
- 10) alçamento, ou elevação das vogais médias pré-tônicas: negocinho > nigucim; demais > dimais; pequenininho > piquininim.

Entretanto, para que os resultados fossem condizentes com o objetivo da pesquisa, era necessário também que esses fenômenos ocorressem em Belo Horizonte. A partir dessa seleção foram selecionados *corpora* que representassem o falar belo-horizontino, o falar baiano, o falar paulista e o falar mineiro. Dessa forma, foram selecionadas entrevistas sociolinguísticas realizadas nos municípios de Belo Horizonte, de São João da Ponte (falar baiano), de Arceburgo (falar paulista), de Mariana (falar mineiro), de Ouro Preto (falar mineiro), de Itaúna (falar mineiro), de Ouro Branco (falar mineiro) e de Piranga (falar mineiro).

Uma amostra da proposta deste projeto pode ser observada no estudo prévio em que a amostra de Belo Horizonte e de Teixeira de Freitas foram comparadas. Pretendia-se com essa comparação perceber quais fenômenos eram comuns ao dialeto mineiro e ao dialeto baiano, para que assim pudesse ser percebida a presença do falar baiano no belo-horizontino. Neste caso a amostra utilizada não foi a de entrevistas, mas, sim, uma amostra de testes de reação subjetiva aplicados a 96 estudantes da 8ª série, metade de Belo Horizonte e metade de Teixeira de Freitas. No teste havia a seguinte pergunta: “Quando você leva um susto, qual é a primeira expressão linguística que vem a sua boca?”.

Como resposta, os pesquisadores observaram que algumas interjeições eram usadas apenas por baianos, como “Poxa” e “O’che”; em outros casos eram comuns aos dois dialetos, porém com maior frequência no mineiro, como “ai”, “Nossa Senhora”, “ai, que susto”, “Nossa” e “uai”. E, por fim, algumas interjeições eram utilizadas apenas por mineiros, como “nó”, “nu”, “minha nossa”.

Estes resultados são muito importantes na medida em que nos mostram quais são as interjeições tipicamente mineiras e quais são aquelas resultantes do contato entre falantes dos dois dialetos. Embora este tipo de estudo ainda não tenha sido feito com todos os falares investigados, ele é fundamental para compreendermos a influência

sócio-histórica e política na constituição do falar belo-horizontino, pois permite observar que o uso de determinadas interjeições não estão relacionado apenas a fatores linguísticos.

Outros aspectos também foram identificados. Viegas (1987) analisou inicialmente os processos de elevação de altura das vogais médias pré-tônicas (alçamento) na região de Belo Horizonte. A partir de 3931 dados coletados, Viegas propôs duas regras para o alçamento de vogais médias pré-tônicas – uma para /e/, chamada de harmonização vocálica com a vogal alta seguinte (pirigo); outra para o /o/, redução devido à influência das consoantes adjacentes, principalmente oclusivas (cunversa). A autora observou ainda muitos casos de exceções às regras: “netuno, covil”, por exemplo. Ainda com base na identificação dos 10 fenômenos apresentados foi possível identificar outras correlações entre o dialeto mineiro e o falar belo-horizontino, tais como apagamentos das mais diversas naturezas, como as reduções *você > ocê > cê*, ; *eles > ês*; *senhor > sô*; *pequenininho > pequeninim*; *para > pra*, *pode > pó*, e tantas outras, que são comumente identificadas como marcas do falar belo-horizontino. Esses primeiros resultados revelam o quão próximos se encontram os traços do dialeto mineiro e os traços do falar belo-horizontino. Acreditamos poder identificar outras características em estudos futuros, dando continuidade às investigações realizadas no âmbito do “Projeto Mineirês”.

6. Considerações finais

Neste artigo buscamos pensar o dialeto mineiro, e principalmente o falar belo-horizontino, por meio da sua formação sócio-histórica e política. Mostramos que as informações de natureza social, histórica e política são de fundamental importância para percebemos as nuances formadoras deste falar, abrindo novas perspectivas de investigação e novos objetos a serem investigados. Estamos cientes de que não apresentamos resultados exaustivos. Ainda há muito trabalho a ser feito. Apontamos vários fenômenos a ser investigados e apresentamos alguns resultados já alcançados. A partir dos primeiros resultados pudemos delimitar a fundamental importância do dialeto mineiro na constituição do falar belo-horizontino, pois a forma como este falar foi introduzido nesta nova comunidade de fala lhe deu o caráter que ora se confunde com as características dos vários falares encontrados no Estado, ora mostra seu caráter mais genuíno, servindo como base para compreender a formação do que chamamos hoje de falar belo-horizontino.

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915), in: BONI, Luís A. de (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/ Torino: Escola Superior de Tecnologia/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BONI, Luis A. de (org.) *A Presença Italiana no Brasil*. v. II. Porto Alegre/ Torino: Escola Superior de Teologia/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. “Ouro, terra e ferro: vozes de Minas”, in: GOMES, Ângela Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2005.

CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

DULCI, Otavio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FERREIRA, F.P.M. Evolução urbana e demográfica do envelhecimento em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. A. 3, n. 4. 2001.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MONTE-MÒR, R. L. M.; PAULA, J. A. As três invenções de Belo Horizonte, in: *Anuário Estatístico de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, v. 1, 2000, p. 27-29.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. v. I e II. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1958 e 1961.

PLAMBEL. *Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte, 1979*. Relatório escrito por Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto n.º 817 de 15 de abril de 1895.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres & SILVA, Regina Helena Alves da (org.). *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1994. 136 p.

SOUZA, E.M. *O uso do pronome ‘eles’ como recurso de indeterminação do sujeito*. Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado, 2007.

SPENCER, John. Prefácio do livro LEITH, Dick. *A Social History of English*. London/ New York: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1983.

VIEGAS, M.C. *alçamento das vogais médias pré-tônicas: uma abordagem sociolingüística*. Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado, 1987.

ZÁGARI, Mário R. L. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, in: Aguilera, V. (org.) *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998.

ZÁGARI, Mario R. L. et al. *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa/ UFJF, 1977.

“A imagem da saudade retratada”: as epístolas de Cláudio Manuel da Costa

LUÍS ANDRÉ NEPOMUCENO

Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp.

Professor de Literatura no UNIPAM.

Resumo: Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) expôs em sua obra poética uma reflexão consciente sobre as diferenças culturais e políticas entre o reino português e a realidade da colônia, especificamente nas Minas de meados do séc. XVIII. Tendo vivido uma temporada de cinco anos em Portugal, o poeta conviveu com o espírito reformista de D. José I, e elaborou ele mesmo uma concepção de arte voltada aos bens da civilização e da vida política. De volta a Minas em 1754, terá sentido as contradições de uma sociedade do Antigo Regime, em espaço inculto e pouco civilizado. Dentre as suas *Obras*, publicadas em 1768, as 6 epístolas talvez sejam o momento mais autobiográfico do livro, em que o poeta revela tais contradições por meio do típico motivo da saudade portuguesa, e tomando a obra epistolográfica de Ovídio (as elegias *Tristes* e as *Cartas Pônticas*) como modelos. Este artigo propõe uma breve análise histórica das epístolas de Cláudio, considerando o modelo ovidiano, ao mesmo tempo em que tenta decifrar os motivos políticos e culturais que se escondem por trás de seus versos.

Palavras-chave: Neoclassicismo; epistolografia poética; saudade; Cláudio Manuel da Costa

Abstract: Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) showed in his poetical work a conscious reflection on the cultural and political differences between the Portuguese kingdom and the reality of the colony, specifically in the mid-18th century Minas Gerais. Having lived for five years in Portugal, the poet was familiar with the reformist spirit of D. José I, and elaborated himself a conception of art which was dedicated to civilization and political life. Back to Minas in 1754, he was to feel the contradictions of an *Ancien Régime* society, in an uncultured and non-civilized atmosphere. In his *Obras*, published in 1768, the 6 epistles may be the most autobiographical moment of the book, in which the poet reveals such contradictions through the typical motive of the Portuguese *saudade*, and also taking Ovid's epistolographic work (*The Sorrows* and the *Epistles from the Black Sea*) as models. This paper proposes a brief historic analysis of Cláudio's epistles, considering the Ovidian model, and also tries to decipher the political and cultural motives hidden in his verses.

Keywords: Neoclassicism; poetical epistolography; *saudade*; Cláudio Manuel da Costa

Quando publicou a compilação de seus poemas na Oficina de Luiz Secco Ferreira, em Lisboa, em 1768, o advogado e funcionário público mineiro Cláudio Manuel da Costa parece ter granjeado extraordinária fama junto a seus pares na longínqua América Portuguesa – conquista espantosa para quem estava distante do cenário intelectual português havia pelo menos 14 anos. Cláudio estivera numa temporada em Coimbra, onde lograra obter o grau de Cânones na Universidade, e voltara ao Brasil em 1754, a contragosto, por conta de circunstâncias pessoais – uma mãe viúva e uns

irmãos órfãos. Não sabia, entretanto, que o prestígio, pelo menos no bulício inicial da publicação de seus versos, poderia ser apenas mérito local: na recente biografia do poeta, Laura de Mello e Souza (2011, p. 131) nos informa sobre uma opinião lamentavelmente negativa da Marquesa de Alorna, dizendo de Cláudio que se tratava de “um pobre rapsodista [...] que bebeu e vomitou algumas passagens de Metastasio e do Guarino [sic]”. Mas a edição das *Obras* de 1768, convém dizer, não foi episódio de pouca monta, a despeito dos olhares pouco generosos de intelectuais do reino, que o tinham como letrado de aldeia, para além de uma antipatia política contra seus ímpetus pom-balistas notoriamente estampados no livro. Mais tarde, nas décadas de 1770 e 1780, outros poetas vindos de Portugal, como Tomás Antônio Gonzaga ou Alvarenga Peixoto, abeiraram-se dele, o que lhe foi crescendo a fama e o prestígio de patriarca das letras coloniais. Em rápida ascensão, Cláudio tornava-se doutor e poeta de renome nas Minas setecentistas.

A condição de “letrado de aldeia” (expressão de Laura de Mello e Souza) poderia não o ter ofendido ou incomodado, já que o funcionário público, bem ajustado à vida da colônia, deveria estar usando a poesia como forma de reputação social, ou mesmo acreditando que seus versos não haveriam de ter o prestígio dos grandes no reino. Mas incomodou. Tanto que Cláudio terá lastimado, aqui e ali, nos versos publicados em Portugal, a triste condição de homem culto desajustado ao próprio meio social, tão pouco propício ao cultivo das letras. É possível que tivesse optado por permanecer no Velho Mundo, desde a conclusão de seus estudos em Coimbra, a exemplo de outros intelectuais luso-brasileiros de seu tempo, como Basílio da Gama ou Frei de Santa Rita Durão, mas as circunstâncias o trouxeram à colônia, e foi aqui que ele compôs o melhor de sua poesia, e refletiu sobre os desacordos entre as duas realidades sociais que ele teria vivenciado. E será este um dos temas mais examinados da obra do poeta: a percepção conflituosa do intelectual dividido entre dois mundos sociais, o mundo literário e requintado da corte portuguesa, de um lado, e o espaço da ignorância e da incultura em terras coloniais, de outro. O próprio Cláudio já teria se lançado a tal análise de si mesmo: no “Prólogo ao leitor”, na primeira edição de suas *Obras*, justificava-se pelo pouco refinamento de sua poesia, atribuindo o fato à incapacidade de se dedicar às letras em espaço social tão pouco favorável à vida literária.

Mas a vida cultural de Minas daria grandes saltos nas décadas posteriores, e o mesmo Cláudio Manuel teria dado testemunho de novas perspectivas. No mesmo ano de 1768, o poeta deu à estampa outra coletânea de versos, as *Obras poéticas e Parnaso Obsequioso*, escrito às vésperas da edição, diferentemente das *Obras*, que reuniam textos de épocas diversas, desde o tempo vivido em Portugal. No livro novo, Cláudio via-se tomado de grande excitação com o anúncio da possível criação da Arcádia Ultramarina, inspirada nos moldes da famosa Arcádia Romana, e dedicou o livro a D. José Luiz de Meneses, Conde de Valadares, novo governador de Minas Gerais, recém-chegado de Portugal, e em quem o poeta depositava esperanças de um governo mais benévolo com as artes e com o fisco da mineração. Meneses esteve à frente do governo de Minas até 1772, não trouxe os benefícios esperados, a Arcádia Ultramarina não vingou, a mineração entrou em estado de decadência, o governo português apertou o fisco na colônia, e os tempos futuros se tornariam ainda mais sombrios, até a chegada da Inconfidência Mineira. De toda forma, o tom exaltado de 1768 denunciava boas esperanças

para o poeta já veterano que ansiava por trazer à colônia o espírito civilizado das ninfas do Tejo e do Mondego, que antes fizera parte de sua vida.

Tudo isso quer dizer que, frente às discrepâncias entre o Velho Mundo e a colônia, o jovem Cláudio Manuel da Costa, já homem de prestígio, doutor em Cânones, poeta versado na leitura dos clássicos e humanistas, sentia-se desconfortável e desajustado no mundo inculto das Minas de 1754, ano de seu retorno da temporada em Coimbra. Nas *Obras* publicadas em Lisboa, vez ou outra deixa entrever o seu drama pessoal, no meio dos artificialismos retóricos da poesia clássica. O grande volume de seus versos trazia, ao todo, 100 sonetos, 3 epicédios, uma fábula, 20 élogos, 6 epístolas, 4 romances, 2 *canzonette* (em italiano), 8 cantatas, 4 poemas diversos, e mais ainda um prólogo ao leitor e uma carta dedicatória. Era a reunião volumosa de seus poemas de uma vida inteira, escritos alguns deles, muito possivelmente ainda nos tempos de Portugal, e outros praticamente às vésperas da edição. A entremear os diversos gêneros pastoris a que se dedicara, Cláudio pincelou o seu drama pessoal em registros esporádicos, especialmente nos sonetos e nas epístolas, pontuando a história própria, por meio da história do pastor exilado em terra estranha, motivo já bastante explorado por outros do Renascimento. O poeta sentia-se ele mesmo como que exilado na própria terra, numa espécie de exílio cultural, e a considerar esse quadro, fará uma “canção de exílio às avessas”, conforme observação de Sérgio Buarque de Holanda (1991, p. 229). Clássico exemplo da reativação do tema é a Epístola VI, em que o pastor Sílvio, a pedido de Alcano, relata-lhe sua história de amor e seu conseqüente destino melancólico: Sílvio morava numa “pobre choça”, “habitação amada”, quando, um dia, uma ovelha perdida o arrastou a distantes margens do Mondego. Lá encontra o ameno ambiente propício para o amor, mas, junto ao rio, o tirano pastor Corebo, maioral rico e nomeado, que a todos controla, faz com que todos os pastores e pastoras silenciem seus sentimentos e investidas amorosas. Sílvio, no entanto, apaixona-se por Galateia, mas o amor é descoberto por Corebo, que os castiga, destinando o amoroso pastor ao triste exílio. Ali, de seu desterro, Sílvio dá notícias a Alcano de sua presente condição.

A Epístola VI parece ser o resumo argumentativo das preocupações de Cláudio com o problema do exílio. E seguindo essa linha, no conjunto das Epístolas inseridas nas *Obras* de 1768, o poeta repete esse eixo temático de forma exaustiva, propondo variações mínimas em torno da matéria, em que basicamente apenas os nomes de personagens são alterados. O argumento se projeta nos 100 sonetos, igualmente, mas no conjunto da centúria, o tema acaba por se tornar disperso, esporádico, quase invisível frente à composição do todo. Em pesquisa sobre os originais do poeta, Sérgio Alcides observou que, no códice manuscrito das *Obras*, Cláudio, dentre as diversas alterações feitas de última hora, teria riscado 3 sonetos já encaminhados à edição, para incluir os sonetos 2, 49 e 98, curiosamente ligados à temática da terra natal, o que denuncia um nível, qualquer que seja, de mudança da sensibilidade do autor em relação ao mundo da colônia. São sonetos célebres que conferem certa dignidade cultural às Minas daquele momento específico, ou seja, 1768 (ALCIDES, 2003, pp. 27-28). Melânia Silva de Aguiar concluiu o mesmo, quando pontuou que

a diferença de tom entre estas obras de 1768, ou seja, *Obras* e *O Parnaso Obsequioso/Obras poéticas*, pode ser nitidamente acompanhada, verificando-se uma mudança gradual entre a primeira e as últimas.

No livro *Obras*, constituído, ao que se supõe, de poemas feitos parte nos tempos do poeta em Coimbra, parte estando ele já de volta e estabelecido em Minas Gerais, fazem-se ainda tímidos os louvores à terra de nascimento e são parcos os indícios de uma amorosa contemplação dos elementos locais; há mesmo em muitos destes poemas a expressão de um desconsolo, por não poder “substabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego” (AGUIAR, 2007b, p. 102).

Nesse sentido, Melânia Silva de Aguiar (2007a, pp. 177 e 183) também propõe figurar a obra de Cláudio em três momentos, a partir desses três olhares distintos sobre sua terra natal: um primeiro momento, com as composições de Coimbra, em que o poeta ensaia poesia barroca e religiosa (com obras editadas em opúsculos); um segundo, com as composições que vão dos tempos de Portugal até 1768, em que se vislumbra o poeta dividido entre duas estéticas e duas realidades sociais (com a obra editada em livro); e um terceiro, com as composições posteriores, mais ligadas a preocupações sociais, com menos artificialismo (com a obra inédita, inclusive o épico *Vila Rica*). Em síntese, Cláudio ensejou uma obra cujo percurso vai da poesia barroca e religiosa aos versos de maior dimensão social, passando pelo convencionalismo neoclássico, que caracterizou boa parte de seu trabalho.

Em outros termos, e pensando-se numa dimensão mais política de sua poesia, Cláudio mostrou que a vida na colônia alterava sensivelmente sua percepção sobre o próprio espaço social: se nas *Obras* escritas ao longo de anos, o funcionário público queixava-se de “um sepultamento na ignorância” em terras coloniais, conforme se lia no prólogo ao leitor, agora nas *Obras poéticas e Parnaso Obsequioso*, volume escrito em 1768, o tom lamuriento e saudosista dava espaço a novas perspectivas de vida, a novos programas políticos e culturais e, por consequência, a uma percepção diferente sobre a realidade social da cultura mineira.

Mas as Epístolas, muitas delas, senão todas, possivelmente escritas alguns anos antes (quem sabe pouco depois do retorno de Portugal), denunciam um motivo diverso: a decepção incontornável do poeta com o cenário de Minas, a sensação incômoda de um espaço nada favorável a seus projetos culturais, a amargura de uma vida distante da civilização, de uma vida entediada pelo desterro, esse desterro ideológico e imaginário, na própria terra. Era este por certo o tema das epístolas: o pastor exilado em terra incultas, afastado do mundo instruído, chorando saudades de um tempo outrora vivido junto às musas e aos rios da Europa experimentada no requinte e na boa educação. Na Epístola I, Alcino escreve ao amigo Fileno, dizendo de suas saudades do festivo Mondego, e da sua triste condição atual de quem se sente mudo para o canto. Na Epístola II, o jogo contrário: é Fileno quem responde às novidades do distante Alcano, que abandonou o sítio ameno para outras praias. A Epístola III retoma o foco da primeira: agora é Daliso, pastor triste, que vive num bosque inculto, com a lira mal tocada, e que manda lembranças ao pastor Salício, habitante das frescas praias do pátrio rio. A Epístola IV duplica o tema da terceira: é Meliso quem sente saudades do canto de Salício e que agora, na “corrente turva e feita deste ribeiro nosso”, lembra momentos

passados. A Epístola V duplica a segunda: Eurilo é quem vive na corte, na “civil sociedade”, e agradece uma carta recebida do amigo. Por fim, a Epístola VI dá notícias de fatos vividos por Sílvio, na terra das musas, e de seu desterro presente, conforme já comentamos.

A sequência de epístolas contida nas *Obras* de 1768, portanto, não é outra coisa senão variações em torno de um mesmo tema, o motivo central que tanto incomodou Cláudio Manuel da Costa: a sensação de exílio na própria terra, a inadequação de seus projetos civilizatórios a um espaço social infrutífero. A temática em si pode soar a ímpetos de caráter pessoal, mas as fontes literárias clássicas e humanistas que a desencadeiam revelam-se facilmente rastreáveis a partir dos próprios interesses de Cláudio, ou mesmo a partir de suas epígrafes e menções contidas no prólogo ao leitor: Ovídio, por exemplo, eterna inspiração para os desterrados, é a primeira ocorrência. Sannazaro, Diogo Bernardes e Camões são outros mencionados no “Prólogo”, e que lidaram igualmente com a temática do exílio. Dentre eles, o primeiro parece ter tido maior impacto na obra de Cláudio. A *Arcadia* de Sannazaro foi referência obrigatória para os árcades desde o séc. XVI: neste clássico romance entremeado de poesia, cuja edição *princeps* remonta a 1504, Sannazaro projeta no pastor Sincero, seu alterego, uma mistura de autobiografia e ficção, em que este personagem central narra sua história, toda ela uma sequência de episódios que envolvem um amor frustrado e um confisco de terras pertencentes a seu bisavô. Mas acima de tudo, uma história de desterro¹.

Dentre os escritores não mencionados pelo poeta de Mariana no seu prólogo, Jorge de Montemayor e Bernardim Ribeiro podem oferecer pistas reveladoras sobre o olhar de Cláudio sobre o tema do exílio a que ele se dedicou ao longo das epístolas. A *Diana* de Montemayor, pelo menos no eixo central do romance, é também uma história de exílio voluntário, cujo desfecho é o reconhecimento de uma identidade pátria, inteiramente dominada pelos elementos que a compõem: língua, cultura, civilização etc. Bernardim Ribeiro, que propôs variações em torno de um mesmo tema nas 5 écloas que publicou juntamente com a *Menina e moça* (na edição de 1554, aos cuidados do judeu português desterrado Abraão Usque), igualmente envolveu-se com o problema do exílio, por certo levado pelas circunstâncias pessoais de perseguição aos sefardins na Península Ibérica, a julgar pela crítica especializada, ainda que a informação seja bastante polêmica (MACEDO, “Bernardim Ribeiro”, in MACHADO, 1996, pp. 416-417). Mas é Ovídio quem parece ter dado a contribuição mais substancial para as reflexões de Cláudio sobre seu desterro na própria terra. Como esclarece Sérgio Alcides,

desde a Idade Média, no campo retórico-poético, o sentimento e a situação de desterro estavam quase que obrigatoriamente subsumidos ao modelo ovidiano. Mesmo no âmbito religioso, os lamentos do sulmonense serviram com frequência à expressão de um sentimento de exílio terreno, antes a pátria celestial dos bem-aventurados (ALCIDES, 2003, p. 94).

Ovídio foi, de fato, modelo indispensável para os que sofreram a amargura do exílio. E Cláudio, tão logo adverte o leitor sobre sua inadequação ao meio social, no

¹ Para uma aproximação entre Cláudio Manuel da Costa e Sannazaro, ver Nepomuceno (2005).

prólogo de seu livro, busca de imediato uma aproximação pessoal com o poeta latino, a sugerir que ambos fossem como companheiros de um mesmo mal. Mas a aproximação é apenas ideológica. Cada um a seu tempo, e em circunstâncias muito distintas, Cláudio e Ovídio tiveram destinos também muito diversos. No ano 8 d.C., Ovídio, por motivos ainda não bem esclarecidos, recebeu do imperador Augusto a sentença de *relegatio*², ou desterro, e foi levado ao mais distante ponto geográfico do Império, no porto de Tomos, à margem ocidental do Mar Negro (hoje, a Romênia): longe de Roma, o mais famoso poeta latino daquele começo de século conviveu com gente estranha, sofreu o afastamento dos amigos e da esposa, enfrentou o frio do inverno romeno, lidou a contragosto com os hábitos da gente local, os getas, e definitivamente não se adaptou à vida entre aqueles que ele próprio chamaria de “bárbaros” ou “selvagens”. A proibição de residência em Roma parece lhe ter retirado a própria vida: nos dois livros que testemunham a amargura do exílio (as *Elegias tristes* e as *Cartas Pônticas*), Ovídio queixa-se desesperadamente da situação de afastamento (nenhum desterrado fora levado a terras tão longínquas!), e pede com frequência que os amigos intervenham em seu favor junto ao grande deus Augusto. Ettore Paratore (1987, p. 514) argumenta que os dois livros do exílio deixam entrever a decadência do genial poeta do amor e do erotismo: excessivamente lamurientos, revelam que Ovídio não pôde suportar a vida fora do sucesso mundano, a julgar pela sua existência vaidosa na Urbe. Mas dentre as lamúrias e bens perdidos que se revelam, especialmente nas *Cartas Pônticas*, o mais caro objeto que se perde a Ovídio no exílio é a própria pátria, com tudo aquilo que a ela está vinculado: a cultura, a língua, a civilização (QUEIROZ, 1998, p. 77). “Nesta terra em que tenho de viver, a mim me basta, se conseguir, ser um poeta entre os selvagens getas”, queixa-se o poeta urbano. “Que me importa alcançar a fama na outra extremidade do orbe?” (*Pont.* I, 5. OVÍDIO, 2009, p. 24).

Quando Cláudio Manuel da Costa elege o poeta sulmonense como seu igual no sofrimento do exílio, sabe que Ovídio lamenta não exatamente a perda de pessoas ou bens e propriedades, mas tão somente a distância da civilização e da cultura urbana, a distância do requinte da arte clássica, o espaço intransponível que o separa da bela sonoridade de sua língua pátria. Nas suas elegias *Tristes*, por exemplo, a formosura do latim clássico que aos poucos se apaga cai como sentença de morte ao poeta desiludido: “Não duvido que haja neste livro muitos vocábulos bárbaros, não por causa do autor, mas por culpa do lugar. Para que não perca, entretanto, o hábito da língua romana e minha voz não se torne esquecida da inflexão pátria, falo comigo mesmo, e procuro recordar as palavras de que perdi o hábito e repito os vocábulos funestos de minha produção poética. Assim, iludo o espírito e o tempo: e não só me distraio como também me desvio da obsessão da desgraça” (*Trist.* V, 7. OVÍDIO, 1952, p. 207).

Dentre as diversas lamentações do poeta dos *Amores* (a infidelidade de alguns amigos, a dureza na sentença imperial, o arrependimento de ter escrito a poesia erótica), pelo menos duas questões devem ser ressaltadas como pontos de convergência com os interesses de Cláudio Manuel da Costa: a terra com sua gente inculta e bárbara,

² Maria José Queiroz esclarece que a pena de *relegatio* era diferente da de *exilium*, porque no primeiro caso, o cidadão romano era levado a outras terras, sem perda de seus direitos políticos e de suas propriedades (QUEIROZ, 1998, p. 69).

e a criatividade literária que subitamente se esvai frente a tal cenário. “Pensava, porém, que, privado da terra onde nasci, me houvesse saído em sorte, pelo menos, viver numa região humana”, dirá Ovídio.

Jazo, nada obstante, abandonado nas areias da extremidade do orbe, onde a terra ostenta perpétuas neves. Aqui o campo não produz frutos nem doces racemos; não reverdejam salgueiros nas ribeiras, nem robles nas montanhas. O pélago não merece mais louvores que a plaga: suas vagas, privadas de sol, estão sempre intumescidas pelo furor dos ventos. Para qualquer direção que se olhe, estendem-se planícies sem cultivo e terras desertas que ninguém reivindica” (*Pont. I, 3. OVÍDIO, 2009, p. 16*).

Não serão raras as vezes em que Ovídio, por uma espécie de metonímia, toma a incultura da gente pela incultura da terra. “Bárbaro Danúbio”, dizia ele, ao se referir ao rio que chega às margens das terras de seu exílio, no Mar Negro (*Pont. III, 3, OVÍDIO, 2009, p. 94*). O frio insuportável, a esterilidade da terra, a paisagem escura e feia, tudo isso são elementos que Ovídio cria (por vezes, em recursos mais literários que factuais) para definir uma relação estreita entre a incultura da terra e a incultura da gente.

Mas para além da esterilidade da terra no exílio, o drama pessoal de Ovídio reside especialmente na esterilidade de sua musa, na incapacidade de escrever entre bárbaros, na imperícia com a própria língua que vai sendo esquecida, a considerar o tempo e a distância da civilização. “Crê-me: se esta plaga abrigasse o próprio Homero, ter-se-ia ele também transformado num geta” (*Pont. IV, 2, OVÍDIO, 2009, p. 102*), lamenta-se o poeta, num ímpeto de ironia. São os males da ausência de um bem superior e metafísico, conforme bem define Maria José Queiroz (*Op. cit., p. 72*): “À minguia de leitura, e também de leitores, padece ele a mais áspera das solidões: a da inteligência. Esgota-se-lhe o talento, a sua poesia se empobrece [...]. No meio dos bárbaros, é ele, sim, o bárbaro”.

Cláudio Manuel da Costa deve ter bebido da fonte ovidiana, quando escreveu a seu leitor que o retorno à pátria parecia destinar a ele o afastamento inevitável da civilização: “Não permitiu o Céu que alguns influxos, que devi às águas do Mondego, se prosperassem por muito tempo: e destinado a buscar a Pátria, que por espaço de cinco anos havia deixado, aqui entre a grossaria dos seus gênios, que menos pudera eu fazer que entregar-me ao ócio, e sepultar-me na ignorância!” (“Prólogo ao leitor”, in: *Poesia dos Inconfidentes*, p. 47). O poeta, de retorno aos confins do sertão mineiro, estava ciente, ou pelo menos acreditava estar ciente, das diferenças culturais que separavam a colônia do centro nevrálgico do império português: aquele retorno involuntário era o mesmo que exílio, significava o mesmo que sepultar-se na ignorância. O patriarca do Neoclassicismo brasileiro, pelo menos entre 1754 e 1768 (ano em que projetava a Arcádia Ultramarina, em que confiava ao novo governador de Minas a missão de revitalizar a política e a cultura local), buscou consolo nas próprias letras, a considerar a sensação incômoda de ser o “letrado de aldeia” no meio dos incultos.

As epístolas publicadas nas *Obras* de 1768 revelam-se o momento mais “autobiográfico” do livro, a par de uma dezena de sonetos, em que o advogado e funcionário público, já estabelecido na colônia, procurava reconstruir aspectos singulares de sua

identidade, ao mesmo tempo em que os identificava com elementos e *tópoi* da cultura clássica. O gênero epistolográfico, em forma de poesia, era antes de tudo também um motivo ovidiano. Ovídio, já versado na epistolografia imaginária (as *Heroides* eram cartas de personagens ilustres da mitologia), agora em situação real, omitira os nomes de seus interlocutores nas primeiras cartas que enviara a Roma, nas elegias *Tristes*, por achar que poderia comprometer os amigos em envolvimento políticos, mas acabou por revelá-los no livro seguinte, nas *Cartas Pônticas*, quando acreditou que o exílio já era assunto distante no tempo (as *Pônticas* foram escritas pelo menos quatro anos depois da sentença do exílio). Mas nas epístolas de Cláudio, os nomes são pura ficção pastoril, como que desdobramentos de seu próprio eu lírico:

A epístola assume não poucas vezes expressão puramente convencional. Quer dizer: nem sempre é dirigida a uma outra pessoa. Em Cláudio, há epístolas com endereço certo, por exemplo as duas escritas a Salício. No caso em pauta, porém, seu convencionalismo é evidente. Quem escreve é o mesmo que recebe. O destinatário é com certeza Cláudio Manuel. E quem o missivista oculto sob o misterioso nome de Eurilo? Tenho para mim ser o próprio Cláudio. O nome de Eurilo ocorre esta única vez, e confessamos não o ter identificado com personagem nenhuma da Antiguidade clássica de onde parece provir (LOPES, 1997, p. 106).

As 6 epístolas de Cláudio, todas elas variações em torno de um mesmo tema, conforme já dissemos, recriam situações ovidianas típicas, em que o pastor-poeta se vê diante de terras incultas e deixa inevitavelmente silenciar a sua musa. É o que evidencia, por exemplo, Alcino, alterego de Cláudio, logo nas primeiras estrofes da écloga de abertura:

Entorpeceu-se o canto,
E a Musa tristemente enrouquecida
Se viu, depois que a sorte desabrida
Trocou o doce encanto
Das Ninfas do Mondego,
Pelo deste retiro inculto emprego (Ep. I, *A poesia dos Inconfidentes*, p. 245).

Mas a esterilidade criativa de Cláudio, seguindo o *topos* do modelo ovidiano, e a considerar o tempo de execução de suas *Obras* ao longo de pelo menos 14 anos, sugere um argumento bem mais retórico do que efetivamente biográfico, como de resto acontece nas identidades postiças da poética neoclássica. Conforme pontua Hélio Lopes, “o poeta dramatiza a esterilidade criadora, atitude muito condizente com seu temperamento melancólico” (LOPES, *Op. cit.*, p. 84). Em outros termos, Cláudio não escreveu menos em Minas do que em Portugal, não se sentiu menos levado à poesia aqui do que lá, e se as queixas de que o canto se entorpeceu nas terras da colônia sustentam o tema central das epístolas, isso é apenas artifício literário de uma espécie de sujeito retórico que reconstrói elementos de sua existência pessoal, em função de argumentações meramente retóricas da poesia clássica. E a par do silêncio poético como eixo central das

epístolas, consequência do desterro entre os incultos, outros temas vão ali se mostrando recorrentes, como a saudade (lembre-se a relação entre exílio e saudade nas éclogas de Bernardim Ribeiro), a mítica Idade do Ouro, a mudança na condição existencial do pastor exilado, e até mesmo a reminiscência platônica das almas exiladas no mundo material (tema este transversal, que ocorre apenas por estar presente nos autores referenciais lidos por Cláudio).

O “silêncio poético” alegado por Cláudio na Epístola I (motivo que se desdobra nos poemas seguintes) revela-se uma razão, antes de tudo, social e política: é a percepção sensível de um poeta que compreende as contradições e dificuldades de uma terra colonizada, a que ele deve conferir celebridade por meio da poesia, sem perder o veio da tradição cultural clássica, de que ele é herdeiro. Conforme bem observa Roberto de Oliveira Brandão: “O poeta, sem romper com o sistema literário vigente, mobiliza suas experiências, emoções e intuições em busca de uma linguagem capaz de expressar o objeto de seus desejos [...]” (BRANDÃO, 2001, p. 13).

A preocupação de Cláudio com a importação de modelos éticos e culturais da Europa para o Brasil, a princípio motivo de indagações profundamente pessoais, revela-se um tema transversal no meio dos artificialismos do conjunto de epístolas, ainda que, mesmo projetando interesses próprios na observação da terra pátria, ele não se distancie de suas heranças clássicas. Ele é o artista da aldeia que, sem diálogo com seus pares, deseja elevar a terra inculta à condição de espaço culto e letrado, embora isso se evidencie com plenitude apenas nas *Obras poéticas e Parnaso Obsequioso*, de 1768. Pode parecer estranho dizer da falta de diálogo justamente no gênero epistolar, mas observe-se que nas epístolas de Cláudio, o diálogo nunca é com seus pares, porém é sempre com o estrangeiro, com o outro que se encontra em dimensão social diversa, em condições outras de existência. No conjunto das Epístolas, por exemplo, Alcino, Algano, Daliso, Meliso, Alcido e Sílvio (curiosos nomes pastoris que, por vezes, parecem jogos anagramáticos) cumprem o papel do aldeão que chora saudades da existência vivida na sociedade culta, enquanto Fileno, Salício e Eurilo desempenham o personagem de natureza contrária, a sugerir a vida na corte. A considerar o imenso acervo de figuras pastoris da poesia clássica, trata-se de personagens tipicamente vinculados aos artificialismos da literatura árcade, mas funcionam, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, como elementos palinódicos de uma reflexão social e política sobre a condição da colônia.

Considerando tudo isso, pensemos o que significa efetivamente o “exílio imaginário” de Cláudio Manuel da Costa, esse “sepultamento na ignorância” inspirado pelos livros do desterro ovidiano. Nesse sentido, será preciso avaliar pelo menos dois pontos de fundamental entendimento: a poesia como instrumento civilizatório; e o mito da Idade do Ouro como imaginário do mundo requintado e aristocrático. Nesse viés, a saudade que se apresenta nas epístolas, consequência do distanciamento da civilização, refere-se à perda de uma condição existencial. Bernardim Ribeiro metaforizara a perda da terra e da própria comunidade de Israel por meio da saudade amorosa, motivo célebre da poesia lírica pastoril que, a partir daquele contexto específico, assume também ele especificidades políticas e metafísicas. Para Cláudio, no entanto, a saudade, ou “a imagem da saudade retratada” (conforme se lê na sua Epístola V, de Cláudio), motivo que acompanha a temática do exílio voluntário, eixo central das epístolas,

assume também aqui uma dimensão mais ampla, porém um direcionamento de natureza essencialmente política.

Em que sentido? Cláudio terá vivido na colônia as contradições de uma sociedade do Antigo Regime, toda ela subordinada a um modelo português de civilização e prática social, em que se exaltam as condutas civis, a hierarquia de valores e as práticas de virtude e civilidade³. A saudade nas suas epístolas é, na verdade, a saudade de uma condição social, assim como, nas élogos de Bernardim Ribeiro, a saudade (disfarçada de romance amoroso, como manda a tradição pastoril) é a reminiscência de uma vida espiritual e metafísica. E assim como a saudade de Ovídio será a saudade de um bem civilizatório. Esse bem social que falta aos pastores nas epístolas de Cláudio, e por extensão, a ele mesmo, como intelectual e poeta, é justamente a civilização e o requinte de um mundo aristocrático que ele encontrara em Portugal, conceitos que se adicionam à prática da poesia, também ela veículo dessa mesma civilização. Embora faça a convencional defesa do mundo rústico em detrimento da polida sociedade de corte (argumento da Epístola V, uma espécie de palinódia de todas as autoras), a saudade que Cláudio efetivamente manifesta é a saudade da cultura, dos tempos vividos no reino, acompanhando, mesmo na timidez da juventude, o projeto esplendoroso de D. José I, aliado a seu primeiro ministro, o Marquês de Pombal, que juntos empreitavam revoluções sociais e políticas no país e projetavam novos rumos para o grande destino da arte, especialmente da poesia, a julgar pelo patrocínio financeiro da segunda edição da *Arte Poética*, de Francisco José Freyre (Cândido Lusitano), impressão dedicada a Pombal. Veja-se, a exemplo, o que o poeta sugere na Epístola III:

Saúde vos deseja
E plácido descanso
Daliso, o Pastor triste, cujo emprego
E mal tocada lira e gado manso,
Que nem maligna inveja,
Nem êmula porfia em seu sossego
Altera, atravessando o bosque inculto,
Desde o monte frondoso ao vale oculto.

Aquela harmonia,
Nunca no bosque ouvida,
Cítara, que regia o vosso canto,
Com que ativo desejo me convida
À pena mais saudosa!
Se souberas, Salício amado, quanto
Me chega a arrebatrar aquele acento,
Duvidareis vós mesmos do tormento (Ep. III, *A poesia dos inconfidentes*, p. 249).

³ Quero ressaltar nessa linha a contribuição decisiva dos estudos de Ricardo Martins Valle (2002, 2005 e 2006) sobre a poesia de Cláudio Manuel da Costa, que, em síntese, pontuam com clareza a relação entre poesia e civilidade, arte e hierarquia de privilégios no polimento das práticas civis. Seu trabalho é imprescindível para se compreender os equívocos nas análises de poetas do Arcadismo, especialmente se considerarmos a permanência de valores românticos numa parte da crítica brasileira nos sécs. XIX e XX.

No trecho acima, as dicotomias que Daliso expressa a seu amigo Salício (“mal tocada lira” x “aquela harmonia”; “bosque inculto” x “vosso canto”) revelam um jogo de imagens em que se percebem dois mundos sociais contrários e, de certa forma, conflituosos na consciência do poeta. A “pena mais saudosa” mencionada nos versos acima é inequivocamente a expressão da saudade de um bem perdido, voltado a um tempo de convívio com as musas na terra que o acolheu nos anos da juventude, quando a poesia era o primeiro plano de um modelo social e político, todo ele aristocrático, que se construía para o futuro.

Quando de seu retorno às Minas, portanto, os contrastes se fizeram evidentes. Reino e colônia seriam estampados na sua poesia também por meio das metáforas da natureza: “Vida afora, as águas sujas e as limpas, ora opostas, ora fundidas, remeteriam à metrópole e à colônia, compondo a metáfora recorrente da sua indecisão e do seu estranhamento” (MELLO E SOUZA, 2011, p. 73). Tomando Ovídio como modelo, Cláudio igualmente toma a incultura da gente pela incultura da terra, conforme se lê em seus versos:

Turva e feia, a corrente
Deste ribeiro nosso não habita
Driada, que repita
Em branda voz, o número cadente:
Que tudo nele triste fez o fado (Ep. IV, *A poesia dos inconfidentes*, p. 253).

Seguindo essa dinâmica da “canção do exílio às avessas”, é possível entrever em Cláudio uma situação particular do intelectual que vive à margem do modelo cultural a que está submetido, como bem percebeu Ricardo Martins Valle: “*Estrangeiro aqui como em toda a parte*, esse deslocamento de Cláudio é, embora em situação específica, um modelo da situação do intelectual brasileiro, que busca a adaptação das próprias origens às matrizes do pensamento europeu” (VALLE, 2002, p. 202. grifo do autor). Trata-se, de uma condição que, de certa forma, inaugura uma realidade do próprio intelectual mantido à margem dos modelos culturais a que deve se submeter. No caso de Cláudio, a própria poesia deveria funcionar, no âmbito de sua ficção pastoril, como uma espécie de empenho imbuído de forte intuito civilizador. Sua realidade social parece espelhar a futura condição dos intelectuais de países periféricos que se veem às voltas com o difícil problema da identidade, frente às tradições culturais seculares do velho mundo – vira e mexe o nacionalismo, como dirá Leyla Perrone-Moisés.

Por fim, é preciso dizer ainda que, abarcando os temas da saudade e do exílio, Cláudio acaba buscando também o mito da Idade do Ouro, uma das questões mais visitadas do imaginário neoclássico. Sérgio Alcides, apesar de seu grande estudo sobre Cláudio estar centrado numa dimensão social, também acredita que o poeta na própria terra peregrino revela-se um “desterrado no mundo”, saudoso de uma neoplatônica pátria das almas (ALCIDES, pp. 32, 107, 169-177, 257), na medida em que “o passado feliz e o mundo celestial se confundem para o desterrado” (idem, p. 171). Sem contradizer por inteiro a afirmativa de Sérgio Alcides, apesar de julgar difícil uma propriedade metafísica na obra de Cláudio, poeta pouco dado a meditações filosóficas, prefiro

acreditar que a Idade do Ouro, pelo menos nas epístolas das *Obras* de 1768 – e por extensão em muitos dos poemas contidos neste livro – identifica-se com um projeto de natureza cultural e social, bem mais que filosófica. A Idade do Ouro, como também o percebeu Ricardo Valle, é valor de um bucolismo setecentista que “põe em cena uma rusticidade refinada que não aponta para o presente das relações de trabalho, mas para um passado reinventado de uma aristocracia fora de palácios” (VALLE, 2002, p. 197), em que o pastor é símbolo inequívoco da própria expressão de vida aristocrática.

Quero concluir com o mesmo livro que deu início a minhas reflexões: a biografia de Cláudio recém-publicada por Laura de Mello e Souza coloca em cena um poeta bem mais conservador do que se acreditava um tempo atrás: menos iluminista, menos revolucionário, e mais aprisionado ao mundo eclesiástico e, sobretudo, aristocrático. Ricardo Valle chega a negar-lhe qualquer laço com a Ilustração que se promovia na Europa, em função de uma força política inteiramente entregue à subordinação hierárquica. É possível que as epístolas não expressem tão visivelmente esse conteúdo e essa face conservadora que se lê com mais notoriedade nas poesias encomiásticas, algumas delas contidas nas églogas com dedicatórias políticas. No entanto, a julgar pelo modelo social sonhado pelos pastores das epístolas (centrado na saudade da civilização aristocrática), é possível que a conclusão de Laura de Mello e Souza sobre o viés político de Cláudio aponte para conclusões muito coerentes sobre o nosso patriarca do Neoclassicismo, esse exilado melancólico em sua própria terra.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Melânia Silva de. “Editar Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga: um diálogo possível”, *Veredas*, (8): 171-184, 2007.

_____. “O legado árcade no Brasil: a difícil mudança”, *Revista Convergência Lusíada*, (24): 100-111, 2007.

ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem de Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.

A POESIA dos inconfidentes: Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Org. Domicio Proença Filho. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et. al. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Poética e poesia no Brasil (Colônia)*. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. Org. Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOPES, Helio. *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 1997.

MACEDO, Helder. "Bernardim Ribeiro", in: MACHADO, Álvaro Manuel (org.). *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NASO, Publius Ovidius. *Tristium*. Trad. Augusto Veloso. 2 ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

NEPOMUCENO, Luís André. "Sannazaro e Cláudio Manuel da Costa: dois pastores peregrinos", *Letras*. PUC Campinas, vol. 24, n. 1, jan./jun. 2005, pp. 61-78.

OVÍDIO. *Cartas Pônticas*. Trad. Geraldo José Albino. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Trad. Manuel Losa. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987.

QUEIROZ, Maria José. *Os males da ausência, ou A literatura do exílio*. São Paulo: Topbooks, 1998.

VALLE, Ricardo M. "A ordem dos afetos: a bucólica de Cláudio Manuel da Costa", *Floema: Caderno de Teoria e História Literária*, (1): 71-88, 2005.

_____. "A perpetuação da hierarquia: sentidos políticos do encômio poético de Cláudio Manuel da Costa", *História e Perspectivas*, (34): 189-223, jan./jun., 2006.

_____. "Entre a tradição e o novo mundo: um ensaio sobre a poesia de Cláudio Manuel da Costa", *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, (2): 192-2005, 2002.

Educação e imprensa em palcos republicanos: Análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889–1930)

MÁRCIA HELENA RODRIGUES DE MATOS

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

e-mail: mhelenarodrigues@yahoo.com.br

HUMBERTO APARECIDO DE OLIVEIRA GUIDO

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: humguido@pq.cnpq.br

Resumo: Este artigo é o resultado da pesquisa com periódicos que circularam na cidade mineira de Patos de Minas no período de 1889 a 1930. A imprensa local se constitui na fonte da pesquisa; tal pesquisa teve o objetivo de examinar a intensidade dos discursos locais em prol da educação escolar. Sumariamente, aqui, o eixo norteador do manuseio dessas fontes esteve direcionado para a identificação das representações sociais atribuídas à educação escolar, bem como a fundamentação do discurso pedagógico veiculado nos jornais de época. Assim, o andamento da pesquisa permitiu a avaliação das ideias propagadas pela imprensa, procurando aferir a ocorrência do vínculo com o ideário liberal pretendido pela proclamação da República, a saber, o ideário da ordem e do progresso. O resultado final das atividades com as fontes oferece a seguinte compreensão do processo de mudança social no município de Patos de Minas: os artigos selecionados refletiam em seu interior, com raciocínios desarticulados, a concepção de educação suscitada pela introdução do sistema republicano federativo — mais do que a defesa da escolarização para todas as camadas sociais, os articulistas davam assentimento ao novo regime e propagavam a percepção local da ordem nacional. Por fim, o trabalho permite afirmar que a imprensa local não desempenhou as funções de vanguarda e de proponente da escolarização como mobilização para o progresso; esta, contrariamente, limitou-se a aderir ao novo regime, recém-implantado, e fez veicular a sua ideologia.

Palavras-chave: república; educação; imprensa; civismo; instrução pública.

Abstract: This article results from a research whose sources were newspapers published in the city of Patos de Minas, state of Minas Gerais, between 1889 and 1930. It aimed to examine the intensity of local discourses in favor of school education. According to the guidelines of the history and education historiography research line, the dealing with sources aimed to identify the social representations ascribed to education and how newspapers worked as a vehicle for the pedagogical discourses. The research development allowed to evaluate ideas spread by the press and to verify if the latter kept a link with the liberal ideas of order and progress related to the newly-created Brazilian republic. Results base the following understanding of the social changes taking place in Patos de Minas at the time: though disconnectedly newspapers articles reflected internally a conception of education promoted by the republican system; rather than defend education for all the people, journalists approved the new government regime and spread the local notion of national order. In this regard, this work permits to assert that the local press did not promote education as a way of reaching progress; rather, it adhered to the newly-established regime and acted as a transmitter of its ideology.

Keywords: republic. Education; press; civism; public teaching.

1. Da pesquisa

Esta pesquisa¹ tomou a imprensa como fonte primária da abordagem histórica, pois o jornal se encarrega de aglutinar os elementos históricos dispersos nos discursos das pessoas de uma determinada comunidade; a análise, a rigor, das fontes leva o pesquisador à reconstrução do discurso, identificando nele as posições e os valores sustentados por um segmento social que encontra na imprensa escrita o meio de divulgação das suas convicções.

Boa parte do objetivo da pesquisa visava a formar o entendimento de como eram apresentados, nos artigos publicados, os assuntos concernentes à educação, se tais artigos incidiam na elaboração do pensamento pedagógico e quais seriam as temáticas mais contempladas pelos jornais. Além disso, trabalhamos com a hipótese de que a imprensa, embora represente uma visão de mundo que pode se constituir em um *corpus* documental de inúmeras dimensões, ela se apresenta como testemunha de métodos e concepções de um determinado período; não raro trabalhando sob o domínio de forças políticas que, em determinada época, representavam os interesses da classe dominante, propagando aí (suas) ideias e legitimando-as por meio de suas publicações.

No desenvolvimento da pesquisa, o *corpus* documental foi constituído pelos seguintes periódicos: *O Trabalho* (1905), *O Grito* (1915), *A Carapuça* (1915), *O Riso* (1915), *Cidade de Patos* (1915), *A Metralha* (1917), *O Federalista* (1919) e *Gazeta de Patos* (1929). Cumpre aqui ressaltar que as edições manuseadas encontram-se no Centro Histórico de Patos de Minas e, também, no Laboratório de Pesquisa e História do UNIPAM.

Depois da análise e catalogação do material histórico, o trabalho de pesquisa se deteve naqueles textos jornalísticos que atendiam aos eixos temáticos abordados, a saber: progresso e modernização da sociedade por intermédio da educação escolar. A análise incidiu, também, sobre os recursos gráficos e de propaganda utilizados no tratamento do tema, sendo frequentes os anúncios de colégios e de professores; essas peças de propaganda estão articuladas com o contexto histórico social, político e econômico local. A análise documental ratificou a efervescência ideológica da implantação do regime republicano; e as mudanças profundas no cenário nacional em todos os meandros da sociedade e, em especial, na esfera educacional justificam o recorte temporal da pesquisa: 1889–1930. Esse período significou um marco na história da educação brasileira, por representar uma época fértil, graças à ebulição de ideias e aos intensos debates voltados para a situação educacional, que repercutia em todo o país.

Após o levantamento da documentação (287 artigos), que representou riquíssimo material histórico a ser trabalhado, iniciamos a análise e a catalogação das publicações, promovendo a categorização das mesmas, classificando os gêneros jornalísticos, os eixos temáticos abordados, dando atenção também aos recursos gráficos e de propaganda utilizados no tratamento do tema educação, articulando-os com o contexto histórico social, político e econômico local e nacional, no período republicano, visto que

¹ Este trabalho é fruto da pesquisa realizada na Dissertação de Mestrado intitulada: *Educação e imprensa em palcos republicanos: análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889-1930)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do professor Dr. Humberto Aparecido Guido.

esse período representou um tempo de efervescência ideológica, marcado por profundas mudanças no cenário nacional, em todos os meandros da sociedade e em especial na esfera educacional.

2. Ruptura política e manutenção da ordem: república e educação

Ao ser implantado no Brasil, o regime republicano trouxe consigo, sob a égide do positivismo² e do liberalismo, oriundos da Europa e dos Estados Unidos da América, ideias que exaltavam o nacionalismo e a formação de um novo homem que conseguisse conjugar as necessidades de seu tempo com os anseios da formação do novo Estado brasileiro. Para tanto, fez-se necessária a reestruturação dos diversos setores da sociedade, incutindo, assim, nos grupos sociais, os princípios éticos e morais do Estado Republicano.

Politicamente, o Brasil apresentava-se sob o domínio do coronelismo, que se constituía no elemento formador da base da estrutura do poder do país, reafirmando-se, no Regime Republicano, como elemento retroalimentador das formações oligárquicas, alocando-se na então chamada “Política de Governadores”.

Embora o período republicano sinalizasse mudanças, pois estava sendo implantado um novo regime de governo, Nagle afirma que

[...] a implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a Federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis, provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, se encaminharam para a “política dos Governadores”. Assim os “homens mais importantes do lugar”, pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram mais fortemente ainda como chefes como chefes das oligarquias regionais e, dessa forma atuaram como as principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e Federal (NAGLE, 1974, p. 4).

A conjuntura política vigente conseguiu permanecer inalterada no momento da mudança de regime político, e as condições políticas estavam sendo perpetuadas, sinalizando assim a manutenção de um imobilismo estrutural que, embora demonstrasse claros sinais de abalo, estava longe de ruir-se. Nesse período, o Estado brasileiro encontrava-se entregue a uma composição de poder restrita e dominadora. Alastrava-se pelo

² Carlos Henrique de Carvalho, no livro *República e Imprensa* (2004), faz observações interessantes ao referido termo. O pensamento positivista foi marcante no Brasil durante o final do séc. XIX e início do séc. XX. No campo educacional sua influência advinha da sociologia de Durkheim, segundo o qual “a ação pelas gerações adultadas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança, número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio espacial a que a criança particularmente se destina” (DURKHEIM, 1978, p. 41).

país uma política baseada nos jogos de poder e interesses que iriam marcar a história do país.

Imbricado, conseqüentemente, a este cenário nacional de transformações, o estado de Minas Gerais destaca-se na luta pela hegemonia do poder. Nessa perspectiva, Minas divide com São Paulo o controle político do país. Desta forma,

São Paulo tem como base de sustentação de sua importância política a economia – a maior renda do País, extraída do café. No caso de Minas, a segunda força econômica do País, seu prestígio político se deve, especificamente a sua capacidade de colocar-se dentro da política dos governadores (PEIXOTO, 1983, p. 50).

Cumprir notar que o país teve no período de 1889 a 1930, por três vezes, políticos do estado de Minas Gerais ocupando a presidência da República, transformando-se em expoente político de importância decisiva na bancada federal. No que concerne ao destaque político de Minas, este se deve principalmente à sua unidade política, característica que lhe proporcionava grande poder, além de conferir ao Presidente da República um apoio fundamental para que o sistema federativo acontecesse de maneira efetiva.

Além dos aspectos acima ressaltados, o estado de Minas Gerais destacou-se também no campo educacional. Valendo-se da situação conjuntural que de uma maneira geral preconizava a disseminação da educação, Minas desenvolveu um programa em favor da propagação de escolas primárias e elaborou reformas educacionais com repercussão nacional, tornando-se, conseqüentemente, líder na divulgação de movimentos em prol da educação que, de acordo com Peixoto, já na década de dez, passa a ocupar um lugar de destaque na política do país (cf. PEIXOTO, 1983, p. 41).

Nesse sentido, há que se destacar que a implantação do novo regime trouxe novamente a discussão dos problemas nacionais. Portanto, afloram-se as desestruturas, evidenciando assim as lacunas subjacentes ao sistema. Neste novo contexto, a educação passa a ser vista pelos republicanos como objeto de democratização e desenvolvimento para amalgamar o povo na busca de uma unidade nacional. Desse processo, a educação eclode, como afirma Carvalho, “[...] como uma das vias de ‘civilização’, de formar o cidadão para a República ‘democrática’ que se anuncia, de se ascender o país ao estágio das nações desenvolvidas.”

As considerações feitas até aqui levam à constatação de que o período Republicano foi cenário de fervorosos debates que nortearam as ideias pedagógicas, o que contribuiu para o avanço da educação no país. Segundo Carlos Henrique de Carvalho (2004),

observar-se, pois, que esse período foi um dos mais importantes para a história da educação no Brasil, quando se delinearam e firmaram ideias pedagógicas que acabaram por orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que pode-se destacar: movimento contra o analfabetismo; busca da extensão quantitativa e da melhoria qualitativa da escolaridade; movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto,

apesar de ter sido um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária (CARVALHO, 2004, p. 40).

Embora tenha se apresentado como um período de destaque no quadro educacional brasileiro, não podemos negar que a República também se caracterizou por profundas desigualdades sociais. Devido a esse fato, a educação assumiu um caráter dualista, transformando-se em uma grande distorção, pois não conseguiu aplainar as contradições políticas, econômicas e sociais. E na tentativa de reestruturar o modelo educacional, as reformas de ensino, embora consideradas importantes por sinalizarem mudanças expressivas na educação brasileira, reforçaram o dualismo, ao legitimar os preceitos políticos que estavam sendo firmados em nome do desenvolvimento do país, fazendo com que as causas educacionais como aspecto social não detivessem suas especificidades nesse campo, mas migrassem para o campo político e econômico, colocando-as a serviço do poder e usando-as para dar sustentabilidade à ordem e ao progresso tão almejados pela elite dirigente do país.

O período histórico em discussão se mostrava também como o momento de homogeneização da cultura, por um consenso de unidade nacional. E essa unidade só seria conseguida via educação, por meio da instrução. Porém, uma instrução mínima necessária, ou seja, a educação primária. Afinal, o país apresentava no início do séc. XX uma população composta de 80% de analfabetos e, nesse momento, todos os esforços estavam centrados em instrumentalizar a população para atender às necessidades exigidas pelo novo contexto.

Daí a necessidade de se construírem grupos escolares e promover reformas estaduais e federais. Vale lembrar aqui que o elemento usado para amalgamar esse novo tempo de profundas modificações e que se transforma em um eixo norteador para legitimar os preceitos da classe dirigente do país é a educação; na nova configuração, a instrução pública passou a ser usada como instrumento viabilizador de um processo civilizatório, buscando, dessa maneira, formar o cidadão para uma sociedade “democrática” de direito aos moldes do liberalismo. A partir desse momento, inicia-se um intenso debate acerca da educação no país. Essa inquietação de ideias culminou em reformas educacionais que almejavam uma maior organização e estruturação do sistema educacional brasileiro.

O espírito republicano, gradativamente, penetrou na sociedade brasileira, e a educação passou a ser considerada, pela primeira vez, como o “motor da história”, o que irá caracterizar paulatinamente o Entusiasmo da Educação e o Otimismo Pedagógico. Ainda de acordo com Carvalho (2004), a educação passou a ser apresentada como uma verdadeira panaceia. Dessa forma,

o pensamento básico poderia ser explicado assim: todos os males estavam na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos estaria na disseminação da instrução (CARVALHO, 2004, p. 34).

O nascimento da República deu início a uma alteração nos instrumentos e con-

teúdos pedagógicos, dado que, até então, a questão da educação, como sendo instrução para o povo, sequer era discutida. E essas discussões em torno de uma estruturação educacional irão materializar-se no Otimismo Pedagógico e no Entusiasmo pela educação. Jorge Nagle considera que o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico foram movimentos que alavancaram fervorosos debates acerca da educação em todo o país, culminando na criação da ABE, que, de acordo com suas observações, teria surgido como desdobramento do Entusiasmo pela Educação.

O entusiasmo pela educação e otimismo, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistiam em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e “educadores” – principalmente os “educadores profissionais” que apareceram nos anos vinte – transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de informação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira (NAGLE, 1974, p. 101).

Em 1924, surgiu a Associação Brasileira de Educação (ABE), formada por um grupo de intelectuais que tinham como objetivo sensibilizar o poder público e os educadores para os profundos problemas educacionais existentes no país. Neste sentido, Marta Maria afirma: “tratava-se de organizar um amplo movimento de opinião pública, voltado para as questões educacionais e, para tal fim, o discurso cívico e a propaganda da educação eram também os discursos principais” (CARVALHO, 1988, p. 60).

A ABE disseminou pelo país um discurso cívico, buscando por meio da unidade nacional introduzir via educação e em nome do progresso um novo modelo de “homem” que atendesse às atuais necessidades do novo tempo e, para isso, seria necessária uma verdadeira campanha de saneamento que extirpasse da sociedade brasileira todos os males. Sobre este aspecto, Marta Maria de Carvalho afirma que

condensando os males do país da metáfora de um brasileiro indolente e doente e as esperanças da erradicação desses males na ação de uma “elite” dotada de poderes demiúrgicos, o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento (CARVALHO, 1998, p. 145).

É interessante observar que, historicamente, os acontecimentos apresentam-se muitas vezes entrelaçados. Já em outros momentos, transformam-se em instrumentos que alavancam e impulsionam outros acontecimentos de maior porte, que se tornam mais significativos, e desdobrando-se a partir de uma matriz ideológica, cria um “corpus” e toma uma direção por si mesmo. Assim, podemos dizer que o entusiasmo edu-

cacional e o otimismo pedagógico e até mesmo a criação da ABE desencadearam, por meio de manifestações culturais, intensos debates que se alastraram pelo país, reforçando cada vez mais a crença no poder regenerador e reestruturador da escola, consubstanciando, portanto, reformas e movimentos que marcaram nossa história. Neste sentido, toda esta ebulição de ideias iria culminar em dois acontecimentos de suma importância para a educação brasileira.

O primeiro fato que merece menção foi a Reforma Francisco Campos, de 1931, a qual marcou o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação. Para Peixoto,

constituiu a reforma um marco do início de um processo de transferência para o Estado, das formas de controle da inculcação ideológica e da socialização, vinculadas, até este momento, a entidades ligadas à esfera da sociedade civil. Esta guinada no campo da educação constitui um dos primeiros passos no sentido de se impor ao país um Estado capaz de gerenciar, em nome dos princípios da técnica e da eficácia, todos os setores da vida nacional (PEIXOTO, 1983, p. 172).

Esta reforma assumiu para si a responsabilidade de conduzir o país no âmbito educacional, sendo uma das primeiras a oferecer uma estrutura orgânica à educação. Cabe salientar que essa reforma estava sendo imposta em todo o território brasileiro, ou seja, a legislação de ensino teria de ter aplicabilidade em todo o país, fazendo, assim, com que o problema educacional fosse discutido e resolvido de maneira ampla, e não somente no interior dos estados, como geralmente ocorria até então.

O segundo fator determinante, de maior relevância para este estudo, foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse manifesto, elaborado em 1932 por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”, já de início enfatiza a importância da relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento, e destaca a primeira como sendo fundamental, o carro-chefe do desenvolvimento do País e um dos principais problemas da nação.

Pois como diz o movimento, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (Manifesto dos pioneiros da educação da Escola Nova, 1934).

Entretanto, o Movimento Renovador teve suas vitórias e suas derrotas, pois apesar do Manifesto estar engajado na luta pela educação, estruturada e orgânica, e ter consciência da defasagem existente entre a escola e o desenvolvimento, ele não se comprometia na luta pela redução dessa defasagem. Fica claro que este documento não questionava a nova ordem que estava sendo implantada; pelo contrário, ele propunha a adequação do sistema educacional a essa nova ordem.

Porém, devido a questões políticas o movimento renovador da educação entrou em hibernação por um longo período, ao menos no campo das ideias, pois no campo

efetivo os educadores continuaram sua luta. A conjuntura nacional se mostrou presente nas questões relativas ao cotidiano das regiões interioranas do país; portanto, em Patos de Minas, os ventos da modernização da sociedade brasileira se fizeram sentir; abaixo são apresentadas as condições de vida do *locus* da pesquisa realizada.

3. A configuração da cidade e o surgimento da imprensa

Alguns memorialistas oferecem os subsídios básicos para a identificação dos elementos que configuraram a constituição da cidade de Patos de Minas. A partir da análise de documentos publicados por Fonseca (1974), recolhemos os seguintes dados.

Em 1832, por intermédio do edital baixado pela Câmara de Paracatu, é criado o distrito. Dessa maneira, a antiga povoação denominada “Os Patos” passa denominar-se Santo Antônio da Beira do Paranaíba.

O pedido de elevação do distrito à categoria de vila foi formalizado em 25 de dezembro 1856. Entretanto, a espera durou dez anos, pois somente em 30 de outubro 1866 seria promulgada a carta emancipatória pela lei 1291. E somente em 29 de fevereiro de 1868 se deu a efetiva instalação do município do Santo Antônio dos Patos. É importante ressaltar que a instalação da vila consubstanciou grande luta da população.

Segundo Fonseca (1974), no pedido para a elevação de Santo Antônio dos Patos à vila constava:

O Arraial de Santo Antônio dos Patos, banhado por um grande rego de excelente água, mais de cento e noventa casas habitadas, cuja Freguesia tem perto de 4.000 almas, é situada em alta e aprazível planície, entre a Mata da Corda e o Rio Paranaíba, na estrada que se dirige para o Sertão dos Alegres, Santo Antônio do Garimpo, Paredão, Arraial da Catinga, Ouro-Cuia, e para a cidade do Paracatu, cujos lugares são abastecidos pelos víveres e tabaco, que superabunda a agricultura de que trata o crescido número de fazendeiros desta Freguesia, e que além dos precitados atributos, também a importação aproximada é de 120:000\$000 rs... e a exportação de 200:000\$000 rs... anualmente. [...] Os representantes esperam das mãos benéficas da Digníssima Assembléia a deliberação pretensa, como epíteto eficaz dos males que sofrem, não só acerca do expendido, como até da falta de polícia, que será reparada logo que haja uma casa de custódia, ao passo que prospera a educação pública. Deus vos guarde. Freguesia de Santo Antônio dos Patos, 25 de dezembro de 1856 (FONSECA, 1974, 77 e 78).

Ainda dos documentos publicados por Fonseca é constatado que em 24 de maio de 1892 o governo eleva a “toque de caixa” à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Dessa maneira, a vila de Santo Antônio de Patos foi uma das elevadas, pois se encontrava na condição de sede de comarca.

Assim, estava concebida a cidade de Patos de Minas, que começava a encorpar-se, dando sinais de sua emancipação. Quanto a isso, podemos observar que todo o ato de “emancipação” emanava do poder central; logo, a autonomia das regiões estava condicionada às elites dirigentes do país que a despeito dos interesses dos habitantes, exercia um forte controle social e determinava as diretrizes a serem seguidas. Nesse

sentido, a direção política da cidade de Patos encontrava-se nas mãos dos “homens bons”, que almejando o progresso da cidade conduziam o povo rumo à urbanização. E sob o julgo daqueles que concentravam em torno de si maior poder econômico e consequentemente maior poder político, configurou-se juntamente com o crescimento da cidade, a hierarquia do poder.

Concomitantemente à urbanização, surgem necessidades urgentes de desenvolvimento em todos os setores da sociedade. E o discurso progressista conclamado pelas elites apelava para a ampliação do transporte, comunicação, saúde e educação objetivando, assim, a criação de uma infraestrutura que desse sustentáculo ao desenvolvimento e ao progresso. Surge, então, em 1825, a escola de primeiras letras. Entretanto, existem aí elementos que, segundo Fonseca, caracterizavam-se como dificultadores do processo educacional:

A vastidão da Província, escassos meios de comunicação, as distâncias que medeavam entre os habitantes constituíam alguns dos fatores, pelos quais o governo dava maior atenção ao ensino nas regiões de formação populacional mais compacta. Outro fator, o maior, era mesmo a falta de mestres, capazes de preencher as exigências do ensino. Ainda, a pouca disposição que os mais capacitados tinham de arredar pé das cidades ou vilas mais importantes: Ouro Preto, Sabará, Barbacena, São João Del Rei e outras (FONSECA, 1974, p.123).

A oficialização do ensino em Patos de Minas data de 1853, ocasião em que é criada a primeira “cadeira de instrução primária” tendo como primeiro professor Francisco de Paula e Souza Bretas, nomeado em 13 de maio de 1853, permanecendo no cargo até 1957, ano em que, devido a interesses políticos locais, pede demissão.

No que se refere à instrução, o governo enfrentou sérios problemas, pois era muito difícil achar professores disponíveis ou devidamente habilitados para ensinar em lugares distantes e em vilas de maior importância. Além disso, constituiu problema de maior dimensão a falta das cadeiras para o sexo feminino. Apesar das dificuldades, a nomeação da primeira mestra, Maria Madalena de Negreiros Maciel, ocorreu em 1868. A partir de dados levantados por Fonseca (1974), observamos que

o presidente da Câmara de Patos, Dr. Marcolino de Barros, informava em 1912, o número de escolas mantido pelo legislativo municipal. Quatro escolas, sendo 3 do sexo masculino e 1 de ambos os sexos. Nas 3 primeiras, estudavam 154 alunos. Na escola mista, 36 alunos e 11 alunas. Na mesma época funcionavam 4 escolas particulares, sendo 2 do sexo masculino com 31 alunos, 1 do feminino com 23 alunas, e 1 mista com 39 alunos e 24 alunas. [...] O recenseamento de 1920 apurou, 1.088 mulheres sabendo ler e escrever na sede do município [...] (FONSECA, 1974, p.134).

Representando um grande avanço no campo educacional e apresentando-se como imponente elemento do progresso em Patos de Minas, o Grupo Escolar Marcolino de Barros é instalado em 4 de junho de 1917, tendo como diretor o professor Modesto de Mello Ribeiro.

Paulatinamente, o cenário educacional de Patos de Minas começa a firmar-se como palco de manifestações culturais que anunciavam paradigma de conduta e posturas individuais em nome da harmonia coletiva, tão almejada pelos benfeitores de Patos; incasáveis “guardiões do progresso” que tomam para si a missão de guiar o povo para a edificação da cidade civilizada. Ideia essa, amalgamada pelos princípios da moral e dos bons costumes.

A elite, tomando para si os “louros” do progresso da cidade, conduzia o povo rumo à modernidade, por meio da disciplinarização, articulando mecanismos de controle com o intuito de moralizar a mesma, fazendo com que o povo assimilasse suas ideias sentindo-se como parte constitutiva e indispensável do processo de modernização.

Vários fatores são utilizados para disseminar a ideia de progresso; fatores esses que atingem muito a vida cotidiana e o imaginário das pessoas. Isto posto, surge em Patos de Minas, da elite para as elites, a imprensa, processo que não poderia ser diferente, uma vez que o povo não tinha instrução para encabeçar a criação de um evento de tamanha magnitude, tarefa atribuída a homens letrados, como foi o caso de Fortunato Pinto da Cunha que, segundo Fonseca (1974), cria o primeiro jornal de Patos de Minas, *O Trabalho*, lançando o primeiro número a 15 de agosto de 1905.

Surgem, então, em Patos, os jornais que, apesar de não circularem regularmente, reclamam para si a responsabilidade de propagar e exaltar valores e normas de conduta que, não raro, estavam em conformidade com as representações vigentes da ordem e do progresso.

Neste sentido, a imprensa passa a simbolizar mais do que a informação, e por ser portadora da verdade, apresenta-se ativa e inquestionável aos olhos do povo. Assim, consta nos registros de Fonseca (1974):

Nestas colunas nunca tal permitimos, nem permitiríamos, pois compreendemos a imprensa como a luz serena e imperturbável que com seus raios tranqüilos nos apontam o caminho do bem, pois quer a LIBERDADE; da razão, pois quer a JUSTIÇA; do coração pois, quer a DIGNIDADE, do benefício de todos nós, pois tem por fim problemas a se resolverem, princípios a se discutirem, fins a colimarem, todos tendendo o benefício comum (Dr. Antonio Nogueira de Almeida Coelho “O Trabalho” – n.º 36 15/08/1906, apud FONSECA, 1974, p. 201).

Dessa forma, a Imprensa segue produzindo e cristalizando no seu interior valores e personagens, ditando regras de bem viver, exaltando a necessidade de se combater valores que ameacem a ordem social vigente, bem como as representações que por ventura possam desmistificar os ideais que apontam para o progresso.

4. Imprensa e Educação: relação do discurso com as práticas políticas

Nos discursos elaborados pelos articulistas dos jornais, é possível avaliar as preocupações sociais, as concepções educacionais e as aspirações políticas de uma sociedade. Logo, o estudo da imprensa permite-nos analisar nas entrelinhas de suas publi-

cações todo um conjunto de representações em torno da realidade social. Por meio de tal estudo, procuramos caracterizar a formação de um modelo educacional que estava sendo almejado e amplamente discutido no país e, especificamente, em Patos de Minas.

Com o intuito de oferecer uma visão mais ampla do pensamento educacional que permeou a cidade de Patos de Minas no período de 1889 a 1930, selecionamos alguns artigos de jornais, articulando-os com o contexto nacional e regional, buscando identificar por meio das ideias divulgadas pela imprensa as principais iniciativas para a consolidação do ideal republicano na cidade. Não obstante isso, procuramos identificar quais os princípios que norteavam as ideias pedagógicas do período estudado.

A ideia disseminada no país de que era necessário combater o analfabetismo via instrução primária, para alcançar a passos largos o almejado progresso que colocaria o Brasil na marcha dos “povos civilizados”, foi amplamente articulada pelos jornais:

A civilização é o aperfeiçoamento progressivo dos homens na sociedade. As nações tendem naturalmente a aumentar suas luzes, seu bem estar e todas as vantagens que resultam do trabalho e dos esforços communs de seus membros. O desenvolvimento da moral, da sciencia, da literatura, das artes, da legislação, do commercio, da industria e da agricultura, indica o gráo de civilização ao qual pode cada povo chegar. [...] Si a civilização fez o desenvolvimento da sciencia, das bellas artes e da litteratura, é porque não pode haver civilização sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessario. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessario a conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do individuo, da familia, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilização, não pode haver progresso. E no entanto a nossa mocidade é discuidada d’ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção civica e religiosa. Crescem embebidos nos vicios e na mais depravada corrupção. Façamos justiça, sejamos civilisados e instruíamos a mocidade, esperança do porvir! (*A Instrucção da Mocidade. O Trabalho*. Cidade de Patos, Anno 1, n.4, 20 set. 1905, p. 3).

Com as “luzes” do progresso, tornava-se imperativo instruir a mocidade. Por isso, a necessidade de criação de estabelecimentos de ensino era amplamente divulgada nas páginas dos jornais:

Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilização, não pode haver progresso. E, no entanto a nossa mocidade é discuidada, d’ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção civica e religiosa. Crescem embebidos nos vicios e na mais depravada corrupção. Façamos justiça, sejamos civilisados e instruíamos a mocidade, esperança do porvir! (*A instrucção da mocidade. O Trabalho*, Cidade de Patos, anno 1, n. 4, 20 set. 1905, p. 3).

Ao enfatizar a importância da religião, da pátria e da família, o articulista explicita um forte apelo a essa tríade amplamente valorizada pela coletividade, sinalizando a importância da manutenção dessas instituições, que, segundo o autor, são as bases para a instrução da mocidade.

Meus amiguinhos é para vós este artiguinho que hoje rabisco; si vo-lo dedico é com o fim unico de dar-vos um bom conselho, chamando ao mesmo tempo a atenção de vossos paes, parentes e amigos dos quaes depende a vossa educação e o vosso futuro [...] a mocidade é o futuro da patria, a sua instrucção é o manancial da ordem e do progresso. A religião, a patria e a familia reclamam a instrucção da nossa mocidade que, uma vez instruida é como uma nau embandeirada prestes a fazer vella em mar bonançoso, onde encontraremos as bazes do direito social, o principio de auctoridade, a constituição da familia e o amor da patria tendo por guia o sopro benefico e indispensavel da religião. Mocidade esperançosa, filho do povo e nascido para o povo, vivo sosinho no mundo tendo por tecto o firmamento, por minha familia a humanidade, por guia a religião. Hoje me consagro a vós visando o vosso porvir repleto de luzes. Não permittaes que eu lucte sosinho; deveis reclamar, tambem de vossos paes a vossa instrucção; deveis reclamar com insistencia a instrucção para vossos espiritos como o melhor thesouro, como a melhor herança, porque esse thesouro e essa herança nem a morte vol-os pode roubar. (A instrucção da mocidade. *O Trabalho*. Cidade de Patos, anno 1, n. 6, 9 out. 1905, p. 1-2).

Os jornais, mediante os seus artigos, enalteciam a educação como elemento de instrumentalização que lançaria as novas bases de sustentação para a configuração de uma sociedade democrática, viabilizando a construção da grande nação brasileira, como podemos observar nesta publicação:

A Eschola é um sagrado templo, onde se prepara o destino de um povo. A felicidade ou infelicidade de um paiz, deve-se á boa ou má educação do seu povo, e uma ou outra dimana (brotar) da eschola. O progresso humano, sob os seus varios aspectos, tem na eschola suas raizes, que dão a grande arvore, sob cuja copa cada um de nós vae descansar dos horrores desta vida, buscando conforto e coragem para arrostar (encarar) todas as dificuldades contra a ignorancia. Espalhae escholas, disseminando uma bôa e san educação, que veremos feliz o povo que as tiver. Não tenha escholas um povo, que vel-o-emos praticando todos os vicios, cego a se perder pela escuridão das trevas da ignorância. [...] (X. *A Eschola*. *O Riso*, Cidade de Patos (Minas), 19 jun. 1915, n. 11, p. 1).

Existia, por parte da imprensa, uma verdadeira campanha no sentido de consubstanciar na cidade a instalação do grupo escolar em decorrência da reforma do ensino primário. É importante ressaltar que esses grupos iriam configurar-se como principal elemento propagador dos ideais republicanos, que via na instrução pública o melhor caminho para legitimar seus preceitos, fazendo emergir uma nova sociedade, calcada nos princípios da ordem e do progresso:

A reforma do ensino primario, em boa hora confiada ao governo do Estado, vai sendo acolhida com justas sympathias e bem fundadas esperanças, por todos aquelles que se interessam pela educação e instrucção populares. Nota-se mesmo um certo enthusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpavel, de sua indifferença criminosa. De todos os recantos da patria mineira irrompem expontaneos, os mais francos encomios ao governo pela energia e particular attenção com que se dedica a este iportantissimo ramo da administração publica. Diversas camaras municipaes procuram secundar a acção do governo offerecendo-lhe predios destinados á installação de grupos escolares, concorrendo assim para a diffusão do ensino. Fulgamos de consignar aqui e tambem a nossa edilidade emprega todos os esforços para dotar esta cidade com este importante melhoramento. Acreditamos que a creação desses grupos vem operar uma verdadeira transformação no ensino, tornando-o uma realidade. Não nos devemos deter portanto ante sacrificio algum para a consecução desse desideratum, pois que sem instrucção não pode haver felicidade: é ella a mais segura garantia de um futuro melhor e nella repousam as nossas mais gratas esperanças (*Instrucção Publica. O Trabalho. Cidade de Patos (Minas), anno 2, n. 4, 9 dez. 1906, p.1.*)

Outro momento registrado com ênfase pelos jornais foi o empenho dos “representantes do povo” na luta pela construção do grupo escolar, que iria preparar e instruir convenientemente o povo patense rumo ao desenvolvimento, renovando, assim, a sociedade dentro da ordem:

Ha tempo que tomou a si a ardua tarefa de levantar a estatistica da população infantil em idade escolar e, nesse sentido não poupando esforços deu conta de sua missão ao digno Secretario do Interior o nosso director Dr. Laudelino. Si parecesse que a idéa não merecia por parte de S. S. o carinho devotado, por certo o seu ardor ter-se-ia arrefecido deante de qualquer estorvo que lhe antolhasse; as barreiras cederam ao grandioso impulso e auxiliado pelo Cel. Farnese Dias Maciel e pelo provento professor Modesto de Mello Ribeiro sahiu a campo colhendo assignaturas para a construcção do Grupo Escolar na nossa cidade, encontrando o melhor acolhimento por parte de todos aque se têm dirigido em busca do auxilio que será a base para que magestoso se engu na nossa cidade o edificio que registrará o marco do nosso devotamento a causa da instrucção do povo em todas as suas classes, base essencial, para o nosso progresso material e intellectual, freio irresistivel à corrupção dos costumes que, ao Deus dará, se vão pervertendo do berço a velhice. Encorajados pelo brilhante resultado que vão colhendo os illustres campeões da educação infantil, dão razões para que se supponha em pleno resultado tão valioso tentamen que será o attestado mais indefectivel do espirito adiantado e progressista do nosso povo, fazendo fructificar desde já as suas mais ardentes aspirações e quando amanhã o Governo e os homens grados da Republica vierem nos trazer as suas alviçaras pela inauguração da Estrada de Ferro Goyaz silvando, fumarente entre nos, deante do templo de Minerva da casa onde o povo se vae habilitar para as suas grandes emprezas na vida, hão de render homenagens a esse povo que por sua iniciativa propria procura se afastar do cahos onde a ignorancia e o crime se anivelam. O problema da instrucção publica, é, no primeiro plano das plataformas dos governos intelligentes a principal idea que a deve empolgar, e a razão ahi está frisante na observação dos factos – tanto maior é o desenvolvimento do povo quanto maior é o numero de suas escolas. [...] (*Grupo Escolar. O Trabalho. Cidade de Patos (Minas), anno III, n. 62, 20 ago. 1908, p. 1-2.*)

O grupo Escolar Marcolino de Barros se tornara, finalmente, parte do cenário da cidade. O sonho republicano dos benfeitores patenses se materializara. O povo agora se desdobrava em comemorações cívicas e fervorosos discursos ecoavam pela cidade, exaltando o símbolo da modernidade e do progresso. A elite republicana erguia, na cidade, seu principal reduto, e, embalados pela euforia do povo patense, os jornais anunciavam o grande acontecimento com louvor:

Effectuou-se, no dia 4 do corrente, conforme fora annunciada, a installação do Grupo Escolar desta cidade, longa aspiração do povo de Patos, que agora vê iniciar-se uma nova phase para a instrução da infância. [...] Verificou-se a matricula de 323 alumnos, tendo comparecido 220, e respondido à chamada, 180. Usaram da palavra os Srs. Drs. Marcolino de Barros, Euphrasio Rodrigues, Laudelino Gomes, Mauricio Pottier Monteiro, e mais o Sr. Cônego Getulio de Mello e acadêmico Antonio Maciel, fazendo todos, elevadas considerações sobre a solemnidade que se realisava e os fecundos resultados que se esperam dessa importante aquisição para Patos. Procedeu à benção do edificio o Revmo. Cônego Getulio, servindo de paranyphos os Drs. Antonio Carlos Soares de Albergaria e Mauricio Pottier Monteiro, Juizes de Direito e Municipal. Foi elevado o comparecimento de famílias e cavalheiros que alli se achavam representando a população de Patos. Abrilantaram a soleminidade as duas corporações musicaes, executando alegres trechos. Pelo Sr. Fortunato Pinto da Cunha, hábil photographo, foram apanhadas as photographias do Grupo, meninos e corpo docente, sendo erguidos, ao som do hymno nacional, entusiasticos vivas ao Presidente do Estado, ao Secretario do Interior, ao Dr. Marcolino de Barros, e ao povo de Patos. (Solemnidade da Installação do Grupo Escolar de Patos. *Cidade de Patos*. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917, p. 1).

O empenho dos articulistas dos jornais em exaltar a importância da educação é reafirmado em seus artigos. Oportunamente, conclamavam suas esperanças no progresso anunciado, via instrução, e apelavam para todos os patenses, convidando-os a fazerem parte da grande marcha educacional, privilegiando, para tanto, os estabelecimentos de ensino.

A educação da mocidade de Patos tem merecido de todos actualmente um particular cuidado, que a tem posto, como é de se esperar de cousa de tamanha importância, em um lugar de destaque. Além do Grupo Escholar, que vae funcionando regularmente com um elevado numero de alumnos, e alem de uma eschola particular com um regular numero de crianças de ambos os sexos, tendo annexa uma aula nocturna para o sexo masculino, com os cursos primario e secundario, acaba de ser fundado ultimamente um outro curso secundario. De tudo isto, desde logo se comprehende quanto empenho se tem empregado pela educação da nossa mocidade! Mas a fundação de muitos colégios, não quer dizer, por si só muito progresso intellectual. O que é preciso, o que é indispensável, é que o povo auxilie a esses institutos de educação, prestigiando-os, fazendo com que não desapareçam por falta de alumnos. Das columnas, portanto, do nosso jornalzinho, que se empenha deveras pelo aperfeiçoamento da nossa mocidade, fazemos um appello a todos os patenses para que concorram de qualquer modo pela duração dos nossos estabelecimentos de educação, fazendo delles a esperança do mais brilhante dos futuros que possa ter esta abençoada terra! (*O nosso progresso*. *O Riso*, Cidade de Patos, n. 33, 19 ago. 1917, p. 1).

As comemorações eram permeadas pelos ideais de civilidade da ordem e do progresso, sendo assim transformados em grandes e fervorosos espetáculos oferecidos pela população que, enaltecida, desfilava pela cidade aclamando a Pátria e abrilhantando os grandes acontecimentos. Nesse sentido, a Semana da Pátria era uma das principais datas festejadas, pois consubstanciava as ideias de nacionalismo e amor à pátria, verdadeiros ícones do ideal republicano. Assim, o 7 de setembro apresentava-se dessa maneira:

Encerrando as memoráveis comemorações da Semana da Pátria, realizou-se rumurosa, no dia 7, a grande parada dos estudantes desta cidade. Consoante programa previamente distribuído, às 7 horas da manhã, no pátio do grupo Escolar foi celebrada a missa de louvor pelo Revmo. Coadjuetor, Padre João Valim. Após a missa, serviu-se ligeiro lanche aos escolares, para imediatamente iniciar-se o grande desfile pelas ruas da cidade. Entre os acontecimentos de monta de nossa terra, o desfile do dia 7 constituiu um dos mais entusiásticos e deslumbrantes que a cidade já viveu e já sentiu. A banda de música "Olegário Maciel", executando hinos patrióticos, ocupou a frente do garloso desfile, ao rufar de tambores, sendo acompanhada pela nossa "linha de tiro", pelos reservistas, pelos alunos da Escola Normal Oficial local, pelos alunos do Grupo Escolar Marcolino de Barros e por grande massa de povo. Cada estabelecimento ou corporação empenhava a sua bandeira nacional, ladeada pela respectiva guarda de honra. Todos os escolares e professores traziam uma bandeirinha, formando uma profusão de bandeirinhas que se agitavam nas instantes de mais entusiasmo e garbo. Logo que o enorme desfile, que contava mais de 1500 escolares e mais de 3000 pessoas, defrontou o Paço Municipal, foi a Bandeira Nacional ali desfraldada por todas as altas autoridades presentes, ao som do hino nacional e em meio ao frêmeto patriótico da mocidade e do povo. [...] (*O grande e imponente desfile do dia 7 de setembro. O entusiasmo reinante entre os escolares. A vibração do povo. Os discursos.* Folha de Patos. Patos, 13 de setembro 1942. Ano II. n.º 73, p.1, continuação 4).

Os jornais também elucidavam as ideias educacionais vinculadas ao positivismo, elemento dinamogênico essencial aos preceitos do novo regime:

A instrução é a base do progresso; sem ella que desenvolve as faculdades pensantes de cada individuo ou cellula social; sem ella que faz o cidadão comprehender os misteres da vida e os deveres para com a sociedade; sem ella, enfim, que reveste o homem dos poderes para lucta quotidiana pelo viver, é impossível avaliar-se o benefício e prosperidade que possa trazer à nossa Pátria. [...] (*A Instrução no Brazil.* O Trabalho. Cidade de Patos (Minas), anno 1, n. 2, 27 ago. 1905, p. 1).

Ante essas breves análises acima (re)construídas, julgamos importante ressaltar que todas as estratégias usadas no período republicano eram ações planejadas; ações essas que objetivavam penetrar no imaginário popular, inculcando no povo um conjunto de representações que legitimavam valores republicanos, que criasse uma unidade nacional em prol de uma nação desenvolvida, aos moldes dos grandes países rumo ao progresso. Essas estratégias eram, portanto, mais um instrumento de doutrinação cívica.

5. Considerações finais

Portanto, vê-se que a análise do período proposto oferece a compreensão do ideário da elite dirigente do país. Com a implantação do Regime Republicano, ela tomou para si a responsabilidade de alcançar a passos largos o progresso da nação, usando como elementos de sustentação os princípios liberais de democracia e cidadania e os preceitos harmônicos do positivismo. Esses elementos iriam contribuir para disseminação dos ideais de civilidade e da ordem e progresso por todo o país.

Para atingir seus objetivos, esse segmento social precisa que os governantes reestruturassem a sociedade aos moldes do novo regime. Para tanto, deveriam criar um novo homem que em consonância com o novo tempo, contribuiria de maneira efetiva para a constituição de uma nação. Nesse sentido, o regime republicano fez da educação o instrumento ideal para amalgamar as massas, recrutando o povo, via instrução para a grande marcha em prol de desenvolvimento do país.

Este processo deveria propiciar o ajustamento social do indivíduo que, inserido em uma sociedade que buscava a ordem e o progresso, não poderia destoar da estampa harmônica que ilustrava a nação, sob pena de transformar-se em um grande mal, que deveria ser estirpado da sociedade, para não comprometer a harmonia vigente.

Entretanto, para que estas concepções educativas penetrassem no imaginário das pessoas e se transformasse em um corpus social, era necessária sua disseminação. Dessa forma, a imprensa apresenta-se como principal elemento propagador dos ideais republicanos. Nesse sentido, o pensamento divulgado pela imprensa patense ia de encontro aos setores dominantes nacionais, ao divulgar a necessidade de criação de escolas na região, enfatizando com caráter de urgência, a importância da instrução para o progresso da nação e chamando o povo para participar da condução do país em direção à modernidade.

Por fim, é preciso ressaltar que a imprensa reflete o pensamento de uma época e veicula, quase de maneira palpável, o ideário dos grupos governantes. As fontes apresentadas no tópico anterior são extremamente pertinentes para a História da Educação, pois os artigos citados permitem estabelecer uma aproximação entre educação escolar e imprensa, tendo nos discursos dos articulistas desses jornais o entendimento e a finalidade do fenômeno educacional. De posse das fontes e valendo-nos do referencial teórico que nos acompanhou na análise, conseguimos identificar os elementos propagadores dos ideais republicanos que, não raro, apresentam-se estrategicamente engendrados na sociedade brasileira, e que propunham o passo modernizador, valendo-se da instrução pública, tendo-a como assunto de Estado.

6. Referências bibliográficas

BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo: L.B., 1962.

BRITO, Maria Terezinha de. *A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 1999. 211f.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A Imprensa Periódica como fonte para a História do Brasil*. São Paulo: Ed. da USP/ Rio de Janeiro: Kosmos, 1993.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e Imprensa: as influências na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha, MG: 1905-1922*. Uberlândia: EDUFU, 2004. 123p.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene moral e trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931)*. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1998. 506p.

CATANI, Denice Barbara. *A Imprensa Periódica Educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional*. Educação e Filosofia. Uberlândia, 115-130, jul./dez., 1996.

DURKHEIM, E. *Educação e sociedade*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: Inorabras, 1974. Coleções Especiais: Autores Patenses. 303p.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português, in: *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de et al. *Uma história de exercício de democracia: 140 anos do Legislativo Patense*. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006. 556 p.: il.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. *Educação no Brasil: anos 20*. São Paulo: Loyola, 1983.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. *Capitalismo e escola no Brasil*. Campinas: Papirus, 1990.

Entre Borges e Maciéis: aspectos do processo de construção da cidade republicana no interior de Minas Gerais. Cidade de Patos, 1870-1933

ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA

Doutoranda em História e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia, e mestre em História da Cultura pela UFMG.

e-mail: rosamariahist@gmail.com

Resumo Este artigo procura refletir sobre as especificidades do processo de construção das cidades republicanas em Minas Gerais. Para tanto, toma como objeto a cidade de Patos, hoje Patos de Minas, entre 1870 e 1933. Nesta cidade, o processo se deu por meio da intervenção direta da família Dias Maciel, detentora da gerência política do município de Patos desde 1868. Por outro lado a construção do núcleo urbano original da cidade refletiu o conflito ideológico travado entre a família Maciel e a família Borges, incluindo seus correligionários constituídos por meio de extensas relações de parentesco.

Palavras-chave: cidade; memória, república.

Abstract This paper discusses the specificities of the process of construction of republican cities in Minas Gerais. Therefore, its object was the city of Patos, today Patos de Minas, between 1870 and 1933. In this city, the process occurred through the direct intervention of the Family Dias Maciel, owner of the political management of the Patos municipality since 1868. Moreover the construction of the original urban core of the city reflected the ideological conflict fought between the family Maciel and the family Borges, including their coreligionists constituted through extensive familiar relationships.

Keywords: city; memory; republic

Ainda que todas as cidades sejam “facetas de Veneza”, como concluiu Marco Polo ao término das “*Cidades Invisíveis*” (CALVINO, 1990), cada uma possui a sua especificidade. Consequentemente, sua própria história.

Lógico está que os documentos por meio dos quais os historiadores são capazes de compreender o passado ampliaram-se a olhos vistos desde a renovação metodológica dos Annales em 1929. Da mesma maneira, ampliaram-se as temáticas. Por isso, podemos nos lançar às cidades com o afã das narrativas de Polo ao Grande Kam, pois as cidades são *temas* e, ao mesmo tempo, *documentos* legítimos; pois toda cidade é como “Zaira”, que *contém* seu próprio passado,

(...) como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, p. 15).

Entretanto, as cidades não se “contam”. A urdidura sociocultural que deu origem aos lugares citadinos e à “memória urbana” que se depreende deles precisa ser decifrada. E decifrá-la, é claro, compete ao historiador que se dispõe a pesquisar a *história da cultura*.

Dos muitos enigmas que permeiam as muitas cidades de Minas Gerais, elege-mos os enigmas de *Patos* para decifrar. Mais especificamente, escolhemos decifrar alguns aspectos da construção da sua paisagem urbana. Recortamos entre 1870 e 1933, pois o primeiro é o ano em que foi oficializado o movimento republicano no Brasil e, ainda, é o ano de escrita do primeiro Código de Posturas da *Vila de Santo Antônio dos Patos*, o documento que expressa o esforço inicial de normatização da vivência urbana. Fechamos em 1933, pois foi naquele ano que faleceu o responsável intelectual pela modernização urbana de Patos: o republicano patense Olegário Dias Maciel.

Localizada no intervalo entre a região do Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, Patos de Minas possui uma configuração urbana no mínimo intrigante. Seu “cartão postal” é a Avenida Getúlio Vargas, intervenção localizada no princípio do período republicano, em tudo semelhante às avenidas abertas durante a República.

Em princípio chamada de “Avenida Municipal”, a Getúlio Vargas é formada por duas largas faixas que atravessam de ponta a ponta o centro da cidade.

A avenida Getúlio Vargas estende-se ao longo de sete quadras, além da Praça Dom Eduardo composta por mais três quadras. As quadras centrais, de formato retangular, se dispõem em formato de canteiros diferenciados entre si, compondo “praças” com arborização, paisagismo e mobiliário urbano.

Considerada cartão postal da cidade, palco de comemorações, atrações, manifestações festivas, cívicas e religiosas, além de abrigar edifícios de interesse arquitetônico e histórico, a Avenida é testemunha da história da população patense (BORGES, 2008, p. 3).

Já sabemos que a configuração urbana descrita acima, não é novidade para as cidades do interior. Trata-se do que Murilo Marx (1991) chamou de “laicização do espaço urbano” quando, a partir de 1870, a racionalidade política e econômica substituiu a referência religiosa e pessoal da paisagem citadina, alcançando tanto os grandes centros quanto o interior do Brasil.

Porém, a Avenida Getúlio Vargas de Patos de Minas abriga *ao mesmo tempo* duas configurações urbanas completamente diferentes: a “antiga”, do início do século XIX, que deu origem ao município, e a “moderna”, do final do mesmo século.

As três quadras iniciais da Avenida Getúlio Vargas são os vestígios do Largo da Matriz de Santo Antônio. Embora a matriz não exista mais, está referenciada no conjunto por dois monumentos: o Cruzeiro e o Monumento do Centenário.

O atual conjunto paisagístico, denominado de *Praça Dom Eduardo*, está no centro no núcleo original de povoamento, localizado ao norte. Fazem parte daquele núcleo ruas estreitas e curvas, as quais conduzem a travessas e becos, nitidamente “semeados” à moda lusitana de povoar. Ao mesmo tempo, os edifícios mais antigos e característicos da área são todos em estilo colonial, construídos ao rés do chão, com altas janelas e portas retangulares. São exemplos, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, localizada hoje

na Praça Juquinha Caixeta, e os casarões do Dr. João Borges e do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz.

A configuração urbana descrita acima se estende até a “Travessa dos Queiroz”, localizada atrás da Catedral de Santo Antônio, edificação erguida entre 1930 e 1954.

A Catedral, o maior e mais imponente edifício religioso da cidade, *demarca* a passagem para o outro extremo da Avenida Getúlio Vargas: indo na direção *sul*, estende-se a parte moderna, planejada, com o traçado urbano em forma de tabuleiro, tal qual Belo Horizonte e a sua inspiração, a argentina La Plata: ruas largas, em plano ortogonal, atravessadas em diagonal pela avenida e, ainda, pelas ruas Major Gote e Doutor Marcolino.

Semelhante à Avenida da Liberdade, em Belo Horizonte, a Getúlio Vargas – *depois* da Catedral de Santo Antônio – é margeada por imponentes edifícios, públicos e particulares, construídos de acordo com o mais republicano dos estilos: o eclético. Foi ali que se concentraram, no alvorecer da República, os símbolos do poder e de uma nova urbanidade.

Ao contrário da São Paulo do café que foi erguida *sobre* os escombros da São Paulo de taipa; da apoteótica reforma do Rio de Janeiro que “rasgou” a paisagem colonial para abrir largas e salubres avenidas; ao contrário mesmo de Belo Horizonte, uma espécie de “arcano do inteiramente outro”, Patos de Minas foi, *literalmente*, dividida em duas partes.

Não obstante, a percepção de que a paisagem urbana central de Patos de Minas é *dupla* passa ao largo dos trabalhos que direta ou indiretamente fizeram referência a ela.

Apoiando-se na leitura apresentada por Roberto Carlos dos Santos (2002), jovens historiadores como Leonardo Latini Batista (2009) ou historiadores da Educação, como Rosicléia Aparecida Lopes de Faria (2007), tomaram indistintamente *a cidade de Patos* como um *locus* privilegiado de “modernidade”. Dito de outra forma: *a parte é tida como o todo*, pois se conclui que a modernização do lado *sul* de Patos de Minas foi um fenômeno que perpassou toda a cidade que existia em princípios do século XX. Entendemos que esta leitura acerca da urbanização de Patos como um fenômeno homogêneo requer uma reavaliação.

Concordando com Jadir Peçanha Rostoldo (2008), lembramos que a análise do processo histórico da construção do espaço urbano de uma cidade deve incluir obrigatoriamente, uma interpretação da sociedade que a habita e constrói, sob o risco de se conhecer a obra e não seus produtores. Por isso, “descrever, entender ou interpretar o processo de urbanização no Brasil implica, na verdade, descrever, entender, interpretar a natureza da sua própria sociedade” (DEÁK, 2004, p. 16, *apud* ROSTOLDO, 2008).

Por esse motivo inferimos que é necessário conhecer os *sujeitos* envolvidos no processo de urbanização da cidade de Patos, bem como os embates travados em torno de projetos diferenciais de cidade e das suas vivências urbanas. Nesse sentido, a compreensão do processo de urbanização das cidades do interior em fins do século XIX, inclusive as do interior de Minas Gerais, como Patos, impõe reconhecer em primeiro lugar, que a “classe dominante” ou o seu sinônimo corrente, “as elites”, *não são monolíticas*.

Sem a devida referência e o devido entendimento da posição dos clãs familiares

e dos embates que os colocaram em confronto no cenário urbano que ia se constituindo, não compreendemos a sociedade histórica que gerou a paisagem urbana, influenciando e sendo influenciada por ela.

Como, por exemplo, não atentar para a influência dos Prado e dos Junqueira em praticamente toda região do nordeste paulista? Como deixar de notar a ingerência dos Faleiros e dos Jacintho em Franca, e dos Arruda Botelho em São Carlos e suas cercanias? Da mesma forma, como é possível não reconhecer a primazia dos Sampaio Vidal em Araquara, dos Penteado no entorno de Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu, dos Figueiredo e dos Pereira Barreto em Mococa e nas bandas mineiras adjacentes, entre outras famílias? (...) O estudo dessas famílias é fundamental, dada a formação social brasileira, calcada no mandonismo, condição acentuada de modo especial, graças à estrutura burocrático-administrativa erigida durante a República Velha (DOIN *et al.*, 2007, p. 98).

Assim, considerando *esse grupo social*, observamos que a história da construção da paisagem urbana da cidade de Patos foi marcada por um conflito social sangrento, dado *entre* duas famílias pertencentes à elite política local: os *católicos e monarquistas* Borges, e os *protestantes e republicanos* Dias Maciel, chamados popularmente de “Maciéis”.

As marcas dos Borges e seus parentes, os Caixeta e os Queiroz, permanecem intactas no núcleo urbano original da cidade. Os logradouros e prédios relembram a existência desses personagens, num desafio constante ao esquecimento. Ali estão a casa do Doutor João Borges, a rua e a casa de Deiró Borges, a rua do Tenente Bino, o Beco da Zélia, a Praça da Dona Genoveva, a Rua do Alfredo Borges, a Praça Chiquinho Caixeta, a Rua Dr. José Olímpio Borges, a Praça Dom Eduardo. E ainda a Travessa dos Queiroz onde se mantém de pé a casa do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz, palco de criação do partido de oposição oficial aos “Maciéis”.

(...) na década de 1920 o imóvel já pertencia ao [...] Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz. Em 5 de outubro de 1924, os documentos registram que a casa do Capitão foi o palco escolhido para a *oficialização da ruptura e do embate político direto* com a poderosa família Dias Maciel, ou simplesmente os “Maciéis”. Para fazer frente aos Maciéis, reuniram-se na residência de Virgílio Caixeta representantes das famílias “Borges, Caixeta e Queiroz”, para fundar o “PPPP”: Partido Político Popular de Patos. O partido teve vida curta e nenhuma expressão na câmara municipal, embora tenha feito um vereador: Deiró Eunápio Borges, seu idealizador e também presidente. Em 1936 Deiró foi eleito vereador dentro da *legenda integralista “Por Deus e pela Pátria”* (BORGES & SILVA, 2009, p. 2) [grifos nossos].

Do outro lado da Catedral, ligadas à modernização e à reordenação urbana da cidade, estão as *marcas* dos “Maciéis”, seus compadres e parentes:¹ Escola Estadual

¹ Cerraram fileiras em torno dos Dias Maciel, as famílias: Santana, Pacheco, Barros, Magalhães e Ferreira da Silva. Dentre estes eram genros do patriarca dos “Maciéis”, o Coronel Antônio Dias – e, por isso, cunhados de Olegário Maciel: o Coronel Arthur Thomaz de Magalhães (vere-

Antônio Dias Maciel (Escola Normal), Rua Olegário Maciel, Casa de Olegário Maciel, Casa do Dr. Itagyba (Ferreira da Silva), Rua Farnese Maciel, Palacete de Amadeu Maciel, Rua Major Gote (apelido de Sesóstris Dias Maciel), Hospital Regional Antônio Dias Maciel, Casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, Coreto Arthur Thomaz de Magalhães, Rua José de Santana, Escola Estadual Marcolino de Barros, Praça Antônio Dias, Rua Major Jerônimo [Dias Maciel], Praça Santana...

A documentação existente no Museu da Cidade de Patos de Minas, o MuP, demonstra que a reordenação de Patos – do núcleo original, ao norte, rumo ao vetor sul, na direção da *Chapada* e das *terras da Igreja*² –, se deu a partir de 1883, por intermédio de Olegário Dias Maciel, então Agente do Executivo.

A. Comissão de obras. nº 4. Indico que a Camara Municipal pela Comissão de Obras organise um plano para augmento da povoação desta Villa pelos lados da chapada, e proponha com urgência as medidas que julgar necessárias tomar para a execução do referido plano. S. das sessões, 18 de Abril de 1883. Olegário (MUP: 2006, *sic*).

A “indicação” de Olegário Maciel foi rigorosamente acatada, conforme demonstram Borges e Silva:

Seguiu-se a risca o “Plano Diretor” indicado por Olegário Maciel. Não por acaso, o vereador Eduardo Ferreira de Noronha em 21 de setembro de 1906 indica que: (...) a Câmara nomeie os doutores Olegário Maciel, Eufrásio José Rodrigues e Antônio Nogueira de Almeida Coelho para que, com seu patriotismo, auxiliem a Câmara a estudar o local mais conveniente em que se deve construir o matadouro e respectivo curral, oferecendo seu parecer. Hoje, distanciados no tempo, sabemos que a “Chapada” paulatinamente abrigou, além do Matadouro Municipal, a Casa do Coronel Farnese Dias Maciel, a Casa de Amadeu Dias Maciel, a Casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, o Passeio Público, a fonte luminosa, o Coreto, o Cinema, o Paço Municipal, o Hospital Antônio Dias Maciel, o Grupo Escolar, o Fórum (...) *Pari Passu*, também foram trasladados outros elementos que se localizavam na direção para a qual a cidade ia se deslocando: a mudança do cemitério e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (freqüentada pelos negros) também se constituiu como marco simbólico da nova ordenação urbana planeada por Olegário Maciel (BORGES & SILVA, 2009, p. 13).

ador e responsável pela construção do coreto, do jardim público e do cinema); Marcolino de Barros (advogado, agente do executivo, responsável por conduzir o processo de canalização da água e eletrificação da cidade); Noé Ferreira da Silva (dentista e vereador). Eram parentes por afinidade: Itagyba Augusto da Silva (irmão de Noé; advogado, responsável pela primeira linha telefônica) e José de Santana (cunhado de Noé e Itagyba; compadre de Olegário pelo batismo de duas filhas; responsável pela sessão e posterior venda à municipalidade, de terrenos da sua fazenda, nos limites do patrimônio doado pelo casal Silva Guerra). Os demais possuíam afinidade pelos laços de compadrio firmados nos batismos dos filhos.

² Data de 1826 a doação de uma sorte de terras, *parte da Fazenda Os Patos*, feita pelo casal Antônio Joaquim da Silva Guerra e Luzia Corrêa de Andrade *ao glorioso Santo Antônio para cômodo dos povos*.

Olegário Dias Maciel era o filho mais velho do Coronel Antônio Dias Maciel³, o grande chefe patense do Partido Liberal. Como primogênito já possuía o “destino” de ser o herdeiro político do pai. Em conformidade com a realidade cultural do período, tornou-se “doutor”, mas não bacharel em Direito, como era comum na época. Formou-se Engenheiro Civil em 1878 pela Escola Polytécnica do Rio de Janeiro (um dos berços do movimento republicano, lançado oficialmente em 1870), e formadora de outros engenheiros famosos como *Pereira Passos*, que empreendeu as reformas do Rio de Janeiro e um dos contemporâneos de Olegário, *Aarão Reis*, que projetou Belo Horizonte.

Diante de tais elementos compreende-se a homenagem *post-mortem* feita a Olegário Maciel na paisagem urbana que ele mesmo projetou: “plantado” no meio da quadra central da Avenida Getúlio Vargas, encontra-se um busto que o representa, posicionado de frente para o *sul*, mirando a chapada.

Entrementes, dada a posição em que foi colocado, o busto também se encontra de costas para a *Catedral de Santo Antônio* e para o núcleo original de povoamento, onde residiam os Borges.

A documentação indica que até 1889, Borges e Maciéis conviviam. Embora os segundos não fossem frequentadores assíduos da igreja, sabemos que a conversão ao protestantismo dar-se-á apenas no princípio do século XX, por membros da segunda e terceira geração da família.

No atual estágio das pesquisas, não podemos afirmar com certeza qual foi o motivo que levou à ruptura entre as famílias. Tudo indica, porém, que a contenda se iniciou por conta da República, conforme demonstra a ata da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 1889, apresentada por Antônio de Oliveira Mello:

O vereador Sesóstris Dias Maciel, em 9 de dezembro de 1889, já proclamada a República no Brasil, apresentou a seguinte iniciação: “Indico que esta Câmara faça a sua adesão ao Governo hoje estabelecido conforme a redação que foi aprovada.” Posta em discussão e votos, foi aprovada *contra o voto do vereador Olímpio Borges que, na sessão de 12 de dezembro, se declara contrário à República* e exonera-se da Comissão de Redação, recebendo voto de louvor pelos serviços prestados (MELLO et alli., 2006, p. 125) [*sic*, grifos nossos].

³ Os fundadores da Família Dias Maciel foram os irmãos Antônio e Jerônimo, oriundos de Bom Despacho do Picão, distrito de Pitanguy. Entre 1868 e 1880, o Coronel Antônio Dias Maciel dividiu com seu irmão, o Major Jerônimo Dias Maciel, a gerência política do então *Arraial de Santo Antônio dos Patos*, após o quê assumiu a segunda geração da família. Dos filhos do Coronel Antônio Dias, destacou-se no cenário político Olegário, o mais velho, que fez carreira dentro do PRM, chegando à Presidência de Minas Gerais no pleito de 1929; e que teve papel importante na condução de Getúlio Vargas ao poder, garantindo o apoio das tropas e de recursos de Minas. No palco local, exerceram funções públicas: o Major Gote (Sesóstris) e Amadeu Maciel. O quinto filho, o Coronel Farnese, manteve-se dentro da cena política sem exercer cargos públicos. Garantia a eleição de seus irmãos por meio dos cabrestos e da coação. Dos filhos do Coronel Farnese, Antônio Dias Maciel (advogado), Adélio (médico) e Zama (professor) tiveram cargos públicos. Dos filhos do Major Jerônimo apenas Jacques Dias Maciel esteve próximo das esferas de poder, sendo secretário de Olegário no governo de Minas e presidente do Instituto Mineiro do Café. Com relação às patentes que distinguiam os Maciéis, estas eram derivadas de seu pertencimento à Guarda Nacional.

O vereador monarquista descrito acima era o primogênito do Capitão José Antônio Borges, o “Major Olympio Borges”⁴.

Embora a opção monarquista dos Borges à revelia da opção republicana dos Maciéis tenha dado o colorido inicial ao conflito, a conversão ao protestantismo de Antônio Dias Maciel (1898-1964), neto do Coronel Antônio Dias, pode ter sido a “gota d’água” para uma oposição explícita dos *católicos* Borges ao clã situacionista Maciel.

Advogado, juiz de direito, professor e pregador protestante, Antônio Dias Maciel é reconhecido como um dos fundadores do templo destinado à Igreja Presbiteriana em Patos de Minas. Foi também por intermédio dele que se criou na cidade uma escola de cunho evangélico, o Instituto Sul Americano. O Instituto foi a raiz da “Escola Normal”, idealizada por seu tio Olegário, então presidente do Estado, acusado de protestante no pleito de 1930 pelas Legiões Católicas fiéis a Melo Viana.

Assim, o conflito entre Borges e Maciéis pode ser entendido não apenas como um conflito que opunha orientações políticas e partidárias diferentes. Ele nasceu tanto da diferença política quanto da diferença religiosa.

Como exemplo, destacamos um trecho da intensa correspondência do então Cônego Fleury ao Bispo de Uberaba, fazendo referência à Escola Normal:

A tal escola “anormal”, Snr. Bispo, é uma lástima lastimável e digna de toda lástima. O seu diretor [Antônio Dias Maciel], servindo-se de seu cargo, num prédio magestoso do governo, pago pelo governo, num estado e numa cidade catholica como Minas e Patos, auxiliado por alguns elementos, que só visam o ganho, vai distilando perfidamente o veneno da heresia nos corações das mocinhas que elle tem conseguido arrebatar. Já são diversas moças que elle maldosamente, tem arrastado para o “seu” protestantismo. Isto, que eu acho absurdo e uma injustiça clamorosa, num meio catholico como o de Patos, o governo manter na directoria de uma escola normal um fanático adversário das nossas crenças, que se serve do cargo para propaganda anticatholica e até política (*sic*) [CÚRIA DIOCESANA DE PATOS DE MINAS, 1936].

Em 2004, a Avenida Getúlio Vargas recebeu mais um indicativo simbólico da disputa entre as famílias: a Prefeitura de Patos de Minas postou (consciente ou inconscientemente) *de costas para o busto de Olegário* o busto que homenageia o Monsenhor Fleury.

O conflito entre Borges e Maciéis estendeu-se até a década de 1950, submerso nas legendas do PSD (Borges) e UDN (Maciéis). Diante do exposto podemos afirmar que de fins do século XIX até a metade da década de 1950, a cidade e seus sujeitos foram *culturalmente* “separados” por meio da sua afinidade com um ou outro grupo.

⁴ A família Borges era imensa, mesmo para os padrões de fins do século XIX. Ao todo somava 338 descendentes diretos dos seis irmãos que, migrando de Formiga, se estabeleceram no *Arraial de Santo Antônio dos Patos*. Como os Dias Maciel, os Borges também eram membros da Guarda Nacional. O Major Olympio Borges (1864-1924) foi inspetor de ensino entre 1885 e 1889, advogado e, em 6 de abril de 1883 nomeado, por concurso, Tabelião do Primeiro Ofício, cargo que seu pai exercera. Estreou na carreira política em 1887, ainda no Império, como vereador da *Vila de Santo Antônio dos Patos*. Eleito para o período de 1887-1890 (quando pede a sua exoneração) retorna, já na República, nos pleitos de 1892, 1893 e 1901.

Acreditamos que decorre da memória dessa experiência a compulsão “classificatória” dos membros mais antigos da população de Patos de Minas. As pessoas são apreendidas *sempre* por padrões duplos de classificação: *os de Patos* e *os de fora*; *os patenses* (nascidos em Patos) e *os paturebas* (o migrante que fixa residência em Patos). Igualmente, os indivíduos possuem uma ou outra afinidade “política”: PSD ou UDN, os Borges (“os popular”, como dizem os mais velhos) ou os Maciéis.

Por isso, diante da pergunta fatídica: *de qual família você é?*, o interlocutor desavisado, desconhecendo o passado da cidade, acredita precipitadamente que a pergunta requer como resposta exclusivamente o seu sobrenome. Em seu trabalho, de conclusão da graduação, Batista igualmente se equivoca:

Recém chegado a esta cidade, pude perceber as hierarquizações sociais presentes nesta, sobre o signo dos nomes de família e o preconceito contra esferas menos favorecidas desta sociedade. Sendo, ao mesmo tempo, um elemento estranho e um observador desta cidade, pude perceber que esta era (e ainda é!) muito conservadora... [sic] (BATISTA, 2009, p. 11).

Em Patos de Minas a pergunta é uma *afeição* da pertença cultural dos indivíduos. “De qual família” significa, muito mais, *de qual dos lados* o sujeito se coloca dentro da intrincada e *até a atualidade* desgastante disputa política local! Compreender este aspecto – dentre os vários e igualmente instigantes aspectos da configuração sociocultural da cidade – requer, no entanto, uma leitura menos defensiva do passado político das *suas elites*. Ainda que, reino da obviedade, na cena urbana tenham se digladiado projetos oriundos de outros segmentos sociais que não os membros das elites, é mister reconhecer a importância que os filhos das elites patenses possuíram no *processo histórico* que, dialeticamente, partejou uma das mais intrigantes cidades republicanas do interior de Minas Gerais.

Sem dúvida, o estágio “da arte” no qual se encontra a reflexão historiográfica sobre Patos de Minas, ainda é acanhado. Por outro lado, quando nos reportamos ao fenômeno de urbanização que teve lugar a partir de fins do século XIX, sabemos de cor o evangelho de Haussman e o projeto civilizador aplicado nos grandes centros do Brasil. Distanciando o olhar, também conseguimos apontar a série de intervenções urbanas que mudaram a face de dezenas de outras cidades, especialmente aquelas no caso de Minas e São Paulo que, diferente de Patos, foram tocadas pelos trilhos das estradas de ferro, condutores do café.

Porém, as cidades são mais que projetos. E os projetos, implantados, envolvem *diretamente* os indivíduos, sujeitos históricos, homens e mulheres pertencentes aos mais diferentes grupos sociais, que participaram e viveram na paisagem urbana que ia sendo modificada, transformando e sendo transformados por ela. Esse movimento, tão dialógico quanto dialético, dá-se no âmbito específico de uma experiência social genuinamente humana: a *cultura*.

Ora, a ciência – mãe do conceito de cultura, a Antropologia, já nos ensinou que *cultura* é toda a produção material e simbólica que confere identidade aos grupos humanos, permitindo aos indivíduos o senso de pertença à coletividade. É desta maneira,

pois, que devemos pensar a paisagem urbana e sua construção histórica. Ela é *culturalmente* construída, pois expressa a identidade social dos indivíduos. Isso não significa, é óbvio, que por expressar a identidade dos sujeitos, a cultura é “plácida” e harmônica. Muito pelo contrário. O espaço imaginário no qual a cultura oferece a pertença é construído mediante o embate de múltiplos interesses. “O quê” e “como” o grupo será; como se fará representar; por meio de quais instrumentos (intelectuais, míticos, materiais...) reconhecerá os *seus membros*, são questões que resultam de profundos e dramáticos embates de interesses.

Assim, compreender o processo através do qual se construiu material e simbolicamente a paisagem urbana de Patos implica, por suposto, compreender em qualquer tempo, a *construção sociocultural* daquela paisagem.

Obviamente, a configuração urbana erguida na cidade de Patos no período republicano é parecida com dezenas de outras configurações espalhadas por Minas Gerais e pelo Brasil afora. Entretanto, a urdidura histórica que deu origem àquela paisagem; ou a urdidura sociocultural que originou os lugares citadinos e a “memória urbana” que se desprende deles é *única*.

Por isso mesmo Patos de Minas com seus “Borges” e “Maciéis” é representativa das *diferentes experiências* culturais de urbanização que tiveram lugar no interior de Minas Gerais, entre a propaganda e a consolidação do regime republicano.

Compreender essas diferenças nos ajudará, com certeza, a entender melhor as nossas semelhanças.

Referências bibliográficas

BATISTA, Leonardo Latini. *De cidade sertaneja à bella urbs: obras públicas e tensões sociais em Patos de Minas no início do século XX*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Monografia de Graduação em História, 2009.

BORGES JR., Deiró. *De Deiró a Deiró: memórias de um menino de recados*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.

BORGES, Cristina Caixeta. *Análise da paisagem urbana: o caso da avenida Getúlio Vargas em Patos de Minas-MG*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Mestrado em Ciência Florestal, 2008.

BORGES, Alex de Castro & SILVA, Rosa Maria F. “A casa do Lázaro Preto”. *Revista ALPHA*. Patos de Minas: Centro Universitário de Patos de Minas, ano 10, n. 10, dez. 2009, pp. 9-20.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÚRIA DIOCESANA DE PATOS DE MINAS. *Carta de Cônego Manuel Fleury Curado ao Senhor Bispo*. ARQUIVO. Patos de Minas: 12 de fevereiro de 1936. Correspondências diversas. Pasta n. 5, 33-38.

DOIN, José Evaldo de Mello et. al. *A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) — a proposta do Cemumc. Revista Brasileira de História*, vol. 27, n.º 53 (junho de 2007).

FARIA, Rosicléia Aparecida Lopes de. *Da educação moderna à formação do cidadão republicano: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros – 1913-1928)*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado em História da Educação, 2007.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: Ingrabrás, 1974.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MATOS, Márcia Helena Rodrigues. *Educação e imprensa em palcos republicanos: análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889-1930)*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de mestrado em História da Educação, 2008.

MELLO, A. O. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

_____. *Patos de Minas: minha cidade*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1978.

_____ et al. *Uma história de exercício da democracia: 140 anos do legislativo patense*. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006.

MUP – Museu da Cidade de Patos de Minas. *Correspondência Interna*. Câmara da Vila de Santo Antônio de Patos. 18/04/1883. MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas: Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Caixa 089.1. Documento Digitalizado: Mar/2006.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *A cidade republicana na belle époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade*. Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, R. C. *Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)*. Dissertação. Mestrado em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002.



Vetor Sul da Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. Década de 1930. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Antigo Largo da Matriz. Cidade de Patos, princípio do século XX. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Fundos da Antiga Matriz e da Catedral de Santo Antônio, Patos de Minas. s/d.
Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas.
Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Catedral de Santo Antônio de Pádua e Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. Década de 1970. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Avenida Getúlio Vargas, vetor sul. Patos de Minas, Década de 1930. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



O jovem Olegário Maciel. Fotografia de fins do século XIX. Acervo do Arquivo Público Mineiro. Fundo Olegário Maciel. Cópia Digital.



Busto de Olegário Maciel. Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. 2010. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.



Busto do Monsenhor Fleury. Avenida Getúlio Vargas, Patos de Minas. 2010. Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Cópia Digital.

Colocação pronominal nas Minas setecentistas

SUELI MARIA COELHO

Professora adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora filiada ao Núcleo de Pesquisa da Variação (NUPEVAR) da Faculdade de Letras da UFMG e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da mesma instituição. e-mail: sucoelho@ufmg.br

THAÍS FRANCO DE PAULA

Licenciada em Letras/ Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professora de Redação do Colégio Alfa Educacional – Divinópolis-MG. e-mail: thaisfrancodepaula@yahoo.com.br

Resumo: A sintaxe de colocação volta-se para o estudo da disposição dos elementos linguísticos dentro da oração. Tal disposição é regida por um conjunto de fatores não só estruturais, mas também prosódicos, estilísticos e semânticos. No tocante à colocação dos pronomes átonos, segundo defende Perini (1998), os princípios atuantes no fenômeno são relativamente simples. A complicação decorre do dualismo que envolve o falante, o qual precisa decidir entre obedecer ao padrão europeu ou se adaptar ao uso brasileiro, o que acaba por instaurar um processo de variação linguística. Este estudo buscou investigar essa variação a partir de um recorte histórico e geográfico. Para tanto, tomou como objeto de análise a colocação dos clíticos em documentos escritos no séc. XVIII na região de Ouro Preto, visando a verificar se, naquela época, as normas de colocação apresentavam traços do português clássico ou se exibiam características da norma culta atual. A análise desenvolvida acusou discrepâncias entre a sintaxe de colocação mineira e a norma atual que, em muitos aspectos, pauta-se na norma lusitana moderna, o que demonstra que a distinção entre português europeu e brasileiro no tocante à ordem dos clíticos tem uma história bastante pregressa.

Palavras-chave: Colocação pronominal; Minas Gerais; era setecentista.

Abstract: The syntax of pronominal position is founded on the study of the disposition of the linguistic elements inside the sentence. Such disposition is ruled by a group of factors which is not only structural, but also prosodic, stylistic and semantic. In relation to the position of atonic pronouns, according to Perini (1998), the principles actuating in the phenomenon are relatively simple. The complexity comes from the dualism that involves the speaker, who is supposed to decide between obeying the European pattern and adapting himself to the Brazilian use, which is responsible to establish a process of linguistic variation. This study aimed at investigating this variation, by considering a linguistic and historical cut. Thus, it took as an object of analysis the position of clitics in 18th-century documents in the region of Ouro Preto, Minas Gerais, aiming at identifying if in that time the rules of position presented features of the classic Portuguese or if it exhibited characteristics of the modern cult norms. The developed analysis accused discrepancies between the syntax of position from Minas and the modern rule, that in many aspects, is regulated by the modern Lusitanian norm, and all this demonstrates that the distinction between the European and the Brazilian Portuguese, as far as the clitics are concerned, presents a foregoing history.

Keywords: Pronominal position; Minas Gerais; 18th century.

Considerações iniciais

As reflexões acerca da sintaxe de colocação ou de ordem, mais especificamente acerca da colocação dos pronomes oblíquos átonos, especialmente no tocante à disparidade entre norma e uso, bem como a variações características do português “aquém e além mar”, têm ocupado a tônica de inúmeros trabalhos linguísticos há mais de um século. No início do século XX, semelhantes divergências motivaram estudos e calorosas discussões não só de brasileiros, como Said Ali (1908), mas também de europeus, como Cândido de Figueiredo (1909). Embora com propósitos distintos, ambos os estudiosos reconheceram a importância de fatores de cunho fonético a atuar na disposição dos pronomes em relação ao verbo, o que até então era analisado apenas sob a óptica estrutural. Bechara (1999) reconhece o ineditismo desses estudos ao afirmar textualmente que

durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente a Said Ali, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético-sintático. Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano (p. 587).

A abertura de novos horizontes para o estudo do tema, como pontua Bechara (*op. cit.*), legou-nos certamente alguns avanços. Hoje já existe um consenso entre os estudiosos de que as variedades existentes – quer entre norma e uso, quer entre português europeu e brasileiro – decorrem de um conjunto de fatores. Referenciando o professor Martinz de Aguiar, cujo posicionamento Bechara (1999) transcreve e qualifica como lúcido, este gramático contemporâneo assume que

a colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonéticos (rítmicos), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se ajudam e às vezes se contrapõem (AGUIAR *apud* BECHARA, 1999, p. 591).

É na esteira dessa imbricação de fatores que o presente estudo se apoia, já que busca descrever, com base na metodologia da sociolinguística variacionista, a colocação pronominal nas Minas setecentistas. Os textos que integraram o *corpus* desta pesquisa foram escritos na região de Ouro Preto, berço da cultura mineira, entre os anos de 1752 e de 1794. Trata-se, dessa forma, de um estudo que se volta para a análise de

fatores históricos sem desconsiderar aspectos psicológicos¹ que atuaram na língua escrita de Minas Gerais no século XVIII. O objetivo do estudo é, pois, descrever quantitativamente a tendência de uso dos pronomes oblíquos átonos em relação ao verbo, no português escrito na região onde se originou a língua mineira, com vistas a verificar se, naquela época, a colocação dos clíticos na referida região se aproximava mais do português clássico ou se já exibia traços da norma culta atual² que, conforme é sabido, “em muitos casos, espelha se em variedades modernas do português de Portugal” (PAGOTTO, 1999, p. 52).

Partiu-se da hipótese de que, pelo menos nos documentos formais, a colocação pronominal obedeceria mais fielmente às normas do português clássico, já que era essa a norma culta do período. Ademais, considerando-se que o *corpus* analisado é uma mostra da língua escrita há três séculos, esperavam-se tendências de uso um pouco distintas daquelas registradas atualmente, dado que o processo de variação e mudança linguística é lento e gradual. O mérito deste estudo consiste, portanto, não apenas na descrição quantitativa da colocação pronominal nas Minas setecentistas, mas também na possibilidade de que os resultados obtidos oferecem de se precisar o curso dessa variação e mudança linguística. Caso os dados analisados revelem uma tendência de uso mais próxima da atual, será possível, dependendo da frequência das formas, verificar se a mudança já está ou não implementada.

1. A colocação pronominal sob a óptica da gramática tradicional

Conforme mencionado na seção precedente, Bechara (1999) atribui a Said Ali (1908), quando este introduz a questão fonética no estudo da sintaxe de colocação, o legado da tradição de se distinguir entre vocábulos tônicos e átonos. É justamente na parte dedicada à prosódia que Bechara trata desses vocábulos, assim os definindo:

Nestes grupos de força certos vocábulos perdem seu acento próprio para unir-se a outro que os segue ou que os precede. Dizemos que tais vocábulos são *clíticos* (que se inclinam) ou *átonos* (porque se acham destituídos de seu acento vocabular). Aquele vocábulo que, no grupo de força, mantém sua individualidade fonética é chamado *tônico*. Ao conjunto se dá o nome de *vocábulo fonético* (BECHARA, 1999, p. 89).

¹ O *corpus* selecionado para análise contempla textos tanto formais quanto informais, o que permite a análise da influência de fatores estilísticos atuando na ordem dos clíticos adotada pelos escritores mineiros setecentistas.

² A norma culta escrita foi codificada no séc. XIX, período em que tanto o português europeu quanto o brasileiro passavam por um processo de mudança linguística. Não é, pois, sem motivação histórica que existem diferenças entre a língua do colonizador e a do colonizado. Segundo Pagotto (1992), “o português clássico era a norma em Portugal até o século XVIII” (p. 53). A partir de então, sagrou-se o processo de mudança instaurado na gramática do português falado lá, promovendo-se as variantes à condição de norma culta, fato que não se deu no Brasil, já que aqui a “língua falada seguia um curso completamente diferente.” (*op. cit.*, p. 53)

Os clíticos são ainda classificados pelo autor segundo a posição que ocupam em relação à palavra tônica à qual se ligam. Dizem-se *proclíticos* os clíticos que precedem o vocábulo tônico, e *enclíticos*, aqueles que se pospõem a ele. Semelhante nomenclatura é adotada pelos autores das gramáticas tradicionais para se referirem à posição que o clítico ocupa em relação ao verbo: (i) *próclise*, se o pronome é pré-verbal (Nunca se mostrou insatisfeito.); (ii) *ênclise*, se o pronome é pós-verbal (Fitou-me durante alguns segundos que mais pareciam uma eternidade.); e (iii) *mesóclise*, se o pronome se intercala ao verbo (Esclarecer-se-iam todas as dúvidas).

A despeito de tais autores apresentarem algumas ressalvas em relação às regras prescritas, admitindo que elas “representam *tendências gerais*, induzidas da observação da língua escrita, nunca leis rígidas aplicáveis a todos os casos” (MELO, 1968, p. 373), bem como que, sendo a pronúncia no Brasil diversa da portuguesa, “forçoso é que seja diferente, no uso coloquial, a posição do pronome complemento – átono em Portugal, semi-tônico no Brasil” (*op. cit.*, p. 372), há, nos diversos compêndios consultados, um conjunto de regras muito semelhantes, que se pautam pela sintaxe lusitana moderna. Cunha (1990), ao introduzir as normas de colocação dos pronomes átonos em relação às formas verbais simples, defende que, “sendo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, dentro da ordem lógica *a sua posição normal é a ênclise*” (p. 307, grifos nossos). A partir de então, passa a mencionar e a exemplificar os casos em que a próclise ou a mesóclise se fazem obrigatórias, pedagogia também adotada por Melo (1968), por Rocha Lima (1973), por Cunha e Cintra (1985) e por Bechara (1999).

A obrigatoriedade da próclise é, na imensa maioria das obras, justificada pelo princípio da atração, segundo o qual determinados vocábulos – tais como palavras negativas, advérbios, pronomes relativos, demonstrativos e indefinidos, conjunções subordinativas, numeral *ambos* e gerúndio precedido da preposição *em* – atraem foneticamente o pronome, deslocando-o para a posição pré-verbal. Melo (1968), entretanto, não endossa essa teoria e, antes de proceder à apresentação das regras de próclise, adverte que

é preciso estar prevenido contra uma teoria explicativa muito cômoda mas perfeitamente falsa, que costumamos chamar de “magnética”. Referimo-nos àquela segundo a qual determinadas palavras *atraem* o pronome oblíquo. (...) Ora, uma palavra não pode atrair outra, porque, uma vez pronunciada, deixa de existir, ao passo que a outra, a supostamente atraída, ainda não existe. Isto, sem considerar que a palavra é acidente de acidente, momentâneo resultado da passagem do ar pelos órgãos articuladores em determinada momentânea posição (p. 373).

A despeito de não endossar a tese da atração, reconhecida também por autores lusitanos contemporâneos, como Mateus *et al* (2003), para quem a próclise é determinada por uma relação de c-comando em que o sintagma verbal se encontra no mesmo domínio sintático e prosódico do atrator, o gramático brasileiro reserva-se o direito de não justificá-la e se limita a listar as regras, abstendo-se do emprego do termo *atração* e seus afins. Além dos vocábulos atrativos que determinariam a próclise, esta também é

recomendada nas orações interrogativas, exclamativas e optativas, justificada por questões fonéticas ligadas à entonação.

Já a mesóclise é a posição prescrita para o clítico quando a oração se inicia por verbo flexionado no futuro do presente ou no futuro do pretérito, admitindo-se que ela se desfaça, caso haja, no início da oração, algum outro vocábulo que não a forma verbal³. Como se nota, a norma mesma já se encarrega de limitar os contextos de uso da mesóclise, o que contribui não só para sua baixa frequência, como também para sua vinculação a contextos bastante formais.

No tocante à colocação das formas pronominais átonas nas combinações de verbo⁴, as regras são mais flexíveis, admitindo-se, basicamente, estas três posições: (i) próclise à combinação verbal (Nunca *o* deixavam falar.); (ii) ênclise ao auxiliar (Vocês devem-*se* comportar muito bem.); e ênclise ao verbo principal, exceto participio (Esteve observando-*me* por muito tempo.).

Em virtude do sensível descompasso entre norma e uso no emprego dos pronomes átonos, cumprida a função de prescrever as regras que regulamentam a linguagem culta, os gramáticos consultados admitem a impropriedade de muitas dessas regras, que desconsideram a realidade linguística brasileira, em prol de uma “obediência cega às atuais normas portuguesas” (CUNHA, 1990, p. 312). Frente a essa constatação, admitem a relativa liberdade de construção e recomendam que a colocação dos pronomes pessoais átonos seja pautada pela “escolha estilística do falante ou escritor, que se deixa levar pela clareza, ênfase e senso do ritmo” (MELO, 1968, p. 379).

2. Descrição da metodologia adotada pelo estudo

Visando a descrever a colocação pronominal nas Minas setecentistas, analisou-se a ordem dos pronomes clíticos (*me, te, se, lhe(s), o(s), a(s), nos, vos*) num *corpus* constituído de textos escritos no século XVIII na região de Ouro Preto, um dos mais antigos núcleos populacionais de Minas Gerais. O *corpus* analisado constituiu-se de vinte e cinco (25) documentos integrantes do Fundo Barão de Camargos editados por Chaves (2001), e contemplou uma relativa diversidade de gêneros textuais – correspondências, bilhetes, quitação de bens, certidão de banhos, escritura de venda de imóvel e carta de

³ Essa restrição é para manter a coerência com a regra que proíbe, em linguagem culta, o emprego da ênclise em início de orações. Essa regra da sintaxe lusa decorre do fato de, na Europa, o pronome ser realmente átono. Dado que, conforme admite Melo (1968), no Brasil tal pronome é semi-tônico, essa regra é constantemente violada, fato assim justificado por esse gramático e também por outros, como Bechara (1999) e Cunha e Cintra (1985), numa seção dedicada a explicar a colocação dos pronomes átonos no Brasil.

⁴ É comum entre os gramáticos tradicionais estabelecer-se distinção entre tempos compostos e locuções verbais nas combinações de verbos. Assim, classificam-se como locuções verbais aquelas combinações em que o verbo auxiliar se junta à forma nominal de gerúndio ou de infinitivo, reservando-se o termo de tempo composto para as combinações de auxiliar + participio. Tal distinção foi neste estudo neutralizada, empregando-se o termo combinação verbal para se referir às combinações de verbo auxiliar + principal.

alforria –, os quais foram escritos ao longo de um período de quarenta e dois anos: de 1752 a 1794.

Dado que o objetivo do estudo era abarcar o maior número possível de variáveis, buscou-se, além da variável histórica, analisar também uma possível atuação da variável estilística, bem como da variável sintática, já que, além do grau de formalidade dos documentos, considerou-se ainda, na análise, o contexto de ocorrência do clítico. Para análise da variável estilística, dividiu-se o *corpus* em dois grupos: (i) documentos formais e (ii) documentos informais. O *corpus* representativo da linguagem formal compôs-se de cinco documentos (quitação de bens, certidão de banhos, escritura de venda de imóvel, correspondência formal e carta de alforria), totalizando 2472 palavras. Já o *corpus* representativo da linguagem informal foi composto de vinte documentos (missivas informais e bilhetes), totalizando 3846 palavras. A despeito de o número de documentos integrantes do *corpus* representativo da linguagem informal ser significativamente superior ao do *corpus* de linguagem formal, tomou-se o cuidado de tentar equiparar sua extensão, determinada pela totalidade do número de palavras de cada um. Buscou-se, com isso, restringir a possibilidade de a frequência pronominal ser favorecida pelo maior número de palavras da amostragem.

Constituído o *corpus*, computaram-se todas as ocorrências de clítico, quer como um vocábulo independente quer ligado ao hospedeiro tônico. Analisou-se separadamente a colocação das formas pronominais átonas em relação às lexias simples (forma verbal simples) e também em relação às combinações de verbo (auxiliar + principal), com o intuito de se verificar se essa é também uma variável interveniente na posição do pronome. Em se tratando das lexias simples, buscou-se ainda identificar o tipo de vocábulo que estaria motivando a próclise, bem como a relação entre a função sintática do pronome átono e sua posição em relação ao verbo. No tocante às combinações verbais, além da descrição adotada para as lexias simples, quantificaram-se ainda as posições assumidas pelo pronome: (i) pré-construção verbal (PCV); (ii) pós-auxiliar (PAux); e (iii) pós-verbo principal (PVP). Todas as quantificações foram apresentadas em porcentagem e obtidas por meio de uma regra de três simples, em que se tomou como parâmetro para o cálculo o valor da frequência total.

Os resultados obtidos permitiram não só quantificar a produtividade da próclise, da mesóclise e da ênclise nas Minas setecentistas, objetivo principal do estudo, como também identificar alguns fatores que atuam simultaneamente neste processo de variação e mudança linguística que culmina com certas distinções entre o português escrito “aquém e além mar”. A descrição desse fenômeno linguístico no século XVIII em Minas Gerais passa a ser apresentada na seção subsequente.

3. Apresentação e discussão dos resultados

As abstrações extraídas da análise empreendida resultam de um total de cento e quarenta e cinco (145) ocorrências de pronomes átonos, computados num universo de seis mil, trezentas e dezoito (6318) palavras. Dos cento e quarenta e cinco clíticos identificados, oitenta e nove (89) são formas independentes do verbo e cinquenta e seis (56), vocábulos ligados a ele, formando, dessa feita, não apenas um vocábulo fonético, mas

também uma única palavra⁵, conforme ilustram estes exemplos extraídos de missivas informais.

- (1) “(...) queixoço de *me* não fazeres o que *vos* tinha pedido (...)” (Documento 12, grifos nossos)
- (2) “ Deos permita *livralos* a todos de moléstias (...)” (Documento 3, grifos nossos)

Os exemplos selecionados podem induzir ao raciocínio de que a ênclise favorece a ligação do pronome ao verbo, mas necessário se faz registrar que, no *corpus*, as ocorrências de pronomes proclíticos ligados ao verbo sobrepõem-se às ocorrências de ênclise (cf. tabela 1). Não se pode, portanto, associar a junção do pronome ao verbo à sua posição enclítica ou proclítica, pois fatores históricos também a motivam. Sabe-se que, no século XVIII, não apenas os pronomes se ligavam a um hospedeiro tônico, formando com ele uma única palavra, mas também outros vocábulos átonos, como preposições e artigos, por exemplo. Trata-se, pois, de uma característica do período, e não apenas de uma especificidade dos pronomes átonos. Bechara (1999), ao discorrer sobre os clíticos, divide-os em nove classes e afirma que, no português atual, tais classes “são geralmente átonas e proclíticas” (p. 89), o que foi confirmado por nossos dados. Apesar de se tratar de uma amostragem da escrita mineira setecentista, a análise empreendida aponta na direção de que o português escrito em Minas Gerais no séc. XVIII, no tocante à colocação dos clíticos pronominais, exhibe, conforme será demonstrado ao longo desta seção, características bastante próximas da modalidade contemporânea, o que caracteriza um processo de variação e mudança já bastante robusto.

Os dados obtidos sugerem que o fator estilístico também é uma variável que atua na junção vocabular, já que, conforme demonstram os índices dispostos na tabela 1, o contexto informal favorece a junção do pronome ao hospedeiro tônico, embora esta também tenha sido computada, ainda que em menor frequência, em documentos formais. Essa maior frequência da junção vocabular em textos informais pode ser um indício de que, na época, a grafia era influenciada por fatores fonéticos e não fonológicos, que é a norma de hoje.

Tabela 1: Variável estilística e delimitação vocabular

Pronome independente						Pronome ligado à outra palavra					
Próclise		Mesóclise		Ênclise		Próclise		Mesóclise		Ênclise	
For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal
20	66	0	0	0	3	1	37	0	0	1	17
14%	45.5%	0%	0%	0%	2%	0.5%	25.5%	0%	0%	0.5%	12%

Fonte: *Corpus* analisado

⁵ No presente estudo não se estabeleceu distinção entre os termos *palavra* e *vocábulo*, empregando-os como sinônimos.

Outra implicação que se extrai da tabela 1 e que é mais claramente visualizada na tabela 2 refere-se à posição ocupada pelo clítico em relação ao verbo, foco principal deste estudo.

Tabela 2: Correlação entre variável estilística e colocação pronominal

Próclise		Mesóclise		Ênclise	
Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
21	103	0	0	1	20
14%	71%	0%	0%	1%	14%

Fonte: *Corpus* analisado

Endossando a hipótese aventada inicialmente, a língua escrita em Minas Gerais no século XVIII, mesmo nos contextos de maior formalidade, era preferencialmente próclítica (85% do total de ocorrências de clíticos), o que atesta obediência à norma culta do português clássico. Nos documentos formais, computou-se um percentual de 14% de próclise contra apenas uma ocorrência de ênclise. Nos documentos informais, a frequência de próclise foi ainda mais alta, alcançando o índice de 71% das ocorrências, enquanto a ênclise foi empregada em apenas 14% dos casos. Vê-se, pois, que, na língua escrita de Minas Gerais no séc. XVIII, a ênclise é a posição marcada, enquanto a próclise é a não-marcada. Esses resultados dialogam com os obtidos por Pagotto (1992 *apud* 1999), quando da análise das Constituições do Brasil Império e do Brasil República. Segundo esse autor, “os dois textos foram escritos em gramáticas bastante diferentes uma da outra” (p. 52). Enquanto a Constituição do Império (1824) apresenta, além de outros traços da sintaxe do português clássico, a preferência pela próclise, a Constituição da República (1892) é enclítica por excelência, atestando obediência à gramática da norma culta atual, fixada no final do séc. XIX. Assim, tanto os dados mineiros quanto os de Pagotto comprovam que o português brasileiro é naturalmente proclítico, dado que, na ausência de um modelo rígido imposto pela norma atual, os dados acabam por revelar a próclise, mesmo na escrita.

Em se tratando ainda da ordem dos clíticos pronominais, um dado não esperado, mas revelado pelos dados computados é a ausência absoluta de mesóclise. A colocação intraverbal, apesar de restrita aos contextos de maior formalidade, não ocorreu uma única vez no *corpus*, nem mesmo nos documentos formais, cujo contexto é previsível. O exemplo 3, apresentado a seguir, a despeito de constar de uma missiva informal, ilustra um contexto que as gramáticas tradicionais, que se pautam pela norma lusitana moderna, prescrevem como emprego obrigatório de mesóclise: o pronome oblíquo inicia a oração, posicionando-se encliticamente a uma forma verbal no futuro do presente.

- (3) “Mefaras m.^{ce} mandar humiscrito aManoel (...)” (Documento 12 VV, grifos nossos)

O exemplo selecionado é mais um indício de que a escrita mineira no século XVIII

pautava-se pelas normas do português clássico, assemelhando-se, quanto à sintaxe de ordem, à Constituição do Império que, segundo Pagotto (1999), “chega a apresentar casos severamente condenados pela atual norma culta, como começar a sentença pelo clítico” (p. 52). A observância de não se empregar a ênclise ao futuro, conforme preconiza a norma atual, é regular no *corpus* e flagrada em outro contexto, com o diferencial de que, neste caso, ilustrando uma situação prevista pelos compêndios normativos, o pronome indefinido *tudo* atua como uma palavra capaz de desfazer a mesóclise:

- (4) “Ma-is que *tudo* O *intimarei* que’ tenha Saude (...)” (Documento 1, correspondência informal, grifos nossos)

Mateus *et al* (2003), ao analisarem dados do português europeu, também atestam a inexistência de mesóclise nessa modalidade e a sua conseqüente substituição pela ênclise. Segundo as autoras referenciadas, a mesóclise constitui um traço de gramática antiga. No português brasileiro, a substituição se deu não pela ênclise, como ocorreu na Europa, mas pela próclise, que é a posição mais produtiva no português americano. A julgar pelos dados obtidos e pelo comentário de Mateus *et al* (*op. cit*), o arcaísmo da mesóclise remonta, pelo menos na língua de Minas Gerais, ao séc. XVIII, fato atestado por outro dado, que, por necessidade de delimitação do *corpus*, não integrou este estudo: em Estatutos de Irmandades mineiras da era setecentista, são pródigos os exemplos de próclise ao futuro, quer naquelas fundadas pela elite, quer nas cultuadas pela classe não-nobre, o que atesta a longa repulsa do escritor mineiro por esse tipo de colocação pronominal.

Conforme descrito na seção dedicada a detalhar a metodologia adotada, buscou-se, além de descrever a colocação pronominal setecentista, verificar se a ordem dos clíticos sofria influência do contexto sintático em que se encontravam, mais especificamente, se ela se alterava em se tratando de lexias simples ou de combinação verbal. Das cento e quarenta e cinco ocorrências de clíticos analisados, cento e dezessete (117), isto é, 80,68%, são de lexias simples, enquanto vinte e oito (28), ou 19,32%, são de combinações verbais. Os dados dispostos na tabela 3, a seguir, sintetizam os resultados obtidos quanto a essa variável.

Tabela 3: Ordem do clítico pronominal em lexias simples e em construções verbais

Próclise				Mesóclise				Ênclise			
Lexia simples		Combinação verbal		Lexia simples		Combinação verbal		Lexia simples		Combinação verbal	
For- mal	In- formal	For- mal	In- formal	For- mal	In- formal	For- mal	In- formal	For- mal	In- formal	For- mal	In- formal
15	90	6	13	0	0	0	0	1	11	0	9
10%	62%	4%	9%	0%	0%	0%	0%	1%	8%	0%	6%

Fonte: *Corpus* analisado

Também neste contexto, confirmou-se a preferência pelo clítico pré-verbal em textos escritos das Minas setecentistas. Em se tratando de lexias simples, a colocação proclítica foi empregada em 72% dos contextos, enquanto a pós-verbal o foi em apenas 9%. No tocante às combinações verbais, a próclise suplantou a ênclise também com ampla vantagem: 13% de próclise contra 6% de ênclise. Isso demonstra que, independentemente de se tratar de forma verbal simples ou composta, a posição mais produtiva do clítico é, desde o período analisado, anterior ao verbo, o que atesta não haver, pelo menos em relação ao tipo de lexia verbal, uma influência sintática, o que não significa que tal influência não exista, já que nos resta verificar ainda o tipo de elemento que atua, segundo a terminologia adotada pela maioria dos autores consultados, como atrativo para a próclise. Tal análise será apresentada nos parágrafos subsequentes. Antes, porém, será descrita a colocação do clítico em relação às combinações verbais, buscando-se identificar qual das três posições possíveis era a mais produtiva nas Minas setecentistas.

Tabela 4: Posição do clítico nas combinações verbais

PRÓCLISE À COMBINAÇÃO VERBAL		COMBINAÇÃO VERBAL			
		ÊNCLISE AO AUXILIAR		ÊNCLISE AO VERBO PRINCIPAL	
documento formal	documento informal	documento formal	documento informal	documento formal	documento informal
6	13	0	7	0	2
21.5%	46.5%	0%	25%	0%	7%

Fonte: *Corpus* analisado

Mais uma vez, os dados sinalizam a produtividade da próclise, que, embora seja mais recorrente nos documentos informais (46,5%), totaliza 68% das ocorrências. Considerando-se que, no século XVIII, o padrão ortográfico não estava fixado e que, portanto, o emprego do hífen⁶ não pode ser tomado como critério para identificar a colocação adotada nas construções verbais, é possível que casos de suposta ênclise ao auxiliar sejam interpretados como próclise ao verbo principal. Frente a tal possibilidade, os índices da tendência proclítica tornam-se ainda mais expressivos, caso se agreguem a eles o percentual de 25% de ocorrências enclíticas ao auxiliar e, portanto, proclíticas à forma principal. Assim, a posição pós-verbal corresponderia efetivamente a apenas 7% das ocorrências. Há de se alertar para o fato de que essa posição, que é a recomendada pela norma padrão atual, só foi registrada no *corpus* em documentos informais. Dado que não é lícita a ênclise ao particípio, era previsível, contudo, que, nas combinações verbais, a ênclise fosse menos produtiva, independentemente da tendência proclítica identificada na escrita mineira setecentista.

⁶ Em todo o *corpus* o hífen foi empregado uma única vez, numa correspondência informal, conforme ilustrado neste fragmento: “Ehé oque Semeofrece *dizer-vos* enão he |Necessario Serimonias (...)” (Documento 12vv, grifos nossos). Nas demais situações, ou o pronome se juntava à forma verbal ou se prescindia do hífen.

Passemos agora à análise dos contextos que, segundo os gramáticos normativos, são motivadores da próclise, isto é, fazem com que o pronome átono se desloque de sua posição normal enclítica, para a posição pré-verbal. Também nesse caso, analisaram-se separadamente as lexias simples das combinações verbais, para verificar se os elementos capazes de deslocar o pronome para a posição pré-verbal são semelhantes nas duas possibilidades ou se existem tendências que se associam ao tipo de lexia verbal. Não se estabeleceu, neste momento da análise, distinção entre linguagem formal e informal, já que o objetivo era a descrição de um fator contextual e, portanto, sintático⁷, a atuar na ordem do clítico. Os dados obtidos encontram-se dispostos na tabela 5 seguinte.

Tabela 5: Atrativos de próclise em textos escritos das Minas setecentistas

Lexia simples		Combinação verbal	
Tipo de atrativo	Ocorrência (%)	Tipo de atrativo	Ocorrência (%)
Pronome relativo	35,48	Ausência de atrativo	35,00
Ausência de atrativo	16,12	Pronome relativo	20,00
Conjunção subordinativa	15,32	Conjunção subordinativa	20,00
Advérbio	8,09	Advérbio	10,00
Conjunção coordenativa	6,45	Pronome pessoal	10,00
Pronome pessoal	5,65	Pronome indefinido	5,00
Palavra negativa	4,83		
Pronome demonstrativo	3,22		
Pronome indefinido	3,22		
Oração optativa	1,62		

Fonte: *Corpus* analisado

Um mero olhar para a tabela 5 é suficiente para identificar alguma distinção formal entre os motivadores da próclise nos dois tipos de lexias analisados: o rol de palavras atrativas é mais amplo quando se trata de lexias simples. Enquanto nestas se identificaram dez tipos de motivadores para que o clítico assumisse a posição pré-verbal, em se tratando de combinações verbais, esse conjunto se reduziu a seis tipos. Entretanto, a categorização desses motivadores e sua respectiva hierarquia quantitativa não se mostraram muito distintas nos dois tipos de lexias verbais analisadas, o que nos permite delinear algumas categorias mais produtivas no deslocamento do pronome para a posição proclítica na escrita dos mineiros do séc. XVIII. Os pronomes relativos eram as categorias morfológicas com maior capacidade de deslocar o clítico para a posição pré-verbal, quer nas lexias simples (35,48%), quer nas combinações verbais (20%). A segunda classe dotada do mesmo potencial era a das conjunções subordinativas (15,32% nas lexias simples e 20% nas combinações verbais), seguida da classe dos ad-

⁷ Não se está aqui desconsiderando a possível atuação de um fator rítmico, ligado à prosódia, a atuar simultaneamente ao fator sintático analisado, mas o período histórico selecionado para o estudo restringe esse tipo de análise.

vérbios (8,09% nas lexias simples e 10% nas combinações verbais). A classe das conjunções coordenativas, que obteve um percentual de 6,45% de capacidade de atração nas lexias simples, não foi identificada nas combinações verbais, da mesma forma que as palavras negativas, cuja frequência nas lexias simples foi de apenas 4,83%.

A categoria dos vocábulos negativos, apesar do baixo percentual, carece de uma descrição mais detalhada, dado não só a sua maior produtividade na modalidade contemporânea da língua, como também a alteração da ordem em relação ao clítico. Se, na atualidade, o advérbio negativo *não* é um protótipo para justificar o estatuto proclítico do pronome átono, que se posiciona entre o *não* e a forma verbal, no séc. XVIII, a ordem mais produtiva, pelo menos no *corpus* analisado, era o emprego do pronome proclítico ao *não*, fenômeno denominado de *apossínclise* e recorrente tanto em documentos formais, como em informais, conforme ilustram estes exemplos:

(5) “E dadas as tres proclamaçoins
na Sobredita freguezia *lhe não Re*
Zultou impedimento algu’ conhecido (...)” (Documento 8vv, certidão de banhos, grifos nossos)

(6) “E não digo m.^{to} mais pelo tem
po *menaõ dar* Lugar que. o portador está departida” (Documento 12, missiva informal, grifos nossos)

Outro fator digno de menção, em se tratando dessa categoria de atrativos, é concernente à semântica negativa de alguns advérbios, o que, na atualidade, provoca ambiguidade de classificação. A polissemia de advérbios como *nunca* e *jamaiz* faz com que alguns gramáticos considerem prudente classificá-los tanto como temporais, quanto como negativos. O advérbio *nunca*, no séc. XVIII, conforme ilustra o exemplo (7), atrai o clítico para junto de si e, ao contrário do *não*, que apresentava uma ordem menos fixa, podendo se posicionar antes ou depois do clítico, sempre se posicionava proclítico ao pronome átono:

(7) “(...) deva ao dito devedor
plena, e prol quitação da dita di-
vida, para mais *nunca lhe Ser*
pedida, ou Repetida por elle ou
Seos herdeiros (...)” (Documento 7vv, certidão de compra de imóvel, grifos nossos)

Essa maior ou menor fluidez da ordem desses dois tipos de advérbios no séc. XVIII pode sinalizar, pelo menos do ponto de vista estrutural, uma distinção entre eles. É possível que, naquela época, a posição mais fixa de *nunca* indicasse seu maior grau de gramaticalidade em relação a *não*, mas, diante das limitações deste estudo, tal aspecto não será por ora desenvolvido, deixando-se aqui registrada apenas a distinção de

ordem desses dois tipos de atrativos de próclise que, na atualidade, confluem-se semanticamente e posicionam-se sempre proclíticos ao pronome átono.

Dando continuidade à descrição das categorias morfológicas dotadas da capacidade de atrair para junto de si o clítico pronominal, surgem, na escala hierárquica obtida a partir da quantificação dos dados analisados, os pronomes pessoais, com ênfase para os pronomes de tratamento. Mesmo ocupando uma ordem semelhante na escala decrescente de categorias atrativas, tais pronomes obtiveram índices mais altos de frequência nas combinações verbais (10%) que nas lexias simples (5,65%). Acredita-se que esses índices não se relacionam diretamente ao tipo de lexia verbal, mas à redução do número de categorias atrativas, o que pode favorecer o aumento da frequência das categorias que integram o conjunto mais restrito. Encerrando a escala das categorias comuns aos dois tipos de verbos, aparecem os pronomes indefinidos, cujos índices foram de 3,22% nas lexias simples e 5% nas combinações verbais. Não foram registrados, no *corpus* analisado, pronomes demonstrativos nem orações optativas atraindo o clítico para a posição pré-verbal nas combinações verbais, o que não significa que isso não ocorria no séc. XVIII. Há de se considerar o fato de termos trabalhado com uma amostragem de língua escrita do período, bem como a menor frequência, no *corpus*, de combinações verbais que de lexias simples.

No tocante aos resultados dispostos na tabela 5, resta-nos ainda comentar um dado que parece não só endossar a tese de Melo (1968) de que a teoria magnética para explicar a próclise é falsa, como também atestar a natural tendência proclítica da escrita mineira setecentista, o que lhe confere caracteres da sintaxe clássica e a aproxima do uso natural contemporâneo. A ausência de qualquer dos atrativos descritos pelos gramáticos para justificar a próclise obteve o segundo maior percentual (16,12%) nas lexias simples, e o primeiro (35%) nas combinações verbais. Esses índices, responsáveis pela hierarquização de categorias, demonstram que, contrariando a norma culta atual de que a posição normal do pronome é a ênclise, salvo existência de palavra atrativa, a posição normal do clítico, na língua escrita em Minas Gerais é, pelo menos há três séculos, a próclise, que é empregada pelo usuário dessa língua mesmo à revelia da existência de um vocábulo atrativo.

Por fim, para se cumprirem os objetivos propostos para este trabalho, resta-nos ainda verificar se a função sintática exercida pelo clítico interfere na posição por ele assumida, aspecto condensado na tabela 6:

Tabela 6: Correlação entre função sintática do clítico e sua ordem

Próclise						Ênclise					
O.D		O.I		O.D.I		O.D		O.I		O.D.I	
For- mal	In- forma	For- mal	In- forma	For- mal	In- forma	For- mal	In- forma	For- mal	In- forma	For- mal	In- forma
3	23	18	79	0	1	0	7	1	13	0	0
2%	16%	12%	54%	0%	1%	0%	5%	1%	9%	0%	0%

Fonte: *Corpus* analisado

O cômputo dos dados acusa, mais uma vez, a prevalência da próclise, independentemente da função sintática desempenhada pelo pronome complemento. Os resultados obtidos permitem ainda uma descrição dos tipos de complementos verbais mais frequentes no séc. XVIII: os objetos indiretos mostraram-se mais produtivos (76% das ocorrências) que os objetos diretos (23%). Outro dado não revelado pelos dados dispostos na tabela, mas digno de menção é o registro de objetos combinados, conforme ilustra o exemplo (8):

- (8) “Recebi. o Seu estudo o que’ Nele Diz *elho* fico muito. obrigado pela deLigencia.” (Documento 2, carta informal, grifos nossos)

Embora Rocha Lima (1973) discorra sobre a possibilidade de se combinarem pronomes dativos e acusativos, o gramático adverte sobre a baixa produtividade de tais combinações no português brasileiro. No *corpus* analisado, contudo, essa combinação foi identificada num documento informal, o que revela que o uso dos pronomes átonos nas Minas setecentistas oscilava ainda num híbrido de inovação e de conservadorismo. Ao mesmo tempo em que a próclise suplantava a ênclise e a mesóclise foi sequer identificada, registraram-se casos de apossínclise de palavras negativas e combinações de pronomes complementos, fenômenos hoje não mais identificados nessa região.

Considerações finais

A pesquisa ora relatada perseguiu o objetivo de descrever quantitativamente a ordem dos clíticos pronominais no berço da cultura mineira no séc. XVIII. Tomando como *corpus* documentos formais e informais escritos na região de Ouro Preto no período de 1752 a 1794, testou-se contra os dados linguísticos a hipótese de que, naquela época, a colocação pronominal se aproximava mais da norma do português clássico, afastando-se, portanto, do prescrito pelas gramáticas tradicionais cuja norma, codificada no séc. XIX, espelha-se no português europeu moderno.

Computadas e analisadas cento e quarenta e cinco ocorrências de pronomes clíticos, constatou-se a adequação da hipótese aventada. Os dados atestaram que, tanto nas lexias simples quanto nas combinações verbais, a maior produtividade é do clítico pré-verbal, independentemente da existência de algum vocábulo considerado pelos autores normativistas como uma categoria magnética capaz de promover o deslocamento do pronome de sua posição normal enclítica para a posição proclítica. No tocante a tais categorias, os dados acusaram uma simetria entre as lexias simples e as combinações verbais. Assim, as principais categorias atrativas no séc. XVIII, por ordem decrescente de ocorrência, foram os pronomes relativos, as conjunções subordinativas e os advérbios. A classe das palavras negativas, atualmente protótipos dos vocábulos atrativos, obteve baixos índices de frequência no período setecentista, além de ocupar uma posição também diversa da atualidade. Os casos de apossínclise, pouco conhecidos até do falante atual, foram muito recorrentes no *corpus* quando se tratava do advérbio *não*.

Além da tendência proclítica da escrita mineira setecentista, que vai de encontro à norma culta atual, tais normas foram ainda infringidas no que diz respeito ao emprego de pronomes átonos proclíticos ao verbo em início de oração. Os resultados obtidos revelaram ainda que a mesóclise é, conforme defendem Mateus *et al* (2003), um remanescente da sintaxe antiga, já que não se encontrou registro de sua ocorrência no *corpus* analisado, nem mesmo nos documentos formais.

A despeito da limitação do trabalho e da amostragem analisada, o estudo empreendido demonstrou que o processo de variação linguística que envolve o português falado na Europa e na América tem raízes diacrônicas muito antigas, o que já faculta a mudança. A colocação pronominal das Minas setecentistas já exibia traços da sintaxe contemporânea, demonstrando que, há pelo menos três séculos, existem peculiaridades do falar brasileiro, como a preferência pela próclise e a recusa pela mesóclise, que o distinguem da língua de Camões. No tocante à sintaxe de ordem, pode-se generalizar que o português europeu apresenta traços modernos, enquanto o português brasileiro conserva traços do português clássico.

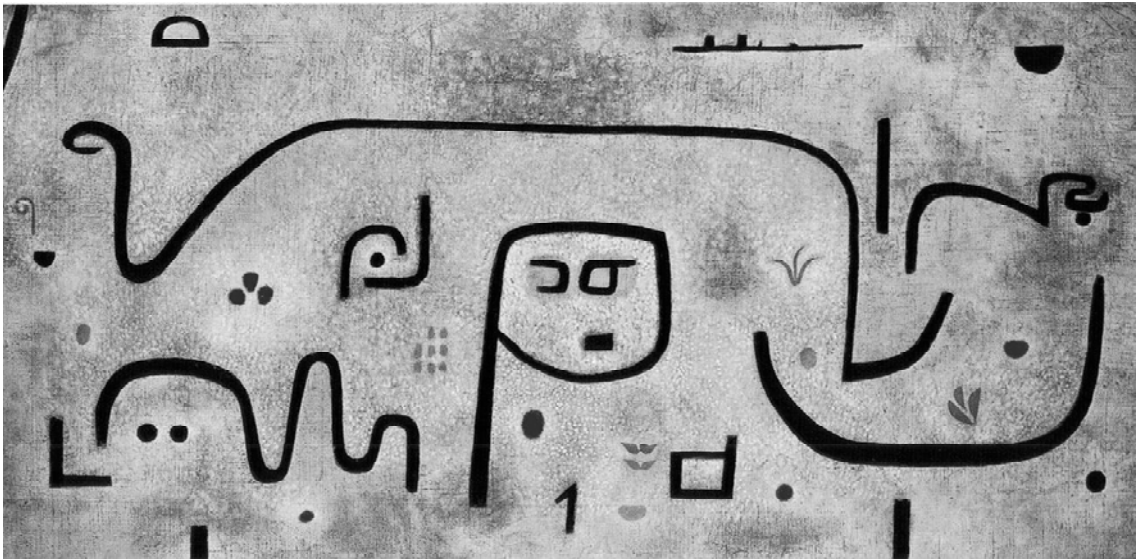
Referências

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CHAVES, Elaine. *Fotos e Transcrições do Fundo Barão de Camargos*. Documentos de Ouro Preto, século XVIII. Mariana: Publicação Independente, 2001 (CD-rom).
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 12 ed. 2. tir. Rio de Janeiro: FAE, 1990.
- CUNHA, Celso Ferreira da; LINDLEY CINTRA, Luís. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. 35ª imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FIGUEIREDO, C. de. *O problema da colocação de pronomes*. 3 ed. Lisboa: Clássica, 1917 [1909].
- MATEUS, Maria Helena Mira. *et al*. *Gramática da língua portuguesa*. 5 ed. rev. e aum. Coimbra: Almedina, 2003.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
- PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência: ciência e purezam, in: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, 1999, p. 49-68.
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso médio*. 16 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966 [1908].

VIEIRA, S. R. Colocação pronominal, in: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 121-146.



Paul Klee. *Insula Dulcamara* (1938); Oil on newsprint, mounted on burlap, 31 1/2 x 69 in;
Klee Foundation, Bern

VARIA

Considerações sobre a *memória* em Machado de Assis

FABIANA FERREIRA DOS SANTOS

Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia.

e-mail: fabiana_fsm@yahoo.com.br

PAULA DA SILVA LISBÔA

Especialista em Teoria Literária pelo Centro Universitário de Patos de Minas.

e-mail: p.s.lisboa@hotmail.com

Resumo: O presente artigo intenciona refletir acerca das relações entre Literatura e Memória. Para tanto, evidencia, numa abordagem multidisciplinar, pontos de vista de diferentes áreas do conhecimento como Ciência, Filosofia e História, buscando contribuições para a perspectiva da Teoria Literária. Será ressaltada a produção artística de Machado de Assis e a recorrência da utilização da memória como recurso de criação literária. Em seguida, espera-se verificar em um texto específico, o conto “O lapso”, publicado pelo autor em 1884, o lugar da memória e suas implicações.

Palavras-chave: literatura; memória; “O lapso”; Machado de Assis.

Abstract: This article intends to cause a reflection on the relationship between Literature and Memory. In order to do so, it uses a multidisciplinary approach to show different points of view from various areas of knowledge, such as Science, Philosophy and History, and it searches for contributions to the perspective of the Literary Theory. Firstly, the artistic production of Machado de Assis and the recurrent use of memory as a resource in literary creation will be demonstrated. Then, the place of memory and its implications will be analyzed in a specific text, the short story “The Lapse”, published by the same author in 1884.

Keywords: literature; memory; “The lapse”; Machado de Assis.

Considerações Iniciais

A memória, como uma capacidade de fixação de informações, pode ter nas funções psíquicas uma primeira referência; entretanto, mais do que um mecanismo biológico e individual, representa um processo intrinsecamente relacionado à natureza social do homem, às suas formas de vida e organizações. Nesse sentido, compreendendo principalmente seu valor como fenômeno social e suas implicações em diferentes áreas do conhecimento, este estudo buscará em diversos contextos de investigações reflexões de autores representativos que centraram na memória seus estudos.

O trabalho se inicia, portanto, com considerações sobre o fenômeno da memória em si, passando a marcar o seu nexos íntimo com a vida social. Torna-se relevante, ainda, a análise da influência dos aspectos constitutivos das interações sobre a recordação

individual. A discussão de diferentes concepções teóricas pretende subsidiar análises no contexto de produções literárias, reconhecido como fonte privilegiada para a apreensão de aspectos da constituição de memória coletiva e individual. Ao estabelecer relações entre Literatura e memória, será ressaltada a obra de Machado de Assis, em especial um de seus contos, “O lapso”, publicado em 1884.

Concepções teóricas sobre a memória

Segundo Le Goff (1994), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (p. 423). No campo da ciência, o estudo da memória tem envolvido diferentes áreas como a Psicologia, a Neurofisiologia, a Biologia e até mesmo a Psiquiatria, e nomes representativos como os de Bergson e Halbwachs.

Bergson (1990), autor de *Matéria e Memória*, obra publicada em 1896, apresenta importantes contribuições acerca da operação da memória, superando dificuldades teóricas em lidar com o dualismo existente entre espírito e matéria. Ao afirmar a realidade de ambos, explicita papéis e ressalta a memória como resultado da relação que estabelecem entre si. O corpo é considerado, neste estudo, como uma imagem privilegiada, uma vez que é centro da ação, e apresenta poder de decisão sobre todas as outras. Mais do que automatismos, há um estado afetivo de consciência que produz escolhas, acrescentando verdadeiramente coisas novas à história do indivíduo. Entretanto, “é o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro. Suprima a imagem que leva o nome de mundo material, você aniquilará de uma só vez o cérebro e o estímulo cerebral que fazem parte dele” (BERGSON, 1990, p. 10-11). Deste modo, a existência de nervos aferentes e eferentes e de transmissões de estímulos nervosos condicionadas pelo cérebro não são suficientemente autônomos para a representação de imagens. Além dos movimentos moleculares da substância cerebral, a existência da percepção pressupõe a relação mantida com os objetos. Portanto, seria um equívoco atribuir apenas a um sistema – ciência ou mundo da consciência – relevância no processo.

Vale ressaltar que a atividade voluntária “[...] ao invés de desenvolver-se apenas em movimentos, espiritualiza-se em conhecimento” (BERGSON, 1990, p. 19) Assim, as percepções estão impregnadas de lembranças, ou seja, aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência:

A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos de duração, e assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela (BERGSON, 1990, p. 55).

Portanto, existe um lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas, uma consciência individual, que percebe um vasto mundo material, mas que seleciona pontos de atenção: “A imagem é escolhida para fazer parte de minha percepção, enquanto uma

infinidade de outras imagens permanece excluída” (BERGSON, 1990, p. 29).

Bosi (2003) ressalta a importância dos estudos de Bergson para a fenomenologia da lembrança, que orientaram a Psicologia Social. Entretanto reconhece que ao conduzir uma reflexão sobre a memória em si mesma, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, falta-lhe um tratamento enquanto fenômeno social.

Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre corpo e espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (BOSI, 2003, p. 54).

Por essa via, segundo Bosi (2003), Maurice Halbwachs e sua teoria psicossocial, estabelecem nexos entre a memória do indivíduo e a memória de seu grupo; e esta última à tradição, ou seja, a memória coletiva de cada sociedade.

O estudo da memória envolve investigações em diferentes áreas do conhecimento; todavia, em qualquer um dos contextos possíveis de análise, parece ser recorrente o surgimento de traços de memória social que apontam para sua estreita e importante relação com a história. Deste modo, constitui para esta disciplina das ciências humanas, que se ocupa mais da memória coletiva do que da individual, meio fundamental para a abordagem de temas.

Entre as diversas fontes disponíveis a historiadores para o resgate da memória, como, por exemplo, museus, arquivos, bibliotecas, cemitérios e arquiteturas, serão ressaltados, neste texto, os livros, a produção literária, considerada como forma privilegiada para a apreensão de aspectos da constituição da dinâmica social e discursiva de um povo. Nesse sentido, Baez (2006) observa que o “[...] vínculo poderoso entre livro e memória faz com que um texto deva ser visto como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade e, certamente, de toda a humanidade” (p. 24).

A partir destas reflexões o autor problematiza as circunstâncias e motivos que poderiam impulsionar a destruição cultural. Pensando especialmente em livros, foco de sua pesquisa, conclui que, em diferentes momentos históricos, textos foram destruídos voluntariamente, principalmente, por representarem suportes da memória. Museus e bibliotecas correspondem a espaços que ao representarem o cultural, ou seja, o que há de mais significativo em um povo, identificam um patrimônio que

[...] tem capacidade de promover um sentimento de afirmação e pertencimento, pode sustentar ou estimular a consciência de identidade dos povos em seu território; é como uma carteira de identidade que permite preservar ações culturais propícias à integração (BAEZ, 2006, p. 24).

Assim, tais espaços se identificam, ainda, com a estrutura de poder e são alvos, por exemplo, de governos totalitários. Manguel (1997), em suas reflexões acerca da história da leitura, verifica como o acesso aos livros muitas vezes foi restrito em função

do perigo que poderiam representar. Senhores de escravos, ditadores, censores e até mesmo a Igreja Católica viram o poder da palavra escrita que favorece a reflexão e a ação. Deste modo, podemos concluir que

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1994, p. 426).

Documentos antigos explicitam a preocupação de reis com a criação de instituições como arquivos, bibliotecas e museus, que registram uma memória que é sobretudo real, já que neles são narrados principalmente feitos como vitórias militares e benefícios de sua justiça. Portanto, um olhar atento deve suscitar reflexões sobre como a memória pode se tornar “história”, ou seja, sobre a existência de diferentes versões ou pontos de vista sobre um mesmo fato, sendo que algumas são reconhecidas como detentoras da verdade. Do mesmo modo, a confiscação da memória coletiva também acontece desde os imperadores do mundo antigo, que por vezes faziam desaparecer o nome do último governador dos arquivos e das inscrições monumentais. Nesse sentido, segundo Le Goff (1994), “ao poder pela memória responde a destruição da memória” (p. 442).

Dada a importância da função social da memória, existem, nas sociedades sem escrita, homens-memória que desempenham o relevante papel de narradores. Nessa perspectiva os guardiões da história objetiva e ideológica não são apenas transmissores de conhecimento em sua comunidade, mas devido à dimensão narrativa assumida permitem à lembrança uma reconstrução menos repetitiva e com mais liberdade e criatividade. Com a passagem da oralidade para a escrita, a memória coletiva das sociedades será transformada, sendo que novas possibilidades de comunicação da memória como as inscrições e os documentos serão utilizadas. Na Idade Média, a memória sofre grande transformação, passando a servir essencialmente à difusão da doutrina cristã. Na história do ocidente, os livros sagrados insistem na necessidade da lembrança, e o apelo ao dever da recordação justifica o conteúdo das religiões.

A revolução da memória acontecerá com o surgimento da imprensa e a circulação do conhecimento, tendo no alargamento da memória coletiva, papel decisivo o aparecimento das enciclopédias. Após a Revolução Francesa, as Instituições de Memória começam a se expandir. Há a criação dos Arquivos Nacionais, instituições que inauguram uma nova fase na história, disponibilizando ao público documentos da memória nacional. Museus e bibliotecas são criados e abertos para visitação pública. Além das instituições de memória os monumentos ressurgem, incitando o povo a comemorar grandes acontecimentos e feitos históricos. Com a fotografia, o álbum de família se torna uma realidade que dá precisão e verdade visual às imagens do passado. Outros suportes de registro da memória, como moedas e selos, vem integrar-se a práticas sociais de armazenamento e disseminação da memória social.

Depois de 1950, a memória eletrônica, uma das operações fundamentais do computador, traz à cultura e à memória uma nova configuração. A Sociedade do Co-

nhecimento resulta do contexto complexo da nova tecnologia que possibilita a representação da informação em forma digital, rompendo com a continuidade dos vínculos de espaço e tempo. A memória biológica apresenta noções da hereditariedade. Neste novo contexto, surge a tendência de valorização das instituições da memória e da democratização do patrimônio histórico.

Discussões acerca da relação entre lembrança e esquecimento ou sobre a dimensão efêmera da memória também são relevantes, já que a capacidade de esquecer apresenta muitas funções. Serve como referência de tempo, pois as lembranças tendem a se tornar, a partir desse distanciamento, mais difusas, como instrumento de adaptação a novos aprendizados a partir da supressão de antigos padrões, e ainda como forma de aliviar a ansiedade decorrente de experiências dolorosas. Nesse sentido, “a função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável alterado [...] e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo” (STERN, 1957, p. 253 apud BOSI, 2003, p. 68). Assim,

[...] os psicanalistas e os psicólogos insistiram quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual (LE GOFF, 1994, p. 426).

A reconstrução do passado, por mais nítida que pareça uma lembrança, já não é mais a mesma imagem experimentada. Nossa percepção altera-se, surgem diferentes pontos de vista. A experiência da releitura é um exemplo da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também há a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos passados. Posto o limite que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes, que involuntariamente, nos obriga a avaliar, logo, a alterar, o conteúdo das memórias.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir, repensar, com imagens de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi” [...]. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 2003, p. 55).

A associação entre memória e espaço também é possível, uma vez que este pode adquirir características afetivas e mnemônicas. Nesse sentido, Poulet (1992), ao analisar a obra proustiana, em que há um extenso processo de lembrar e representar o passado, reconhece nos personagens uma busca não somente do tempo, mas também do espaço perdido. Assim,

o fenômeno da lembrança proustiana não tem somente por efeito fazer com que o espírito oscile entre duas épocas distintas: força-o a escolher entre lugares mutuamente incompatíveis. A ressurreição do passado, diz Proust, em resumo, força nosso espírito a “trébucher” [tropeçar] entre lugares remotos e lugares presentes [...] (POULET, 1992, p. 16).

Portanto, em Proust, a memória se liga a sensações espaciais, já que durante uma lembrança “[...] jamais um rosto aparece sem que se encontre uma moldura para incluí-lo, para lhe servir de suporte” (POULET, 1992, p. 28). Deste modo, os seres humanos reaparecem em nossas recordações em locais que determinam a perspectiva em que nos é permitido vê-los.

Poulet (1992), a partir da obra de Proust indica a existência da memória involuntária que conservaria as impressões da situação em que foi criada. Assim, lembranças surgiriam segundo motivos diversos, sendo fundamental a relação de semelhança com sensações experienciadas no passado como um perfume, um gosto ou som. Neste processo em que imagens ou percepções afloram é relevante o espaço, contexto repleto de significantes e significados. A memória individual ou coletiva não existe sem referência a um quadro espacial específico, as recordações são conservadas por meio da referência ao meio material que as cercava.

Segundo Le Goff (1994), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]” (p. 476). Nesse sentido, dando sentimento de continuidade e de coerência a uma pessoa ou grupo, a memória pode ser vista como fio condutor para a compreensão da identidade, sendo nesse viés um dos assuntos mais discutidos atualmente. Bauman (2005) apresenta uma análise da sociedade moderna, que no contexto da globalização, tem noções como identidade e pertencimento problematizadas:

Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados. Poucos de nós, se é que alguém, são capazes de evitar a passagem por mais de uma “comunidade de idéias ou princípios”, sejam genuínas ou supostas, bem integradas ou efêmeras, de modo que a maioria tem problemas em resolver a questão da *la mêmète* (a consistência e continuidade da nossa identidade com o passar do tempo) (BAUMAN, 2005, p. 19).

Deste modo, a ideia do estabelecimento de uma identidade nacional é redescoberto como meio de assegurar um rosto à coletividade, face aos desequilíbrios e às velozes e constantes alterações nos quadros sociais. Debates ampliam-se e com eles, a tendência para a valorização do papel das instituições da memória e do patrimônio cultural.

A cultura, vista cada vez mais como uma memória do coletivo, tem na literatura papel privilegiado. Pinto (1998) mostra como a literatura do escritor argentino Jorge Luis Borges, situando algumas características dos cidadãos e de sua pátria, apresenta aspectos de nacionalidade e favorece a produção de uma memória coletiva. Buenos

Aires se torna, nos textos de Borges, uma personagem de destaque entrelaçando ficção, memória e história. Muitos escritores têm, ainda, relatado a íntima relação existente entre suas experiências pessoais e sua produção literária. Deste modo, ressaltam como o processo de criação tem, muitas vezes, como estímulo a memória de uma imagem, de uma cena ou de um perfume. Nesse sentido, Gabriel García Márquez (1993) enfatiza a influência extraliterária que provém de sua identidade cultural e geográfica, do cotidiano de sua infância, dos avós que lhe contavam por meio da tradição oral histórias fantásticas e inusitadas. Assim, seus textos resultariam de histórias ou confidências pessoais codificadas.

O lugar da memória em Machado de Assis

No ensaio *A viravolta machadiana* (2004), Schwarz considera a produção literária de Machado de Assis revolucionária, uma vez que, afastando-se de fórmulas fáceis, romanescas e patriotas, que agradavam ao público leitor do período, oferece à ficção brasileira obras que superavam limitações e inconsistências, apontando para uma verificação satírica de funcionamentos sociais. Deste modo, opondo-se ao ponto de vista que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, Machado de Assis tinha em mente um brasileirismo diferenciado do romântico:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabelecemos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quanto trate de assuntos remotos, no tempo e no espaço (MACHADO DE ASSIS, apud COUTINHO, 2004, p. 2).

Assim, apesar da acusação feita pela crítica de recuar da particularidade brasileira para o universalismo, o autor afirma a correspondência entre seu estilo e as particularidades da sociedade brasileira, escravista e burguesa ao mesmo tempo. O fato de à primeira vista parecer enfatizar o universal, pode ser considerado uma estratégia de embuste, já que não desconsidera o provinciano, nem deixa de lado o objetivo de captar a feição brasileira. Esta ousadia crítica que traz um modo diferenciado de falar do nacional ainda desconcerta, sendo para Schwarz (2004) um dos aspectos que sustenta a importância dos grandes livros machadianos. Os intelectuais brasileiros, sob influência europeia, diziam-se liberais, mas continuavam integrados à sociedade escravista. Percebendo algo profundamente errado, as ideias “fora do lugar” (SCHWARZ, 2000, p. 10), Machado encontrará na ficção espaço para com seu senso crítico e discernimento histórico e social, retratar a sociedade brasileira. Nesse sentido, a produção literária de Machado de Assis é reconhecida como um tratado de memória, em que a sociedade da época é descrita.

Como cronista, Machado de Assis produziu, para diversos jornais, textos em que, além de comentar os mais variados assuntos da vida do Rio de Janeiro e do país, veiculavam reflexões críticas e posicionamentos frente à realidade brasileira em dife-

rentes âmbitos. Deste modo, sua produção literária como um todo favorece a compreensão da identidade nacional, representando suporte de memória e patrimônio cultural.

Uma outra marca da ousadia do autor reside na figura do narrador que transgride os padrões da norma literária oitocentista. Arbitrário, humorístico e agressivo, sujeita os personagens, a própria narrativa e o leitor. Nesse sentido, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880) é, segundo Schwarz (2004), a obra da viravolta machadiana, pois até então o romance de nosso país era narrado por alguém que, aliando-se à campanha pela identidade e cultura nacionais, apresentava a beleza de nossa natureza, a graça das mocinhas e os progressos das cidades. Inconstante e parcial, Brás Cubas, um narrador defunto e, portanto, figura duvidosa, torna-se para a crítica da época a transgressão da sensatez, da verossimilhança, e das continuidades de lugar e tempo: “[...] faltando credibilidade ao narrador, as feições que constantemente ele veste e desveste têm verdade incerta [...]” (SCHWARZ, 2001, p. 23).

A volubilidade que permite a Brás Cubas passar de uma atitude a outra desmoralizando regras e fazendo pouco de conteúdos e formas é, segundo Schwarz (2001), o princípio formal do livro, que reproduz na ficção literária a conduta da classe dominante brasileira. O ritmo da assimilação e da superação das posturas e ideias, a alternância entre o entusiasmo pelas novidades e o tédio em relação ao que foi adquirido, o reconhecimento e banalização dos antagonismos e a volubilidade desrespeitosa constituíam, por assim dizer, a conduta habitual da elite. Deste modo, “[...] a volubilidade de Brás Cubas é um mecanismo narrativo em que está implicada uma problemática nacional. Esta acompanha os passos do livro, que tem nela o seu contexto imediato” (SCHWARZ, 2001, p. 47). Ao assimilar o movimento sinuoso da sociedade e explicitá-lo em sua literatura, Machado de Assis encontra modo particular para combater a prepotência e a irresponsabilidade dos poderosos. Ele apenas recriava a essência da realidade social, realizando uma façanha estética, e proporcionando uma visão mais verdadeira de nós mesmos e a possibilidade de, com isso, ser assumido um compromisso crítico com uma efetiva dignidade humana na nossa sociedade.

Segundo Schwarz (2001), em Machado de Assis não há frase sem segunda intenção ou propósito espirituoso. A escolha de uma técnica narrativa, por exemplo, é um dos aspectos que tem muitas implicações. A presença de um personagem-narrador pode tornar a narrativa desleal. Nos romances e contos do autor, é recorrente a utilização do foco narrativo em primeira pessoa, estratégia para a construção de narrativas ficcionais ambíguas. Teoricamente, o narrador em primeira pessoa perde a onisciência, ou seja, não tem acesso ao estado mental das demais personagens, aos seus sentimentos e às suas percepções. Dessa forma, o leitor vive numa ambiguidade estranha em relação aos acontecimentos, não podendo alcançar a visão objetiva do narrado, mas apenas aquela que faz parte de percepções sob a forma de lembranças.

Nesse sentido, em Machado de Assis, a composição artística passa, por vezes, pelas memórias dos personagens, que se propõem a, por motivos diversos, visitar o passado. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*,

[...] a forma do romance é biográfica, entremeada de digressões e episódios cariocas. Passam diante de nós as estações da vida de um brasileiro rico e desocupado: nascimen-

to, o ambiente da primeira infância, estudos de Direito em Coimbra, amores de diferentes tipos, veleidades literárias, políticas, filosóficas, científicas, e por fim a morte (SCHWARZ, 2001, p. 63).

Melquior (1996) observa entre *Em busca do tempo perdido* (1913) de Proust, e o romance *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis, semelhanças, já que em ambas as obras, as quais considera “impressionistas”, a percepção do tempo e os ritos de memória aparecem como motivos para a produção literária. Há lembrança crítica e uma compreensão do sentido de uma experiência passada. Bentinho afirma a experiência emocional da lembrança que é viva, da saudade do tempo perdido, e da sensação insubstituível do tempo reencontrado. Seu lembrar é uma forma personalizada de contemplação, na qual se encontra a significação profunda do retorno ao relato subjetivo, regido pela consciência do tempo íntimo, que dá o ritmo da narrativa. Assim como na obra proustiana, também é pertinente no romance a associação entre memória e espaço, posto que em suas lembranças o personagem revê rostos e acontecimentos da infância e adolescência inseridos em ambientes. Deste modo, em *Dom Casmurro*, a memória se liga a sensações espaciais.

Em *Memorial de Aires* (1908), único romance do autor em que traços autobiográficos se fazem presentes, Conselheiro Aires, diplomata aposentado que já fora o narrador de *Esau e Jacó* (1904), redige um memorial, abrangendo os anos de 1888 e 1889. No diário íntimo, observa os personagens principais, procurando adivinhar-lhes o íntimo por meio de suposições próprias ou por meio de informações alheias.

No conto “Missa do galo” (1899), o narrador Nogueira traz à memória as lembranças truncadas e confusas de uma noite, que também surge ao leitor envolta em enigmas. A recordação envolve uma conversa tida anos antes, quando o narrador tinha apenas dezessete anos, com uma senhora, Conceição. O tumulto interior do rapaz transparece numa conversa sem sentido, de palavras espaçadas e longos silêncios, que para ele sugere um grande jogo de sedução. Captando os pequenos gestos e os movimentos mais sutis da personagem, fica o questionamento: “É se a memória mais não fosse que um produto da imaginação?” (BRETON, CARNETS, 1822 apud LE GOFF, 1994, p. 471). Em “Uns braços”, Machado de Assis põe em cena as memórias de Inácio, também atraído em sua sensualidade nascente por uma senhora, Severina. Em sua narrativa, vê-se num remoto palco da memória, mas mergulhado na penumbra, já que em alguns trechos do conto não são claros os limites entre realidade e sonho. Assim, em ambos os contos, durante o mecanismo de recuperação de informações, surgem o esquecimento e a hesitação, o que pode ter como causa um fator repressivo de caráter inconsciente, como sugerem psicanalistas e psicólogos.

Vale ressaltar que estudiosos do fenômeno da memória têm indicado a dificuldade de se reconstruir o passado, já que o distanciamento em relação aos fatos altera percepções e sentimentos, fazendo com que lembrar não seja reviver, mas de uma nova perspectiva repensar acontecimentos. Assim, é permitido ao leitor duvidar das narrativas de personagens como Bentinho, Nogueira ou Inácio, que resultam em diferentes significações e na grande literatura de Machado de Assis.

“O lapso”, de Machado de Assis

O conto “O lapso” foi publicado inicialmente na *Gazeta de Notícias* em abril de 1883, sendo no ano seguinte editado na coletânea *Histórias sem data*. O texto partilha com “O alienista” (1881) o motivo da ciência, e parecem ambos resultar de reflexões suscitadas por leituras de cunho psiquiátrico, publicações do cientificismo positivista do século XIX. Uma visita ao acervo restante da biblioteca de Machado de Assis confirma o interesse do autor por novidades trazidas ao domínio do conhecimento por pesquisadores das ciências naturais. De acordo com Barbieri (2001), encontram-se em seu acervo, hoje localizado na Academia Brasileira de Letras (ABL), os títulos: *Le Philosophie de l'inconsciente*, de Édouard von Hartmann, 1877; *Prolégomènes à la psychogénie moderne*, de Pierre Siciliani, 1880; *L'Homme selon la science* e *La vie psychique des bêtes*, ambos de autoria do Dr. Louis Büchner, editados em 1881; *Les maladies de la mémoire*, de Théodule Ribot, 1881; e *Physiographie*, de Th. H. Huxley, 1882. Segundo o pesquisador, apesar de escassa, a relação de obras decepciona pela ausência de nomes importantes, considerados como referência para a constituição da psiquiatria. Entretanto, a autenticidade do acervo é problemática, uma vez que, até sua doação para a ABL, é reconhecido que obras se perderam e que outras podem ter sido acrescentadas pelos herdeiros. Em “O lapso”, por exemplo, encontra-se uma citação literal de um texto não encontrado na biblioteca de Machado de Assis.

Vale lembrar que Vianna (2001) reconhece não ser uma prática comum a Machado de Assis fazer considerações nas margens dos textos lidos. No entanto, verifica que a prática de marcação de leitura pode ser observada em mais de 10% da coleção. Nesse sentido, encontra-se assinalado em Ribot (1881), página 7, o capítulo “A memória como fato biológico” e as páginas 74 e 75, do capítulo “A amnésia geral” são marcadas com fita de leitura. Torna-se ainda relevante a observação de que dois dos volumes citados anteriormente por apresentarem estudos relativos à Psicologia e Psiquiatria, destacam-se por terem sido muito manuseados pelo autor. São eles: *Le Philosophie de l'inconsciente* (1877), de Hartmann e o de Th. H. Huxley, *Physiographie*.

Segundo Barbieri (2001), a leitura de Siciliani (1880) explicita desde seu primeiro parágrafo a importância da Psicologia, uma ciência que surgia como o fundamento de todo o saber filosófico positivo, resultante do cientificismo do período. A produção literária de Machado retrata possíveis influências de tais estudos e saberes: personagens como Simão Bacamarte, de “O alienista”, Alferes Jacobina, de “O espelho”, Quincas Borba, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, e o Dr. Jeremias Halma, de “O lapso”, são exemplos de caricaturas das ambições cientificistas daquele contexto.

Em franca oposição ao que pregava a retórica otimista da época, a mordacidade crítica do narrador machadiano desmonta o aparato de verdades científicas que as mascaravam e abala no leitor os fundamentos de certezas em que assentavam o valor gnoseológico e a eficácia positiva que elas prometiam (BARBIERI, 2001, p. 338).

Luria (1999) apresenta um caso científico, mas com tratamento literário, de um homem com uma ampla memória ou hipermnésia. Enquanto para a maioria das pesso-

as lembrar-se de algo pode se configurar como problema, para este homem dono de uma memória sem limites o problema residia em esquecer. Por outro lado, a análise do conto “O lapso” evidencia um caso curioso de esquecimento. Tomé Gonçalves, completamente esquecido de pagar aos seus devedores, terá diagnosticada pelo médico Jeremias Halma, não uma falha moral, mas uma doença: o lapso de memória.

Ao consultar os volumes da biblioteca do autor em busca de fontes de interlocução com a ficção machadiana, Barbieri (2001) irá encontrar em *Les maladies de la mémoire* (1881) discussões que parecem servir como fundamento para a produção do conto em questão. Na obra, Ribot desenvolve uma teoria acerca das falhas parciais de memória, defendendo a existência de um parcelamento de funções, e não de uma faculdade unitária. Nessa perspectiva, seria aceitável que uma função desaparecesse enquanto outras atividades mnemônicas continuassem inalteradas. Faltando-lhe estudos sistêmicos acerca da estrutura e funcionamento da linguagem, o autor se limita a apresentar a origem e evolução de alguns casos.

Podem ser verificadas semelhanças entre este texto científico publicado em 1881 e o conto de Machado de Assis, veiculado em 1883. Assim, de acordo com as conclusões a que chega Barbieri (2001), a terminologia científica de Ribot aplica-se ao personagem Tomé Gonçalves, que sofria de uma “desordem da memória”, definida como “uma forma de amnésia parcial”, que se manifesta por meio do sintoma da afasia, podendo esta ser permanente ou transitória. Felizmente, o Dr. Jeremias Halma irá diagnosticar a enfermidade de Tomé Gonçalves como curável.

Tendo como referência a forma retórica do discurso da ciência, Machado de Assis, leitor de Ribot (1881), parece realizar uma paródia da argumentação médica. Deste modo, um exemplo de lapso de memória, apresentado em *Les maladies de la mémoire*, o de um homem que não reconhecendo sua mulher, dizia-lhe que precisava ir para junto da esposa e dos filhos, ganha uma nova configuração no conto. Dr. Jeremias, ao tentar convencer dois credores da eficácia do tratamento que poderia oferecer, conta-lhes como curou uma senhora que havia perdido a noção do marido: “[...] a princípio confundia o marido com um licenciado Matias, alto e fino, quando o marido era grosso e baixo; depois com um capitão, D. Hermógenes, e, no tempo em que comecei a tratá-la, com um clérigo. Em três meses ficou boa” (ASSIS, 1975, p. 71). Assim, Barbieri (2001) conclui que

enquanto a exposição do psicólogo apresenta-se com gravidade de quem pretende ter alcançado uma nova verdade científica, e para enunciá-la, necessita elaborar um discurso coeso e convincente, a narrativa do ficcionista desmascara, sob a aparência de falsa seriedade, a inconsistência da construção monolítica e presunçosa (p. 343).

Torna-se evidente o tom de anedota e crítica da narrativa. Na epígrafe do conto, encontra-se um trecho bíblico do livro do profeta Jeremias: “E vieram todos os oficiais... e o resto do povo, desde o pequeno até ao grande. E disseram ao profeta Jeremias: Seja aceita a nossa súplica na tua presença” (XLII; 1-2). Com alguns cortes, Machado de Assis adequou o trecho ao contexto satírico do conto, em que o cientista-psiquiatra e o profeta bíblico têm o mesmo nome. O Dr. Jeremias Halma passa a ser

visto como um profeta da psicanálise, ou como um profeta da alma, uma alusão ao seu sobrenome. O médico foi descrito como um homem que

viajara muito, sabia toda a química do tempo, e mais alguma; falava correntemente cinco ou seis línguas vivas e duas mortas. Era tão universal e inventivo, que dotou a poesia malaia com um novo metro, e engendrou uma teoria da formação dos diamantes. Não conto os melhoramentos terapêuticos e outras muitas coisas, que o recomendam à nossa admiração. Tudo isso, sem ser casmurro, nem orgulhoso (ASSIS, 1975, p. 66).

Machado de Assis apresenta o cientista de modo irônico. Assim como o Dr. Simão Bacamarte, de “O alienista” (1881), o personagem Jeremias é visto com o respeito de sua autoridade médica. Entretanto, donos de tantos saberes, ambos saem da Europa, morrendo na obscuridade das terras brasileiras. Nos dois casos o cientista é vítima de sua ciência, já que Simão Bacamarte acaba internando-se como o verdadeiro demente, e Jeremias Halma é o único a não alcançar pagamento, nem de Tomé Gonçalves nem de nenhum de seus credores.

O tratamento aplicado pelo médico contempla dois procedimentos: a prescrição de um remédio milagroso que restaura na mente o campo semântico danificado e o exercício da contemplação dos gestos esquecidos, por isso “o médico levava o doente às lojas de sapatos, para assistir à compra e venda da mercadoria, e ver uma e muitas vezes a ação de pagar” (ASSIS, 1975, p. 73). Curando Tomé Gonçalves, Jeremias restabelece a tranquilidade social, mas é inevitável a indagação quanto à validade do procedimento que continua a resultar em débito. Deste modo, Machado de Assis evidencia, no conto, o questionamento da ciência e de seu agente, dando voz cômica à racionalidade científica. O médico, que ocupa na sociedade papel de respeito, possuindo credibilidade frente à ingenuidade das pessoas, é ironicamente comparado ao profeta, apresentando um discurso que é visto, naquele período, como a verdade incontestável e eterna da ciência. A observação das relações sociais também explicita a posição do personagem Tomé Gonçalves, que, além de abastado, ocupava o cargo de vereador, o que justifica o cuidado com que seus credores continuam a tratá-lo. O medo de um desentendimento com uma pessoa tão importante impede as cobranças e aponta comportamentos e perfis que definem as diferentes classes.

Portanto, além da forte relação apresentada entre Literatura e estudos científicos da memória, aparecem no decorrer da narrativa de “O lapso” (1883), retratos sociais e várias localizações precisas de lugares, além de alusões aos costumes e à situação político-administrativa. Assim, pode-se afirmar que a paisagem urbana e social do Rio de Janeiro do século XIX constituíram forte inspiração para a escrita machadiana, sendo que muito do imaginário da época pode ser captado por meio de sua produção.

Considerações Finais

Ao intencional reflexões sobre o lugar da memória na produção literária de Machado de Assis e suas implicações, fez-se necessário considerá-la na interação entre múltiplas áreas do conhecimento. A partir do entendimento da Literatura como uma

manifestação cultural e “memorial” das práticas sociais de transmissão da memória coletiva, a narrativa ficcional do autor foi reconhecida, neste estudo, como legado de memória nacional. Ao retratar de forma crítica, em romances, contos e crônicas o cotidiano do Rio de Janeiro e da sociedade brasileira, Machado reproduz a história de um período, cuja compreensão favorece reflexões acerca da identidade de nosso país.

Foi observada, ainda, a recorrência de produções que se configuram como memórias de um narrador-personagem, que se propõe à reconstrução de seu passado. A utilização deste recurso possibilita a composição de narrativas ambíguas e com efeitos de sentido diversos. Nesse sentido, o leitor precisa desconfiar dos fatos tal como são apresentados, já que contempla apenas um ponto de vista, o do narrador. Também deve ser considerado o distanciamento temporal diante das recordações, pessoas e lugares, o que comprovadamente tende a provocar mudanças significativas na memória afetiva e no passado de um modo geral.

A observação dos livros que compõem a biblioteca de Machado de Assis revelou o interesse do autor por questões da ciência de seu tempo, o que leva a sua crítica a apontar possíveis influências em sua literatura da Psicologia e da Psiquiatria. Deste modo, no conto analisado, “O lapso” (1883), encontram-se importantes noções acerca dos estudos científicos da memória, mesmo que no texto o tema possa ser apenas um pretexto para ironias e reflexões acerca da ciência positivista e dos comportamentos sociais.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Machado de. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- BAEZ, Fernando. *História universal da destruição de livros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOSI, Éclea. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BARBIERI, Ivo. O “lapso” ou uma psicoterapia de humor, in: JOBIM, José Carlos (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001, p. 335-347.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- LURIA, Aleksandr Romanovich. *A mente e a memória: um pequeno livro sobre uma vasta memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MELQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cheiro de Goiaba*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PINTO, Julio Pimentel. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998. 333p.

POULET, Georges. *O Espaço proustiano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2000.

_____. "A viravolta machadiana", in: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, domingo, 23 de maio de 2004, p. 9-11.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2001.

VIANNA, Glória. Revendo a biblioteca de Machado de Assis, in: JOBIM, José Carlos (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001, p. 99-274.

A relação entre criança/língua/escrita: uma leitura numa perspectiva interacionista

HELENA MARIA FERREIRA

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pelo LAEL/PUC-SP.

Professora da Universidade Federal de Lavras.

Resumo: O presente artigo se ocupa da articulação entre criança e língua/escrita. Nesse sentido, apresenta uma visão geral do campo de Aquisição da Linguagem, de conotação interacionista, em que a relação criança/ língua/ fala/ escrita é eleita como solo de sustentação teórica. O estudo, constituído de uma pesquisa bibliográfica, é ilustrado com exemplificações retiradas de autores que se ocuparam da escrita infantil. A partir do trabalho empreendido, foi possível apresentar as principais contribuições que o Interacionismo trouxe para a compreensão da aquisição da fala e da escrita.

Palavras-chave: Interacionismo; aquisição da linguagem; fala; escrita.

Abstract: The present paper analyzes the articulation between child and language/ writing. This way, it presents a general vision of the field of Language Acquisition, considering an interacionist implication, in which the relation child/ language/ speech/ writing is elected as a theoretical base. The study, constituted of a bibliographical research, is illustrated with examples taken from authors who dealt with child writing. From this work on, it was possible to present the main contributions the Interacionism brought for the understating of speech and writing acquisition.

Keywords: Interacionism; language acquisition; speech; writing.

Introdução

A bifurcação da Linguística em dois braços distintos e com tarefas distintas, sugerida por Saussure, parece ter sido tacitamente aceita pelos pesquisadores. De um lado, há aqueles que, como Saussure e Chomsky, voltaram-se para a *língua* e outros, aliás a grande maioria, que tratam de questões deixadas à margem da ciência da linguagem. Nesse rol estão disciplinas interessadas na significação, na interação, na comunicação, na mudança – enfim, disciplinas interessadas em questões ligadas à fala e ao falante. Importa dizer que, na proliferação de pesquisas sobre o uso, têm sido invocados campos outros como a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia, e anuladas têm sido as considerações sobre a ordem própria/interna da língua, que é fundante da Ciência da Linguagem¹.

¹ Agradeço a Dra. Maria Francisca Lier-DeVitto, minha orientadora do Doutorado, pelas importantes sinalizações feitas durante a elaboração deste texto.

A inexistência de diálogo teórico (LIER-DEVITTO, 1994, 1995, 1999) entre a Linguística da Língua e a abordagem da fala tem consequências. Uma delas é a de que, nos estudos centrados na língua, a fala perde espessura como ocorrência (fala de um falante no tempo e no espaço: MILNER, 1978) e adquire o estatuto de *exemplo* de uma proposição empírica ou de uma regra – a fala é, assim, “dado”, lugar de refutabilidade. Quer dizer, exemplos e contra-exemplos têm a função de confirmar/infirmar uma hipótese sobre propriedades da língua, a elas se referindo, e não ao falante. Com isso, apaga-se o falante (De LEMOS, 2003, LIER-DEVITTO, 2004, CARVALHO, 2004).

Nos estudos sobre a fala, é certo, introduz-se o falante, mas a relação entre fala e falante se realiza, via de regra, pelo viés da assunção de que a *fala é expressão da intenção ou de conhecimento do falante* num contexto específico – aqui, perde-se de vista a língua. Também, para abordar a fala, arregimentam-se gramáticas particulares com vistas à descrição de uma língua, mas, paradoxalmente, nesse passo, o falante desaparece, e por isso, resta a fala como “dado”. Não é preciso dizer que, nas projeções da gramática sobre a fala, há apagamento do irregular (De LEMOS, 1982; CARVALHO, 1995; FIGUEIRA, 1995, 2006; ARANTES, 1994; 2001, LIER-DEVITTO, 1998 e outros); “irregular” que está na *fala como ocorrência*. Com efeito, a heterogeneidade e a assistemática, que caracterizam a fala-ocorrência, fazem duvidar do sucesso da intencionalidade e do conhecimento supostos ao sujeito-falante.

O passo teórico essencial do Interacionismo² corresponde à inclusão do irregular, do assistemático na teorização. Isso porque é a “fala ocorrência” que interroga o Interacionismo. Mais ainda, o funcionamento da língua que ali comparece como *alteridade radical* em relação ao falante para explicar os acontecimentos irregulares. Da articulação língua-fala decorre uma das questões teóricas mais importantes desta proposta: a problematização do sujeito-falante. De fato, reconhecer a ordem própria da língua (suas operações internas, que independentes do controle do sujeito-falante) leva ao abandono da hipótese de sujeito epistêmico. De fato, interroga-se a suposição de uma percepção e de uma cognição que governem a relação do sujeito com a linguagem (ANDRADE, 2003). Sob a ótica do sujeito epistêmico, a linguagem fica reduzida a veículo expressivo/comunicativo dessa subjetividade em controle de si mesma e da linguagem.

Nesse sentido, a interrogação sobre o sujeito levantada pelo Interacionismo está em harmonia com a Linguística Científica que, como se sabe, expulsa o sujeito epistêmico/psicológico do coração da língua (De LEMOS, 2002). Contudo, se essa exclusão não trouxe constrangimentos teóricos à Linguística Científica, ela é impraticável para uma Linguística que busque relacionar língua e fala-ocorrência em termos teóricos porque, para dar consistência à articulação língua-fala e responder pela natureza da própria

² O Interacionismo em Aquisição da Linguagem difere das vertentes psicológicas também nomeadas “interacionismo”. Ele foi proposto por Cláudia Lemos e desenvolvido, também, por pesquisadores envolvidos com esta reflexão (Maria Fausta Pereira de Castro; Rosa Attié Figueira, Maria Francisca Lier-DeVitto; Glória Monteiro de Carvalho; Sônia Borges), e depois destes, vários outros pesquisadores têm se envolvido com esta teorização, ligando-se aos Projetos de Pesquisa da “Aquisição da Linguagem” do IEL-UNICAMP e ao de “Aquisição, patologias e clínica de linguagem”, do LAEL-PUCSP. Esta proposta teórica opõe-se às visões empiristas, inspiradas na Psicologia, e ao inatismo de Chomsky.

fala, deve-se incluir o falante na reflexão, levando em conta as restrições que a língua impõe. É nessa direção que o presente estudo pretende incidir, qual seja, na discussão acerca da articulação de elementos que, muitas vezes, são tratados de modo isolado. Espera-se com essa discussão demonstrar as sinalizações apontadas pelo Interacionismo (ligado à Aquisição da Linguagem), no que diz respeito às posições assumidas pela criança na aquisição da fala e da escrita.

A criança e a linguagem no interacionismo

Abordar o Interacionismo implica mostrar suas especificidades, já que este rótulo abriga tendências teóricas bastantes diversas e divergentes (PEREIRA DE CASTRO; FIGUEIRA, 2006; LIER-DEVITTO; CARVALHO, 2008). Pode-se iniciar destacando uma diferença fundamental deste interacionismo em relação a qualquer outro. Ela diz respeito ao privilégio atribuído ao *outro* como falante – daí, a importância do diálogo nesta vertente teórica (e não da interação social). Entende-se porque De Lemos sente como impróprio o título “interacionismo” para nomear sua proposta (De LEMOS, 1998b). Essa particularidade instaura uma direção inusitada para as pesquisas que se ocupem da investigação acerca da criança e da linguagem.

Esta linha de trabalho questiona a epistemologia dualista sujeito-objeto que assenta a criança (o sujeito) de um lado e a linguagem do outro (o objeto a conhecer) e que aposta, portanto, na apropriação gradual da linguagem pela criança. Tal epistemologia instaura e fixa o ideal desenvolvimentista da Psicologia. Vale dizer, aqui, ser este Interacionismo comprometido com a Linguística e, por razões teóricas que esse compromisso demanda, com a hipótese do inconsciente (da Psicanálise). Nessa direção, De Lemos (2006) sustenta que a linguagem *não é* um objeto de conhecimento como outro qualquer. A linguagem não pode, diz a autora, ser apropriada aos pedaços; ela não é “um objeto que pode ser parcelado e que pode ser apre(e)ndido de forma sequencial”³.

No texto “Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original” (1982), um dos textos inaugurais da proposta, De Lemos abre reflexão, que coloca em destaque *a fala da criança*. Essa pontuação interessa e muito porque diz respeito a uma recusa à aplicação de categorias gramaticais na descrição de produções infantis. A pesquisadora assume que elas não têm estatuto de conhecimento gramatical, que são fragmentos de enunciados do outro: incorporações sem análise (e, portanto, não são índices de conhecimento adquirido). De Lemos (2002) foi afetada (interrogada) pelo caráter fragmentário, heterogêneo e singular da fala da criança e constatou que uma análise gramatical/categorial, pautada em instrumentais da Linguística (tradicionalmente utilizados nas pesquisas da área de Aquisição da Linguagem) anula a especificidade dessa fala. Dito de outro modo, o procedimento de reduzi-la, encaixá-la em categorias existentes, leva, segundo a autora, à desconsideração das irregularidades, da heterogeneidade própria da fala infantil. Enfim, leva a um descompromisso com a fala de crianças – precisamente, o fenômeno de que se quer aproximar. Assim, a partir dessa postura crítica,

³ Para maior aprofundamento dessa questão, recomendo a leitura de De Lemos, “Uma crítica (radical) à noção de desenvolvimento na Aquisição da Linguagem” (1998 [2006]).

De Lemos (1982) sustentará que a fala da criança é indeterminada do ponto de vista categorial e dependente do diálogo, isto é, da fala do outro.

É preciso assinalar que essa perspectiva interacionista passou por transformações, por reformulações, que partiram do compromisso com a fala de crianças e conduziram a um aprofundamento teórico substancial, que imprimiram maior solidez argumentativa e metodológica à proposta. Essa trajetória é dividida por De Lemos em três tempos.

No primeiro tempo, ao lado da forte oposição crítica à Psicologia (à noção de apropriação da linguagem de forma ativa e gradual pela criança) e à aplicação da Linguística (de seus instrumentos categoriais), destaca-se a apresentação de uma “meta-linguagem alternativa” (De LEMOS, 1982), quais sejam, *os processos dialógicos*:

1. **especularidade** ou incorporação pela criança de parte ou de todo o enunciado do adulto (assim como pela incorporação da fala da criança no enunciado do adulto).

(Depois do almoço; criança (C.) sentada no cadeirão, ao lado da mãe,(M.))

M.: Cê qué descer?

C: qué

M.: Você qué decê?

C.: decê (Luciano 1;7) (De LEMOS, 1982)

2. **complementaridade** ou resposta da criança a um enunciado imediatamente anterior do adulto. Ela pode ser inter-turnos (resposta a um enunciado anterior) ou intra-turnos (incorporação de parte do enunciado anterior do adulto com uma complementação da própria criança).

No meio de uma sessão, Adam podia, de repente, arregalar os olhos e brindar-me com diálogos inesperados. Numa ocasião, Adam apenas afirmou ter um relógio, sendo que, na verdade, ele não tinha nenhum e além do mais não sabia ler as horas.

Me: I thought you said you had a watch.

Adam: I do have one (with offended dignity). What do you think I am, a no boy with no watch?

Me: What kind of a boy?

Adam: (Enunciating it very clearly) A no boy with no watch.

(BELLUGI in KESSEL, 1982 in De LEMOS, 2006)

3. **reciprocidade** ou instanciação do diálogo pela criança, que colocaria o adulto na posição que antes lhe era exclusiva.

Uma amiga da mãe (T.) da criança (V.) traçou no chão um jogo de amarelinha com um quadro a menos, para (V.) e sua mãe brincarem.

V.: Quase que você não fez a amarelinha.

T.: O que, Verrô?

V.: Faz tempo que você não fez a amarelinha sua.

T.: O que Verrô? Eu não entendi.

V.: Está faltando quadro na amarelinha sua.

(Verônica 4: 0.8) (in De LEMOS, 2006).

Importa assinalar que *especularidade* e *complementaridade* se transformaram em instrumentos descritivos eficazes. Eles permitiam apreender um movimento de mudança na fala de crianças. Já a reciprocidade, o menos linguístico dos processos⁴, já que remetia à “assunção de papéis”, não rendeu nesta proposta, comprometida, como disse acima, com a linguagem, a fala, com o diálogo. Fato é que a especularidade levantou uma “interrogação sobre o sujeito” (cf. M.T. LEMOS, 2002; cf. FONSECA, 2005) – ela evidenciava não um conhecimento, mas a *alienação* da criança à fala do outro (M.T. LEMOS, 2002).

Interessa dizer que os processos dialógicos constituíram um “novo olhar” para a fala da criança, ou, como disse Carvalho (1995, 2005, 2006), um novo investigador. No entanto, os processos dialógicos, apesar de sua “eficácia empírica”, não tinham força teórica suficiente para explicar as mudanças na fala de crianças – para esclarecer, por exemplo, o aparecimento de erros e de outras ocorrências intrigantes. De Lemos, frente à constatação dessa ineficácia explicativa, abandona os processos dialógicos como instrumentos descritivos, mas não os resultados ou efeitos teóricos por eles produzidos. Em 1992a, ela entende que *processos linguísticos* deveriam explicar as mudanças na trajetória da criança na linguagem.

Nesse segundo tempo, De Lemos aproxima-se da obra de Saussure (1916) e dá *reconhecimento à ordem própria da língua* – a língua (*la langue*) não pode ser considerada objeto do conhecimento, afirma ela com Saussure, na medida em que “não está completa em nenhum [indivíduo]... ” (SAUSSURE *apud* De LEMOS, 2002, p. 21). Na busca de coerência teórica e movida pelo desejo de ir além da mera descrição de falas infantis, De Lemos (1992a) procura uma explicação, como disse acima. Será de Jakobson (1960) que ela recolherá os *processos metafórico e metonímico* que, segundo Milner (1987), correspondem a *leis de composição interna da linguagem*⁵. Note-se: esses processos implicam a ordem da língua na fala e o submetimento da criança a essa ordem (da criança ou de qualquer outro falante)⁶. Cabe assinalar, ainda, que a introdução da língua (*la langue*) corresponde à inclusão de um terceiro elemento entre a criança e a fala do outro. Deslocou-se, portanto, da esfera da epistemologia sujeito-objeto.

O Interacionismo, filiando-se às reflexões sobre a Linguística como ciência e reconhecendo a *língua* como objeto da Linguística, propõe que a aquisição da linguagem seja pensada como mudança de relação criança-língua. Note-se que esta proposta adquire um sentido particular, qual seja, o de *interação/relação da criança com a língua/fala*.

⁴ Afirmação de De Lemos, em várias ocasiões, e discussão por M.T. Lemos (2002).

⁵ Faz-se remissão a Jakobson (1960), no artigo Linguística e Poética (in: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, [1960]; 1989), ele, a partir da introdução do mecanismo de “projeção” de um eixo sobre o outro, ilumina o movimento da língua na fala e explicita o modo de composição e articulação da linguagem. Foi inspirada nesse Jakobson, que Lier-DeVitto (1998) pôde apreender o paralelismo nos monólogos do berço. Embora não sendo poesia, neles predominava a função poética em que o eixo metafórico se projeta sobre o metonímico.

⁶ Recomenda-se a leitura de Andrade (2003), capítulo 3, “Interacionismo: a fala da criança”.

O outro é ressignificado, como dito acima, como “instância do funcionamento da língua” (De LEMOS, 1992a), ou seja, como “falante” (e não como *socius*) já que importa a sua fala e o fato de que nela a língua se movimenta (LIER-DEVITTO, 1998). No que concerne à criança, ela é vista como *corpo pulsional* – um corpo-falado/falante, capturado pela língua (*parlêtre*, nos termos de Lacan). Note-se que não se supõe à criança nem um saber inato nem uma condição perceptual ou cognitiva prévias que governem seu acesso à linguagem. Toma-se, assim, distância tanto do indivíduo da espécie (do inatismo), quanto do sujeito epistêmico/psicológico (da Psicologia) que pode se apropriar da linguagem como objeto de conhecimento.

Em face do exposto, pode-se considerar que o Interacionismo teve como ponto de partida o reconhecimento empírico do retorno, nos enunciados da criança, de fragmentos da fala de seu interlocutor. Contudo, mais do que atestar empiricamente esse acontecimento, pôde-se retirar daí a consequência teórica da impossibilidade de atribuir aos fragmentos, incorporados pela criança, o estatuto de instanciação de um conhecimento da língua. Impossibilidade, esta, sustentada, também pelos erros, que foram interpretados como resultado de cruzamentos da fala do outro nos enunciados da criança (De LEMOS, 1982; FIGUEIRA, 1985 e outros; PEREIRA DE CASTRO, 1992; PERRONI, 1992; LIER-DEVITTO, 1998). Os erros, deve-se assinalar, marcam tanto um distanciamento em relação à fala do outro, quanto da criança em relação à própria fala, ou seja, marcam a impossibilidade da criança de reconhecer a diferença entre a sua fala e a fala de seu interlocutor adulto. Dito de outro modo, a criança não tem escuta para sua fala.

Da inclusão do erro como problema teórico, o Interacionismo põe em xeque, ao mesmo tempo, a percepção (da) e o conhecimento sobre a língua. Sustenta-se, desde a aproximação a Saussure e ao estruturalismo europeu, que a criança é *capturada pela língua*. Pode-se dizer, com De Lemos (2002), que da conjunção dos argumentos teóricos e empíricos, acima explicitados, emergiu a proposta de que as mudanças, que qualificam a trajetória da criança de *infans* a sujeito-falante, são *mudanças de posição relativamente à fala do outro, à língua e em relação à sua própria fala* (De LEMOS, 1998b).

Foi num terceiro tempo que esta mudança pôde ser definida como estrutural, no sentido de *não há superação de nenhuma das três posições*, mas relações e operações que se manifestam como predominantes. Assim, na primeira posição, predomina a fala do outro na fala da criança (incorporação de fragmentos), na segunda posição, predomina o funcionamento da língua na fala da criança (presença de erros) e, na terceira posição, predomina a relação do sujeito com sua própria fala (reformulações-autocorreções). É na terceira posição que a criança, como falante, se divide entre aquele que fala e aquele que escuta sua própria fala. Como diz De Lemos, ela é dividida entre a “instância subjetiva que fala” e a “instância subjetiva que escuta” (De LEMOS, 1998b).

Vale enfatizar que a explicação das mudanças de posição do sujeito na estrutura implica o funcionamento da língua. Elas são apreendidas como efeitos dos processos metafóricos e metonímicos (De LEMOS 1992a, 1998b). São eles que regem a relação dos enunciados da criança com o enunciado do outro (na primeira posição), as relações entre enunciados (na segunda posição) e as relações entre fala e escuta (na terceira posição). Note-se que não está em causa, nessa proposta, um sujeito epistêmico, uma vez que são processos da língua que governam as mudanças de posição, que governam

a estruturação do sujeito como falante. Nesse sentido é que se entende o alcance do termo “captura”.

Diante do exposto, pode-se falar de *mudança de posição em uma estrutura* e tomar distância dos aportes desenvolvimentistas. Reitera-se: não há superação de nenhuma delas, “mas uma relação que se manifesta, na *primeira posição*, pela dominância da fala do outro, na *segunda posição*, pela dominância do funcionamento da língua e, na *terceira posição*, pela dominância da relação do sujeito com sua própria fala” (De LEMOS, 2002, p. 56).

Isso significa, a despeito do caráter fragmentado dos enunciados cronologicamente iniciais e de sua dependência da fala/interpretação do outro, que fragmentação e dependência não implicam um “antes na língua” nem uma assimilação do tipo reprodutivo relativamente aos enunciados do outro. Isto é, há desde sempre uma língua em funcionamento, o que determinaria um processo de subjetivação, o qual, por sua vez, impede que se pense em termos de uma coincidência entre a fala da criança e a do outro. (p. 57) A criança enquanto sujeito falante não emerge apenas na relação entre a sua fala e a fala do outro, mas no intervalo entre os significantes que metaforicamente se substituem tanto no erro quanto nas seqüências paralelísticas (*op. cit.*, pp. 60-61).

Dada a especificidade da trajetória do Interacionismo, pode-se dizer que foi o enfrentamento daquilo que é insólito na fala da criança que impulsionou as mudanças na teorização e que pressionou esta proposta na direção da Psicanálise. Pode-se apreender tal aproximação quando se lê que, na primeira posição, a criança é “falada pelo outro”, ou seja, *alienada* a essa fala; que, na segunda posição, ela está *alienada à língua* e que, na terceira posição, emerge a escuta para a fala. Dito de outro modo, aparece criança que fica no intervalo entre fala e escuta. Pode-se reconhecer a presença da Psicanálise, também no termo “captura”, que afasta a ideia de apreensão perceptual e cognitiva da linguagem – a rigor a criança é que é “objeto da linguagem”. Por aí, compreende-se melhor a afirmação que a criança é concebida como “corpo pulsional” (distinto e disjunto do corpo-organismo), já que corpo interpretado pela linguagem.

De fato, como afirma De Lemos, a assunção deste ponto de vista sobre o sujeito permitiu esclarecer a natureza imprevisível e singular da fala da criança, embora haja zonas privilegiadas de erros⁷. Não higienizar os erros, mas privilegiá-los, fez do Interacionismo uma proposta singular no campo da Aquisição da Linguagem. Para Veras, “a fala da criança é um desafio para [o trabalho de] Cláudia de Lemos; mais que um desafio [...] é aquilo que o causa” (2000, p. 122).

Os erros introduzem, de fato, uma dessimetria no ideal de corpo da língua constituída – o movimento da língua pode levar ao não-sentido e ao equívoco. Vê-se que a ordem própria da língua é implicada na explicação dos erros – “é força perene e universal” (SAUSSURE, [1916], 1995, p. 13), força que não cessa e que não é afetada por contingências históricas, sociais ou psicológicas. Quer dizer, em se tratando de lingua-

⁷ A pesquisadora refere-se a erros tais como de gênero (FIGUEIRA, 2005), argumentação e negação (PEREIRA DE CASTRO, 2002), pronomes pessoais (de LEMOS, 2004), flexões verbais (FIGUEIRA, 2000), discurso direto e indireto (De LEMOS, 1992b e 2002).

gem (oral ou escrita) essa força estará em operação. Essa força “faz relações” – esse é seu destino. Por isso é que, como disse Normand, “a língua passa seu tempo a interpretar e a decompor... essa é sua carreira” (*apud* ANDRADE, 2003, p. 70) – “uma carreira” que pode (ou não) ser restringida pelo falante quando ele está em posição de dizer “sim” ou “não” à interpelação para compor seus enunciados (LIER-DeVITTO; FONSECA, 1997). No caso da segunda posição, a criança não está nessa condição – ela não tem escuta para os erros. É certo que não é qualquer coisa que aparece num enunciado, já que o que nele emerge e que o compõe está relacionado à singularidade das vivências daquele que fala. Contudo, um falante nem sempre está “no intervalo dos significantes” e, se não está, impera uma certa desordem – impera a língua, um saber que não é nem o saber do falante, nem o do linguista.

Note-se uma referência à questão do “saber”. Ao tocá-lo, implica-se a ordem própria da língua e, ao fazê-lo, admite-se que há um saber da língua irredutível quer ao significado, quer à matéria fônica ou gráfica (ele é pura força associativa). A aposta na ordem própria da língua implica, de fato, sustentar que não é o conhecimento individual ou da espécie que movimenta seu funcionamento, mas um saber da língua em que o indivíduo falante não intervém, nem com vontade, nem com sua consciência. (cf. De LEMOS, 1995, p. 241). Distingue-se, desse modo, saber de conhecimento (cognição). Como assinalou também Lier-DeVitto, considerar a ordem própria da língua significa partir do pressuposto de que “a linguagem não pode ser explicada por uma ordem social, nem psicológica, nem orgânica; embora as manifestações de fala/discurso possam ser afetadas por esses domínios” (LIER-DeVITTO, 2006, p. 1).

Em aula proferida em 1991, De Lemos aborda a problemática do *saber* assinalando que, “saber”, no que diz respeito à linguagem é “algo estranho” (1991, p. 6). Isso porque falar uma língua é saber essa língua... e, pergunta ela, “se a linguagem já nos põe em movimento, já funciona em nós através dessa língua que se sabe, o que há ainda a saber?” (*op. cit.*). Pode-se dizer que não há nada mais a saber para o falante. Contudo, é um falante que “quer saber mais” – trata-se do linguista que visa a um saber sobre a linguagem. É por essa razão que, muito frequentemente, confunde-se “saber a língua” com “saber sobre a língua”, diz De Lemos. Carvalho (2006) afirma que a contribuição de De Lemos (1991) no estabelecimento da diferença *saber da língua, saber a língua e saber sobre a língua* foi fundamental porque essa distinção ilumina a diferença, a heterogeneidade que há entre o falante e investigador.

Posta esta discussão, pergunto: linguagem se ensina? Como afirma Lier-DeVitto (2006, p. 4), se há algo sobre o que concordam teóricos e pesquisadores da Aquisição da Linguagem – esse “algo” é que linguagem não se ensina. De Lemos (1992b), em “Sobre o ensinar e o aprender no processo de aquisição da linguagem”, questiona e discute a forte ligação entre os termos “aprender” e “ensinar” no discurso ordinário. Diferente disso, no campo de Aquisição, esses termos não estão interligados, ao contrário, mostra ela, pode-se ler, até, que a “criança aprende”, mas admite-se que essa “aprendizagem” não decorre de ensino: na Aquisição, a linguagem não se inclui na ordem do ensino. Essa afirmação é reiterada em texto de 2006, quando ela apresenta argumentos contra a noção de desenvolvimento:

Enunciados fragmentados, erros [...] não resultam nem em tentativas [do adulto] de en-

sinar a criança a falar, nem em mal-entendidos explícitos. [...] O *conhecimento* da linguagem, pressuposto na noção de *uso*, nunca foi questionado.

Interessa recortar, nessa citação, que, ao lado da menção à questão do *saber* (já abordada nesta tese), a autora aponta para o fato de que, na Aquisição da Linguagem, erros não são corrigidos – ao contrário, produzem efeito de humor (LIER-DEVITTO; ARANTES, 1998). Pois bem, se a linguagem não se situa na ordem da aprendizagem, “o que seria ‘aprender’ a língua materna para uma criança que já fala e/ou escreve?”. Como pensar, de fato, a questão do ensino de língua materna na escola? Fica-se, portanto, numa encruzilhada.

A reflexão sobre a alfabetização, ou melhor, sobre a relação criança-escrita, ganhou corpo no Interacionismo na década de 1990, mais precisamente, após a defesa de duas teses: a de Sônia Mota (1995, cf. BORGES, 2006) e a de Bosco (2005). Antes delas, De Lemos tratou da questão em três textos: em dois prefácios, um ao livro de Kato (1988), outro ao livro de Rojo (1998) e, de forma mais extensa, num artigo, intitulado “Sobre o ensinar e o aprender no processo de aquisição da linguagem” (*op. cit.*, 1992b). No primeiro prefácio mencionado, a linha argumentativa da pesquisadora na apresentação dos artigos que compõem o livro está expressa numa afirmação feita logo na primeira página, qual seja:

Os trabalhos aqui reunidos representam [...] uma contribuição valiosa no sentido de descobrir – ou desvendar – a concepção de escrita subjacente a atividades várias da criança. Ao fazê-lo, levam o leitor a refletir sobre *quando a concepção de escrita, implicada pelo seu ensino na escola, pode ter funcionado como véu, ocultando a criança e suas formas de saber*” (1988, p. 9) [ênfase minha].

Como se pode ler, é “a criança e suas formas de saber” que ganham relevo em seus comentários ao livro – o que é consistente com a natureza da reflexão que orienta a teorização da pesquisadora. Gostaria de destacar deste trabalho a crítica de De Lemos ao fato de a escola, muitas vezes, ao procurar ensinar a escrever a língua materna, colocar a criança na “posição de espectador” de um saber que se supõe que ela não tenha nenhum. Pode-se alegar, é fato, que a criança deve ser inserida em práticas discursivas orais, mas, pontua a autora, “não fica claro [...] como lugares e modos de participação [são oferecidos a ela]” (*op. cit.*, p. 10). A isso, acrescenta De Lemos:

A meu ver, são justamente os diferentes *modos de participação* da criança nas práticas discursivas orais, em que essas atividades ganham sentido, que permitem construir uma relação com a escrita enquanto prática discursiva e enquanto objeto (*op. cit.*, p. 11) (itálicas, da autora citada).

Note-se que já em 1988, aparece, em meio a um comentário sobre a relação oralidade-escrita para a criança, a distinção entre escrever (com prática) e escrever (como objeto). Pode-se entrever, aí, a diferença entre saber a língua (escrita) e saber sobre a língua (escrita). Relacionar a criança à escrita por meio da importância atribuída à

“prática” permite à pesquisadora envolver a criança no processo, implica retirá-la da situação de espectadora ou depositária de conhecimento e implicá-la na posição de ficar sob efeito dessa prática para, assim, tornar-se escrevente.

No segundo prefácio, o que apresenta o livro de Rojo (1998), retorna a menção à relação entre práticas discursivas orais “em que o texto escrito é significado” (De LEMOS, 1998a, p. 28) e a emergência da escrita, mas aqui, para insistir na afirmação de que esse “significado” não se transfere diretamente para a escrita porque a relação entre essas esferas da linguagem (oralidade e escrita) é de *natureza significante*, como se pode ler abaixo:

É óbvio que “fragmentos de escrita”, em que se inscreveram *aspectos da prática discursiva oral que puseram a criança em uma relação significativa com textos escritos*, não “representam” os sons dessa fala que os tornou de alguma forma perceptíveis. Contudo, é possível pensar que, entrando em relação com outros fragmentos de escrita, em que se inscreveram outras práticas discursivas orais, eles sejam *ressignificados ... (op. cit., p. 28)*.

A respeito do movimento significante, a autora acrescenta que não há direção única entre oralidade e escrita, mas que essas modalidades se interpenetram, ou seja, tanto a oralidade deixa marcas na escrita (sem com ela se confundir), quanto esta última deixa resíduos na oralidade. Essa mútua afetação dilui, em boa medida, a ideia de que a escrita seria representação da oralidade. Nesse texto, também, De Lemos levanta a questão fundamental, que é trabalhada por Mota (1995; BORGES, 2006)⁸. Ela indaga: “Quem é o outro da/na aquisição da escrita?”. O ponto é: se na aquisição da linguagem o outro é “instância do funcionamento linguístico-discursivo” e se a escrita corresponde a uma situação, diga-se, monológica, como situar o outro-estruturante da escrita?

Alfabetização: a criança e a escrita

O item anterior é encerrado com a colocação de que a escrita, como prática, estaria relacionada a uma situação de monólogo. De fato, a escrita instaura um “fora da comunicação”, em sentido estrito. Essa colocação não deve ser lida como uma afirmação de que a escrita não seja endereçada a um outro. Toda escrita não só é espaço de instauração interna de diálogos, como também supõe leitor. Além, disso, como a fala, a escrita é réplica, quer dizer, é resposta e, nesse sentido, supõe outro.

Não parece prudente, entretanto, apagar diferenças manifestas entre situações de diálogo e de monólogo, assim como diferenças entre formas monológicas (ou dialógicas). É fato que a presença/ausência do outro não é fator determinante da instauração de uma ou de outra modalidade de linguagem. Isso porque o outro pode estar presente, mas sua presença pode não ser impeditiva da ocorrência de monólogo. Piaget ([1923]1986) fala em “monólogos coletivos”; Kuczaj (1983) não relaciona monólogos de

⁸ Esta publicação é de 2006, mas o texto corresponde à tese de doutorado, defendida em 1995, em que a autora assinava “Mota”.

ação à presença/ausência do outro, e Lier-DeVitto (1998) mostra que os ditos monólogos de ação irrompem no diálogo e o fazem cessar.

Em sentido teórico, não parece plausível dizer que diálogo e monólogo sejam modalidades que se excluem mutuamente, que não se tangenciem ou se cruzem – certamente essa posição seria insustentável. Entretanto, por mais dialógico que seja um monólogo, ou por mais monológico que seja um diálogo, não se pode negar que diálogo e monólogo sejam manifestações que se confundam.

Lier-DeVitto (1998) pode auxiliar nessa discussão, já que fez uma reflexão aprofundada sobre os monólogos de berço. Ela mostra que eles são “dialógicos”, não só porque a fala da criança é impulsionada por fragmentos de enunciados do outro, retirados de cenas vividas, como também, porque a dispersão enunciativa dessas produções infantis decorre da falta do dizer estruturante do outro. Tais afirmações afastam a ideia, sustentada na Psicologia do Desenvolvimento, de que monólogos são “discursos egocêntricos”. Note-se que a fala do outro está na da criança e que esta é a condição mesma para a produção dos monólogos. Note-se, porém, que falta uma fala-manifesta do outro. Assim tanto a fala-imprensa na da criança, quanto a falta da fala-manifesta são determinantes dos monólogos. Em outras palavras, há outro e, portanto, monólogo não é fala egocêntrica.

Pode-se dizer que Lier-DeVitto (1998) promove um deslocamento na discussão tradicional sobre os monólogos e, com isso, redimensiona, também, o conceito de interação, uma vez que ela não fica reduzida à presença física entre interlocutores, à alternância de turnos. Ela mostra que interação é, antes de tudo, relação do falante com a língua por meio do outro, ainda que na ausência física (De LEMOS, 1998b). Nas palavras da própria autora, a determinação dialógica dos monólogos não cessa, ou seja, a interrupção dos efeitos do diálogo não cessa nos monólogos.

Entenda-se que tal deslocamento foi possível porque o outro não foi tomado na acepção de outro-social, mas na de “instância de funcionamento linguístico discursivo”, como supõe o Interacionismo. Ao mencionar e implicar a “instância do funcionamento da língua”, também o *nonsense* dos monólogos e a posição da criança puderam ser esclarecidas. Nos monólogos, na falta da palavra estruturante do outro, diz a autora,

o que se pode ver é um sujeito “fora do controle”, que se dá mais a ver exatamente no efeito de desordem que opera sobre a materialidade da linguagem: nesse espaço de subversão a língua pode operar o *nonsense*, abrir-se ao equívoco” (*op. cit.* 1998b, p. 100).

A referida “falta de controle” leva a autora a afirmar que está em causa uma criança que *não tem escuta para o que diz*, ou seja, que não é afetada pelos desarranjos em seus enunciados – ela é, portanto, falada pela língua, que cria desordens (MILNER, 2002).

Não menos importante que essas considerações foi a interpretação oferecida por Lier-DeVitto às manifestações empíricas dos monólogos. Ela implica, na leitura desses materiais, as leis de composição interna da linguagem, ou seja, a mobilidade das operações dos eixos metafórico e metonímico e reconhece, nos monólogos, a predominân-

cia da projeção do primeiro sobre o segundo. Dito de outro modo, a predominância da função poética (nos termos de JAKOBSON, 1960). Seguem dois segmentos monológicos, o primeiro de uma criança americana, Emily, de dois anos e meio, estudada por Nelson (1989 *apud* LIER-DEVITTO, 1998):

Maybe when my go – come
Maybe my go in Daddy’s (blue) big car
Maybe when Carl come (again)
Then go to back home
Go peaboby
Carl sleeping
Not right now – the baby coming
my house
Aaaaaaaand Emmy, Emmy ((everything)) (???) coming
After my nap
Not right now – cause the baby coming now⁹

Registra-se, abaixo, o segundo: um monólogo de Camilla, também de dois anos e meio:

Num fala no meu nome
Num fala no teu nome
Num fala midanoni
Num fala mianomi
Num fa’a midanomi
Num fala no nomi (LIER-DEVITTO, 1998)

Nesse contexto, faz-se necessário indicar que ela se afasta de análises gramaticais porque elas ignoram a especificidade de materiais empíricos, anulam sua singularidade e assume posição crítica frente à literatura da Aquisição da Linguagem que, via de regra, interpreta os monólogos como “exercícios de linguagem” (*language practice*) – exercícios solitários que a criança realiza para aprender e fixar uma sequência, substituindo itens em *slots* estruturais. Para Lier-DeVitto, os monólogos não mostram uma criança “em controle” de si ou da linguagem, como disse – nesse caso, como sustentar a interpretação de que a criança realiza, deliberadamente, “exercícios gramaticais” para aprender? A autora vê as sequências paralelísticas, presentes nos monólogos, como efeitos do predomínio de operações metafóricas que, ao conterem a progressão metonímica, fazem emergir uma repetição estrutural (paralelismo) em que a variabilidade das substituições é governada pela reiteração da matéria sonora e não por um rigor de categorização, como visto no segmento de Camilla, em que ao cessar a representação gramatical, “elementos articulados, transformam-se em significantes” (MILNER, 1978-1987, *apud* LIER-DEVITTO, 2008b). É o que se vê acontecer em “*midanoni, mianomi, mida-*

⁹ () = baixa inteligibilidade. (()) = inteligibilidade mais acentuada ainda.

nomi". Aí, não é possível determinar categorias – tem-se aglutinações de fragmentos, formando composições estranhas, inexistentes em português, como tal.

Mota (1995; BORGES, 2006) recolhe acontecimentos paralelísticos interpretados por Lier-DeVitto para dar início à sua discussão sobre a emergência da escrita. Ela privilegia exatamente o último segmento apresentado e introduz uma sequência de escrita:

*e a vovó falou para camila
 é a camila falou para vovó
 é a vovó viu a mamãe
 é a mamãe falou para vovó
 é a vovó falou para a mamãe
 é a mamãe falou para papai
 é o papai falou para camila...*

Na mesma direção de Lier-DeVitto, Mota (1995; BORGES, 2006) critica teorias psicológicas, que tomam monólogos como expressões de um *processo de auto-regulação* (controle subjetivo sobre a linguagem). Ela também coloca em dúvida a posição da criança de “um pequeno linguista”, que, frente à linguagem (oral ou escrita), busca aprender regras. Ao contrário, pontua Mota (*op. cit.*), os segmentos acima apresentados mostram um sujeito *alienado* à linguagem.

A teorização sobre os monólogos e sua relação com produções escritas (também monológicas) sinaliza para a possibilidade de refletir sobre a relação criança-linguagem. Nessa perspectiva, Mota (BORGES, 2006)¹⁰ discorre sobre o processo de entrada da criança na escrita. Em *O quebra-cabeça: a alfabetização depois de Lacan*, afasta a ideia de que a escrita seja representação da oralidade. Ela recusa, portanto, a sequência clássica da representação que é: pensamento → fala → escrita. Mota/Borges oferece outra direção. Ela substitui a ideia de representação, conforme comparece na Psicologia, pela da Psicanálise em que o sujeito é concebido como privado de capacidades perceptuais e analíticas para segmentar o mundo e, conseqüentemente, a linguagem. Com Freud, ele é visto como “em desamparo” – a criança nasce como *objeto* do outro, como dependente, inclusive, para sua sobrevivência biológica. Pode-se entender, por aí, que as vivências primeiras sejam inconscientes e que formam o solo subjetivo para todas as outras. Como disse Guadagnoli (2008), elas são, no traçado da vida do sujeito, determinantes, embora estejam fora do controle do sujeito. Enfim, representações têm relação com o inconsciente, com seu funcionamento que implica *recalque... esquecimento*” (*op. cit.* p. 35).

Tendo como fundo essa concepção de representação e de sujeito, a autora oferece uma explicação para as estranhas combinatórias de letras, que compõem as primeiras produções da criança. Ela lança mão do funcionamento da língua, a exemplo de Lier-DeVitto, e procura esclarecer como entram em relação as *operações metafórica e metonímica* nos textos infantis. Para Borges, importa iluminar o jogo simbólico pelo qual

¹⁰ Tese defendida em 1995, na PUC-SP, cujo título, modificado para publicação era *O quebra-cabeças da escrita: a instância da letra na alfabetização*

palavras “ganham” ou “perdem” letras e vão se transformando em escrita constituída. Essas escritas estranhas não estão “fora da lei” (expressão de Lier-DeVitto, 1998). Um texto de Palloma, analisado por Mota (BORGES, 2006, p. 129), é elucidativo dessa questão:

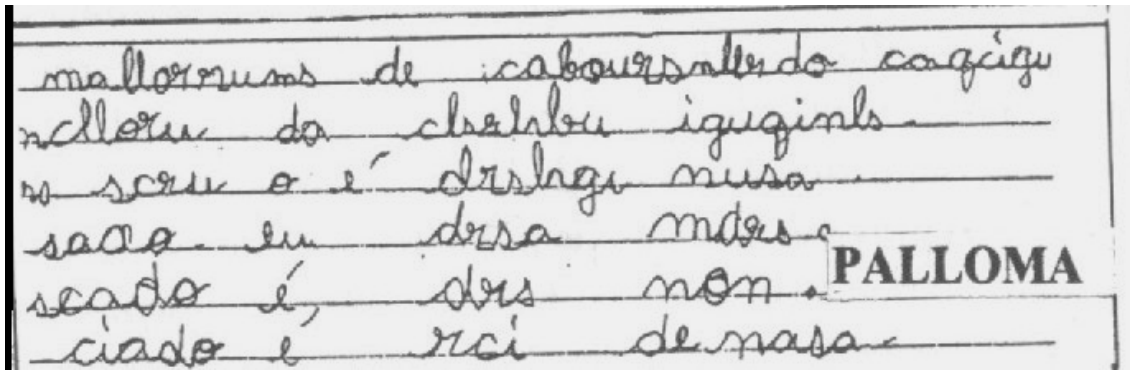


Figura 1: texto de Palloma (apud BORGES, 2006, p. 129)

Esse texto não pode ser lido, o que não significa dizer que nele não haja movimento significante em que “pontas de representações inconscientes” são articuladas. São pontas de cadeias latentes indiferentes ao espaço-tempo cronológico. Há, por isso, assinala a autora, um conflito permanente entre o *tempo atemporal do inconsciente* (que é força perene e constante) e o da *sintagmatização* (que é o da sucessividade). Entende-se, assim, que possam ocorrer desarranjos textuais. Entende-se, também, que os erros, as obscuridades e a não-legibilidade da escrita inicial de crianças possam ser vistos como *efeitos de movimentos significantes*, que não anulam sinais de uma subjetividade.

Relacionada à questão da subjetividade, afirma Mota/Borges, está a do nome próprio. A escrita de Raimora demonstra essa questão:

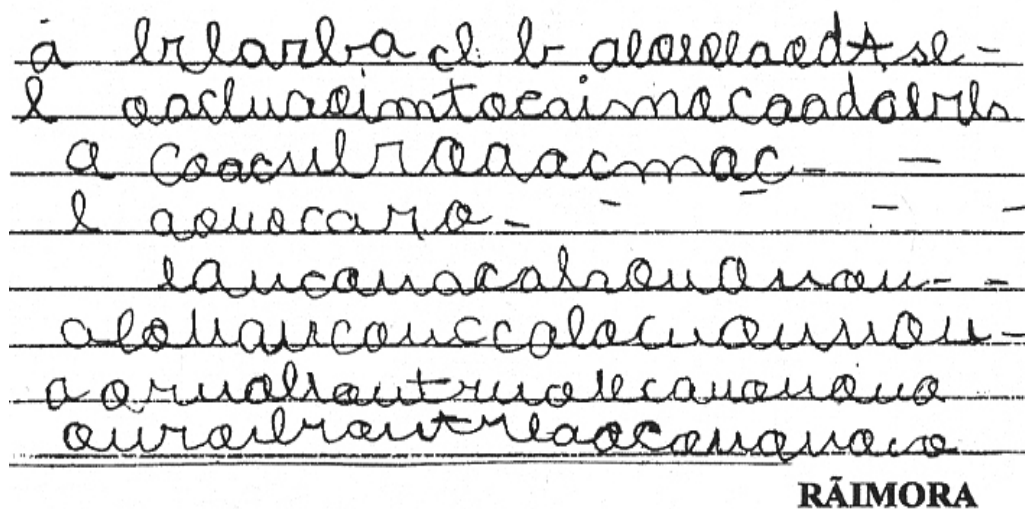


Figura 2: Texto de Raimora (apud BORGES, 2006, p. 135).

Mota (1995; BORGES, 2006) sustenta a importância da escrita do nome próprio, sustentando seu papel constitutivo. Ela mostra a insistência de letras do nome próprio na composição do texto infantil, como se vê acima, que depois acabam por entrar em relação com significantes de outros textos. Uma das contribuições mais importantes do trabalho da autora diz respeito à afirmação de que “o outro” da criança na escrita é o texto – característica essencial dessa relação criança-linguagem.

Bosco (2002), partindo desse assinalamento de Mota (1995), volta-se para o nome próprio. Os materiais analisados por Bosco incluem, além de assinaturas, textos inteiros compostos com letras do nome da criança. Para ela, o nome “(...) nomeia um sujeito em sua língua materna e seu traçado sobre o papel resulta na realização de uma marca em que o sujeito está investido” (2002, p. 8). Segundo a autora, eles são originalmente “um bloco” que parece distante da relação grafema-fonema, mas pontua ela: ali a oralidade está incluída – a criança foi nomeada na interação com o outro. A rigor, diz ela, a escrita não está nunca apartada da fala e mesmo que os escritos da criança não sejam legíveis, neles se pode reconhecer traçados pertencentes ao sistema de escrita de uma língua. Quando se procura ler textos estranhos, essa leitura dá forma ao texto e pode promover mudanças na escrita da criança. Tais transformações indicam outras, de subjetivação: “As escritas formadas a partir das letras do nome próprio, sublinha Guadagnoli (2008, p. 36), “abrem a porta para a criança assumir uma posição de sujeito leitor/ escritor”.

Nesse ponto, tendo mencionado a questão da subjetivação, pode-se perguntar, com Bosco: “Por que a criança elege as letras do nome e não quaisquer outras?”. Não é por ser ele a primeira palavra que a criança “aprende”, sustenta a pesquisadora, é porque está em questão uma assinatura: índice da inscrição da criança na escrita, “traço – único e distintivo – do sujeito” (BOSCO, 2005, p. 88). As letras do nome próprio são especiais – o nome não é um significante como outro. A partir do nome próprio a criança se escreve e se inscreve.

Considerações finais

A aproximação do Interacionismo, proposto por Cláudia De Lemos (a partir de 1992), representou uma possibilidade de problematização da relação da criança com a língua. Para fundamentar a discussão, fez-se necessário abordar questões essenciais do Interacionismo em Aquisição da Linguagem. Nos trabalhos de De Lemos e de outras pesquisadoras filiadas à sua proposta – particularmente em Lier-DeVitto, Borges e Bosco –, foi possível encontrar um caminho para refletir sobre a questão em foco neste artigo. Nessa direção, De Lemos faz afirmações e indicações que podem ser consideradas essenciais para o tratamento da questão: a ruptura com as teorias psicológicas e, também, gramaticais em sentido estrito. No primeiro caso, a linguagem aparece como um objeto de conhecimento, que pode ser segmentada em componentes, cujas propriedades podem ser ensinadas-aprendidas. O que interessa nessa pontuação é que o processo de aquisição da linguagem não pode, nessa vertente teórica, ser caracterizado como um “acúmulo”, nem como “construção” de conhecimento sobre a língua, como espero ter podido mostrar.

Essa “subversão”, assim como a constituição do arcabouço teórico estão fortemente relacionadas com o *compromisso ético com a fala da criança*, à sua resistência à aplicação de aparatos gramaticais (assumidos como medida e metro do conhecimento sobre a linguagem). O Interacionismo fez de *falhas – dos erros –* questão digna de ser elevada a um estatuto teórico, assim como da heterogeneidade, da instabilidade e das construções desconcertantes. Desse modo, Arantes (2006, p. 224) pontua que

os “erros” são incluídos nessa teorização e falam de uma “sistematicidade que não faz sistema” (LE MOS, M. T., 2002): eles não são reduzidos à violação da norma, mas interpretados como efeitos possíveis do funcionamento da língua. Mais do que isso, é no tecido das produções das crianças, acontecimentos privilegiados para a compreensão da aquisição da linguagem. No trabalho de De Lemos, o erro tem estatuto teórico e, por isso, é material empírico que faz questão para a teoria lingüística.

Foi a partir da inclusão do erro na teorização, que De Lemos veio a propor que as mudanças na fala, que ocorrem no processo de aquisição da linguagem, devam ser entendidas como *mudança de posição numa estrutura* de que participam a língua (funcionamento anterior à criança), o outro (já falante) e a própria criança. Nas palavras da autora: “O erro na fala da criança, em diferentes momentos de seu percurso como falante, tem seu estatuto determinado pela posição que a criança ocupa em uma estrutura cujos outros pólos são a língua e o outro” (De LEMOS, [2000], 2006, p. 15).

Com De Lemos, a ênfase é colocada *na relação do sujeito com o outro e a língua*. Cada passo significativo representa uma mudança que ressignifica a posição anterior – elas são, assim, mutuamente relacionadas. Note-se que o investigador também teve de mudar de posição perante os “erros”: eles não são “mau uso” de formas linguísticas, mas são importantes porque dizem do sujeito e da linguagem.

Com Mota (1995; BORGES, 2006), Bosco (2005) e Oliveira (1995) pode-se considerar que, a partir da proposta de considerar o “erro” como constituinte do processo de aquisição da escrita, pode-se tomar distância de concepções arraigadas no campo do ensino da língua materna em que “erro” é expressão de *não-saber sobre* categorias linguísticas e gramaticais. Dessa feita, o erro é um acontecimento que rompe com alguma coisa considerada gramatical. Ele revela, porém, que na irregularidade há uma ordem interna (leis de composição) que o legitima.

Como se percebe, a partir do enfrentamento do erro e, também, das considerações disponibilizadas, os fundamentos do Interacionismo ultrapassaram o domínio da Aquisição da Linguagem porque puderam contemplar um espectro empírico mais amplo (LIER-DEVITTO, 2008): a escrita de crianças (MOTA, 1995; BORGES, 2006; OLIVEIRA, 1995; BOSCO, 2005), seus monólogos (LIER-DEVITTO, 1994/98), dizeres na esquizofrenia (NOVAES, 1996) e falas sintomáticas.

Referências

ANDRADE, L. *Ouvir e escutar na constituição da clínica de linguagem*. 2003. 143f. Aquisição

da Escrita. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – LAEL, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ARANTES, L. M. G. O fonoaudiólogo, esse aprendiz de feiticeiro, in: LIER-DEVITTO, Maria Francisca. (org.). *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994, p. 23-38.

_____. Impasses na distinção entre produções desviantes sintomáticas e não sintomáticas, in: LIER-DEVITTO, M.F.; ARANTES, L. (org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2006.

BORGES, Sônia. *O quebra-cabeça: a alfabetização depois de Lacan*. Goiânia: Ed. da UEG, 2006.

BOSCO, Zelma Regina. *No jogo dos significantes: a infância da letra*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *A Errância da Letra: O nome próprio na escrita da criança*. 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2005.

CARVALHO, G.M.M. de. *Erro de Pessoa: Levantamento de Questões sobre o Equívoco em Aquisição de Linguagem*. 1995. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, SP, 1995.

_____. A singularidade em aquisição de linguagem: um impasse metodológico. *Letras de Hoje*, v. 39, n. 3, p. 27-36. Porto Alegre-RS, 2004.

_____. Ecolalia e aquisição da linguagem: levantamento de questões sobre o deslocamento do investigador, in: FREIRE, M.; ABRAHÃO, M. H.; BARCELOS, A. M. (orgs.). *Linguística aplicada e contemporaneidade*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. O erro em aquisição da linguagem: um impasse, in: LIER-DEVITTO; M. F; ARANTES, L. M. G. (org.). *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC/ PUC-SP, 2006, pp. 63-78.

De LEMOS, C. T. G. Sobre Aquisição de Linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*, v. 3, p. 97-136, 1982.

_____. "Prefácio", in: KATO, M.A. *A Concepção da escrita pela criança*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. *Saber a língua e o saber da língua*. Aula magna proferida no IEL/ UNICAMP, 1991. (publicação interna).

_____. Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum*, Barcelona, v. 1, n. 1, p. 121-135, 1992a.

_____. Sobre o ensinar e o aprender no processo de Aquisição de Linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos (UNICAMP)*, v. 22, p. 149-152, jan./jun.1992b.

_____. Corpo e linguagem, in: JUNQUEIRA FILHO, L. C. (org.) *Corpo-mente: uma fronteira móvel*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1995. p.235-47.

_____. Sobre a aquisição da escrita: algumas questões, in: ROJO, R. (org.). *Alfabetização e Letramento*. Campinas: Mercado de Letras, p. 13-31, 1998a.

_____. Apresentação, in: LIER-DEVITTO, M. F. A. *Os monólogos da criança: delírios da língua*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998b.

_____. A criança com(o) ponto de interrogação, in: LAMPRECHT, R. (org.): *Aquisição de Linguagem: Questões e Análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 39-50.

_____. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos (UNICAMP)*, Campinas-UNICAMP-IEL, v. 42, p. 41-70, 2002.

_____. Corpo & Corpus, in: LEITE, Nina V. de A. (org.). *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 21-30.

_____. Sobre os pronomes pessoais na fala da criança. *Letras de Hoje*, PUC Rio Grande do Sul, v. 137, p. 09-26, 2004.

_____. Uma crítica (radical) à noção de desenvolvimento na aquisição de linguagem. [1998] In: Maria Francisca Lier-DeVitto; Lúcia Arantes. (org.). *Aquisição, patologias e clínica da Linguagem*. São Paulo: EDUC, 2006, v. 1, p. 21-32.

_____. Sobre o paralelismo, sua extensão e a disparidade de seus efeitos. [2000], in: LIER-DEVITTO, M.F.; ARANTES, L. (org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2006, v.1, p. 97-108.

FIGUEIRA, R. A. *Causatividade: Um Estudo Longitudinal de suas Principais Manifestações no Processo de Aquisição do Português por uma Criança*. 1985. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. 1985.

FIGUEIRA, R. A. Erro e Enigma na Aquisição da Linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 145-162, 1995.

_____. Dados Anedóticos: Quando a Fala da Criança Provoca o Riso... Humor e Aquisição da Linguagem. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, v. 6, p. 27-61, 2000.

_____. A Criança na língua: erros de gênero como marcas de subjetivação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 47, p. 29-47, 2005.

_____. As adivinhas das crianças: o que revelam sobre a mudança na aquisição da

linguagem?, in: LIER-DEVITTO, M.F.; ARANTES, L. (org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2006.

FONSECA, S. C. da. *Afasia: a fala em sofrimento*. 1995.147 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem-LAEL, PUC-SP. São Paulo, 1995.

GUADAGNOLI, Carolina Fontes. *Considerações sobre fala-leitura-escrita e efeitos clínicos no atendimento de afásicos*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

KUCAZJ, S. *Crib speech and language play*. Nova York: Springer-Verlag, 1983.

LEMONS, M. T. G. de. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. Campinas: Mercado de Letras/ São Paulo: Fapesp, 2002.

LIER-DEVITTO, M. F. *Os monólogos da criança: "delírios da língua"*, 1994. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, Campinas, SP, 1994.

_____. Novas contribuições da linguística para a fonoaudiologia. *Revista Distúrbios da Comunicação*, São Paulo: EDUC, v. 7, n. 2, p. 163-171, 1995.

_____. *Os monólogos da criança: delírios da língua*. São Paulo: EDUC, 1998.

_____. Theory as ideology in the approach to deviant linguistic facts, in: JEF VERSCHUEREN. (org.). *Language and Ideology*. Antuérpia: Ipra & Authors, 1999, v. 1, p. 344-351.

_____. Sobre a posição do investigador e a do clínico frente a falas sintomáticas. *Letras de hoje*, Porto Alegre: PUCRGS, 2004. v. 39, n.3, p. 47-60, 2004.

_____. 'Delírios da língua': o sentido linguístico (e subjetivo) dos monólogos da criança, in: LIER-DEVITTO, M.F.; ARANTES, L. (org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2006.

_____. Singularidade e repetição. In: XIV Congresso Internacional da ALFAL - Associação de Linguística e Filologia da América Latina, 2006, Monterey - México. *Anais da XVI ALFAL*. Santiago – Chile : Propriedade Intelectual - 154.805, 2006.

_____. Considerações sobre o compromisso com a fala da criança, in: MOURA, Maria Denilda (org.). *Desafios da Língua: pesquisas em língua falada e escrita*. Maceió: EDUFAL, 2008, p. 485-488.

_____; FONSECA, S. C. Resignificação ou reformulação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n. 33, p. 51-60, Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____; ARANTES, L. M. Sobre os efeitos da fala na criança: da heterogeneidade desses efeitos. *Letras de Hoje*, v. 33, n. 2, p. 65-72. Porto Alegre, EDIPUC-RS, 1998.

_____; CARVALHO, G. M. M. Interacionismo: um esforço de teorização e Aquisição da Linguagem, in: FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice (orgs.). *Teorias de Aquisição da Linguagem*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MILNER, C. *O amor da língua*. [1978]. Trad. Angela C. Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas. 1987. 82p.

_____. *Le périple structural*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

MOTA, Sônia B. V. da. *O Quebra Cabeça da Escrita: A Instância da Letra na aquisição da escrita*. 1995. 268p. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Programa de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1995.

NOVAES, Mariluci. *Os dizeres nas esquizofrenias: uma cartola sem fundo*. São Paulo: Escuta, 1996.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. *Aprendendo a argumentar: um momento na construção da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. A argumentação na fala da criança: entre fatos de língua e de discurso, in: XIII *Congreso Internacional de la ALFAL*, 2002, San José de Costa Rica. *Linguística*. San José de Costa Rica: ALFAL, 2002, v. 13, p. 61-80.

_____; FIGUEIRA, Rosa Attié. Aquisição de linguagem, in: PFEIFER, Cláudia Castellanos; NUNES, José Horta (org.). *Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, v. 1, p. 73-102.

PERRONI, M. C. *Desenvolvimento do discurso narrativo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 241 p.

SAUSSURE, F. (1916). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

VERAS, V. A inter-dicção do singular. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, n. 38, p. 121-129, jan./jun. 2000.

La fama y “La casita”: historia de un plagio popular brasileño

JORGE RUEDAS DE LA SERNA

Profesor de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Para Antonio Candido

Resumen: El poeta mexicano Manuel José Othón (1858-1906) entró al gran tiempo y es recordado, sobre todo, por tres grandes poemas: El “Himno de los bosques”, la “Noche rústica de Walpurgis” y “En el desierto. Idilio salvaje”. Este último es considerado por la crítica no sólo como el mayor de sus poemas sino uno de los más grandes de la poesía mexicana.

Palabras clave: Manuel José Othón; poesía mexicana

Resumo: O poeta mexicano Manuel José Othón (1858-1906) entrou para a história e é lembrado, sobretudo, por três grandes poemas: o “Himno de los bosques”, a “Noche rústica de Walpurgis” e “En el desierto. Idilio salvaje”. Este último é considerado pela crítica não apenas como o maior de seus poemas, mas também como um dos maiores da poesia mexicana.

Palavras-chave: Manuel José Othón; poesia mexicana

El “Idilio salvaje”

Decía Alfonso Reyes que para apreciar la poesía de Othón era necesario decirla en voz alta, verbalizarla, y tenía razón. La poesía de Othón es eminentemente musical y lo es el “Idilio salvaje”, que se ha considerado uno de sus poemas mayores, junto con el “Himno de los bosques”. Éste es una sinfonía de la montaña; el “Idilio” es un canto agónico, un canto majestuoso y solitario en la llanura.

Este poema se compone de siete sonetos, articulados en principio, medio y fin, haciendo un total de 98 versos endecasílabos. De éstos, 44 sáficos, 26 heroicos y 28 melódicos, es decir el 28.57 % de melódicos, mientras que el 44.89 % de sáficos y el 26.53 % de heroicos. Como se sabe, los endecasílabos sáficos y los heroicos son los más comunes o típicos de la lengua española y representan el ritmo más mecánico, o automático, siendo incluso el heroico característico de la poesía narrativa, por ser el más cercano a la prosa, muy usado, por eso mismo, en la poesía romántica. El hecho de que los endecasílabos melódicos (28.57%) superen numéricamente a los heroicos (26.53%) es revelador del valor eufónico de la composición y de su originalidad.

El fluir suave de los versos se ve favorecido por la frecuencia de las sinalefas, en promedio una por verso, aunque a veces aparecen hasta tres en uno solo, y por las diéresis potenciales en diptongos que no se parten:

Mas si~acaso no vienes de tan lejos
y~en tu~alma~aún del placer quedan los dejos,

püedes tornar a tu revüelto mundo.

Todo ello le da una gran riqueza fónica a los versos y una ondulación que resalta el movimiento de continuidad, suspensión y parada, como en el terceto citado.

Lo anterior muestra que el poeta se impuso a la tendencia mecánica y a la inercia de la lengua para darle a su composición una intensidad lírica poco común. Los versos melódicos adquieren así una significación especial. Hay una gradación de los mismos a medida que se torna más dramático el lirismo y se hace más explícito el doloroso sentimiento del poeta, una nostalgia que se mira en lontananza como al paisaje:

y en la gris lontananza, como püerto,
el peñascal, desamparado y pobre.

En el primer soneto, hay tres endecasílabos melódicos; en el segundo, 5; en el tercero, 3; en el cuarto, 3; en el quinto, 7; en el sexto, 4, y en el séptimo o "Envío", 4. Vemos que hay una aproximada regularidad en todos los sonetos, con excepción del quinto, que es el de mayor dramatismo, resuelto en los tres endecasílabos melódicos que forman el primer terceto:

Y allí estamos nosotros, oprimidos
por la angustia de todas las pasiones,
bajo el peso de todos los olvidos.

Y este quinto soneto termina con la siguiente admirable y avasalladora combinación de un heroico y un melódico:

y en nuestros desgarrados corazones
¡El desierto, el desierto... y el desierto!

No es por acaso que el último verso del "Idilio" sea un endecasílabo melódico, como en el ejemplo anterior también precedido por un heroico, que resalta aún más la fuerza dramática de su dilaceración interior:

¡Qué sombra y qué pavor en la conciencia,
y qué horrible disgusto de mí mismo!

El "Idilio salvaje" es una poesía paciente y esmeradamente trabajada, que a partir de la conjugación de ritmos y sentidos revela una composición compleja, nada simple. La rima, que sigue el modelo clásico, introduce variaciones, ya en las cuartetas, o en los tercetos, rompiendo la monotonía del modelo repetitivo y favoreciendo su integración en la totalidad del poema.

El resto de su obra poética, las obras dramáticas que tuvieron gran éxito en el tiempo de su representación y sus cuentos pertenecen hasta ahora al campo restringido de

los estudiosos del poeta. Pero a su inmensa fama poética se suma una canción inmortal, "La casita", cuya letra se le atribuye y que fue musicalizada por el compositor mexicano Felipe Llera (1877-1942).

Este es el poema de Manuel José Othón, escuchémoslo con uno de los cantores más populares y entrañables de México, Pedro Infante:

LA CASITA

(Manuel José Othón. Música: Felipe Llera)

Que de donde amigo vengo,
de una casita que tengo
más abajo del trigal,
de una casita chiquita,
para una mujer bonita
que me quiera acompañar.

Tiene en el frente unas parras
donde cantan las cigarras
y se hace polvito el sol;
un portal hay en el frente,
en el jardín una fuente
y en la fuente un caracol.

Yedras la tienen cubierta
y un jazmín hay en la huerta
que las bardas ya cubrió.
En el portal una hamaca,
en el corral una vaca
y adentro mi perro y yo.

Bajo un ramo que la tupe,
la Virgen de Guadalupe
está en la sala al entrar,
ella me cuida si duermo,
me vela si estoy enfermo
y me ayuda a cosechar.

Más adentro está la cama,
olorosa a retama
limpiecita como usted;
tengo también un armario,
un espejo y un canario
que en la feria me merqué.

Pues con todo y que es bonita,
que es muy linda mi casita,
siento al verla no se qué...
Me he metido en la cabeza
que hay ahí mucha tristeza,

creo que porque falta ustedé.
Me hace falta ahí una cosa
muy chiquita y muy graciosa
más o menos como ustedé,
pa' que le cante al canario,
eche ropa en el armario
y aprenda lo que yo sé.

Si ustedé quiere la convido
pa' que visite ese nido
que hay abajo del trigal;
le echo la silla al Lucero
que nos llevará ligero
hasta en medio del corral.

Y si la noche nos coge
y hay tormenta que nos moje
tenga ustedé confianza en Dios,
que en casa chica y extraña
no nos faltará una maña
pa' vivir ahí los dos.

Y si la casa le gusta,
y si al año no se asusta,
con la bendición de Dios
para colmo de delicias
repartirá sus caricias
a un chamaco, al perro y yo.

Basta leer el poema en voz alta para percibir que tiene el sello indeleble de Othón. La frecuencia de las sinalefas, otra vez, casi en todos los versos, y las diéresis potenciales, como en el *Idilio salvaje*:

Pues con todo~y que~es bonita,
que~es muy linda mi casita,
siento~al verla no se qué...
Me~he metido en la cabeza
que~hay ahí mucha tristeza
créo que porque falta ustedé.

El primer verso del poema es un octosílabo que sigue el modelo melódico y que se alarga en la sílaba tónica, por la sinalefa que le sigue, suscitando naturalmente el canto:

Que de donde~amigo vengo,
de~una casita que tengo
más abajo del trigal...

La rima consonante y regular sigue un modelo clásico: a/a/b/c/c/b d/d/e/f/f/e..., subdividiéndose cada estrofa en dos secciones: dos versos graves más uno agudo. La variación de la rima dentro de cada una de las dos sub-estrofas y entre una y otra estrofa rompen la monotonía del esquema repetitivo, monotonía que se neutraliza todavía más por la variación del ritmo entre los dos primeros versos y el tercero, que obliga a una pausa o descanso después de cada segmento, para retomar en los siguientes dos versos el tono sostenido y volver después a la pausa.

ooo ooo oóo ooo ooo ooo oóo ooo
 ooo ooo oóo ooo ooo ooo oóo ooo
 ooo ooo oóo ooo ooo ooo oóo

ooo ooo oóo ooo ooo ooo oóo ooo
 ooo ooo oóo ooo ooo ooo oóo ooo
 ooo ooo oóo ooo ooo ooo oóo

El poema consta, así, de diez estrofas trabadas en dos subestrofas de tres versos, haciendo un total de 60 versos, y se puede dividir, simétricamente, en dos partes, de cinco estrofas cada una, correspondiendo artísticamente a la primera la *invocatio* y a la segunda la *supplicatio*: en la primera parte el poeta apela a las cualidades de su casita: modesta, pobre, con sus humildes pertenencias pero a la vez alegre, limpia y luminosa. Es un minúsculo *locus amoenus*: no le falta nada, conforme a la tradición del tópico: hay sol, sombra, plantas, flores, agua, aves y trinos, el lugar por excelencia, el paraíso, el *Locus ille locorum*, el "Lugar de los Lugares", categoría inmutable de la imaginación poética, donde el ser humano se reconcilia consigo mismo y con sus semejantes, el lugar no utilitario por excelencia, donde ni el trabajo ni la ambición ni el temor al poder o a la muerte existen; suprema expresión de la naturaleza como anticipo del paraíso en la tierra, donde concurren los elementos que dan alegría al ser humano: "El viajero ahí se embriaga de perfume y música, pues hay aves, río, brisa, bosque, flores, sombra", reza el verso de Tiberiano citado por Ernst Curtius, como "la más hermosa descripción de *locus amoenus* en la tardía poesía latina"¹.

Y, además, es un sitio ameno en medio del campo, "más abajo del trigal", lo que, al mismo tiempo, evoca una reminiscencia pánica. No podía faltar el símbolo nacionalista, la Virgen de Guadalupe que fue la patrona de la Arcadia mexicana.

Las cinco estrofas siguientes son la *supplicatio* a la amada, también conforme al modelo clásico: a pesar de su ventura, el poeta siente una gran tristeza, se compadece de sí mismo para despertar en ella un sentimiento de adhesión y ternura. Entonces la convida a conocer su casita, con la expectativa de un matrimonio honesto. La filosofía que transpira el poema es la que profesó siempre este poeta horaciano, orgulloso de su pobreza: la filosofía epicúrea de la tradición clásica de la que se nutrió en pleno modernismo. Podemos decir, con seguridad, que este bello poema es obra de un gran poe-

¹ Ernst Robert Curtius, *Literatura europea y Edad Media latina*. Trad. de Margit Frenk Alatorre y Antonio Alatorre. México, Fondo de Cultura Económica, 1955 (Sección de Lengua y Estudios Literarios), vol. I, pp. 281-282.

ta, es obra del más grande poeta mexicano de su tiempo, y que, gracias a su factura artística, a su musicalidad tan natural, a su sencilla y nada fácil belleza es que ha tenido tanta y permanente difusión.

La musicalización del compositor Felipe Llera le vino con la mayor facilidad, no necesitaba mucho más, apenas una especie de acompañamiento que siguiera los compases ya propios del poema. Para verlo mejor, habría que escuchar el sonsonete de la música, sin la letra, en una interpretación muy popular, con guitarra y armónica, seguramente como podía haber sido interpretada, si ya existiera, por las tropas de los revolucionarios de 1910.

El padre Joaquín Antonio Peñalosa, biógrafo y editor de la poesía completa de Manuel José Othón, después de revisar los más diversos testimonios a favor, atribuye a nuestro poeta la autoría de —dice textualmente— esta “[...] bella letra que por largos años ha cantado México y América española”.²

Pero claro que es necesario hacer una corrección: no sólo la ha cantado la América española. Desde hace muchos años se canta también en Brasil, al punto que los brasileños piensan que pertenece a su música popular.³

Ya existía en Brasil, desde antiguo, una canción prácticamente homónima. Se trata de una antigua *modinha*, es decir una música tradicional, popular, muy posiblemente de origen portugués como la mayor parte de las *modinhas*, que fueron muy populares a finales del siglo XVIII en el reinado de Doña María I. A pesar de ser portuguesas, su ritmo lento y un tanto aletargado se atribuye a influencia del Brasil. El poeta carioca Domingo Caldas Barbosa (1740?-1800), hijo de africana y portugués, favorito de esa corte, fue autor y ejecutor de muchas *modinhas* con las que agradaba a la reina y a sus cortesanos. Esa *modinha* a que me refiero se le conoce como “*A casinha pequenina*”. La letra es la siguiente:

CASINHA PEQUENINA

(Folclore Popular)

Tu não te lembrás da casinha pequenina
onde o nosso amor nasceu.
Tu não te lembrás da casinha pequenina
onde o nosso amor nasceu.
Tinha um coqueiro do lado,
que coitado de saudade já morreu.
Tinha um coqueiro do lado,
que coitado de saudade já morreu.

² Joaquín Antonio Peñalosa, “Poesía atribuible”, en Manuel José Othón, *Obras completas I*, Fondo de Cultura Económica, 1997. p. 549.

³ Alfonso Reyes, siendo Embajador en Brasil, escribió en su diario el 22 de abril de 1932: “Me ocupo de establecer el plagio hecho en el Brasil a la canción mexicana ‘La casita’”. Cfr. Alfonso Reyes, *Diario III. Santos, Brasil: 5 de abril de 1930. Montevideo: 30 de junio de 1936*. Ed. de Jorge Ruedas de la Serna. México, Fondo de Cultura Económica, 2011. p.66. Ignoro, sin embargo, que haya escrito ese texto que entonces anunciaba.

Tu não te lembras das juras e perjuras
 que fizeste com fervor.
 Tu não te lembras das juras e perjuras
 que fizeste com fervor.
 Do teu beijo demorado prolongado
 que selou o nosso amor.
 Do teu beijo demorado prolongado
 que selou o nosso amor.
 Tu não te lembras do olhar que a meu pesar
 dou-te o adeus da despedida.
 Tu não te lembras do olhar que a meu pesar
 dou-te o adeus da despedida.
 Eu ficava tu partias tu sorrias
 e eu chorei por toda a vida.
 Eu ficava tu partias tu sorrias
 e eu chorei por toda a vida.

Lo más interesante es que la música es bastante parecida a la de nuestra "Casita", como se podrá comprobar:

A Casinha Pequena
 Musique Traditionnelle
1-st variant

Page 1 / 1.

“La casita pequenita” ha sido la *modinha* más popular en el siglo XX, fue grabada en 1906 por el cantante carioca Mário Pinheiro (1880-1923) y después por inúmeros intérpretes, entre los que destacan los famosos Sílvio Caldas e Nara Leão. Se considera de autoría desconocida, a pesar de que fue en diversas ocasiones atribuida, sin comprobarlo, a un par de compositores y cantores populares.

Lo sorprendente de toda esta historia es que en 1925 la actriz y cantante carioca, Araci Cortes, cuyo verdadero nombre era Zilda de Carvalho Espíndola (1904-1985), lanzó un disco de Odeon, con tres grabaciones, una de ellas “*A casinha*”, la de México, traducida para esa ocasión por quien fuera protector y patrocinador de esta artista, el multifacético actor, escritor, caricaturista, compositor y empresario Luís Peixoto (1889-1973). En el disco aparecía como “motivo mexicano” y se daba crédito a la versión de Peixoto. Fue un gran éxito y el gran debut de Araci Cortes. Para distinguir nuestra canción de aquella otra famosa “*A casinha pequenina*” se llamó desde entonces “*A casinha da colina*”, y así se le conoce hasta el día de hoy como parte del folclore popular del Brasil, y tan arraigada que cuando le decimos a un brasileño que esa música es mexicana nos mira con asombro e incredulidad. He aquí la, también, bellísima versión brasileña:

A CASINHA DA COLINA

Você sabe de onde eu venho,
duma casinha que eu tenho,
fica dentro de um pomar.
É uma casa pequenina,
lá no alto da colina,
de onde se ouve longe o mar.

Entre as palmeiras bizarras
cantam todas as cigarras
sob o por, de ouro, do sol.
Do beiral vê-se o horizonte,
no jardim canta uma fonte
e há na fonte um rouxinol.

Do jasmineiro tão branco
tomba de leve no banco
a flor que ninguém colheu.
No canteiro há uma rosinha,
no aprisco uma ovelhinha
e em casa, meu cão e eu.

Junto à minha cabeceira
minha santa padroeira,
que está sempre no altar,
cuida de mim, se adoço,
vela por mim se adormeço,
e me acorda devagar...

Quando eu desço pela estrada
e olho a casa abandonada
sinto ao vê-la, não sei o que...
Anda em tudo uma tristeza.
Como é triste a natureza
com saudade de você.

Se você é minha amiguinha
venha ver minha casinha,
minha santa e meu pomar.
Meu cavalo é ligeiro,
é uma légua só do outeiro,
chega a tempo de voltar.

Mas, se acaso anoitecer,
tudo pode acontecer,
que será de mim depois?
A casinha pequenina,
lá no alto da colina,
chega bem para nós dois...

Si en efecto "La casita" fue inspiración de Manuel José Othón, no hay mayor gloria para él que sea cantada y sentida como propia por millones de latinoamericanos, incluido el Brasil.

La parodia

Pero la historia no termina aquí, en México "La casita" ha dado lugar a parodias revolucionarias, lo que no es extraño con una música tan famosa. Escuchemos primero la versión de Oscar Chávez, famoso compositor y cantor de músicas y corridos populares y tradicionales:

LA CASITA
Oscar Chávez

Que de dónde amigo vengo,
de una casita que tengo
por allá en el Pedregal,
de una casita chiquita,
con jardines, alberquita
y calefacción central.

Tiene en el frente unas bardas,
que vigilan unos guardias
que me manda el general.
Las bardas son alambradas,
muy bien electrificadas

por Comisión Federal.

Yedras la tienen cubierta,
y un guarura hay en la puerta,
que la Procu me prestó.
En el portal una estatua,
estofada de oro y plata
que el museo me donó.

Ver un garaje tu puedes
donde caben tres mercedes,
cuatro mustangs y un jaguar.
Y en el piso que está encima
hay gimnasio, green y esgrima
y un salón para bailar.

Bajo un ramo que la tupe,
la Virgen de Guadalupe,
que un Arzobispo me dio,
ella cuida los dineros
que me dejan mis obreros,
por eso le rezo yo.

Más adentro está la cama,
que perteneció a Santana,
nuestro mejor vendedor.
Tengo también un armario
que le trancé a un anticuario,
que en palacio se robó.

Si tú quieres al momento
casa vestido y sustento
y una vida cual no hay dos,
ya no seas reaccionario,
hazte revolucionario
y que te bendiga Dios.

Recientemente ha surgido un grupo en el norte del país, oriundo del Estado de Nuevo León que canta músicas de protesta y que se vincula a la cultura chicana. Se llama Trayer. El grupo ha recogido viejas músicas y composiciones populares. La siguiente proviene del movimiento anarquista revolucionario, muy probablemente de los años veinte y recuerda la lucha de Ricardo Flores Magón. La letra rescata el elogio de la pobreza y el menosprecio por la riqueza del poema original, ahora convertido en bandera de la lucha revolucionaria. ¿Una prueba del poder de la poesía? Un gran homenaje a Manuel José Othón. Repárese en el lema anarquista: "Tierra y libertad".

LA CASITA

Grupo Tayer

Que de dónde amigo vengo,
de una casita que tengo
allá en tierra y libertad;
de una casita chiquita
para una mujer bonita,
que espero sepa luchar.

Con cartón y algunos palos,
mala mezcla de mis manos,
empapadas de sudor,
terminé mi humilde cuarto,
no lo cambio por palacios,
pues lo hice con amor.

Yo soy un humilde obrero;
pero a mi colonia quiero
y con los pobres soy feliz,
ahí tengo compañeros
que desprecian el dinero
y dan su vida por mí.

Si usted quiere irse conmigo,
sin cobija tendrá abrigo,
pues ahí conocerá
el amor de los humildes,
tengo orgullo de decirle
¡soy de tierra y libertad!

No sólo en México han surgido y sin duda seguirán apareciendo estas parodias de "La casita". Como dato curioso, el profesor Antonio Candido me contó que en los años treinta ya había surgido una parodia escatológica de la canción, que él recuerda haber oído en Río de Janeiro, y me entonó, con su memoria prodigiosa, la siguiente versión:

A CASINHA PEQUENINA

— Você sabe de onde eu venho?
— De uma casinha que eu tenho
Lá no fundo do quintal.
A casinha é pequenina,
Nunca viu creolina
E de longe cheira mal.

Entre cagalhães bizarros
Boiam pontas de cigarros
Que os fumantes deixam lá.

Pelo buraco da porta
Vê-se logo adiante a horta
E mais longe o repolhal.

Faltaría por observar que ninguna de todas las versiones paródicas, ni mucho menos esta última, posee ni remotamente la estructura y los valores formales de la composición original, que fue obra del oficio artístico de un gran poeta.

Interpretações semânticas do Pretérito Perfeito: Pretérito ou Presente?

JULIANA BERTUCCI BARBOSA

Professora doutora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM – Uberaba).

e-mail: juliana@ielachs.uftm.edu.br

Resumo: Realizou-se um estudo a respeito do significado e do uso do Perfeito Simples e do Perfeito Composto (PC) do modo Indicativo no português brasileiro. Observou-se, em exemplos da modalidade escrita, que a distinção entre esses tempos deve ser buscada em seus traços semânticos e/ou pragmáticos, pois ambos podem expressar um evento que começa no passado e continua até o momento presente.

Palavras-chave: tempo verbal; semântica; aspecto

Abstract: An analysis of “Pretérito Perfeito Simples” (Simple Past Tense) and “Pretérito Perfeito Composto” (Compound Past Tense) in Brazilian Portuguese showed that such tenses must be distinguished according to semantic and pragmatic features other than temporal; both tenses can be used to express a situation that begins in the past and extends up to the present.

Keywords: tense; verb; aspect, semantics

1. Introdução

Na língua portuguesa, assim como em outras línguas naturais, os tempos verbais podem apresentar-se formalmente como simples e compostos. No português, para expressar o pretérito, coexistem as formas do Imperfeito, do Perfeito Simples e Composto, e do Mais-que-Perfeito Simples e Composto.

Com o intuito de verificar a distribuição de funções e empregos que cabem atualmente ao Perfeito Simples (PS) e ao Perfeito Composto (PC) do modo Indicativo no português brasileiro, iniciamos um estudo a respeito do significado e do uso desses tempos.

Realizamos uma revisão nas gramáticas e estudos linguísticos publicados desde o século XIX, procurando definir quais seriam as diferenças, do ponto de vista temporal, que se pode encontrar entre o Pretérito Perfeito Simples e o Composto. Além disso, tentamos também verificar se poderíamos enquadrar o Perfeito Composto entre os tempos pretéritos.

2. Interpretações do PC e do PS

Coadunando com Barbosa (2003), podemos evidenciar que existem, para o PC, três interpretações distintas:

- (a) Evento passado cujo período venha a acabar em uma época presente (SOARES BARBOSA, 1871);
- (b) Evento passado que acaba antes da época presente; não inclui o momento da fala (COMRIE, 1985; ILARI, 1997, BARBOSA, 2003);
- (c) Evento passado que se estende até a época presente (PEREIRA, 1927; SAID ALI, 1964; MELO, 1968; CUNHA, 1972).

Essas diferentes maneiras de interpretar o Perfeito Composto levaram alguns autores a afirmar que o PC não é um tempo pretérito. Entretanto, ao analisar alguns exemplos do português escrito contemporâneo encontramos frases que evidenciam que nem sempre a continuidade de um evento do passado até o presente (independentemente de acabar ou não no momento da fala, ou ultrapassá-lo) é expressa pela forma do Pretérito Perfeito Composto.

Observamos que o Perfeito Simples e o Presente do Indicativo, por exemplo, também podem expressar um evento que começa no passado e continua até o momento presente.

Observe as frases abaixo, extraídas do corpus principal do Laboratório de Lexicografia da Unesp/Araraquara:

- (1) Della Grace **vive** há dez anos em Londres.
- (2) Não o **vejo** desde novembro quando me chamou para uma conversa.

Nessas frases os verbos aparecem no Presente, indicando que os eventos ocorreram no passado e se prolongaram até o momento da fala, expressando ações habituais. O Presente tem, assim, uso análogo ao do PC.

Nesta outra oração,

- (3) Nos últimos anos, a vida de Gabrielle tem sido assim, dividida entre o Brasil, país pelo qual compete, e Memphis, nos Estados Unidos, onde sempre **viveu**,

observamos que o Perfeito Simples indica que Gabrielle nasceu e continua morando nos EUA, mostrando que, assim como o PC e o Presente do Indicativo, o Perfeito Simples também pode expressar um evento que começa no passado e continua até o momento presente.

Desse modo, o uso do Perfeito Composto nesses mesmos contextos não pode ser critério para sua inclusão entre os tempos do presente.

Por outro lado, Dias (1970, p. 184) também registrou exemplos, em sua *Sintaxe histórica portuguesa*, mostrando que nem sempre se pode empregar o Perfeito Composto em uma situação que se prolonga do passado até o presente:

- (4) **Tenho morado** aqui há dez anos.

- (5) Esta casa **tem estado** para alugar até hoje.

Segundo o autor, nessas sentenças, o falante do português seleciona a forma presente para indicar continuidade:

- (6) Moro aqui há dez anos.
(7) Esta casa **está** para alugar até hoje.

Ilari (1997) afirma não há uma correspondente biunívoca (um a um) entre os recursos expressivos e os conteúdos expressos. A forma verbal do Presente do modo Indicativo, por exemplo, pode expressar “fatos presentes, fatos futuros ou até mesmo fatos passados” (Ilari, 1997, p. 9):

- (8) X faz anos hoje (presente).
(9) X faz anos o mês que vem (futuro).
(10) Em 1834, D. Pedro completa 15 anos e torna-se elegível para o trono imperial. (passado) (Ilari, 1997, 09)

Comparando a frase (9) com a (11) abaixo, Ilari aponta que uma mesma circunstância temporal pode ser expressa por várias formas:

- (11) X vai fazer anos o mês que vem. (Ilari, 1997, 10)

Nesta sentença (11), o futuro é expresso pela perífrase “ir + infinitivo”.

Essa ausência de biunivocidade, soma-se, de acordo com o autor, ao fato de que muitas construções que expressam tempo também exprimem, sobretudo, modo e aspecto. Para ele, nem sempre é “fácil separar os valores autenticamente temporais das expressões lingüísticas de seus valores aspectuais e modais” (ILARI, 1997, 11).

Comrie (1985) estudando o PC no português, conferiu a esse tempo a mesma função do Perfeito Simples, a expressão de um fato concluso no passado:

A sentença “ele tem estudado muito ultimamente” indica que ele começou a estudar num passado não muito distante, fez disso um hábito e que esse hábito continuou até o momento presente – embora o hábito possa ter terminado imediatamente antes do momento presente. Assim a referência temporal do perfeito do português é passada; precisamos identificar um ponto temporal num passado não muito distante (a forma verbal não especifica que ponto no tempo) e um ponto temporal *infinitesimamente* anterior ao momento presente; a referência temporal do perfeito português abrange o período completo entre esses dois pontos [tradução nossa].

Por esses argumentos, podemos concluir que tanto o presente como o Perfeito Simples e Composto podem expressar eventos que têm início em um momento anterior ao momento da fala e se estendem até esse momento.

3. A questão da quantificação

Além dessas interpretações, para Ilari (1997) e Barbosa (2003), o Perfeito Composto está intimamente associado à *reiteração*, sendo a única forma verbal capaz de expressar esse valor aspectual independentemente de adjuntos. Porém, essa perífrase, na visão do autor, também expressa um *tempo pretérito*, pois o verbo auxiliar (ter) se encontra em um período cujo início é anterior ao momento da fala, reiterando-se o evento ou estado indicado pela base verbal.

Observe as duas sentenças a seguir:

(12) Crises sucessivas **têm deixado** esta firma à beira da falência.

(13) Crises sucessivas **deixaram** esta firma à beira da falência (grifo meu. ILARI, 1997, p. 51).

Essas duas orações, segundo Ilari, diferem apenas na interpretação: em (12), a firma corre risco de várias falências; em (13) o perigo se manifestou uma só vez.

Como se pode perceber a oposição entre essas duas interpretações não pode ser explicada pelas características lexicais do verbo ou de qualquer outra expressão, devendo-se resultar do contexto sintático.

Ilari (1997) e Barbosa (2003) também argumentam que a *reiteratividade* expressa pelo PC mobiliza outro fator: a *quantificação* dos nomes, que desempenham papéis essenciais na sentença. Isso pode ser observado nos dois últimos exemplos citados: na frase (12) o risco da falência ocorreu várias vezes; na frase (13), o risco de falência ocorreu uma única vez.

Ilari compara, então, o singular e o plural dos nomes com o passado simples e composto dos verbos de ação. Nos dois pares, há um elemento marcado e um elemento não-marcado. Os elementos não-marcados são o singular dos nomes e o passado simples dos verbos de ação, os quais podem, também, expressar pluralidade:

(14) Caqui mancha.

(15) As crianças **choraram**.

Em (14), o substantivo *caqui* está no singular mas se refere a mais de uma fruta, e o passado simples em (15) se refere a “eventos plurais”. Ilari procura mostrar com essa aproximação que tanto o passado simples quanto o passado composto podem registrar um fato repetido, mas cada um a seu modo. Observem-se:

(16) Houve várias reclamações de telespectadores contra a violência da nova série policial.

(17) Vários telespectadores **reclamaram** contra a violência da nova série policial.

(18) Vários telespectadores **têm reclamado** contra a violência da nova série policial

As sentenças (17) e (18) expressam eventos repetidos, mas não são sinônimas. Somente (18) poderia ser utilizada no dia seguinte ao lançamento da série policial para

relatar uma ação coletiva. Para entender a semântica do passado composto, Ilari sugere que se entenda essa pluralização como um *escalonamento de eventos* no tempo, ou seja, como uma graduação de eventos.

O autor nota que há uma outra situação que se descreve tipicamente por meio do passado composto português, em que se mantém a ideia de escalonamento no tempo e de pluralização dos participantes. Mas, neste caso, não há um grupo de agentes que se envolve ciclicamente numa situação nem uma série de ações sucessivas envolvendo a cada situação uma pluralidade de indivíduos; o plural de sujeito resulta de que, reunindo os vários participantes individuais, obtém-se um grupo através do tempo:

(19) Muitas pessoas **têm morrido** no Rio.

Ilari aponta que as duas maneiras de se interpretar sujeito e predicado não explicam sentenças como (19), e propõe que se incorpore a proposta de Davidson (1967 apud ILARI, ms), segundo a qual, numa análise semântica das sentenças de ação, o próprio evento é representado como um dos argumentos do predicado. De acordo com essa proposta, o predicado *assassinar* é definido como um predicado de três lugares correspondentes ao assassino, à vítima e ao evento.

O autor chama a atenção para o fato de que a noção de reiteração expressa pelo passado composto não é, de forma alguma, a mesma encontrada em outros tempos verbais que expressam repetição, como o imperfeito, o presente simples e o presente progressivo. O passado composto não serve, por exemplo, para indicar *disposição*:

(20) Esta flor é o beijinho. É também conhecida como Maria-sem-vergoonha, porque **dá/ *tem dado/ *está dando** em qualquer canto.

(21) A água **entra / *tem entrado** em ebulição aos cem graus.

(22) O vulcão da ilha **entra / tem entrado** em erupção pelo menos uma vez a cada vinte anos (Ilari, ms).

O escalonamento no tempo expresso pelo passado composto não precisa ser absolutamente regular:

(23) Alberto **tem voltado** de Rio Claro no trem das 8h12 (ILARI, ms).

Nessa oração não ficamos sabendo quais os dias ou quantas vezes Alberto voltou para Rio Claro.

Cabe ressaltar que o autor cita dois autores que tentaram definir e resumir o Passado Composto (PC) em uma palavra: Gonçalves Viana, que escreveu no final do século XIX, atribuiu ao PC sentido de "*repetição*"; e Paiva Boléo, que publicou seus principais textos na década de 1930, deu-lhe uma interpretação "*durativa*".

Boléo afirma que além dos valores *reiterativos* existem também para o PC português, valores *durativos* em sentenças como:

(24) Tenho estado doente.

(25) Tenho ficado de cama (ILARI, 1997, p. 66).

Boléo sugeriu que o valor **durativo** do Pretérito Composto é mais fundamental que seu valor **reiterativo**, porém ele não nega que o PC também possa expressar esses valores.

Conforme o que foi visto, concluímos que o Perfeito Composto pertence aos tempos do pretérito, tendo, assim, do ponto de vista temporal, a mesma interpretação do Perfeito Simples. A distinção entre o Perfeito Simples e o Perfeito Composto deve então ser buscada em outros traços semânticos e/ou pragmáticos.

4. *Palavras finais*

Como pudemos observar, expressar valor aspectual durativo ou iterativo (repetição) não é característica exclusiva do PPC, pois também pode ocorrer com o Pretérito Perfeito Simples ou com o Presente. Assim como expressar um evento que tem início no passado e se estende/continua até o presente é simplesmente uma possibilidade que o Pretérito Perfeito Composto deixa aberta, não necessariamente o emprego dessa forma composta expressa um evento que se estende até o momento presente.

Sendo assim, essas constatações parecem enfraquecer a hipótese de que o Pretérito Perfeito Composto (PPC) não tem referência temporal pretérita. Por isso, concluímos que tanto o Pretérito Perfeito Simples (PPS) como o Pretérito Perfeito Composto (PPC) devem receber, com base na fundamentação teórica de Reichenbach (1980) e Corôa (1985), a mesma definição temporal: ME – MR, MF. Acreditamos que as diferenças entre esses dois tempos do Português Brasileiro (PB) devem ser buscadas em outros traços semânticos ou pragmáticos.

5. *Referências*

BARBOSA, J. B. *Os tempos do pretérito no português brasileiro: perfeito simples e perfeito composto*. vol, 2003, 115 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. 5 ed. Lisboa, 1871.

BOLÉO, M. P. *O perfeito e o imperfeito em português em confronto com as outras línguas românicas*. Coimbra, 1936.

CANO, W.M. *O emprego do perfeito composto na linguagem jornalística*. Araraquara, 1998.

COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

COMRIE, B. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

COROA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: introdução a sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.

- CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC, 1972.
- DIAS, A. E. S. *Sintaxe histórica portuguesa*. 5 ed. Lisboa, Clássica, 1970.
- ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. São Paulo, Contexto, 1997.
- ILARI, R. *Notas para uma semântica do passado composto em português*. ms.
- LONGO, B. N. O. *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Araraquara: UNESP, 1990.
- LONGO, B. N. O. et al. Uma abordagem contrastiva do tempo verbal. *Alfa*, n.36, p. 157-169, 1992.
- LONGO, B. N. O. Perífrases temporais no português falado. *Veredas*, 2(2), p. 9-24, jul/dez 1998.
- MELO, G. C. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
- MIRA MATEUS, M. H. M. et. al. *Gramática da língua portuguesa*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 1989.
- PEREIRA, E. C. *Gramática histórica*. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.
- REICHENBACH, H. The tenses of verbs. In: _____. (ed.). *Elements of symbolic logic*. New York: The MacMillan Company, 1947, p. 287-298.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: UnB, 1964.

Do IV centenário da edição do tratado *De Anima*, de 1611, a outros estudos (e disputas) sobre Aristóteles, pelo jesuíta castelhano Antonio Rubio

MANUEL CADAFAZ DE MATOS

Doutor em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa, diretor de Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, e membro da Academia Portuguesa de História.

A introdução da imprensa *européia* no México, em 1539, também possibilitou a circulação e difusão, naquele território, de alguns dos mais relevantes filósofos da Grécia Antiga. Foi o caso dos primeiros passos em torno do estudo e da difusão do *De Anima*, de Aristóteles, pelo jesuíta castelhano Pe. Antonio Rubio.

De tal modo foram significativas e promissoras as incursões do autor castelhano por esse tratado daquele filósofo grego que, em 1611, depois do seu regresso (do México) a Castela, ele viria a proceder a uma cuidada publicação do mesmo tratado. Essa edição teve precisamente o título *Commentarii in libros Aristotelis Stagiritae Philosophorum Principis de Anima, vna cum dubijs & quaestionibus has tempestate in scholis agitari solitis* (Alcalá de Henares, oficina de André Sanchez de Ezpelete, naquele ano), pelo que decorre agora o IV centenário dessa histórica edição.

A evocação que aqui fazemos dessa histórica publicação aristotélica peninsular seiscentista decorre, por sinal, quando também em Portugal tem lugar a edição em língua portuguesa – sob a égide do Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – dos Comentários, pelos conimbricenses, ao *De Anima* do Estagirita¹, originariamente publicados em 1598.

António Rubio nasceu em 1548, em La Roda, Albacete, em Espanha. A sua entrada na Companhia de Jesus ocorreu por via da Província de Toledo, em 18 de abril de 1569, ou seja, pouco depois de ter completado os 20 anos de idade. Já por esse período, tudo o que parece indicar, este jovem votava-se afinadamente ao estudo das questões culturais e espirituais.

Erasmismo e antierasmismo assumidos em meios cultos castelhanos da época (em torno de dois Antonio Rubio)

Neste aspecto específico importa, no quadro cronológico dos fins dessa década de 60, demarcar o Antonio Rubio, natural de uma pequena vila dos arredores de Alba-

¹ Remete-se para a edição *Sobre os três livros do Tratado da Alma*, tradução do original latino por Maria da Conceição Campos; introdução geral à tradução, apêndice e bibliografia por Mário Santiago de Carvalho, Lisboa, Edições Sílabo, 2010 (uma obra de conteúdo, de facto, a relevar).

cete, no sul de Castela, integrado na Companhia de Jesus, de um outro religioso, seu homônimo. Quanto a este segundo, integrado na Ordem dos Frades Menores², já no ano anterior, de 1568 portanto, havia conseguido que lhe imprimissem em Salamanca, na oficina de Ioannes à Canoua, uma obra intitulada *Assertionum Catholicarum adversus Erasmi Roterodami pestilentissimos errores libri nouem*³.

Quanto a esta última obra⁴, como o seu título indica, ela era manifestamente antierasmiana. Esta posição importa, quanto a nós, ser perspectivada também num universo diacrônico. É sabido que, já em 1527, tinha decorrido a Assembleia Teológica em Valladolid, na qual, como assinalou Marcel Bataillon⁵, alguns portugueses se tinham assumido contra o filósofo de Roterdão.

Agora, mais de quatro décadas decorridas sobre esse importante encontro (e mais de três décadas após a morte, em 1536, desse teólogo) a posição contra as ideias erasmistas continuava a ser, inequivocamente, uma realidade em alguns meios na Península Ibérica.

Acerca do jesuíta de Albacete, por seu lado, é bem provável que ele tenha consultado, para os seus primeiros trabalhos em torno de Aristóteles (porventura ainda na biblioteca dos seus confrades em Toledo), uma das três edições preparadas por Erasmo de Roterdam, *Aristoteles opera, quaecunque impressa hactenus extiterunt, omnia, summa cum vigilantia ecusa, graece...*, em dois vols., Basileia, na oficina de Io. Bebelius, 1531; ou, eventualmente, uma das edições seguintes da mesma, produzida na mesma cidade (por aquele impressor, agora em colaboração com um outro, M. Ising e também em 2 vols.), respectivamente de 1539 e 1550⁶.

O jesuíta Antonio Rubio deixou então Toledo, pois outra missão o aguardava. Ele tinha sentido vocação de ir evangelizar as populações das Índias ocidentais. Optou, assim, por partir para a nova Espanha.

² *Tipografia Espanhola do século XVI. A Coleção da Biblioteca Nacional*. Coordenação e organização de Maria Emília Lavoura, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2001, p. 379 (n.º. 1625)

³ Veja-se, ainda, H. M. Adams, *Catalogue of Books Printed on the Continent of Europe, 1501-1600 in Cambridge Libraries* (2 vols.), Cambridge, University Press, II, 1967, p. 161 (n.º. 850).

⁴ Existem exemplares desta obra de Antonio Rubio, OFM, na Biblioteca Nacional de Portugal (como indica Maria Emília Lavoura, *op. cit.*, n.º. 1625), loc. cit.; e, também, na Biblioteca Pública de Évora (como indica Armando Nobre de Gusmão, in *Livros Impressos no Século XVI Existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, II- Tipografia Espanhola*, Separata de *A Cidade de Évora*, 1955-56, p. 142 (n.º. 1049).

⁵ Marcel Bataillon, “Les Portugais contre Érasme à l’Assemblée Théologique de Valladolid”, in *Études sur le Portugal au Temps de l’Humanisme*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português (edição antecedida de um prefácio de José V. de Pina Martins), 1974, pp. 7-34. Vê-se, ainda, do mesmo académico francês a sua edição *Erasmus y España* (1937), nova edição, numa tradução de Antonio Alatorre, México, Fondo de Cultura Económica (1950), 1986.

⁶ Ferdinand Vander Haeghen, *Bibliotheca Erasmi. Répertoire des Oeuvres d’Érasme*, Nieuwkoop, B. de Graaf (1893), nova edição, 1972, 2.ª. secção, p. 10.

Evangelização e aristotelismo em terras do México

Tudo parece indicar que Antonio Rubio era um humanista bem preparado. Assim, um pouco antes de 1587, desembarcou no México. Já nessas terras Antonio Rubio fez a profissão de 4 votos em 4 de janeiro daquele ano. Tendo Castela criado aí a sua Universidade, este jesuíta foi um dos doutores da mesma, ensinando aí Filosofia durante 6 anos, e ainda Teologia, ao longo de 16.

Aí este jesuíta veio a entrar numa disputa sobre Aristóteles. É hoje conhecida, com efeito, de 1595, “uma folha, em fólio maior, impressa de um só lado, em caracteres romanos, a duas colunas”. Trata-se de (Monograma IHS) *Quaestiones Qvodlibeticae in Regia Mexicana academia discutiendae. Matotino Tempore Exagitandae*.

Ao encabeçamento segue-se o texto das conclusões e, ao pé do mesmo:

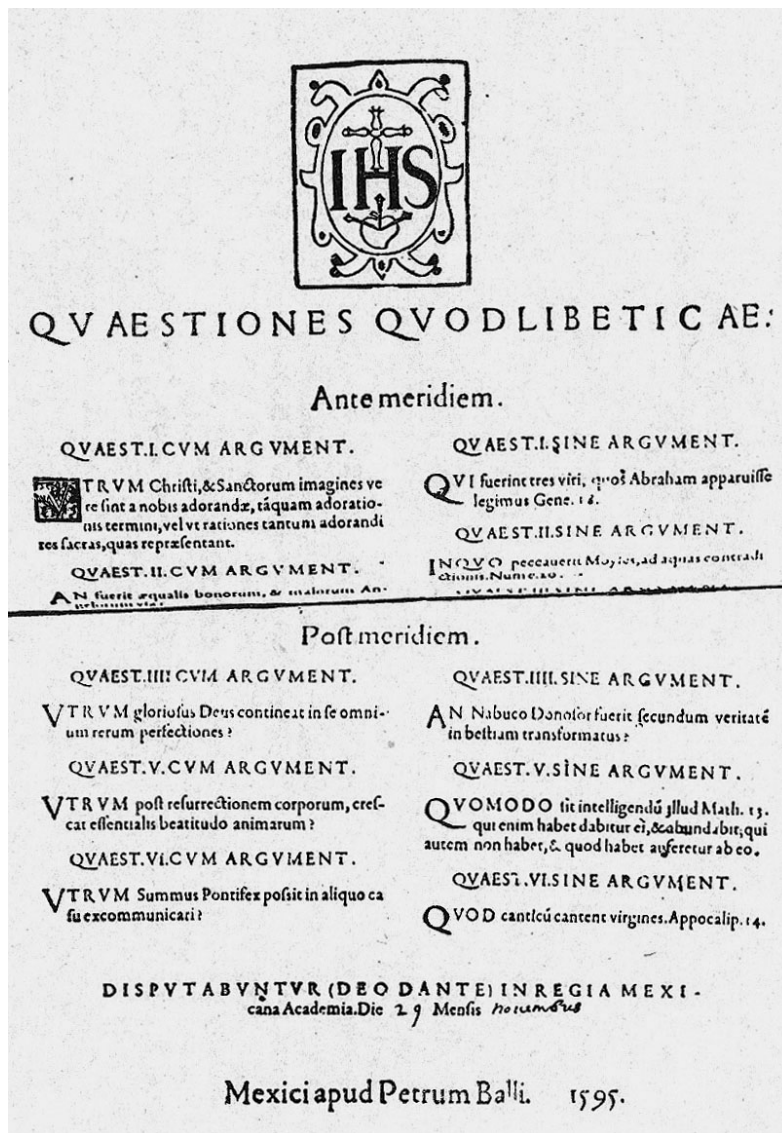
Discotientor Divino Favente Nomine, SVB Praesidio, grauissimi, acsapientissimi Doctoris Melchioris de la Cadena, huius almae Academiae, ac Tlaxcalensis Ecclesiae decani dignissimi. Die nono (ms.) mensis Martij. 1595 Mexici ex Officina Petri Balli, 1595.

Também o bibliógrafo José Toribio Medina apresenta, por seu lado, os mesmos informes para a descrição desta obra⁷ em folha única, de que se conserva um exemplar na Biblioteca Nacional do México, na cidade desse nome. Este trabalho do jesuíta dá bem a dimensão da afeição que ele tinha pela Filosofia Antiga. Os seus comentários aos livros *De Anima*⁸, iniciados com aquele estudo, são ainda hoje bastante apreciados, bem como alguns dos seus outros trabalhos aristotélicos⁹.

⁷ Joaquín García Icazbalceta, *Bibliografía Mexicana del Siglo XVI. Catálogo razonado de libros en México de 1539 a 1600*. Nova edição por Agustín Millares Carlo, México, Fondo de Cultura Económica, 1954, p. 422; José Toribio Medina, *La Imprenta en México (1539-1821)*, Tomo I, Santiago do Chile, Impreso en casa del autor, MCMXII, p. 25.

⁸ Camilo Falcón de Gyvés, *El P. Antonio Rubio, S.J., Sus Comentarios a los Libros De Anima de Aristóteles*, México, 1945.

⁹ Sobre os contributos aristotélicos de Antonio Rubio, remete-se para Oswaldo Robles, “El Padre Antonio Rubio, de la Compañía de Jesús, lumbrera de los peripatéticos mexicanos”, no seu livro *Filósofos*, cap. III, pp. 65-97; para a obra de José M. Gallegos Rocafull, *El pensamiento mexicano en los siglos XVI e XVII*, México 1951 (Ediciones del IV Centenario de la Universidad de México, VII), pp. 238-239 e 297-315; C. Falcón de Gyvés, *El P. Antonio Rubio S.J. (1548-1615). Sus comentarios a los libros De Anima de Aristóteles* (México, 1945); I.O. Romero, *Antonio Rubio en la filosofía novohispana* (Ciudad del México, 1988); Walter Redmond, “La Lógica mexicana de Antonio Rubio: una nota histórica”, *Dianoia* (1983); Domingo Henares, “La lógica mexicana del Rodense Antonio Rubio”, *Al-Basit. Revista de Estudios Albacetenses* X/14 (1984), 42 pp.; Ismael Quiles, “Lógica y ciencia en la Lógica mexicana de Rubio”, *Quiquù. Revista latinoamericana de historia de las ciencias y tecnología* 1 (1984), pp. 55-82. Mauricio Beuchot, “Los tópicos dialógicos en la Lógica Mexicana (1605) de Antonio Rubio”, in *Philosophica* (Valparaíso, Chile), 14 (1991), pp. 109-118



Reprodução de folha impressa respeitante às *Quaestiones Quodlibetales* sobre o tratado *De Anima* de Aristóteles, pelo jesuíta Pe. Antonio Rubio

Estas primeiras investigações de Antonio Rubio em torno deste tratado do Estagirita viriam, já após o seu regresso a Castela, a conhecer significativos desenvolvimentos. Não deve esquecer-se o conjunto de reflexões inovadoras que o autor veio a apresentar na sua primeira ampla edição desse tratado, dado à estampa já em 1611.

Os vários contributos teóricos deste missionário fazem dele um investigador exigente no domínio da Lógica¹⁰. No terreno da expansão europeia, em particular ibéri-

¹⁰ Antonella Romano, "Prime riflessioni sull'attività intellettuale dei Gesuiti ai tempi di Claudio Acquaviva. L'impossibile dialogo tra Roma, Spagna e Nuovo Mondo?", in *I gesuiti ai tempi di Claudio Acquaviva. Strategie politiche, religiose e culturali tra Cinque e Seicento*; Antonella Romano; Paolo Broggio; Francesca Cantù; Pierre-Antoine Fabre (eds). Brescia: Morcelliana, 2007,

ca, na América Latina, vários são os autores contemporâneos que têm relevado os resultados das suas investigações nessa área específica do conhecimento filosófico¹¹.

O regresso a Castela do jesuíta e continuidade dos seus trabalhos filosóficos

Quatro anos depois de se ter destacado como estudioso do *De Anima* de Aristóteles no México, em 1599 este jesuíta regressou a Castela a fim de aí poder imprimir as suas obras. Passou, assim, a residir no colégio da Companhia de Jesus em Alcalá de Henares.

Não terá ficado, porém, muitos meses nessa cidade. No mesmo ano foi tornado procurador da sua Província. O destino que lhe deram foi, então, o de viajar para Roma. Também nessa visita à Cidade Eterna (e não se sabendo quanto tempo aí permaneceu) continuou as suas investigações filosóficas. Recorde-se que Roma continuava a ser, nesse período, um espaço intelectual onde os estudos aristotélicos ganhavam uma particular nomeada.

Tome-se agora em apreciação o cômputo geral das obras filosóficas deste autor castelhano. Na primeira geração da escolástica jesuítica (que teve mais de 50 edições entre 1603-1644), a *Lógica*, por Rubio, de 1603, teve 18 edições entre 1603 e 1641. Merece uma particular atenção a edição com a referência *Logica Mexicana siue Commentarii in universam Aristotelis Logicam. Auctore R. P. Antonio Rubio Rodensi Societatis Iesu Theologo, & Professore in Regia Mexicanorum Academia*, Colónia Agrippina, na oficina de Arnoldus Mylii Birckmanni, 1515 (796 cols.)¹². Recorde-se que na *Lógica*, de Aristóteles, se integram as obras *Categorias*, *A Interpretação*, *Primeiros Analíticos*, *Segundos Analíticos*, *Tópicos* e *Refutações Sofísticas*.

São de tomar ainda em linha de conta as publicações de Antonio Rubio da *Física*, de 1605, que teve 2 edições; a do *De ortu et interitu* de 1609, que teve 7 edições; a do *De Anima*, de 1611, que teve 8 edições; e a do *De coelo et mundo*, de 1617, embora esta já a título póstumo, que conheceu 9 edições.

pp. 261-285 ; e, ainda, Ignacio Osorio Romero, *Antonio Rubio en la filosofía novohispana*, México, UNAM, 1988.

¹¹ Vejam-se, ainda, entre outros estudos em torno deste jesuíta e dos seus contributos filosóficos, os de Mauricio Beuchot, "El tema de las falacias en la *Lógica Mexicana* (1605), de Antonio Rubio", *Saber Novohispano* 2 (1995), 137-145; Leen Spruit, *Species intelligibilis*, vol. II (Leiden, 1995), 311-314; Mauricio Beuchot, "Some Examples of Logic in New Spain (Sixteenth-Eighteenth Century) », in *Studies on the History of Logic*, ed. Ignacio Angelelli / María Cerezo (Berlin-New York, 1996), pp. 215-228 (220-221); Walter Redmond, "Philosophy versus Concern for Indians: A Jesuit's Inner Struggle", in *The Modern Schoolman* 75 (1998), pp. 329-336; E.J. Ashworth, "Antonius Rubius on Objective Being and Analogy: One of the Routes from Early Fourteenth-Century Discussions to Descartes's Third Meditation", in Stephen Brown (ed.), *Meeting of the Minds. The Relations between Medieval and Classical Modern European Philosophy* (Turnhout, 1999), pp. 43-62.

¹² Antonio Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispano-Americano*, nova edição, Madrid, Tomo VI (P-S), Julio Ollero Editor, 1990, p. 347.

Importa ter ainda em linha de conta que todos estes tratados de Antonio Rubio, tanto no domínio da Lógica, como também no da Psicologia, se afirmam como um natural complemento aos Comentários dos Conimbricenses em torno da obra de Aristóteles. A sua obra compreende, por exemplo, um bastante completo *Tractatus de nominum analogia*, integrado no *Commentaire sur les catégories*¹³.

A obra de Antonio Rubio chegou até nós, também, através de alguns códices¹⁴ que têm merecido a atenção de diversos investigadores (que têm estudado, inclusivamente, alguns aspectos relativos à sua “limpeza de sangue”¹⁵). Essa sua aventurosa existência, afinal, é perspectivada como um dos casos mais interessantes da introdução do aristotelismo. A sua vida viria a terminar em Alcalá de Henares em 1615. E na história da circulação do pensamento de Aristóteles na Península Ibérica – para além de alguns professores que se destacaram em Coimbra (através de várias edições), em meados e fins do século XVI - o seu nome é o de uma figura inquestionavelmente a reter.

ANEXO

Algumas das obras aristotélicas impressas de Antonio Rubio, S.J.

- *Logica mexicana, sive Commentarii in Universam Aristotelis Logicam* (Coloniae Agrippinae, 1605) [Paris CSèv]; (Parisiis, 1615) [Paris CSèv]; *Logica mexicana, hoc est commentarii breviores et maxime percipue in universam Aristotelis dialecticam* (Lugduni, 1620) [Madrid BNE; Paris CSèv; Sevilha BU]; (Brixiae, 1626) [Paris CSèv]. Une autre version sous le titre de *Commentarii in universam Aristotelis dialecticam, magnam et parvam, una cum dubiis et quaestionibus hac tempestate circa utramque agitari solitis* (Compluti, 1603) [Madrid BNE; Sevilla BU]; (Compluti, 1610) (Madrid BNE).
- *Poeticarum institutionum liber variis ethnicorum christianorumque exemplio illustratus, ad usum studiosae iuventutis* (Mexici, 1605) [Madrid BNE].
- *Commentarii in universam Aristotelis dialecticam vna cum dubiis, et questionibus hac tempestate agitari solitis in duas partes distributi*, Alcalá de Henares (Compluti),

¹³ Seguimos, em grande parte destes levantamentos, as informações constantes de http://www.scholasticon.fr/Database/Scholastiques_fr.php?ID=1105. Agradecemos ao Prof. Cristóvão Marinheiro algumas das informações bibliográficas que nos transmitiu em torno deste filósofo castelhano.

¹⁴ É o caso de uma “*Copia del parecer que dio el P. Rubio en 1611 sobre las opiniones de la Compañia contrarias a la doctrina de Sto Tomas, con ocasion de haber mandado el General consultasen los Provinciales con los sugetos mas doctos de sus Provincias el remedio que se debia poner a los daños e inconvenientes que podia tener la Compañia se siguiesen de contentarse con lo que se llama doctrina probable* » - Alcalá, 25.VIII.1611, manuscrito do Archivo de Campomanes, 6 fls. [15-13], que já beneficiou de edição: M. Mir, *Historia interna documentada*, II, 278-282 [Escalera].

¹⁵ Veja-se, ainda, “*Parecer sobre un estatuto de limpieza de sangre de la Orden de Calatrava*, Alcalá, 1602-03 », Granada, Biblioteca del Duque de Gor [Escalera].

na oficina de Sanchez Crespo, 1603. J. T. edina referencia uma reedição desta obra em Colónia, em 1609.

- *In dialecticam Aristotelis Commentarii et Quaestiones...*, Madrid, na oficina de Lud. Sancium, 1623.
- *Commentarii in libros Aristotelis de Anima cum quaestionibus agitari solitis (editio princeps: Alcalá, 1611; autres éditions : Colónia, 1613; Lyon, 1613; Madrid, 1616; Lyon, 1620; Bréscia, 1626)*
- *Commentarii in libros Aristotelis de physico auditu seu Auscultatione* (Madrid, 1605) [Sevilla BU]; (Valentiae, 1606) [Madrid BNE]; (Lugduni, 1611) [Paris CSèv]; (Compluti, 1613) [Madrid BNE; Sevilla BU]; (Lugduni, Pillehotte, 1620) [Madrid BNE; Paris CSèv; Sevilla BU]; (Lugduni, 1640) [Paris CSèv].
- *Commentarii in libros Aristotelis de coelo et mundo*, Madrid, 1615 [Madrid BNE; Sevilla BU]. Colónia, 1617 [Madrid BNE; Sevilla BU]. Lyon, Jean Pillehotte, 1620 [*Lyon BM 811332; Madrid BNE; Paris CSèv].
- Antonio Rubio, *Commentarii in libros Aristotelis de ortu et interitu rerum naturalium, seu de generatione et corruptione*, Matriti, 1609 [Madrid BNE] ; Madrid, 1615 [Sevilla BU]; Coloniae, 1619 [Madrid BNE] ; Lugduni, Pillehotte, 1620 [Madrid BUC, googlebooks; Paris CSèv; Sevilla BU]; Brixiae, 1626 [Paris CSèv]

Por uma Teoria da Leitura: as contribuições da Análise do Discurso

PATRÍCIA DE BRITO ROCHA

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia.

e-mail: patriciabrito@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é oferecer uma visão panorâmica do entendimento do processo da leitura pela vertente discursiva, a saber: a Análise do Discurso de linha francesa. Dessa feita, buscar-se-á compreender como ela entende o referido processo, por ora podendo configurar-se como uma teoria da leitura e, conseqüentemente, vindo a contribuir no melhor entendimento do processo em questão, bem como em aspectos do ensino/ aprendizagem do mesmo.

Palavras-chave: teoria da leitura; Análise do Discurso de linha francesa; ensino/ aprendizagem.

Abstract: The objective of this study is to provide an overview of understanding the process of reading the discursive aspect, namely: French Discourse Analysis approach. This way, it will seek to understand how it understands that process, by now configured as a theory of reading and, consequently, contributing to the better understanding of the process in question, as well as aspects of teaching/ learning it.

Keywords: theory of reading; French Discourse Analysis approach; teaching/ learning

1. Considerações iniciais

As teorias voltadas para o estudo da leitura, nos últimos 60 anos, têm sido fortemente influenciadas pelos estudos linguísticos, visto que a ciência que os fomenta, a Linguística, é responsável pelo estudo científico da linguagem em suas diversas manifestações¹. Sobretudo, nas últimas décadas do século passado, essa ciência passou por um expressivo crescimento. Esse panorama abriu margem para o surgimento de muitas áreas de estudo que, de certa maneira, trazem à tona aspectos relacionados à leitura. Algumas delas assumem destaque, a saber: a Linguística Aplicada, a Psicolinguística e, mais especificamente, a Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD).

Quando se pensa em questões de ensino/ aprendizagem da leitura, metaforicamente, pode-se afirmar que a leitura é a porta do conhecimento, tendo em vista que todos os demais conteúdos são aprendidos por meio dela. Contudo, a despeito da importância inquestionável de dominá-la, conforme dados veiculados por pesquisas de

¹ Alexander e Fox (2004) apud Jesus (2005) esclarecem que a Teoria da Leitura, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, trata de uma concepção teórica sobre a leitura que se desenvolveu com menos ou mais ênfase nos aspectos *fisiológico*, *psicológico* e *sociológico*, sendo que, sob essa égide, a Análise do Discurso estaria voltada para o enfoque no sociológico.

caráter internacional², pode-se afirmar que a escola não tem cumprido o seu papel: formar leitores no sentido lato do termo. Ao contrário, forma-se o decodificador, que não é capaz de proceder à leitura crítica dos materiais de leitura a que está sujeito diariamente. Nesse sentido, vive-se uma crise social, pois as pessoas estão inseridas em uma sociedade letrada e seus participantes não são capazes de proceder à leitura dos materiais aos quais estão expostos, não podendo, pois, promover o seu crescimento, nem o conhecimento de sua nação.

Diante dessa conjuntura, muitos esperam que o meio acadêmico produza receitas mágicas para que se consiga um excelente desempenho nos pontos fracos do ensino. No que se refere à linguagem, a Linguística Aplicada, em muitos momentos, é evocada para tal. Mas, sabe-se que à mesma não cabe prescrever “formulas mágicas” para que o ensino/ aprendizagem de práticas da linguagem seja um sucesso. Tendo isso em mente, este trabalho intenta compilar e discutir os postulados da vertente discursiva que dá um tratamento especial à leitura. A partir daí, verificar-se-ão o(s) ponto(s) em que a mesma pode contribuir no entendimento de questões acerca do ensino/ aprendizagem da leitura.

Nesse sentido, em um primeiro momento, serão levantadas as questões que a AD suscita a partir do tema leitura, colocando, inicialmente, que ela se volta a um processo de entendimento da produção de sentido que se relaciona, em parte, com as restrições sócio-históricas que envolvem os discursos. Ressalta-se que, posteriormente, buscar-se-á relacionar a vertente em análise ao ensino/ aprendizagem da leitura, sem, é claro, imprimir um ar de prescrição ou idealismo, mas apenas apresentar (possíveis) contribuições da AD para a construção de (uma) teoria da leitura.

2. A leitura sob o olhar do discurso: um terreno profícuo

Pensar a leitura como objeto de estudo dentro da Linguística é, certamente, uma tarefa intrigante, uma vez que essa ciência tem, dentro de seu campo, muitas áreas que dão conta de olhá-la, contudo sob pontos de vista diferentes. Tendo isso em mente, optou-se, neste estudo, por abordar a leitura sob a ótica discursiva, partindo de dois autores da literatura brasileira sobre AD, a saber: Possenti (2001) e Cardoso (2003)³.

2.1. Notas sobre AD e leitura

Muitos autores, dentre os quais se pode apontar enfaticamente Possenti (*Op.*

² Uma pesquisa de alfabetização realizada pela UNESCO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base nos dados do PISA, demonstrou que “Numa escala sobre níveis de compreensão de leitura englobando 41 países, o Brasil está quase no fim da fila: 37ª posição – à frente somente da Macedônia, da Albânia, da Indonésia e do Peru.” (http://www.unesco.cl/noticias/especial_informe_unesco_ocde/prensa_regional/brasil_o_estado_sao_paulo_1_julio.htm acessado em 29/01/2004)

³ Ressalta-se que as reflexões contidas nas seções 2.1 e 2.2 são sobremaneira baseadas no que apresenta Possenti (2001) ao refletir sobre o *status* da AD em relação à leitura.

cit.), colocam que a AD, embora uma área do conhecimento recentemente constituída, pode chamar para si questões de leitura, já que, em suas raízes históricas, já se encontrava uma preocupação com uma teoria da leitura que envolvia relações entre Linguística, História e Psicanálise⁴, buscando por uma teoria não-subjetiva da leitura.

Em primeira instância, a AD, no que diz respeito à questão da leitura, situa-a em dois âmbitos distintos. O primeiro deles, ao eleger a leitura, deixa de lado a questão do sentido, preocupando-se, a princípio, com a pesquisa do dispositivo social de circulação dos textos. O segundo âmbito de estudo da AD quanto à leitura volta-se para a questão da significação do texto. Em vista do exposto, uma observação aqui se faz necessária: a AD, quando se volta para o estudo da leitura, tem como preocupação os aspectos social, histórico e de sentido, o que restringe seu campo de estudo. A compreensão dessa restrição torna-se mais clara quando se concebe a AD como um conjunto de teorias sobre limitações discursivas. Dessa maneira, um determinado discurso nem circula, nem assume qualquer sentido em um lugar e em forma genérica, respectivamente.⁵

O lugar e a forma da circulação dos discursos relacionam-se tanto ao âmbito discursivo que tem como objetivo o estudo da circulação textual, quanto àquele que se ocupa da significação. Mas, há ainda um ponto a se esclarecer nessa relação: o papel do controle na circulação e na atribuição de sentido aos textos.

Para o primeiro âmbito, o controle age nos espaços privilegiados de circulação de textos, na forma em que eles são veiculados, e se isto se dá no lugar certo. Já para o segundo âmbito, a questão do controle volta-se para a limitação da atribuição de sentido, uma vez que não há como atribuir um sentido a um determinado texto sem saber por qual instituição ele foi pronunciado e, conseqüentemente, em qual lugar discursivo isso ocorreu. Essa é, pois, uma questão fundamental (para uma teoria da leitura), visto que o conhecimento da origem (do lugar de sua produção bem como as circunstâncias enunciativas de sua produção, por exemplo) é importante, embora não seja o único fator a ser considerado. Nessa perspectiva, uma teoria da leitura deve pretender também justificar leituras (apropriadas a certos níveis) que (não) foram (re)contextualizadas.

A partir do papel do controle na circulação na atribuição de sentido, pode-se afirmar que ambas as perspectivas interessam-se por estudar detalhadamente as diversas formas restritivas a que os discursos são submetidos, embora tomem teorias e metodologias diferentes, tendo em vista que os enfoques também são diversos, pois uma

⁴ A AD surge como teoria de entremeio, formulada principalmente por Michel Pêcheux, na França, a partir de meados de 1960. Esse surgimento dá-se a partir do imbricamento de três áreas do conhecimento, a saber: a Linguística, a História e a Psicanálise, de onde advêm os conceitos de *língua*, *ideologia* e *inconsciente*, respectivamente.

⁵ No sentido acima assumido, pode-se conceber, então, que “a leitura está longe de ser um ato inteiramente livre, o que equivale a dizer que a interpretação de um texto não é uma espécie de vale tudo, em que cada leitor tem sua interpretação, independente das referências sócio-históricas e das instituições em que as interações sociais são produzidas” (CARDOSO, 2003, p. 57).

trata da circulação de textos e a outra das restrições e interpretações a que o texto é submetido.

Assumindo que para a AD a leitura é uma questão de atribuição de sentido, Possenti (*op. cit.*) levanta três possíveis razões para que Pêcheux⁶ tenha proposto um dispositivo que visasse a garantir uma leitura não subjetiva dos textos. A primeira delas volta-se para o fato de que ele concebe que uma língua não é um código⁷, pois não fornece diretamente a quem o conhece todas as informações que ele veicula (e, nesse ponto, há questionamento à transparência da linguagem). A segunda razão encontra-se no fato de que se passou a considerar que, no momento da leitura (ou da atribuição do sentido), lê-se o texto e não, por exemplo, frases e exemplos de gramática⁸. Por fim, a última razão levantada volta-se para o fato de que o gênero a que o texto pertence ocasionaria possíveis problemas de interpretação. Embora com razões consistentes, Pêcheux ainda permanecia com um questionamento: se a língua não podia ser sua garantia, como garantir uma teoria não subjetiva da língua⁹?

Para esse questionamento, Pêcheux criou uma excelente alternativa: transpor a leitura de textos para a leitura de discursos, já que estes são possíveis de ser remetidos a determinadas condições, sobretudo, institucionais de produção. Assim, a não-subjetividade da leitura dos textos seria, em parte, garantida pela sua relação com as instituições. Partindo do pressuposto sugerido, a AD fornece três fatores que podem restringir a leitura.

O primeiro desses fatores é que uma palavra ou um enunciado, necessariamente, pertencem a uma determinada Formação Discursiva¹⁰, o que restringe a significação dos mesmos. O segundo fator também diz respeito à noção de pertencimento de uma palavra ou enunciado, não mais a uma Formação Discursiva, mas a um gênero. O último fator, diferentemente dos dois primeiros, diz respeito à relação existente entre

⁶ Um dos fundadores da Análise do Discurso de linha francesa e precursor da noção de que a linguagem é uma expressão histórica da realidade social.

⁷ Na tradição dos estudos da linguagem, a linguagem é concebida de três formas: i) linguagem enquanto expressão do pensamento, ii) linguagem como comunicação, iii) linguagem como interação.

⁸ Pêcheux (2009) assevera que a leitura de frases, por exemplo, leva a uma leitura formalista dos processos linguísticos-discursivos, fazendo com que haja um escamoteamento, por exemplo, da ideologia.

⁹ Pêcheux (2009) fala em uma *teoria (não-subjetivista) da subjetividade*. Para tanto, entende-se *não-subjetivista* como uma marcada oposição ao psicologismo proposto pelas correntes idealistas, e *subjetividade* como a emergência de um sujeito.

¹⁰ “O conceito de FD é central para o desenvolvimento do edifício teórico da AD. Ele sinaliza a constante refacção a que a teoria do discurso foi submetida na obra de Pêcheux, já que, por meio das reconfigurações desse conceito, ele trabalha a linha tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso” (GREGOLIN, M. R. Formação Discursiva, Redes de Memória e Trajetos Sociais de Sentido: mídia e produção de identidade, in: *Web-Revista DISCURSIVIDADE*, ed. 02 dez. 2008).

autor e leitor, estabelecida, dentre outros fatores, pela relação de outros textos do mesmo autor e de outros textos de naturezas diversas.

Apesar de no início de sua história, a AD ter se preocupado com a não-subjetividade no processo da leitura, ela acabou por eximir-se do papel de arbítrio em relação ao que é ou não uma leitura adequada e ocupou-se em dar conta dos percursos de quem lê e como ela lê. Dessa forma, considera-se que não só o conhecimento da língua é necessário para proceder à leitura de um texto e que, nesse sentido, um texto pode abrir-se para mais de uma leitura.

Possenti (*op. cit.*) afirma que há várias razões para a existência de múltiplas leituras, mas ele enumera somente três. A primeira razão é que o leitor pode associar um texto X a um discurso Y, e não a um discurso Z, e, então, o texto X assume a leitura que o autor fez dele ao associá-lo a determinado discurso. Outra razão para o surgimento de várias leituras é que o leitor lê o texto de acordo com suas perspectivas ideológicas e disciplinares que ele possui, o que faz com que ele leia o texto de acordo com aquilo que ele já possui constitutivamente. A última razão levantada pelo autor coloca que o leitor faz determinadas associações às palavras que ocorrem no texto, sem levar em conta gênero, Formação Discursiva, dentre outros. Por isso, as associações diversas às quais os textos são submetidos devem-se, sobretudo, à experiência do leitor em relação aos textos já lidos.

Nesse ponto, dois aspectos muito caros à AD são evocados: a História¹¹ e a Psicanálise¹². A História, relacionada com a primeira vertente de estudo da leitura pela AD, permite defender que existem múltiplas leituras de um texto, porque, para ela, os textos nascem em meio a determinadas condições de produção e estas restringem o modo de como os textos são lidos. A psicanálise relaciona-se com a segunda vertente adotada pela AD para o estudo da leitura, sendo que ela torna-se o meio pelo qual se concebe o sentido. Na verdade, nesses estudos não se busca adotar uma postura de inclusão ou exclusão de leituras, mas somente a explicitação de estratégias de leitura que são colocadas em ação em cada uma das (possíveis) interpretações. Assim, evoca-se a Psicanálise para que ela forneça instrumentos mais adequados para se aceitar as diversas leituras de um texto.

2.2. AD e leitura: breve apanhado do percurso histórico

Apresentado o quadro teórico da AD em relação à leitura, passar-se-á a abordar a história da leitura do século XIX até o presente momento. Para tal, esse período cronológico encontra-se dividido em três estágios, segundo Possenti (*op. cit.*), marcados de maneira crucial pela mudança do elemento que determina a maneira como se lê: o autor, o texto e o leitor.

¹¹ A História é uma das três teorias que constituem a AD, cuja base adotada está no Materialismo Histórico, visto que dela advém o conceito de *ideologia* apresentado por Pêcheux (2009).

¹² A Psicanálise – de orientação lacanianiana – traz o conceito de *inconsciente* que surge como o conceito basilar para a AD e a ele se associa a noção de sujeito (que não é cartesiano, mas, sim, clivado, assujeitado, submetido ao inconsciente e às circunstâncias histórico-sociais).

O primeiro estágio considera que o autor desempenha um papel central, ao lado desta questão; postulam-se também uma noção transparente de língua e uma noção unitária de autor. No segundo estágio, o autor é colocado de lado e seu *status* é ocupado pelo texto. Isso aconteceu com a emergência do estruturalismo que propôs a transposição para o texto que se caracterizava por ser um código, já que postulava ser a linguagem sinônimo de comunicação. Contudo, os textos, com o passar do tempo, foram se revelando plurissignificativos e não estritamente códigos, o que fez com que tal postura fosse substituída. Por isso, o leitor assume um papel central, já que é ele que exatamente (...) lê o que nem o texto diz e/ou que aponta entre as muitas coisas que diz, ou ainda que “fica” com todas as coisas que um texto diz ao mesmo tempo, ou alternativamente, que numa leitura fica com uma coisa e em outra com outra – sejam essas leituras separadas ou não por grandes lapsos de tempo. Parece incontestável que “quem lê é o leitor” (POSSENTI, 2001, p. 27).

No excerto supracitado, percebe-se nitidamente que, quando o foco recai sobre o leitor, não há como deixar de lado as questões subjetivas que emergem no momento da leitura, uma vez que o sujeito-leitor é, antes de tudo, um sujeito que se constitui por inúmeros aspectos, como a ideologia e a formação familiar.

Voltando ao autor do excerto, ele mesmo pontua que pode haver sobre tal fala uma leitura de caráter banal e outra interessante. A primeira diz que, ao voltar o ato da leitura para o leitor, ela pode ser, então, tomada como ele bem quiser. Já a segunda postula que mesmo com o enfoque no leitor, existem critérios e limitações que norteiam a existência ou não de uma leitura. Contudo, a AD não aceita as chamadas leituras individuais, mas, sim, a leitura determinada por grupos de sujeitos que ocupam determinada posição. Desse modo, a leitura pode ser entendida como um ato determinado pela posição histórica do grupo ao qual os sujeitos pertencem. Para o fechamento dessa discussão, pontua-se que, em certa medida, o melhor seria considerar que autor, texto, leitor têm uma relevância tal que não deve ser definida sem que seja, ao menos, considerado o tipo de texto a ser lido.

O último ponto a ser colocado é que o texto deve ser concebido discursivamente, ou seja, como uma instância que seja submetida a restrições de caráter histórico. Sabe-se que tais restrições afetam não somente o texto, mas também seu(s) autor(es) e seu(s) leitor(es). Além disso, os textos são submetidos, simultaneamente, às regras de circulação e às regras de interpretação textual.

2.3. Teoria da leitura e discurso: um caminho em construção

A partir dos aspectos levantados acerca da abordagem da leitura pela AD, alguns apontamentos podem ser feitos. O primeiro deles diz respeito ao ponto em que a AD apresenta dispositivos que constituem uma teoria da leitura¹³, no sentido em que esta, quando assumida pela AD, é tratada como atribuição de sentido ao texto tomado como uma instância de caráter discursivo. A problemática desse ponto reside precisamente nas condições de *atribuição de sentido* ao texto, uma vez que só se considera capaz de

¹³ Faz-se aqui a ressalva de que a AD dispõe de um procedimento de leitura, mas não de alcance absoluto e com valor de verdade indiscutível.

atribuir sentido ao texto, discursivamente falando, um leitor proficiente, ou seja, aquele que domina não só a gramática, mas também os gêneros nos quais os textos se manifestam. Contudo, é imperativo afirmar que, certamente, essa é uma forma abrangente de tratamento do problema, pois aí estão envolvidos também conhecimentos de diversas naturezas, tais como culturais e políticos.

Como poderá, então, um leitor não proficiente operar uma “leitura discursiva”? Talvez, não seja de interesse da AD tratar de tal questão, mas, com certeza, é um ponto a ser refletido¹⁴. Pode-se, então, mencionar que ela parte, inicialmente, de uma teoria não-subjetiva da leitura e evolui para dar conta dos passos de quem lê e como lê, considerando que não basta o conhecimento da língua para se proceder à leitura de um texto e que ele pode possuir mais de uma leitura. Nesse ponto, há um retorno ao questionamento anterior: “não basta o conhecimento da ‘língua’, mas quem por inúmeras razões não o possui?”.

No bojo da proposta teórica da AD, não ficam de fora, conforme já aventado, a História e a Psicanálise que são evocadas para explicar, respectivamente, a circulação e a determinação do sentido dos textos. A primeira traz à cena as questões relacionadas com as condições de reprodução/ transformação das relações de produção que fazem emergir a questão das lutas de classes relacionada com o papel da ideologia na interpeção dos sujeitos. Por sua vez, a segunda permite fundamentar a relação da língua com o sujeito, sendo este compreendido como estabelecendo uma forte relação com o *inconsciente*. Assim, a AD mantém-se com os pés firmes em suas raízes, pois não abandona esses pressupostos para constituir sua teoria da leitura, mas, ao contrário, as toma como base da mesma.

Um último apontamento a ser feito é em relação aos elementos que constituem, por assim dizer, a leitura: *autor, texto, leitor*. Os três, ao longo da recente história da leitura, alternam-se no papel de destaque, mas, na verdade, devem ser concebidos como possuindo igual importância, já que eles constituem o complexo ato da leitura. Devido ao fato de a AD preocupar-se com a atribuição de sentido, há uma tendência em se focar mais enfaticamente o leitor, como constituinte de um grupo social, pois serão suas crenças, seus conhecimentos e sua ideologia que determinarão, em parte, a leitura¹⁵.

¹⁴ “A leitura, produção de sentidos, embora regada e determinada pelo social, é sempre um acontecimento discursivo, e como tal, produz invariavelmente o novo. [...] A possibilidade do novo é garantida em primeiro plano pelo próprio equívoco da língua [...]” (CARDOSO, 2003, p. 53).

¹⁵ Ao longo dessa exposição, mencionou-se a palavra social, pois, certamente, uma teoria da leitura de caráter discursivo considera, sobretudo, a leitura associada aspectos sociais, principalmente, porque os textos surgem nas sociedades e alguns, mais exatamente, em determinadas épocas.

2.4. À guisa da conclusão:

o discurso na abordagem de questões de ensino/ aprendizagem da leitura

Em vista das discussões suscitadas, pode-se apontar que o tratamento dado pela vertente discursiva aos aspectos relacionados à leitura pode interferir em três aspectos no processo de ensino/ aprendizagem de língua, sendo que eles se associam, em primeiro lugar, com uma “teoria” que forma professores mais críticos em relação ao papel que assume e ao conteúdo que leciona; em segundo lugar, com uma abordagem de leitura que faz com que os alunos se tornem não só leitores decodificadores, mas leitores críticos; e, além disso, com a promoção de um ensino de língua que não a tome como código, mas como possuidora de um caráter social e histórico.

Especificando cada um desses itens e verificando as suas implicações, tem-se que o primeiro ponto de interferência de uma abordagem discursiva de leitura deva ser no processo de formação de professores. Isso ocorre ao entender que, quando os mesmos chegam a este ponto, eles já devam possuir uma leitura proficiente e, então, ser capazes de compreender todos os meandros que envolvem a construção do texto, tanto em nível textual, ou seja, de superfície linguística, quanto de implicações sócio-históricas. Assumindo isso, os professores poderão proceder não só à leitura de textos, mas também à de contextos relacionados à conjuntura que envolve o processo de ensino/ aprendizagem.

O segundo ponto é uma consequência direta do primeiro, uma vez que, a partir do momento em que os professores possuem uma visão mais crítica de mundo e das noções do que seja proceder a uma abordagem discursiva dos textos, eles poderão passar a aplicar isso na sala de aula. Isso permitirá com que os alunos percebam que o texto não é somente a estrutura textual, mas que inúmeros outros aspectos são mobilizados para a sua construção e outros tantos devem ser chamados para que se construa o seu sentido. Uma consequência direta desse aspecto é que os alunos não serão preparados somente para uma leitura do código, mas uma leitura do contexto sócio-histórico que o rodeia e/ou que rodeia os textos que ele lê.

Em virtude de não se privilegiar o código, promove-se um ensino de língua que não a concebe como tal, mas, sim, como detentora de um caráter histórico e social, na qual se manifesta esse caráter. Dessa maneira, a língua não é concebida como transparente ou ingênua, mas, sim, como não transparente e intencional, sendo, pois, papel dos textos manifestarem, sobretudo, a ideologia e os desejos de quem o produz.

Entende-se que a leitura de caráter discursivo antecipa a existência de um leitor proficiente que proceda a uma leitura de igual natureza, ou seja, que ele domine, por exemplo, bem a sintaxe da língua e os suportes textuais que comportam os discursos, pois ela trabalha, em grande parte dos casos, no intuito de desvendar as intenções que são determinadas pelo meio e modo como os textos circulam e quais os sentidos eles geram.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 196p.

JESUS, Osvaldo Freitas de. *Leitura e cognição*, in: FIGUEIREDO, Célia Assunção *et al.*(orgs.). *Lingua(gem): reflexões e perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, 2003, pp. 231-254.

_____. *Paradigmas da Teoria da Leitura*, in: FIGUEIREDO, Célia Assunção & JESUS, Osvaldo Freitas de. *Linguística aplicada: aspectos da teoria e do ensino de línguas*. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp.108-130.

KLEIMAN, Ângela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 9 ed. Campinas: Pontes/ Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.102p.

_____. *Leitura: ensino e pesquisa*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2004a. 213p.

_____. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 7 ed. Campinas: Pontes, 2004b. 82p.

KOCK, Ingedore Villaça & CUNHA-LIMA, Maria Luiza. *Do cognitivismo ao sociocognitivismo*, in: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3, pp. 251-300.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, in: GADET F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997b, pp. 61-151.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2009. 287p.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)*, in: GADET F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Péricles Cunha. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 163-235.

POSSENTI, Sírio. *Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso?*, in: MARINHO, Marildes (org). *Ler é navegar: espaços e percursos da leitura* Campinas: Mercado de Letras, 2001, pp.19-30.



Paul Klee, *Embrace* (1939). Paste color, watercolor, and oil on paper, 9 1/2 x 12 1/4 in.
Collection Dr. Bernhard Sprengel, Hanover

Resenhas

Ludwik Fleck: um olhar crítico sobre a(s) ciência(s)

LUCIANO MARCOS CURI

*Doutor em História pela UFMG e Mestre em História Social pela UFU.
Professor de Ciências Humanas do UNIARAXÁ.*

ROBERTO CARLOS DOS SANTOS

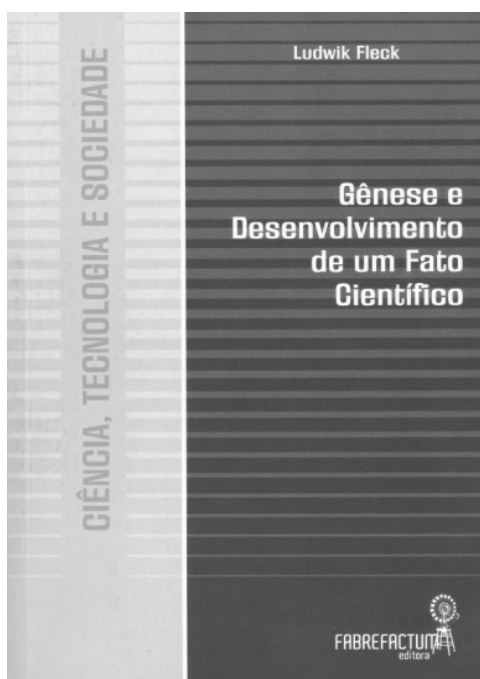
Mestre em História Social pela UFU. Professor de Ciências Humanas do UNIPAM.

Tradução: FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Tradução de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. 201p.

Título original: Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache: Einführung in die Lehre von Denkstil und Denkkollektiv.

Data da publicação original: 1935 (Basileia, Suíça)

Primeira edição brasileira: Fabrefactum, 2010.



Capa da edição em Língua Portuguesa



Ludwik Fleck (1896-1961)¹

¹ Foto extraída de: COHEN, Robert Sonné, SCHNELLE, Thomas (Edit). *Cognition and fact: materials on Ludwik Fleck*. Dordrecht: Reidel Publish Company, 1986.

Os leitores de língua portuguesa agora já podem usufruir da obra do médico e teórico judaico-polônes Ludwik Fleck, intitulada *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Lançada no Brasil no dia 13 de setembro de 2010 durante o *Colóquio de História e Filosofia da Ciência [Ludwik Fleck]* realizado em Belo Horizonte na UFMG², em homenagem ao próprio Fleck, a edição vem preencher uma lacuna há muito já verificada.

Embora a obra de Fleck ainda seja pouco conhecida, sua importância não é pequena nem ultrapassada. Seu trabalho já estava vertido para o inglês (1979), italiano (1983), espanhol (1986) e francês (2005), antes da presente tradução brasileira (2010). A republicação em alemão data de 1978. O restante de sua obra epistemológica encontra-se disponível em alemão e inglês.³

O livro *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico* foi originalmente publicado em alemão na Suíça em 1935. A trajetória biográfica de Fleck foi decididamente bastante acidentada, o que em parte explica a pouca divulgação de seu livro. Ele, seu único filho (Ryszard Arie Fleck) e esposa (Ernestina Waldman) foram vítimas da ocupação nazista na Polônia durante a Segunda Guerra Mundial, e foram enviados para os campos de concentração de Auschwitz e Buchenwald⁴. Embora Fleck, esposa e filho tenham sobrevivido à guerra, o mesmo não aconteceu com amigos, colegas e o restante da família.

Durante a guerra, Fleck prosseguiu suas pesquisas e desenvolveu uma nova técnica de obtenção da vacina anti-tifo a partir da urina dos doentes. Tal realização despertou a cobiça dos nazistas, que preservaram sua vida, interessados na sua formação e habilidade científica.

Após a guerra Fleck retornou à Polônia, onde atuou como professor universitário e membro de importantes associações científicas de seu país. No período entre 1946 a 1957 Fleck desenvolveu intensa atividade científico-acadêmica: orientou quase cinquenta teses de doutorado, publicou 87 artigos científicos e participou de vários congressos científicos, um deles, inclusive, no Brasil em 1955, no II Congresso Internacional de Alergistas, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 6 e 13 de novembro daquele

² Na FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) no Auditório Baesse.

³ Trata-se de sete artigos publicados entre 1927 e 1960. São eles: "Algumas características específicas do modo médico de pensar" (1927); "Sobre a crise da realidade" (1929); "Observação científica e percepção em geral" (1935); "O problema de uma teoria do conhecimento" (1936); "Problemas da ciência da ciência" (1946); "Olhar, ver e saber" (1947); e "Crise na ciência" (1960). "Cf. CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Prefácio à edição brasileira, in: FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010 (Tradução de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira), p. VIII. Esses textos em inglês encontram-se em COHEN, Robert Sonné, SCHNELLE, Thomas (ed.). *Op. Cit.*

⁴ Cf. LOTHAR, Schäfer e SCHNELLE, Thomas. 1986. Fundamentação da perspectiva sociológica de Ludwik Fleck na teoria da ciência, in: FLECK, Ludwik. 2010. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte, Fabrefactum, (Tradução de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira), 201p [Original de 1935]; PARREIRAS, Márcia Maria Martins. *Ludwik Fleck e a Historiografia da Ciência: diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida*. (Mestrado em História), Belo Horizonte, UFMG, 2006, p. 85.

ano.⁵ Em 1956, Fleck sofreu um infarto e descobriu que estava com câncer. A partir deste momento sua saúde piora consideravelmente. Essa nova conjuntura o leva a imigrar com sua esposa para Israel (em 1957), país onde seu filho vivia desde o fim da guerra. Lá, faleceu em 1961, vítima de um segundo infarto.

Esse foi outro motivo que dificultou a divulgação da obra epistemológica de Fleck. Após a guerra ele optou por seguir uma carreira científica na área da microbiologia, para a qual dedicou maior empenho e publicou maior número de trabalhos. Embora hoje sua notoriedade se deva ao presente trabalho ora traduzido, este foi ignorado durante décadas. Sua redescoberta, em parte, deve-se a Thomas S. Kuhn⁶ e ao comentário que inseriu em seu livro sobre a “*monografia de Fleck*”.

Após ter sido praticamente ignorado por várias décadas, *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, (re)aparece em 1979, em sua tradução para o inglês, na qual o primeiro desses ilustres apresentadores não foi nada menos do que Thomas Kuhn. Cerca de duas décadas antes, em grande medida, Kuhn havia sido o responsável por essa (re) descoberta do livro de Fleck ao afirmar também no prefácio de *A Estrutura das Revoluções Científicas*⁷: [encontrei] “a monografia quase desconhecida de Ludwik Fleck [...], um ensaio que antecipa muitas de minhas próprias idéias”⁸.

O livro de Fleck divide-se em quatro capítulos mais um prefácio do próprio autor datado de 1934. O autor parte de um fato cotidiano de sua lida médica para desenvolver sua reflexão epistemológica: a sífilis. Assim o primeiro capítulo faz uma recapitulação histórica para explicar “como surgiu o conceito atual de sífilis” e já enseja sua explicação utilizando, mesmo que implicitamente em algumas passagens, os conceitos que se desenvolvem nos três últimos capítulos. O segundo capítulo, intitulado “Conseqüências para a teoria do conhecimento da história apresentada de um conceito”, demonstra o condicionamento histórico-social do pensamento e introduz as noções de *protoideias (pré-ideias)*, *estilo de pensamento* e *coletivo de pensamento*. Na página 62, Fleck cita a importância da biologia na formação de sua epistemologia e esclarece a presença das mutações na formação do pensamento. Relembrar a citação da biologia por parte de Fleck é importante para marcar a distinção que o separa de toda tradição anterior de reflexão sobre a ciência, o chamado Círculo de Viena, bem como de Karl Popper, cujo livro foi publicado em 1934⁹.

⁵ CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Prefácio à edição brasileira, in: FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010 (Tradução de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira), p. XV.

⁶ KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006 [Original de 1962].

⁷ CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Prefácio à edição brasileira. In: *Op. Cit.*, p. IX.

⁸ KUHN, Thomas Samuel. *Op. Cit.*, p. 11.

⁹ Trata-se de POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1993.

No terceiro capítulo, “Sobre a reação de Wassermann e sua descoberta”, Fleck demonstra a construção do fato hoje plenamente conhecido como *reação de Wassermann* (teste diagnóstico da sífilis) e introduz uma reflexão crítica sobre a tão propalada objetividade como critério seguro para discernimento do conhecimento científico. Essa reflexão é muito importante para a historiografia de modo geral, pois propõe uma percepção problematizadora, não ingênua, sobre a visão retrospectiva habitual dos historiadores, e desmistifica a existência concreta da chamada objetividade. Nesse momento aborda-se a questão do erro na construção da ciência de maneira inovadora para a época.

No quarto capítulo, “Aspectos epistemológicos da história da reação de Wassermann”, Fleck introduz a noção de *saber* num sentido já bem próximo ao que Michel Foucault¹⁰ mais tarde definirá. Nesse capítulo aparecem a noção de *círculo esotérico* (dos cientistas) e *círculo exotérico* (saber popular), e discute-se a circulação de saberes e conteúdos entre os dois. Também se explicitam as noções de “*conexões ativas e passivas*” e ressalta-se a importância dos *manuals de ciência* na formação de novos profissionais. Para Fleck o *estilo de pensamento* de determinada área do saber em determinada época consiste numa predisposição a uma *percepção direcionada*¹¹. No final do capítulo alude ao *estilo de pensamento* indiano e chinês, num dos muitos exemplos que evoca, e evidencia que sua reflexão tem um escopo muito maior e pode ser extrapolada para inúmeras outras searas.

Desde modo, o livro de Fleck tem outras possibilidades que no geral só recentemente começam a ser exploradas. Habitualmente, suas noções de *estilo de pensamento* e *coletivo de pensamento* são consideradas precursoras e semelhantes às de *épistémè* de Foucault¹², e de *paradigma* em Thomas Kuhn¹³. Contudo, essa posição já foi criticada por Bruno Latour.

No posfácio à edição francesa da obra de Ludwik Fleck, Bruno Latour (2005) sugere que uma das injustiças dirigidas a esse pensador (refere-se à Fleck) é o fato de seu conceito de “coletivo de pensamento” ter sido considerado um mero “precursor” da noção de “paradigma” de Kuhn. Segundo Latour, para Fleck não se tratava apenas de estudar o contexto social das ciências, mas de perseguir todas as relações, os embates e as alianças envolvidas na produção do conhecimento e na história do pensamento. Latour o considera, assim, um pioneiro ainda atual e instigante.¹⁴

¹⁰ Cf. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [Original de 1969].

¹¹ FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, p. 198.

¹² A noção de *épistémè* aparece em inúmeras ocasiões na obra foucaultiana. Apenas para citar alguns exemplos: *As palavras e as coisas* (de 1966); *Arqueologia do saber* (de 1969), e *A ordem do discurso* (de 1970).

¹³ KUHN, Thomas Samuel. *Op. Cit.*

¹⁴ MACHADO, Paula Sandrine. Intersexualidade e o “Consenso de Chicago” as vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2008, vol.

Assim a obra de Fleck aponta que as ideias científicas circulam, inexistindo rupturas totais, ou abruptas, como mais tarde sugeriu Thomas Kuhn¹⁵. Fleck demonstra a existência de inúmeros reposicionamentos sociais, as chamadas *mutações*, que possibilitam a *gênese* e o *desenvolvimento de um fato científico*. Esses adventos ocasionam a desestabilização de conceitos antigos, do *estilo de pensamento* de outrora, permitindo o surgimento de novos objetos científicos.

A história da sífilis de Fleck, portanto, não equivale às congêneres de sua época. Difere das abordagens então recorrentes, ele evidencia a construção social da sífilis e demonstra como a *reação de Wassermann* introduziu um novo *estilo de pensamento* que reconfigurou o entendimento da própria doença. Para Fleck o conhecimento científico é um fenômeno social e cultural. A cultura é que torna possível e legítima a ciência, e não se constitui num embaraço na vida dos cientistas ou um percalço no caminho da objetividade.

O primeiro estudo epistemológico de Fleck afirmava que as “doenças” são construções coletivas dos médicos¹⁶. No seu segundo trabalho epistemológico, ele radicalizou esta ideia e explicou que os agentes causadores das doenças (infecciosas), as bactérias, são também construções dos cientistas¹⁷. [...] Posteriormente, em seu livro de 1935, *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico* [...], Fleck desenvolve a ideia sobre o papel das práticas profissionais na construção e validação dos “fatos científicos”. O conhecimento, explica ele, não pode ser concebido fora do grupo de pessoas que o criam e o possuem. Um fato científico é como uma regra desenvolvida por um pensamento coletivo, isto é, um grupo de pessoas ligadas por um estilo de pensamento comum.¹⁸

Aqui é preciso reconhecer que a leitura da obra de Fleck demanda cuidados para os quais o prefácio e o prólogo preparam satisfatoriamente o leitor. Isso ocorre por vários motivos. O texto de Fleck se repete. O primeiro capítulo, por exemplo, para aqueles que não estão familiarizados com o estudo histórico das doenças, pode parecer um pouco enfadonho. Contudo, é a partir da história da sífilis que ele desenvolve sua epistemologia, e o primeiro capítulo é a apresentação do *caso* a ser estudado, ou seja, da sífilis. Neste caso específico sobre a história da sífilis, alguns leitores mais informados poderão objetar que o texto de Fleck encontra-se desatualizado. Quanto à sífilis, certamente, quanto ao projeto epistemológico, não. Fleck não aborda, por exemplo, a famosa contenda sobre a origem da sífilis, se é americana ou europeia. Isso, no entanto, é secundário. Aplicando a teoria fleckiana ao próprio Fleck a compreensão destas mudanças na percepção da sífilis tem motivações sociais. Ele próprio ressalta que a histó-

23, n. 68, p. 122.

¹⁵ KUHN, Thomas S. *Op. Cit.*

¹⁶ Trata-se do artigo de 1927, “Algumas características específicas do modo médico de pensar”.

¹⁷ Trata-se do artigo de 1929, “Sobre a crise da realidade”.

¹⁸ LÖWY, Ilana. Fleck e a historiografia recente da pesquisa biomédica, in: PORTOCARRERO, Vera. (org.). *Filosofia, História e Sociologia das Ciências 1: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, pp. 236-237.

ria de uma doença (ou de um Fato Científico, para usar seus termos) nunca está completa; é sempre tarefa inacabada. Assim, desde a publicação do seu livro, outros temas tornaram-se relevantes no que tange à sífilis que em 1935 não estavam tão presentes no *estilo de pensamento* e no *coletivo de pensamento* da época.

Para Mauro Condé, professor do Departamento de História da UFMG e um dos articuladores da tradução brasileira, a epistemologia fleckiana tem maior flexibilidade e resolutividade que as demais abordagens teóricas interpretativas da(s) ciência(s) hoje disponíveis. Para ele a obra de Fleck permanece rica, instigante e atual.

Um dos maiores desafios que o pensamento de Fleck nos oferece talvez seja o de tentar compreender um fato científico a partir de um “sistema de referência”, no qual múltiplas “conexões passivas” e “conexões ativas” se equilibram e os fatos surgem e se desenvolvem. Enfim, devemos abandonar as dicotomias das posições radicais de uma descrição empírica, por um lado, ou de uma postulação lógica por outro, para abraçar o conhecimento que emerge da atividade humana em suas interações com o social e a natureza¹⁹.

Assim, a leitura da obra de Fleck, situada na fronteira entre sociologia, história e filosofia da ciência, pode ser edificante em várias áreas do conhecimento humano; pode ser mesmo desconcertante em alguns momentos. Contudo, certamente, trata-se de uma empreitada profícua para historiadores e todos aqueles que têm na sua lida a reflexão sobre o social e o cultural.

A tradução brasileira, é importante registrar, foi feita com rigor e cuidado e incluiu o prólogo de Lothar Schäfer e Thomas Schnelle, intitulado “Fundamentação da perspectiva sociológica de Ludwik Fleck na teoria da ciência”, escrito originalmente para a edição espanhola de 1986. Deslize editorial foi a omissão no final do livro das referências bibliográficas do próprio Fleck, presentes no original em alemão e nas versões em inglês e espanhol. Elas remontam informações importantes. Uma delas é a citação que Fleck faz da obra de Karl Popper, e que aparece apenas no final. Tais referências são indicativas da atualidade das leituras de Fleck e da diferenciação que queria demarcar e estabelecer. Outra queixa é a ausência de fotografias e mais dados biográficos sobre Fleck que a presente tradução brasileira deveria conter, pela oportunidade ímpar que constituiu de divulgação do próprio autor no Brasil e nos demais países de língua portuguesa.

A expectativa agora é para que a editora Fabrefactum disponibilize o restante da obra epistemológica de Fleck em língua portuguesa, ou seja, os sete artigos por ora apenas disponíveis em inglês e alemão. Isso contribuirá de maneira decisiva para a consolidação no cenário brasileiro deste importante autor e de suas reflexões sobre a História, a Sociologia e a Filosofia das Ciências.

¹⁹ CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Prefácio à edição brasileira. *Op. Cit.*, p. XIV-XV.

Tecnociência, tecnologia social e adequação sociotécnica: cabe discussão no âmbito da sociedade e da política?

VICENTE GALILEU FERREIRA GUEDES

Mestre em Agronegócios pela UnB e aluno do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da UNICAMP. e-mail: galileuguedes@hotmail.com

DAGNINO, R. (org.). *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2 ed. rev. e ampl. Campinas: Komedi, 2010. 302 p. ISBN: 978-85-7582-564-8.

Este é mais um trabalho de R. Dagnino com resenha submetida à Alpha. O número 11 do periódico, publicado em 2010, carrega uma resenha de título que o mesmo autor ofertou ao público em 2007 (GUEDES, 2010). Na oportunidade, o propósito era proceder a uma reflexão expandida, gerando uma resenha que se pretendia interpretativa. Assim, além do livro resenhado, foram exploradas outras nove fontes, entre as quais dois produtos do próprio Dagnino – um deles é o título cuja segunda edição ora se tem sob o olhar.

Com esta nova leitura relatada, é reproduzido o esforço de construção dialogada e indutiva como modo de trabalho, exercitando-se algo presente como método em humanidades (como antropologia e sociologia) e em estudos sociais da ciência e da tecnologia: seguir o objeto, dentro de uma reflexão-discussão continuada.

O livro é a segunda edição de um lançamento de 2009, ampliado pelo acréscimo de três trabalhos anteriormente publicados noutras circunstâncias. Resulta disso que a primeira edição, um produto editorial do próprio Instituto de Geociências – IG/ Unicamp, tinha 183 páginas, número expandido para 302 na segunda. Na p. 15 da “Apresentação”, há um registro de que os trabalhos originais foram discutidos em seminário de 2008 e uma dedicatória dirigida a Amilcar Herrera¹. Em adição, note-se que a publicação decorre do trabalho do Grupo de Análise de Políticas de Inovação – GAPI², da Unicamp, sob apoio da FINEP, IDRC (Canadá), CAPES e FAPESB³. A quarta capa da segun-

¹ A. Herrera, especialista em geologia econômica, foi convidado pela Unicamp para coordenar e operar na criação do seu Instituto de Geociências na década de 1970. Recebe os tratamentos de “geólogo e pensador” por Fernando Costa, atual reitor da universidade (COSTA, 2010: 9) e de “pesquisador intelectualmente inquieto” por S. Figueirôa e A. Furtado, da atual direção do IG (FIGUEIRÔA; FURTADO, 2010: 12); e é colocado como um dos fundadores do pensamento latino-americano em ciência, tecnologia e sociedade (DAGNINO, 2000).

² <http://www.ige.unicamp.br/gapi/>

³ Respectivamente: Financiadora de Estudos e Projetos; International Development Research Centre; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

da edição tem um registro gráfico da interação com a Universidade Nacional de Quilmes, na Argentina. Nenhuma dessas informações é desimportante para a compreensão dos conteúdos.

Falando em objeto, esta resenha também integra uma linha de estudos e pesquisas desenvolvida por um conjunto de pessoas, em diferentes arranjos e subgrupos, sempre analisando e buscando compreender os papéis de um instituto público de pesquisa (IPP) em contextos de aplicação. É desses estudos que emergem percepções dos tipos que relacionam a parceria de IPP com ou em: i) a possibilidade de novos modos de construção do conhecimento e a inovação contextual (v.g. GUEDES; GOMES, 2010; GUEDES; MARINHO, 2006b); ii) fenômenos de aprendizagem e transbordamento em dinâmicas de indicações geográficas (v.g. FRONZAGLIA et al., 2010); iii) comunidades agricultoras em processos socialmente transformadores (v.g. GUEDES et al., 2009); iv) a mudança tecnológica performada em interações com cooperativa agropecuária (v.g. FRONZAGLIA et al., 2008); v) construções cognitivas no sentido de que a compreensão qualificada do futuro da pesquisa tecnológica deve considerar, como elementos necessários, as instituições, a cultura, o território e o contexto (GUEDES; MARINHO, 2006a; GUEDES; VALENTE, 2004; SILVA et al., 2009).

Aqui se opera sob perspectiva multidisciplinar, importante para compreender dinâmicas da pesquisa, da C&T, da política e do desenvolvimento social e econômico. Entende-se que este trabalho, máxime o texto resenhado, interessa às ciências sociais aplicadas, aos estudos do desenvolvimento, a campos dos estudos sociais da ciência e da tecnologia e, sobretudo, a formuladores, operadores e avaliadores de políticas de educação, C&T e inovação. Aqui, de modo decorrente do que há no objeto da resenha, a preocupação é também discutir o papel da pesquisa tecnológica no desenvolvimento econômico, atuando por meio de interações na construção de conhecimento em organização social, independência, soberania e equidade.

A coletânea organizada sob a batuta de R. Dagnino conta com escritos de orientados acadêmicos seus (como Bagattolli, Dias, Fonseca, Novaes e Serafim) e de atores em outros centros universitários que, desde seus locais de origem, dialogam com o GAPI no IG/Unicamp (como Thomas). No total são onze divisões – apresentação, nove capítulos intermédios e considerações finais. O organizador assina sozinho a primeira, a última e mais duas das intermediárias, e aparece como primeiro autor em mais duas.

Apresentação (do livro)

A publicação carrega uma coleção de trabalhos com foco em processos de Tecnologia Social (TS). No contexto, notam-se presentes a abordagem sociotécnica, a crítica ao determinismo tecnológico e o desejo de contribuir para com empreendimentos de economia solidária, e infere-se um não-alinhamento com o modelo linear da pesquisa.

Na “Apresentação” (7), está consignado como objetivo

municar o debate envolvendo as condições para a sustentabilidade de empreendimentos solidários [...] no sentido de auxiliar a elaboração de políticas voltadas para a inclusão. ... um insumo para a geração de conhecimento para a inclusão social.

Essa “Apresentação” (7-22) não se limita a cuidar do conteúdo do livro (sua estrutura de assuntos e de capítulos), mas parece ter sido elaborada de forma a contextualizar o leitor com a temática da TS – antecedentes, conceito e formas de trabalho. Nesse esforço remete a outros autores que não os que assinam os capítulos que a ela seguem.

Chama particular atenção a informação de que o surgimento da TS, na condição de uma tecnologia alternativa à convencional, ocorreu no Brasil (11). O texto registra a formação da Rede de Tecnologia Social, localiza historicamente o papel de M. Ghandi (início do século XX) no resgate, adoção e valorização de tecnologias com conteúdo cultural e, pela citação, estimula a leitura de outras fontes críticas para os interessados em compreensão expandida do assunto: Schumacher, Dickinson, Emmanuel e Stewart.

A temática da crítica à neutralidade da ciência e às leituras alternativas ao modelo linear, por vezes combinada com a análise de políticas, tem sido presente no tempo e dispersa no espaço, nos hemisférios norte e sul. Essa observação não autoriza a inferência de que os referenciais de tais vertentes passaram a integrar correntes dominantes nos estudos de C&T (e inovação). Emergem em muitas oportunidades combinados com discussões ante ao global, com homenagens a personalidades pioneiras (v.g. CIAPUSCIO, 1994; DAGNINO, 2000) ou com olhares dirigidos à relação entre C&T e sociedade (v.g. SANTOS et al., 2002), sob distintas perspectivas metodológicas.

Dagnino fala também que a produção do conhecimento para a inclusão demanda duas frentes de trabalho (8):

1ª: atividade-fim do processo de geração de tecnologia social (v.g. movimento da Tecnologia Apropriada), com esforços dirigidos à satisfação de demandas, objetivando a inclusão social. Algumas dessas iniciativas dirigidas à TS tratam problemas sociais mediante uma lógica (um modelo cognitivo) de outros atores e não “a partir da visão do mundo dos excluídos” (9). Há um “viés paternalista, assistencialista e, no limite, autoritário”, que tem tornado ineficazes algumas iniciativas (9), muitas vezes de orientação ofertista.

2ª: “compreende as atividades-meio necessárias para a consecução das atividades-fim” (10), com caráter metodológico, que busca “um enfoque baseado na construção coletiva do conhecimento” e um aprimoramento na “planilha de cálculo” dos engenheiros e outros profissionais, sem isso incapaz de “incorporar parâmetros, variáveis, relações, modelos e algoritmos necessários para o desenvolvimento de TS” (10).

Sobre o conceito usual de TS, como dito, o livro percebe que o mesmo foi formulado no Brasil:

[...] produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (www.rts.org.br) (11).

Alerta ainda que essa formulação pode não contribuir substantivamente para

uma TS não alinhada com a tecnologia convencional ou capitalista (da e para a empresa privada) (11) uma vez que:

[...] reflete a correlação de forças existente no conjunto ideologicamente heterogêneo de atores envolvidos com a TS, o qual abriga desde os que entendem a TS como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial até os que têm como objetivo a construção de uma sociedade socialista (11).

Capítulos (do livro)

Na sequência da “Apresentação”, o livro está estruturado em três partes, contendo um total de dez capítulos. A primeira parte é formada pelos três trabalhos capturados para a segunda edição, dos quais o primeiro, intitulado “La generación de tecnologías en las zonas rurales” (23–51), é assinado por Herrera.

Tal escrito está em espanhol e foi veiculado originalmente em inglês em *World Development*, em 1981. Nele o autor, olhando para a geração de tecnologias para zonas rurais, transita do conceito de tecnologia apropriada (TA) (23) à proposição de um método para geração dessas tecnologias (30), com passagem pelo exame da TA *vis-à-vis* o desenvolvimento social. Estressam-se discussões sobre a natureza fortemente dual, em termos de classes ou setores “moderno (ou rico)” e “tradicional” na América Latina, este último quantitativamente mais numeroso e economicamente alijado ou alienado, tudo regido por paradigmas gerados em países desenvolvidos ou para estes orientados. Nas circunstâncias desse setor tradicional, que o autor chama depois de “local”, é apontada certa ignorância dos agricultores sobre as possibilidades e limitações da ciência moderna (40), obstáculo que pode ser superado pela participação desses mesmos atores na geração de tecnologia – do que poderá resultar a formação das habilidades para o seu uso. Em linhas gerais, o autor do capítulo está propondo uma mudança cultural, com a ruptura de paradigmas e abertura de espaços para a emergência de processos endógenos (50).

“Tecnologia Social e seus desafios” (53–70): ao longo de dez subcapítulos, o último dos quais a própria bibliografia, o texto faz uma viagem dentro da ideia de TS. Em linguagem às vezes coloquial, apresenta a inclusão social, a tecnologia capitalista, dinâmicas de economia industrial e agenciamentos sociotécnicos em que atuam a universidade, a firma privada, o poder público e organizações sociais. Lembra a inconveniência das ideias de linearidade e neutralidade no desenvolvimento e compara a ciência com uma vassoura de bruxa, que só voa com sua dona (63). Nesse contexto pululam desafios para a pesquisa e pesquisadores, a educação e educadores, a universidade, o capitalista nacional, a empresa de pequeno porte, a iniciativa autogestionária, o poder público e todos os que se interessam por educação, C&T e inovação.

“Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social” (71–111): capítulo de dez tópicos, incluindo a bibliografia, em que os autores indicam e analisam a emergência e declínio da ideia de tecnologia apropriada (72-82) e a formação da Rede de Tecnologia Social no Brasil, bem como a construção do que chamam de marco analítico-conceitual da TS, caminhando para a apresentação do conceito de inovação social (87).

“Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social” (113–154): texto composto de 10 tópicos e mais um de Considerações Finais. Explora a dimensão conceitual da temática e seu processo constitutivo, passando por uma apresentação da tecnologia apropriada (um antecedente da TS?) e respectivas críticas. Na sequência, faz trânsito pela economia da inovação e pelo construtivismo social da tecnologia, com referências a Bloor, Bijker, e Pinch e Bijker. Leituras relevantes para os que desejam tratar os entes científicos na ótica dos estudos sociais com alguma crítica ao determinismo da tecnociência. Os dois autores terminam reforçando a necessidade das críticas à tecnologia apropriada, colocando a TS como uma negação da tecnologia convencional, com rota completamente distinta (149) e advertindo para equívocos históricos do século XX.

“Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da Tecnologia Social” (155–173): os autores fazem uma leitura de caminhos neoschumpeterianos, buscando identificar elementos da economia da inovação para os estudos dedicados à TS. Entre as fontes inovacionistas citadas, há clássicos como Kline e Rosenberg, Mowery e Rosenberg, Nelson e o próprio Schumpeter. Nesse capítulo é importante atentar para a proposição de presença do “usuário” no processo inovativo (166) e para o tópico 5: “Sobre os limites da economia da inovação” (167).

“Em direção a uma teoria crítica da tecnologia” (175–220): trabalho assinado pelo próprio organizador do livro, lança olhares analíticos sobre a dimensão teórico-conceitual da tecnologia como rota necessária que conduz aos estudos da TS. Transita pelo modo capitalista de organização da produção (apropriação sobre o trabalho), aplica criticamente Merton (194), considera os ciclos de Schumpeter e Kondratiev (197) e recomenda explorar os conceitos de inovação. A leitura sugere a busca da ideia de adequação sociotécnica (AST) (216) e fala em reorientação na trajetória tecnológica.

“En búsqueda de una metodología para investigar tecnologías sociales” (221–248): o livro tem, ele todo, um pensar de latinoamericanidade, quer pelo que constroem seus autores, quer pelas fontes citadas, quer ainda pelo oferecimento a A. Herrera. Esse quarto capítulo explicita tal viés ao empregar expressões como “los países de América Latina muestran alarmantes índices sociales y económicos” (222). O texto é derivado de uma ação de pesquisa, parte de um problema social, vendo nele um problema cognitivo, e considerando soluções nos planos teórico-conceitual, socioeconômico e político-institucional, caminha rumo à própria discussão do problema de investigação para a superação de abordagens determinísticas.

“A tecnologia social e seus arranjos institucionais” (249–264): o capítulo transita por uma parte dedicada a tratar de atores relevantes (Estado, comunidade de pesquisa e movimentos sociais), e outra cuidando de uma nova lógica institucional orientada para a viabilização e o fortalecimento da TS, citando a Rede de Tecnologia Social como uma boa iniciativa (258).

“Como transformar tecnologia social em política pública” (265–291): os autores têm por referência o contexto brasileiro e abrem seu trabalho falando em agenda de política pública e em atores sociais (268), com hegemonia da comunidade de pesquisa, com “blindagem política da política de C&T” (272). Consideram que para a transformação da TS em política pública é mister alterar o balanço de pesos políticos dos atores como uma das estratégias.

“Considerações finais” (293–297): em cinco páginas, essa parte retoma o propósito inicial do livro, recomenda a visita a uma série de autores sinalizando a importância dos mesmos na politização da ideia de TS, e propõe interlocução com os que “se identificam com o projeto de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente sustentável” (295).

Refletindo

O livro resenhado, pelo que carrega, pelo que deixa de considerar e pelas ideias e autores aos quais remete o leitor, é um ponto importante para os já mencionados formuladores, operadores e avaliadores de políticas de educação, C&T e inovação. Ao falar em giro conceitual e em mudança cultural (social), os autores indicam que ciência, tecnologia e a respectiva política não são neutras – talvez como já se reparou noutras circunstâncias, paulofreireanamente, que a educação transforma e liberta, mas não qualquer educação. Neste ponto vale lembrar, buscando Silva (2007), que educação também gera excluídos, até quando é orientada para adestrar o homem bovino taylorista-fordista.

Dessa leitura é possível, para este leitor, arrolarem-se algumas perguntas que, entre outras aplicações, podem auxiliar em novas pesquisas. Por exemplo: na p. 8, quando Dagnino fala em “conhecimento para inclusão”, não seria o caso de tomá-lo para a transformação ou libertação? O próprio livro, do trabalho de Herrera às considerações finais pelo organizador, enseja pensar em “outra sociedade” e não na simples inclusão nos padrões vigentes.

Esse mesmo conhecimento seria ferramenta ou recurso social?

Sobre a tecnologia, as questões seriam: trata-se do artefato, da técnica ou do modo de organizar o trabalho? A tecnologia contém os atores e fatores?

Será que a ação socialmente transformadora assinalada por Herrera e por Dagnino e outros do GAPI, tem natureza compatível e/ou convergente com aquela apontada por Cristovam Buarque (BUARQUE, 2011), em matéria sobre contradições em indicadores sociais e macroeconômicos, em que fala das iniquidades?

O quadro indicado por Herrera em seu artigo de 1981 (pp. 21-51) continua válido na atualidade? É um desafio para formuladores de políticas e operadores de educação, C&T e inovação?

Outras perguntas que ficam são as associadas à pesquisa para a inovação contextual (SILVA et al., 2006): esse enfoque é desconhecido ou desprezado?

Fontes bibliográficas além do livro resenhado

BUARQUE, C. Vergonha do sete. *O Globo*, 09/04/2011.

CIAPUSCIO, H. (comp.). *Repensando la política tecnológica: homenaje a Jorge A. Sabato*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1994. 238 p. (Coleção La investigación social).

COSTA, F. F. Prefácio, in: NASCIMENTO, P. C. *Instituto de Geociências da Unicamp, 30 anos: os desafios de um projeto inovador de ensino e pesquisa*. Campinas: IG/Unicamp, 2010. 208 p.

DAGNINO, R. (org.). *Amílcar Herrera: um intelectual latino-americano*. Campinas: IG/Unicamp, 2000. 220 p. il. (Coletânea).

FIGUEIRÔA, S. F. M.; FURTADO, A. T. Apresentação, in: NASCIMENTO, P. C. *Instituto de Geociências da Unicamp, 30 anos: os desafios de um projeto inovador de ensino e pesquisa*. Campinas: IG/Unicamp, 2010. 208 p.

FRONZAGLIA, T.; GUEDES, V. G. F.; FALCÃO, J. F. N. Interação entre instituto de pesquisa tecnológica e organização de vitivinicultores: aprendizagem e transbordamento da construção social de indicação geográfica. VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Apresentado no GT 26 - Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (eixo A emergência e confronto de propostas científico-tecnológicas que se desenvolvem com uma visão diferente da convencional). Associação Latino-americana de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 15 a 19/11/2010. *Anais...* 20 p.

FRONZAGLIA, T.; GUEDES, V. G. F.; SANTOS, E. The role of interaction of agricultural cooperatives and public research on technological change in Brazil. V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo. Comitê de Pesquisa da Aliança Cooperativa Internacional. Ribeirão Preto, 06 a 08/08/08. *Anais...* 2008. 15 p.

GUEDES, V. G. F. Ciência, tecnologia e inovação e educação: objetos políticos a se discutir criticamente ou objetos técnicos sob dogmatismos contínuos? Resenha de DAGNINO, R. Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: UNICAMP, 2007. 215 p. *Revista Alpha*, Patos de Minas, ano 11, n. 11: 239-242, ago./2010.

GUEDES, V. G. F.; GOMES, E. G. Parcerias em instituto público de pesquisa e construção do conhecimento agrícola: uma discussão com base em indicadores. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Apresentado no GT 26 - Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (eixo Condições de produção e utilização do conhecimento científico e tecnológico na América Latina). Associação Latino-americana de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 15 a 19/11/2010. *Anais...* 20 p.

GUEDES, V. G. F.; FRONZAGLIA, T.; MARTINS, M. A. G.; ROCHA, J. D. Discussão introdutória: experiências de pesquisa e desenvolvimento com comunidades agricultoras – inserção em cadeias agroindustriais. (Parte III, cap. 1, p. 169-176), in: SOUSA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. (eds.). *Ciência como instrumento de inclusão social*. Brasília: Embrapa, 2009. 386 p.

GUEDES, V. G. F., MARINHO, D. N. C. O processo de mudança na EMBRAPA: gestão estratégica e construção do conhecimento na agropecuária. *Cadernos do CEAM*, Brasília, v. 6, n. 26: 45-73, 2006a.

GUEDES, V. G. F., MARINHO, D. N. C. Organização do trabalho em instituição de P&D e construção do conhecimento no agronegócio. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília, v. 23, n. 1: 63-93, jan.-abr./2006b.

GUEDES, V. G. F.; VALENTE, A. L. E. F. Desenvolvimento territorial em Patos de Minas: política pública municipal para Agricultura Familiar, in: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção: agricultura familiar e meio ambiente. Aracaju, 20 a 22/10/04. Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP. *Anais...* 2004.

SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; SENDIN, P. V.; CARGANO, D. F. (org.). *Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação*. Londrina: IAPAR, 2002. 273 p.

SILVA, J. S., BALSADI, O. V., SOUSA, I. S. F., GUEDES, V. G. F. A pesquisa agropecuária e o futuro da agricultura familiar. (p. 397-407), in: SOUSA, I. S. F. *Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária*. Brasília: EMBRAPA, 2006. 434 p. il.

SILVA, R. F. S. *De “hombres bueyes” a talentos humanos hacia una pedagogía contextual, interactiva y ética parra el desarrollo humano en América Latina*. Quito – EC: Pontifica Universidad Católica del Ecuador, 2007. 214 p. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Humano).

Normas para publicação na Revista ALPHA

1. Os artigos enviados à Revista ALPHA serão submetidos a um Conselho Editorial, que irá selecionar os textos a serem publicados.
2. Os originais não devem exceder 20 laudas, digitadas em fonte Times New Roman, espaço 1,5, no programa Word for Windows. O texto deverá ser enviado ao e-mail revistaalpha@unipam.edu.br.
3. Os artigos devem ter um resumo em português, com 30 a 150 palavras. O resumo deve ser inserido depois do título do artigo e do nome do autor. Junto de seu nome, o autor deverá incluir, em nota de rodapé, com asterisco (*), seu e-mail, endereço para correspondência, sua titulação e/ou instituição onde desempenha sua função acadêmica, bem como seu endereço.
4. Os artigos enviados devem seguir os critérios estabelecidos pela ABNT. Para facilitação no preparo de originais, seguem normas para as quais chamamos atenção:
 - 4.1. Citações bibliográficas curtas (até 3 linhas) deverão estar inseridas no texto. Citações longas (mais de 3 linhas) deverão constituir parágrafo independente, digitadas em espaço um, ou letras menores, recuadas da margem esquerda.
 - 4.2. As citações deverão ser seguidas do sobrenome do autor e ano da publicação (e página, se for o caso), entre parênteses: Ex: (NOVAIS: 1998, p. 175).
 - 4.3. As notas de rodapé estarão restritas a observações pessoais, no sentido de prestar esclarecimentos sobre informações que não estejam no corpo do texto, e deverão ser numeradas sequencialmente.
 - 4.4. As referências bibliográficas deverão aparecer no final do texto, em ordem alfabética de sobrenome do autor, da seguinte forma:
 - a) para livro: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. *Título (em itálico)*. Edição. Local: editora, data.
 - b) para artigos: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. *Título do artigo. Título do periódico (em itálico)*. Local, volume, número, página inicial e página final do artigo, mês e ano.
 - c) para artigos de congresso: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. *Título do artigo, in: NOME DO CONGRESSO, número do congresso, ano, local. Título da publicação (em itálico)*. Local, editora, data, página inicial e página final do artigo.
5. A Revista ALPHA reserva-se o direito de alterar os originais, no sentido de adequá-los às normas adotadas por esse padrão editorial.

Endereço para correspondência

Revista ALPHA

UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas

Rua Major Gote, 808 – Caiçaras

38702-054 Patos de Minas-MG

Brasil

